

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

THAÍS PATRÍCIA MANCILIO DA SILVA

“MANTER TODO MUNDO LIGADO!”
A SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC),
DIFUSÃO CIENTÍFICA E MOBILIZAÇÃO PELA DEMOCRACIA (1975-1989)

Rio de Janeiro
2021

THAÍS PATRÍCIA MANCILIO DA SILVA

“MANTER TODO MUNDO LIGADO!”

**A SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC),
DIFUSÃO CIENTÍFICA E MOBILIZAÇÃO PELA DEMOCRACIA (1975-1989)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Simone Petraglia Kropf
Coorientadora: Prof^ª. Dra. Kaori Kodama

Rio de Janeiro

2021

THAÍS PATRÍCIA MANCILIO DA SILVA

“MANTER TODO MUNDO LIGADO!”

**A SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC),
DIFUSÃO CIENTÍFICA E MOBILIZAÇÃO PELA DEMOCRACIA (1975-1989)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a Simone Petraglia Kropf (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz) – Orientador

Prof^a. Dr^a Kaori Kodama (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz) – Coorientadora

Prof^a. Dr^a. Nara Azevedo (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Prof^a. Dr^a. Christina Helena da Motta Barboza
(Museu de Astronomia e Ciências Afins-MAST)

SUPLENTES:

Prof^a. Dr^a. Dominichi Miranda de Sá (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Prof^a. Dr. Antonio Augusto Passos Videira
(Programa de Ensino e História da Matemática da UFRJ)

Rio de Janeiro

2021

Ficha Catalográfica

S586m Silva, Thaís Patrícia Mancilio da.

Manter todo mundo ligado! : a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), difusão científica e mobilização pela democracia (1975-1989) / Thaís Patrícia Mancilio da Silva; orientada por Simone Petraglia Kropf. – Rio de Janeiro: s.n., 2021.
216 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2021.
Bibliografia: 199-209f.

1. Sociedades Científicas. 2. Publicações Científicas e Técnicas.
3. História do Século XX. 4. Brasil.

CDD 307

Catálogo na fonte - Marise Terra Lachini – CRB6-351

À Neusa Mancilio da Silva (*in memoriam*), minha mãe.
Que a cada setembro celebremos a sua vida, sua cantoria e sua força.
Obrigada por tanto amor.

AGRADECIMENTOS

É com muita alegria que escrevo os agradecimentos dessa dissertação, resultado de um longo processo de trabalho. Nesse período, pude vivenciar momentos de muita alegria, novos conhecimentos e trocas, mas também momentos difíceis em um cenário de pandemia da COVID-19, distanciamento social, ansiedades, incertezas políticas em um governo antidemocrático, solidão e apreensão. Diante de dificuldades sanitárias e políticas, as contribuições e o apoio de muitos foram essenciais para caminhar nessa jornada, que integrou instituições, pesquisadores, companheiros de luta e muitas conversas. Nossa luta conjunta, mesmo em meio à distância, encontra, fortalece e reconforta. Desse modo, faço aqui alguns agradecimentos.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à minha orientadora Simone Petraglia Kropf. Não tenho como mensurar a minha gratidão por todos os aprendizados, apoio e incentivo que me deu no decorrer dessa jornada. Suas orientações e nossas conversas, marcadas pelo equilíbrio entre firmeza e doçura, deram-me sustentação, esperança e força em momentos de tribulações nos quais, muitas vezes, duvidei de mim. Sou grata por sua leitura atenta, pelas críticas, sugestões, pela paciência, por seu posicionamento crítico e atento ao momento em que estamos vivendo e pelo tanto que aprendi. Obrigada por ser um exemplo de profissional e de ser humano. Sua generosidade permitiu que este trabalho fosse concluído, obrigada por tanto professora.

À minha coorientadora Kaori Kodama agradeço pelas trocas em sala de aula, ensinamentos, seu incentivo e compreensão. Obrigada, também, por me mostrar o quanto é importante refletir sobre a necessidade de tornar pública a história, especialmente em um momento no qual muitos tentam reescrevê-la de forma enviesada e mal intencionada.

Às professoras Nara Azevedo e Christina Barboza, que integraram minha banca de qualificação, cujos comentários e contribuições foram fundamentais, pela oportunidade de tê-las novamente em minha banca de defesa. E aos professores Dominichi Miranda de Sá e Augusto Videira, por terem aceitado participar da banca. A todos vocês, obrigada pela leitura atenta e pelo interesse em contribuir com a melhoria de minha dissertação.

Gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (PPGHCS – COC) por toda a estrutura administrativa,

financeira e acadêmica dada aos discentes, em especial nesse momento de pandemia. Aos professores do PPGHCS, em especial, Nara Azevedo, Kaori Kodama, Tamara Rangel e Maria Rachel Fonseca, que me ajudaram a desbravar leituras difíceis de um campo novo e apaixonante. E a todos os funcionários da secretaria, em especial, ao Paulo, Sandro, Maria Claudia e Patrícia, por seu profissionalismo e suporte nesse processo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida para a realização desse trabalho. Que sejamos incansáveis na defesa por melhores condições para a CAPES, CNPq, FAPERJ, agências de fomento que possibilitam a construção de um cenário mais profícuo para a produção científica nacional, apesar das interferências externas e do sucateamento imposto pelo governo atual.

À Aurea e ao Bruno, do Arquivo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); à Denise, do Arquivo do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES) da Faculdade de Educação da UFRJ; à Érika e à Patrícia, do Espaço Memorial Carlos Chagas Filho (EMCCF), por possibilitarem a pesquisa em seus acervos, sempre com muita amabilidade e dando apoio à pesquisa.

Ao Espaço Memorial Carlos Chagas Filho. Desde a graduação – e nos últimos sete anos - tenho a alegria de participar desse espaço vivo e dinâmico, inserido no seio da universidade pública e do Instituto de Biofísica. Foi através do trabalho de pesquisa para a realização da vitrine expositiva do professor Darcy Fontoura de Almeida que tive o primeiro contato com o “grupo do Rio”, possível através do estudo de sua trajetória, de seus famosos caderninhos e do *Informe Ciência Hoje*, que foi o *start* para que essa pesquisa se concretizasse. É muito bom poder fazer parte de um espaço de pesquisa e divulgação científica que muda a vida de tantas pessoas e que, mesmo em tempos de pandemia, luta para promover o acesso público à ciência produzida no Brasil e no mundo. Ali a prática de fazer e divulgar ciência ganhou um novo significado, que eu trago na minha militância como pesquisadora, professora, aluna e comunicadora de ciência. Agradeço pelo apoio e parceria de toda a equipe do EMCCF, entre os quais carinhosamente cito os amigos Gabriella Mendes, Humberto Martins, Vinicius Valentino, Pedro Bonini, Patrícia Danza Greco, Érika Negreiros, Eduardo Freitas, Marcos Elias, além de seus bolsistas, extencionistas e colaboradores, com os quais aprendi e aprendo muito todos os dias. E claro, com as bênçãos do saudoso professor Cezar Elias, que acompanhou meu processo seletivo para a entrada do mestrado, mas que infelizmente hoje não poderá me ver concluir essa etapa. Em especial, agradeço à Erika

Negreiros, grande incentivadora, pela confiança depositada em mim e no meu trabalho, além de persistência e coragem de encabeçar, mesmo em momentos tão difíceis para a ciência brasileira, um projeto tão importante para a Universidade e sociedade. E à Patrícia Danza Greco, minha querida amiga, pelos conselhos, conversas e apoio dados nos últimos anos.

A Francisco Lourenço, pelas histórias contadas sobre a trajetória do professor Darcy, por nossas conversas no ônibus e pelo incentivo que possibilitou que os primeiros desenhos dessa pesquisa fossem realizados.

Agradeço aos pesquisadores Ennio Candotti, Roberto Lent, Alberto Passos Guimarães, Luisa Massarani e José Monserrat, pela realização das entrevistas, além da presença carinhosa de Ruth Monserrat. Foi muito agradável e rico poder ter partilhado de suas experiências e olhares, essenciais para compreender um importante capítulo da história das ciências e da divulgação científica brasileira. Esse material de pesquisa deu cor, riqueza e concretude a essa dissertação.

A SBPC, ao grupo do Rio e à Secretaria Regional do Rio de Janeiro, os quais tiveram contribuições inestimáveis para a construção de um modelo de atuação científica crítico e participativo, a partir do qual foi possível redefinir sua relação com o Estado e com a sociedade. O trabalho realizado por vocês foi e é inspiração para todos que enxergam na ciência um meio de transformação da realidade social. Muito obrigada!

Aos amigos doutorandos, presentes que o PPGHCS me deu. A Adnê, pelas trocas e risadas em meio aos fichamentos de Shapin. A Diego, pelas caminhadas, nossos longos podcasts, papos cabeça e risadas que se fortaleceram em meio a uma pandemia. À Roberta, por ser essa companheirona, por seu cuidado, leitura atenta, trocas riquíssimas e pela amizade nesses tempos difíceis. Também gostaria de agradecer às queridas colegas do PPGHCS Thayara, Natalia e Aline, por dividirmos, sempre com muito carinho, as dores e alegrias do mestrado.

À Lúcia e à Selma, pelo suporte, apoio e pelas conversas entre capítulos. À Priscilla Abrantes, Rafaela, Renata, Monalisa, Liliana, pela amizade nascida na divulgação científica. À Dandara Aryadne, pelo ombro amigo e pelo companheirismo que me permite sentir segura em momentos tão vulneráveis. A Thiago Souza, pela preocupação e cuidado. À Luise Cavalcanti pelo compartilhamento e momentos de alegria. À Letícia Cosati, por ser um poço de generosidade, esperança e doçura.

A Antônio Pedro e Regina, pela acolhida, carinho e por sempre torcerem por mim e pelo meu trabalho. À tia Nelza, Tia Bela e Bia, pelas orações, palavras de incentivo e cafés com biscoito. A Inocêncio Jr. e Luan Jader, meus amigos, pelas conversas despreziosas em um mundo em colapso. Vocês todos são presentes felizes que Pedrinho me deu.

À Madalena Gonçalves, por suas orações e estímulo sempre presentes em suas falas e ações. Obrigada por todo carinho e preocupação.

Aos amados amigos que a UFF me deu: Pedro Baptista, Evelyn Gondim, Stephanie Godiva, Tuanny Lameirão, Thiago Alvarenga, Elizabeth Giesta, Marcos Marinho, Rafaella Souza, Allan Bastos, Luiz Fernando “Luigi” Lauria, Caio del Esposte, Thiago Magella, Aline Magela, queridos professores, educadores, trabalhadores. Agradeço por encontramos apoio uns nos outros, entre lágrimas, risadas e celebrações.

A Rosana Romasko, por ser nosso coração além mar. Por estar presente mesmo a quilômetros de distância, torcendo por todos nós.

A Eduardo Daflon, por ter se tornado parte do que eu entendo como casa. Os momentos com você, meu querido, são cheios de alegrias. Obrigada por seu carinho e pelos compartilhamentos do dia a dia.

À Ingrid Linhares, minha irmã, nascida entre lágrimas de luta e de alegria, obrigada por tudo (e esse tudo é muita coisa). Você é parte substancial da força encontrada para seguir ao longo dos últimos anos. Sua amizade é um presente do qual não quero abrir mão nunca. Amo você, bonita! Obrigada pelo cuidado, carinho, escuta e por estar ao meu lado.

À minha avó Ana e a meu tio Quim. Obrigada por, mesmo na distância física, intercederem por mim.

À minha família. Aquela que pode não ser sanguínea, mas cujo amor, carinho e incentivo me deram base para aquilo que sou hoje. Aos meus pais/padrinhos José e Lélia, por possibilitarem os meios para que hoje eu pudesse estar na área que amo, realizando essa pesquisa e as próximas que virão. Agradeço sua acolhida, sua força e as palavras de incentivo.

Às minhas irmãs, Érika, Nadja e Máslova. Minha família, meu pertencimento, no sentido mais profundo da palavra. Agradeço por serem parte de mim, parte dessa caminhada, parte da minha construção como ser humano e profissional. A presença de vocês me faz mais forte, nas discordâncias, no apoio, no abraço e no amor. Que sorte a minha pelos laços que

nos unem, que sorte a minha ter vocês como irmãs. Aos meus cunhados, Paulinho, Vladimir e Leandro, meus queridos irmãos, obrigada pelo olhar atento, pela preocupação e todo carinho construído desde a infância. Aos meus amados sobrinhos, Theo, Maria Eduarda, Maria Fernanda, Maria Isabel, Luiz, José e Francisco, luz dos meus olhos. Pelos momentos de alegria e por fazer meus dias de quarentena mais felizes com suas risadas e presença.

A Pedro Bonini, por seu desejo genuíno de construir comigo um futuro onde possamos ser felizes juntos. Por esses dez anos de parceria, período no qual passamos por momentos de perdas, alegrias, vitórias e superações. Agradeço por ler, reler, dar logística, discutir, me dar forças e incentivo. A você, meu mais amado amigo, eu só posso agradecer pelo apoio, por permanecermos e tentarmos, mesmo muitas vezes sendo tão difícil. Você é parte disso e essa dissertação, principalmente para nós, não representa só o resultado de um trabalho intelectual, mas de um dos maiores desafios que vivemos. Que ela agora, signifique e represente o fim e início de um novo ciclo. Amo você, meu querido. E a você também dedico essas páginas.

À minha mãe Neusa. Por tudo o que me deu e ainda dá, mesmo não estando fisicamente ao meu lado. Sinto tanto orgulho de ser sua filha, de ter compartilhado com você tantos momentos. Desde o princípio você já sabia que eu conseguiria e eu sei quanto essa dissertação representaria para você. Eu estou conseguindo, mãe. Nós estamos. Não tem um dia que eu não sinta falta de você, de seu abraço, de sua força e sua voz, principalmente nesse processo, mas você vive em mim. E no balanço das ondas, eu vou. Quis a vida se impor em setembro e é nele que se faz a nossa renovação. Obrigada por nunca ter desistido de mim, pelo orgulho que eu nunca achei merecer, pelo tanto amor e confiança que foi depositado em mim. Essa dissertação é sua, como todos os trabalhos que seguirão.

Aos cientistas e às instituições científicas que, em toda sua multiplicidade, diante do atual estado de calamidade política e sanitária mantêm-se na luta cotidiana pelo progresso da ciência nacional, pela construção de uma sociedade melhor para todos, especialmente os mais pobres, que tenha na ciência e na educação alguns dos pilares fundamentais para a sua sustentação. Na luta nos encontramos, na luta resistiremos e venceremos.

“Na luta é que a gente se encontra”

Histórias para Ninar Gente Grande (Samba Enredo 2019 - Estação Primeira de Mangueira)

RESUMO

A criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1948, representou um marco na luta pelo desenvolvimento científico do país e na representação da comunidade científica brasileira, contribuindo para os processos de legitimação e profissionalização da ciência nacional. Ao longo de sua história, a entidade posicionou-se quanto a questões de caráter político, social e econômico que, de algum modo, estavam referidas a pautas científicas. O presente trabalho tem como objetivo compreender as dinâmicas pelas quais a associação atuou como representação da comunidade científica no período de transição política da ditadura militar para o regime democrático, entre meados da década de 1970 e final da década de 1980. Focalizaremos o papel especial exercido por integrantes da secretaria regional do Rio de Janeiro que, a partir de meados da década de 1970, passaram a reivindicar o reforço da dimensão política de atuação da SBPC e a ampliação de sua interlocução com as demandas da sociedade. Analisaremos as iniciativas de difusão científica, como a revista *Ciência Hoje* (RCH) e o *Informe Ciência Hoje* (ICH), propostas e desenvolvidas pelo chamado “grupo do Rio”, argumentando que elas foram elementos fundamentais para a veiculação dessa concepção, e para as ações concretas pelas quais esse grupo contribuiu para a viabilização de novos formatos para a articulação interna e externa da associação. Consideramos que tais iniciativas foram estratégias importantes pelas quais esse núcleo regional buscou firmar-se na SBPC, em contraposição a outros entendimentos do papel da Sociedade, naquela conjuntura de profundas transformações da sociedade brasileira. Tal processo pode lançar luz sobre as dinâmicas concretas pelas quais a comunidade científica se posicionou naquele contexto histórico específico, em defesa da ciência, em termos de sua profissionalização e de ampliação de sua legitimidade social.

Palavras-Chave: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; *Ciência Hoje*; *Informe Ciência Hoje*; Comunidade Científica; Mobilização.

ABSTRACT

The creation of the Brazilian Society for the Advancement of Science (SBPC, in Portuguese), in 1948, was a milestone in the fight for scientific development in the country and the representation of the Brazilian scientific community, contributing to the processes of legitimation and professionalization of national science. Throughout its history, the association took stances in political, social and economic matters, which, in some way, had to do with scientific matters. This paper aims at understanding the dynamics through which the association acted as representation of the scientific community during the period of political transition from the military dictatorship to the democratic regime, from the mid-1970s until the end of the 1980s. We will highlight the special role played by members of the Rio de Janeiro regional department who, from the mid-1970s, began to demand an emphasis on the political dimension of the SBPC and the expansion of its interlocution with the demands of society. We will analyse the initiatives of scientific dissemination, such as the magazine *Ciência Hoje* (RCH) and the *Informe Ciência Hoje* (ICH), proposed and developed by the “Rio Group”, arguing that they were essential elements for the propagation of this view and for the concrete actions with which this group contributed to the viability of new formats for the internal and external proceedings of the association. We consider that these initiatives were important strategies by which this regional core sought to establish itself in the SBPC, in contrast to other understandings of the role of the Society in that scenario of deep changes in Brazilian society. This process may shed light on the concrete dynamics through which the scientific community positioned itself in that specific historical context, defending science, in terms of its professionalization and social legitimacy.

Keywords: Brazilian Society for the Advancement of Science; Science Today; Science Today Bulletin; Scientific Community; Mobilization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

Tabela 1: Informe por ano/quantidade.....	156
Figura 1: Alberto Passos Guimarães Filho, Roberto Lent, Ennio Candotti e Darcy Fontoura de Almeida (fundadores da Ciência Hoje, na ordem).....	187
Figura 2: José Monserrat (criador do Informe Ciência Hoje).....	187

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Fotografia da 29ª Reunião Anual da SBPC, 1977.....	210
Anexo 2: Cartaz da 32ª Reunião Anual da SBPC, Rio de Janeiro, em 1980.....	210
Anexo 3: Documento: Página 1 da edição número 0 do Informe Ciência Hoje, 1985.....	211
Anexo 4: Documento: Página 1 da edição n 55º do Informe Ciência Hoje.....	212
Anexo 5: Revista Ciência Hoje, nº 1982.....	213
Anexo 6: Revistas Ciência Hoje.....	214
Anexo 7: Divulgação Ciência Hoje na revista <i>Ciência e Cultura</i> , 1984.....	214
Anexo 8: Divulgação Ciência Hoje na revista <i>Ciência e Cultura</i> , 1988.....	215
Anexo 9: Reportagem sobre a revista <i>Ciência Hoje</i> no Jornal do Brasil, 1984.....	215
Anexo 10: Reportagem sobre o <i>Ciência às Seis e Meia</i> no Jornal do Brasil, 1981.....	216

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC): profissionalização da ciência e mobilização política	16
1.1 - A SBPC e os processos de institucionalização das ciências no Brasil.....	16
1.2 - A SBPC como espaço de representação e mobilização da comunidade científica.....	32
CAPÍTULO 2 - A Secretaria Regional do Rio de Janeiro: polo alternativo de poder na SBPC?	64
2.1 - “O Grupo do Rio”.....	64
2.2 - A reativação da regional do Rio: A gestão Roberto Lent.....	79
2.3 - A gestão Ennio Candotti: “Manter viva a SBPC durante todo o ano”.....	88
2.4 - “Retorno às Origens”?: Dois caminhos para a SBPC	96
2.5 - “Caro Pavan, alguma luz!” Novas relações entre a Regional do Rio e a SBPC nacional.....	109
2.6 - “Ciência também dá samba”: conquistando o público.....	114
CAPÍTULO 3 - As iniciativas de mobilização de Ciência: A revista Ciência Hoje e o Informe Ciência Hoje	125
3.1 - A revista <i>Ciência Hoje</i> : o cientista como “cidadão participante”	125
3.2 - “Manter todo mundo ligado!”: O Informe Ciência Hoje como canal de comunicação e articulação científica.....	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
FONTES E REFERÊNCIAS	188
ANEXOS	210

Introdução

A SBPC é uma sociedade para um país sem fronteiras, a conhecer. Um laboratório aberto. Divulgar, dar a conhecer, informar não é apenas parte do fazer ciência, é instrumento de ação (CANDOTTI, 1990 apud FERNANDES, 2000, p.4).

O trecho, escrito pelo cientista Ennio Candotti para a apresentação do livro de Ana Maria Fernandes (2000), reflete fundamentos que estiveram presentes por toda a trajetória da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC): o desejo de ir além das fronteiras, sejam elas territoriais – no contato entre diferentes regiões e instituições brasileiras –, entre as diferentes áreas do conhecimento da ciência brasileira ou na relação entre cientistas e sociedade. A entidade se estabeleceu a partir da necessidade de defender e de divulgar a atividade científica, buscando agregar e integrar cientistas e não cientistas. Tendo sido criada em 1948 na cidade de São Paulo, em um contexto de resistência e luta pela autonomia científica no estado, a SBPC se consolidou como importante espaço de debate e reivindicação de pautas científicas e sociais fundamentais para o desenvolvimento nacional. Apresentava-se desde o princípio como um espaço de representação dos anseios da comunidade científica, reforçando seu papel articulador e crítico no decorrer de sua trajetória. Ao buscar tornar transparente à sua própria comunidade e à sociedade a atuação dos cientistas brasileiros, contribuiu para o reconhecimento público do papel exercido por cientistas e pelas ciências de modo mais abrangente. Candotti, que seria presidente da entidade da SBPC pelos mandatos de 1989-1991, 1991-1993, 2003-2005 e 2005-2007, utilizou-se da ideia de um laboratório aberto para expressar a visão de uma associação que, dentre outros objetivos, desejava servir como uma vitrine da produção científica nacional e das necessidades de se fazer ciência como uma construção coletiva. Sua fala também indica que a divulgação da ciência deveria ser um “instrumento de ação”, não somente como parte fundamental da atividade científica, mas como um meio de luta pela democracia, a partir da qual se promoveriam transformações tanto no meio científico, como na sociedade. Tal concepção seria promovida por ele e por outros cientistas da SBPC.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação e os posicionamentos da SBPC nos debates sobre a relação entre ciência e sociedade, e a importância da

ciência como pilar do desenvolvimento nacional e da ordem democrática na conjuntura política brasileira entra as décadas de 1970 e 1980. Esse período foi marcado por diversas transformações políticas e sociais que atravessaram os anos finais da ditadura civil-militar e os primeiros anos da Nova República, iniciada em 1985 no governo indireto de José Sarney (1985-1989). Foram decorrentes da distensão política, iniciada governo Geisel (1974-1979) e continuada no governo Figueiredo (1979-1985), de um intenso movimento pela restauração da ordem democrática e do processo de reorganização política intensificada a partir de 1985, período no qual se estabeleciam novas relações e novos horizontes entre Estado e sociedade.

Analisaremos a inserção e a atuação da SBPC nesse processo, transformações e diferenciações internas, na busca por novas perspectivas para a afirmação de seu papel institucional e político de representação da comunidade científica. Examinaremos como a SBPC foi caracterizada por distintos (e até mesmo divergentes) entendimentos sobre como cumprir, nesse contexto específico, seu objetivo comum de servir como espaço e veículo de mobilização para a defesa da ciência, papel que desde a sua criação lhe distinguia de outras associações. Para isso, focalizaremos o chamado “grupo do Rio”¹, composto por sócios que integravam a Secretaria Regional da SBPC no Rio de Janeiro, personagens ativos na consolidação da regional carioca como espaço de protagonismo e passando a ter projeção dentro e fora da associação a partir da década de 1970 devido às suas múltiplas iniciativas. Era, portanto, um grupo plural, formado por cientistas de diferentes áreas, que defendiam uma perspectiva mais participativa da entidade e lutavam por uma gestão mais democrática na SBPC, buscando dar voz a grupos que, segundo eles, eram relegados ao papel de auxiliares da sede da entidade em São Paulo, até então centralizadora de grande parte das ações da SBPC. Seus membros assumiam uma identidade mais progressista, sendo alguns deles ligados a grupos políticos, em alguns casos, partidários. Desse modo, buscava-se uma atuação de militância política associada à criação de espaços para o debate científico local, mas também discussões e projetos de cunho político e social mais amplos.

¹ A expressão “grupo do Rio” era usada de modo informal como forma de identificação pelos e dos membros da secretaria regional da SBPC do Rio de Janeiro, por sua associação institucional à cidade.

A Regional do Rio tornou-se o espaço no qual estes cientistas deram concretude a esse projeto, atribuindo-lhe destaque nas ações e debates científicos, ampliando o espaço de atuação das secretarias regionais e da multiplicidade de seus associados, apresentando propostas de reformulação da entidade, tecendo críticas, mobilizando ações, além de desenvolver iniciativas de difusão científica. A secretaria do Rio inovou, desse modo, a forma como passou a atuar e a se fazer perceber dentro da SBPC (BORI, 1999 apud SILVEIRA, 2000). Por essa razão ela passou a ser vista como uma espécie de polo alternativo de poder dentro da SBPC (GOLDEMBERG, 1999 apud SILVEIRA, 2000). No decorrer da década de 1970, a Regional do Rio passaria por um processo de expansão, integrando sócios de grande relevância, muitos dos quais deram importantes contribuições à secretaria e aos seus projetos. É importante salientar que, ao compreender esse núcleo como parte de um movimento de cientistas que buscaram por meio de sua atuação construir um projeto político de SBPC e atuação científica e social, entende-se como parte de um coletivo dinâmico, que surgiu devido a um determinado processo, mas foi se constituindo ao longo do tempo. Destaca-se, ainda, que alguns desses personagens terão maior atenção ao longo deste trabalho, por terem exercido posições de liderança nesse processo e terem sido mais presentes na elaboração e na execução das iniciativas de difusão científica, desenvolvidas por eles e com relevância nesse trabalho.

Nosso recorte temporal está compreendido entre os anos de 1975 e 1989, período que abrange a fase mais contestatória da SBPC frente ao regime militar e sua adequação à nova conjuntura política nos anos iniciais da Nova República. O ano de 1975 foi marcado pelos debates ocorridos na 27ª Reunião Anual da SBPC, em Minas Gerais, na qual foram realizadas duras críticas à política científica do regime militar, discutindo-se questões referentes às “responsabilidades social dos cientistas e seus direitos de participação no processo público de decisões” (FERNANDES, 2000, p. 2000). O ano de 1989 diz respeito, por sua vez, ao encerramento da primeira fase do boletim informativo *Informe Ciência Hoje*, que se transformaria em *Jornal da Ciência Hoje* em 1990.

Nosso argumento é que a revista *Ciência Hoje* e o *Informe Ciência Hoje*, iniciativas de difusão científica implementadas pelo “grupo do Rio”, foram elementos

decisivos do projeto pelo qual esse grupo buscava firmar-se na SBPC, imprimindo o que considerava ser os rumos necessários para a ampliação e o fortalecimento da integração da comunidade científica e dos seus vínculos com a sociedade brasileira. A idealização e a implementação desse projeto editorial, que buscavam fomentar maior mobilização interna e externa para a associação, expressavam uma concepção da SBPC que, por motivos diversos, contrapunha o “grupo do Rio” a outros grupos, posicionamentos e visões na entidade. Consideramos que a análise desse processo pode lançar luz sobre as práticas e dinâmicas concretas pelas quais a ciência ganha contornos institucionais, sociais e políticos específicos em momentos históricos determinados.

As ideias de Pierre Bourdieu (1983a; 2004a) sobre as dinâmicas do campo científico são particularmente profícuas para a análise do tema proposto nesta dissertação. Bourdieu caracteriza o campo científico como um espaço relacional a partir de disputas e alianças estabelecidas tanto no âmbito da produção do conhecimento científico, quanto no âmbito da política, referida às disputas por poder e prestígio. Para o sociólogo francês, uma análise que tenta isolar uma dimensão puramente política nos conflitos pela hegemonia do campo científico é tão equivocada quanto a que busca somente considerar as determinações puramente intelectuais/cognitivas desses conflitos (BOURDIEU, 1983a). É necessário, portanto, compreender essas dinâmicas por meio da interação entre ambas as dimensões.

O campo científico é marcado por disputas, como um jogo onde “as regras do jogo estão elas próprias postas em jogo” (BOURDIEU, 2004a, p.29), sendo esta disputa marcada por diferentes interesses e estratégias de ação, que visam à autoridade científica, “espécie particular de *capital social* que assegura um poder sobre os mecanismos constitutivos do campo e que pode ser reconvertido em outras espécies de capital” (BOURDIEU, 1983, p.127). Para Bourdieu (1983b):

O campo científico é sempre o lugar de uma luta, mais ou menos desigual, entre agentes desigualmente dotados de capital científico e, portanto, desigualmente capazes de se apropriarem do produto do trabalho científico que o conjunto dos concorrentes produz pela sua colaboração objetiva ao colocarem em ação o conjunto dos meios de produção científica disponível. Em todo o campo se opõem, com forças mais ou menos desiguais segundo a estrutura da distribuição do capital no campo (grau de homogeneidade), os dominantes, ocupando

as posições mais altas da estrutura de distribuição de capital científico, e os dominados, isto é, os novatos, que possuem um capital científico tanto mais importante quanto maior a importância dos recursos científicos acumulados no campo (BOURDIEU, 1983b, p. 137).

Nota-se que, para o autor, o que permite que os agentes (indivíduos ou instituições) interfiram na construção do campo científico é o volume de seu capital, em especial de seu capital científico, tipo específico de capital simbólico² construído por meio do reconhecimento obtido entre os pares-concorrentes. O campo científico é definido, portanto, pela estrutura de distribuição desigual do capital científico entre os diferentes agentes engajados nessa disputa. Desse modo, o que está em jogo é “a capacidade de impor conceitos e regras e de definir o que é mais ou menos importante” (CATELLANI, 2018, p.58), sendo um confronto entre diferentes perspectivas, no qual articular-se com os pares torna-se uma importante estratégia.

Essa perspectiva de Bourdieu nos permite refletir sobre as dinâmicas da SBPC no caso específico da relação estabelecida entre os membros da Regional do Rio e a diretoria nacional da associação, nos anos finais da década de 1970 e iniciais dos anos de 1980, momento no qual a Regional passou a ocupar uma posição de destaque na entidade. Esse foi um período marcado por divergências entre os dirigentes da SBPC referenciados institucionalmente a sua sede em São Paulo e as lideranças da Secretaria Regional do Rio. Esses dois espaços institucionais da SBPC, de acordo com seus membros, possuíam diferentes perspectivas sobre qual deveria ser o papel da SBPC no contexto político de redemocratização. Seguindo a perspectiva de Bourdieu quanto à dinâmica relacional das posições e movimentação no campo científico, podemos atribuir aos dirigentes nacionais uma posição de hegemonia, por assumirem o comando das decisões da entidade a partir do lugar que era foi atribuído mediante eleição por parte dos associados. O “grupo do Rio”, por sua vez, pode ser qualificado enquanto “novatos”, na perspectiva que Bourdieu confere aos que pretendem introduzir mudanças no campo; no caso, eles se congregaram enquanto grupo mediante o objetivo de

² Bourdieu distingue quatro tipos de capital: o capital econômico, o capital cultural, o capital social e o capital simbólico. Este último pode ser entendido como um efeito da distribuição das outras três formas de capital em termos de reconhecimento ou de valor social. É o que confere aos sujeitos prestígio, determinando o lugar ocupado por eles na estrutura hierárquica em determinado campo, oferecendo-lhes poder simbólico (BOURDIEU, 2004b).

imprimir novos caminhos e sentidos à associação. Ainda que levando-se em conta características individuais distintas de seus membros, o grupo construiu sua identidade e suas estratégias de afirmação no campo a partir da reivindicação de que a SBPC assumisse o que eles consideravam ser uma postura mais ativa e crítica no contexto de redemocratização. Foi sob tal perspectiva, de busca de novas posições no campo e de questionamento das dinâmicas institucionais tidas como hegemônicas, que o grupo se valeu de diversas formas de capital simbólico, entre as quais as iniciativas de difusão da ciência, como veremos ao longo do trabalho. Assim, essa dinâmica relacional faz com que a expressão “grupo do Rio”, para além da demarcação geográfica derivada do pertencimento à Secretaria Regional da SBPC na cidade do Rio de Janeiro, tenha assumido um sentido de identidade em contraposição ao que seus representantes qualificavam como as dinâmicas da sede, núcleo central de poder e de decisões da associação, localizada em São Paulo.

Ao analisarmos as relações entre esses dois espaços científico-institucionais nesse contexto histórico específico, vale destacar que, desde o início do século XX, as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo se instituíram e consolidaram, ainda que com particularidades, como protagonistas da construção e da legitimação do próprio campo científico brasileiro. No Rio de Janeiro, entre os vários exemplos, podemos assinalar a atuação do Instituto Oswaldo Cruz (1900) e da Academia Brasileira de Ciência (1916), à qual eram associados renomados cientistas do país. Em São Paulo, por sua vez, pode-se citar o Instituto Butantan (1901) e a Universidade de São Paulo (1934). Apesar de São Paulo não possuir a mesma visibilidade nacional do Rio, capital federal até o início da década de 1960, ou de assumir uma visibilidade com características peculiares, a atividade científica paulista se ampliou ancorada diretamente na força econômica local e de suas instituições, sobretudo a Universidade de São Paulo (USP).

Sediada em São Paulo, a SBPC consolidou-se como espaço de representação dos cientistas brasileiros, atuando sua defesa através de seus posicionamentos e suas estratégias de integração e representação das diversas áreas científicas (FERNANDES, 2000). No decorrer da década de 1970, observou-se no seio da entidade o fortalecimento de um grupo de cientistas situados na Secretaria Regional do Rio de Janeiro, que se mobilizou em busca de maior participação e força política nas decisões da SBPC. Essa

situação tornou-se evidente na realização da 32ª Reunião Anual da SBPC, no Rio de Janeiro, em que foram expostas diferentes visões e projetos para a associação. Naquela conjuntura, o presidente da entidade José Goldemberg defendeu que a SBPC deveria voltar-se estritamente ao debate de questões científicas, num movimento de “retorno às origens³” (FERNANDES, 2000, p. 249). Por outro lado, o então secretário da Regional do Rio, Ennio Candotti, defendia a necessidade de uma maior atuação política, a partir da qual seriam debatidas questões fundamentais para a sociedade brasileira, vinculadas ao papel social da ciência e a sua centralidade na luta pela democracia. Foi no âmbito dessas divergências que as ações de difusão científica constituíram importante capital simbólico e político do chamado “grupo do Rio” em seu projeto para ampliar a capacidade de articulação interna e externa da SBPC.

A SBPC foi criada em julho de 1948, em um contexto de luta pela autonomia científica, expressa no questionamento e na resistência às ações do governo paulista da época, que buscou impor sobre o Instituto Butantan mudanças no âmbito de suas pesquisas, com vistas a restringir a atuação de seus técnicos e pesquisadores à produção de vacinas e soros antiofídicos. A SBPC buscava diferenciar-se de outras associações por seu caráter “aglutinador”, na medida em que pretendia congregiar não apenas os cientistas, mas também promover relações entre eles e os “amigos da ciência”, ou seja, buscava aproximar todos aqueles, cientistas ou não cientistas, que possuíam interesses nos seus mais variados campos do conhecimento (FERNANDES, 2000). Seu caráter integrador é um dos elementos responsáveis pela ampliação de seus limites de atuação ao longo dos anos, sendo as reuniões anuais da SBPC – realizadas em diferentes regiões do país - e a revista *Ciência e Cultura* - que apresentava notícias da SBPC e artigos originais sobre assuntos variados do campo das ciências – estratégias que serviram a esse fim (FERNANDES, 2000). Desde sua fundação, a SBPC demonstrava-se particularmente ativa na luta pela defesa da pesquisa básica, pelo regime de tempo integral e pela dedicação exclusiva na carreira científica, pela obtenção de melhores

³ A expressão “retorno às origens” foi usada por Ana Maria Fernandes em seu livro “A construção da ciência no Brasil e a SBPC” (2000) para se referir à maneira pela qual os próprios cientistas, dirigentes e associados da SBPC da época, e os meios de comunicação, qualificaram o que teria sido uma redefinição de posicionamento político da SBPC após a histórica 29ª Reunião Anual da entidade, em 1977, mais particularmente durante as gestões dos presidentes Oscar Sala (1977 - 1979) e José Goldemberg (1979 - 1981). O tema será analisado no decorrer da dissertação.

salários, pelo financiamento para pesquisa, pela autonomia da universidade e dos institutos em relação aos governos, e pela concessão de bolsas de estudo para cientistas no Brasil e no exterior (FERNANDES, 2000). Em decorrência destes posicionamentos, a SBPC assumiu gradativamente um papel cada vez mais relevante na defesa de temáticas referentes à ciência nacional e como representante da comunidade científica. Entretanto, mesmo com capilaridade em todo o país e tendo secretarias em diferentes regiões, o âmbito concreto de sua atuação estava fortemente centralizado na cidade de São Paulo, onde funcionava sua sede e, portanto, seu espaço primordial de tomada de decisões.

No período da ditadura civil-militar brasileira, a SBPC estabeleceu com o regime uma relação inconstante, que oscilava entre a aproximação e o distanciamento (FERNANDES, 2000). Todavia, durante a segunda metade da década de 1970, ficou mais evidente um desalinhamento na relação entre a SBPC e o governo. Marco importante nesse sentido foi a tentativa por parte dos militares de impedir a realização da 29ª Reunião Anual da SBPC, em 1977, que a princípio ocorreria no *campus* da Universidade Federal do Ceará (UFC). Em virtude de uma suspeita de que haveria uma mobilização estudantil da União Nacional dos Estudantes (UNE) nessa reunião, o governo federal solicitou que esta fosse adiada e suspendeu as verbas destinadas ao evento. A SBPC, no entanto, se recusou a adiar a reunião, transferindo-a para São Paulo, onde acabou sendo realizada no *campus* da Pontifícia Universitária Católica (PUC), com a presença de milhares de participantes e grande repercussão na imprensa. Esse encontro tornou-se, assim, um símbolo da resistência da comunidade científica em relação ao governo militar, reforçando a identidade da SBPC como espaço de debate e de luta política dos cientistas (FERNANDES, 2000).

Foi justamente nessa conjuntura que se deu a expansão da Secretaria Regional do Rio de Janeiro, que passava desde 1976 por uma reestruturação interna, buscando torna-la mais aberta e mais participativa. Dentre as novas atividades do grupo, destacam-se a realização de eventos acadêmicos variados e a elaboração de iniciativas de difusão científica, como o projeto *Ciência às Seis e Meia*, a revista *Ciência Hoje* e o boletim informativo *Informe Ciência Hoje*, atual *Jornal da Ciência*. Neste trabalho, focalizaremos essas duas iniciativas editoriais, que, destinadas a diferentes públicos e

que, mediante distintas estratégias e formatos, buscavam veicular informações de caráter científico sob a perspectiva de promover maior acesso do público geral à produção da ciência.

A revista *Ciência Hoje* tinha como objetivo divulgar a produção científica nacional e promover a aproximação do público leigo com a comunidade científica brasileira. Apesar de ter sido gestada no final da década de 1970, foi lançada apenas em 1982 na 34ª Reunião Anual da SBPC, na cidade de Campinas, momento em que foram criadas condições para viabilizá-la. A iniciativa foi fruto da parceria dos cientistas Roberto Lent, Darcy Fontoura de Almeida, Ennio Candotti e Alberto Passos Guimarães, importantes articuladores da Regional do Rio, como veremos ao longo desse trabalho. O *Informe Ciência Hoje*, por sua vez, foi idealizado como boletim informativo, tendo sido conduzido por esse mesmo núcleo da SBPC. A ideia para o *Informe* nasceu na 37ª Reunião Anual da SBPC, realizada no ano de 1985 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em meio a debates sobre o papel da ciência no processo de desenvolvimento nacional no contexto do recém-estabelecido governo civil, o jornalista José Monserrat Filho e o cientista Ennio Candotti idealizaram um boletim destinado a ampliar a veiculação e a circulação de informações sobre eventos e notícias relacionadas à ciência entre a própria comunidade científica (LEVY, 2010). Produzido inicialmente como uma coletânea de notícias extraídas de jornais de grande circulação, ao longo dos anos foi ganhando nova identidade, incorporando notas e editoriais produzidos pelo próprio grupo e associados da SBPC, dando origem mais adiante ao que seria conhecido como o *Jornal da Ciência*⁴.

Apesar de possuírem perfis bastante diferentes, os dois projetos podem ser considerados iniciativas de difusão científica⁵, termo presente em diversos trabalhos do campo da divulgação científica (MASSARANI, 1998; MENDES, 2006; FARIA, 2020), diferenciando-se de outras terminologias do campo. Bueno (1985), baseado nos estudos

⁴ Em seu formato original, o *Informe* possuía duas páginas simples com conteúdo datilografado. A partir de seu 55º número, em 1986, o boletim passa a apresentar editoriais opinativos e a ser dividido em grandes áreas com temas específicos. Após passar por uma nova modificação estrutural, em 1990, foi transformado em *Jornal da Ciência Hoje* e posteriormente em *Jornal da Ciência*, em 1997, sendo conhecido com essa nomenclatura até os dias atuais.

⁵ O primeiro documento para a criação da *Revista Ciência Hoje*, elaborado em 1978, foi intitulado “Ciência Hoje - Uma Revista de Difusão Científica”, nome que poderia naquele contexto demonstrar um interesse de seus idealizadores em alcançar um público abrangente.

de Pasquali (1978), estabelece as distinções entre esses conceitos. Dentre os termos abordados por Bueno (1985), três são especialmente relevantes para a análise realizada ao longo desta dissertação, são eles: difusão científica, disseminação científica e divulgação científica.

Segundo Bueno (1985), o conceito de difusão científica possui limites bastante abrangentes e “faz referência a todo e qualquer processo ou recurso utilizado para a veiculação de informações científicas e tecnológicas” (BUENO, 1985, p.1421). O termo abrange, portanto, um amplo espectro de plataformas e iniciativas, como periódicos especializados, bancos de dados, sistemas de informação acoplados aos institutos e centros de pesquisa, reuniões científicas, seções especializadas das publicações de caráter geral, páginas de ciência e tecnologia de jornais e revistas, programas de rádio e televisão dedicados à ciência e à tecnologia, dentre outras (BUENO, 1985; CARIBÉ, 2015). Portanto, difusão é um termo abrangente, podendo ser subdividido em pelo menos duas dimensões, as quais se diferem quanto à linguagem e ao público a quem se destinam. Nessa perspectiva, existe a difusão para cientistas ou especialistas - a disseminação da ciência - e existe a difusão para o público geral - a divulgação científica (BUENO, 1985; CARIBÉ, 2015). Disseminação científica - ou comunicação científica - pode ser definida como “comunicação de informação científica e tecnológica, transcrita em códigos especializados, para um público seletivo formado de especialistas” (ALBAGLI, 1996, p.397). Para Bueno (1985), essa prática pode ocorrer em dois diferentes níveis: a “disseminação intrapares”, quando o produto ou a ação em questão direciona-se a um público com a mesma área de especialização, e a “disseminação extrapares”, direcionada a especialistas de diferentes áreas de conhecimento. A disseminação intrapares contempla, portanto, um público mais reduzido, pautando-se na utilização de códigos mais especializados, enquanto a disseminação extrapares busca atingir um público mais abrangente. Já a divulgação científica, ou comunicação pública em ciência, pode ser entendida como “um conceito mais restrito do que difusão científica e um conceito mais amplo do que comunicação científica” (ALBAGLI, 1996, p.397), sendo definida como o uso de processos e recursos voltados à comunicação da informação científica e tecnológica ao público geral, supondo a recodificação, ou a tradução de uma linguagem especializada para uma

leiga, visando o alcance de um público mais amplo (BUENO, 1985; ALBAGLI, 1996; CARIBÉ, 2015).

A partir desse debate é possível identificarmos a revista *Ciência Hoje* como uma iniciativa de divulgação científica que, de forma abrangente, tentava alcançar o maior público possível e o *Informe Ciência Hoje* como uma iniciativa de disseminação científica extrapares, tendo em vista que ela tinha a pretensão de atingir cientistas de diferentes áreas, não restringindo-se apenas a um segmento. De modo geral, percebe-se que as duas propostas se alinhavam com os interesses de ampliar a rede de comunicação entre pesquisadores em todo o país, bem como de demonstrar ao público geral a importância da pesquisa científica. Deve-se ressaltar que esse desejo marcava as ações da SBPC desde sua origem, como notamos na realização das Reuniões Anuais da SBPC e na elaboração da revista *Ciência e Cultura*. Entretanto, ambas foram idealizadas e concretizadas no âmbito de sua sede, em São Paulo, diferentemente da revista *Ciência Hoje* e do *Informe Ciência Hoje*, iniciativas da Regional do Rio. Elas foram parte de um projeto de mudança no interior da SBPC, que partia desse grupo de cientistas cariocas, em busca de novos espaços de exposição de ideias, de atuação e de representação.

Buscaremos compreender as articulações e a mobilização da SBPC, em especial dos membros da Regional do Rio de Janeiro, a partir do processo de idealização e implementação dessas ações de difusão científica, que impactariam a atuação da SBPC a partir da década de 1970 e se tornariam uma importante marca de identidade da associação. O título do presente trabalho faz referência ao primeiro editorial do *Informe Ciência Hoje*, publicado em julho de 1985, no qual José Monserrat afirmava: “o objetivo é manter todo mundo ligado – atentos aos fatos e unidos” (MONSERRAT, 1985, p. 1). Nesse sentido, as principais diretrizes do *Informe* reiteravam preceitos basilares da própria SBPC: comunicar e integrar a comunidade científica. Essas duas dimensões eram vistas como essenciais aos anseios de construção de uma atuação mais coesa da comunidade científica naquela conjuntura em que a sociedade brasileira vivia um importante momento de transição, anseios que foram vocalizados em particular pelos representantes da Secretaria Regional da SBPC do Rio de Janeiro.

Os depoimentos orais de alguns dos responsáveis pela criação e edição da revista *Ciência Hoje* e do *Informe Ciência Hoje* foram fontes primordiais para o desenvolvimento desse trabalho. No decorrer da pesquisa, foram realizadas entrevistas – de forma presencial e online - com os pesquisadores: Alberto Passos Guimarães Filho; Ennio Candotti; Roberto Lent; José Monserrat Filho e Luísa Massarani⁶.

Além disso, também foram utilizadas entrevistas já concedidas anteriormente, por estes e outros cientistas e jornalistas considerados relevantes no processo de desenvolvimento e publicação das iniciativas do “grupo do Rio”. Esses materiais foram analisados a partir da pesquisa em sites, livros e acervos orais como, por exemplo, o do Espaço Memorial Carlos Chagas Filho (EMCCF) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que possuem banco de dados com depoimentos referentes à trajetória de cientistas. A opção por essa metodologia ocorreu devido às contribuições que a História Oral oferece à pesquisa historiográfica, ao permitir recuperar “aspectos individuais de cada sujeito, mas ao mesmo tempo ativar uma memória coletiva, pois, à medida que cada indivíduo conta a sua história, esta se mostra envolta em um contexto sócio-histórico que deve ser considerado” (OLIVEIRA, 2005, p. 94). Da mesma forma, é “capaz de despertar indícios, vestígios e marcas que nos levam às evidências históricas de processos aparentemente esquecidos” (MAUAD; SANTOS, 2011, p.86).

Além das fontes orais, foram consultadas fontes impressas, como publicações da revista *Ciência Hoje* e do *Informe Ciência Hoje*. Destaca-se o uso das edições do boletim informativo *Informe Ciência Hoje* publicados entre os anos de 1985 e 1990, e em especial, a leitura de seus editoriais a partir do número 55, quando surge a seção “Ao leitor”, presente no início de cada número. Pretendeu-se, desta maneira, perceber como certos posicionamentos expostos nesses materiais correspondiam aos significados e sentidos que o “grupo do Rio” conferia a esses veículos, que se relacionava a um determinado projeto de SBPC. Os exemplares do periódico *Informe Ciência Hoje* foram analisados na sede do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade

⁶ É importante destacar que devido a uma série de circunstâncias durante a realização deste trabalho, entre elas a pandemia de COVID-19, foram limitadas as possibilidades de realizar entrevistas com um número mais amplo de pesquisadores e cientistas relevantes para a pesquisa. Entretanto, foram utilizadas outras fontes que permitiram recuperar e compreender seus posicionamentos nesse contexto político e científico.

(PROEDES) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde foi possível ter pleno acesso a seus conteúdos.

No acervo da SBPC, o Centro de Memória Amélia Império Hamburger (CMAIH), localizado em sua sede em São Paulo, foram consultados atas e relatórios, com o propósito de entender a dinâmica da entidade entre as décadas de 1940 e 1980. Em especial, foram localizadas algumas edições do *Boletim da Regional do Rio* (fonte citada, mas até então não analisada em estudos sobre o tema), considerada a primeira iniciativa editorial elaborada exclusivamente por uma regional da SBPC, que constitui um importante material de análise da articulação da Secretaria Regional do Rio.

A revista *Ciência e Cultura* também foi uma importante fonte de pesquisa, pois a partir dela foi possível ter acesso a notícias e manifestos publicados pela SBPC, além de conferências, discursos proferidos em reuniões anuais, eleições de diretoria e balanços de gestão, que também sinalizavam as atividades das regionais da entidade. De modo complementar, também foram consultados jornais e revistas, em busca de reportagens que retratassem os movimentos da comunidade científica e a recepção das ações de difusão científica promovidas pelo núcleo da SBPC do Rio de Janeiro.

Por fim, foram consultados documentos preservados no acervo do Espaço Memorial Carlos Chagas Filho (EMCCF), localizado no Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF) da UFRJ, que guarda o arquivo pessoal de Darcy Fontoura de Almeida, criador da revista *Ciência Hoje* e um dos principais editores do *Informe*, além de alguns documentos sobre a Secretaria Regional da SBPC do Rio de Janeiro, atas das reuniões de agências de fomento nas quais Darcy atuou, bem como documentos sobre a revista *Ciência Hoje* e algumas de suas edições. Essa etapa do trabalho foi bastante frutífera, em especial, para uma melhor compreensão do papel desses atores na comunidade científica, seu reconhecimento entre pares e sua inserção e atuação em iniciativas governamentais.

A análise conjunta das fontes impressas e das fontes orais permite que tenhamos uma compreensão mais clara sobre como os próprios atores conferem significado ao lugar e ao projeto que assumiram na Secretaria Regional da SBPC do Rio de Janeiro,

bem como a percepção das posições, disputas e estratégias que assumiram no campo científico do período.

Deve-se ressaltar a pouca quantidade de trabalhos que se debruçam sobre a revista *Ciência Hoje* e o *Informe Ciência Hoje*, fontes para a compreensão das dinâmicas no interior da comunidade científica nas décadas de 1970 e 1980. Apesar de serem publicações reconhecidas por cientistas e pelo público, a maioria dos estudos sobre as ações da SBPC atribui destaque à revista *Ciência e Cultura*, utilizando-a como fonte para debater outras questões ou analisando de maneira mais abrangente de seus objetivos e intenções (CANADAS, 1987; FONSECA, 2012; BOSCARIOL, 2013; FARIA, 2020). Em relação à revista *Ciência Hoje*, encontram-se trabalhos na área de comunicação e educação, que discutem a sua trajetória e o impacto da publicação (SILVEIRA, 2000), análises de discurso (GOMES, 2000), análises comparativas de conteúdo (CARVALHO, 2011) e seu caráter como recurso didático (AUVETTI, 1999; CATANHEDE, 2012). Por sua vez, existem poucas referências ao *Informe Ciência Hoje*, que é, geralmente, considerado uma das iniciativas da SBPC de difusão científica e etapa embrionária do *Jornal da Ciência*. Pode-se citar as pesquisas de Fávero e Moreira (1997) e Levy (2000), que realizam um recorte bem específico do periódico. Levy (2010) trata da presença de temas sobre política de ciência e tecnologia no *Jornal da Ciência* entre os anos de 1985 e 2010, porém sem aprofundar questões conjunturais. Moreira e Fávero (1997), por sua vez, realizam um balanço inicial do periódico, em especial das notícias relacionadas à educação superior entre 1985 a 1996. No entanto, os autores realizam uma pesquisa de caráter mais quantitativo, não se aprofundando em termos de uma análise qualitativa do período.

Acredita-se que essa pesquisa venha a contribuir para a produção historiográfica sobre as instituições científicas no Brasil e os processos de institucionalização das ciências e de afirmação social da categoria profissional dos cientistas. Busca-se produzir conhecimentos sobre a atuação da SBPC em um contexto histórico sobre o qual existem poucos trabalhos, contribuindo assim para trazer novas perspectivas e reflexões sobre a relação da comunidade científica com o Estado e com a sociedade no processo de transição política, além de trazer novos elementos para a própria trajetória da entidade. De modo especial, serão debatidas as ações do grupo da Regional da SBPC do Rio de

Janeiro, buscando compreender o sentido político de suas iniciativas como estratégias de promoção de integração no âmbito da comunidade científica e de vínculos mais sistemáticos com a sociedade. Nesse sentido, espera-se contribuir não apenas para o avanço dos conhecimentos e debates no campo acadêmico, mas para as reflexões mais amplas sobre as relações entre ciência, sociedade e democracia no Brasil em contextos históricos específicos, no passado e no presente.

Ao longo do primeiro capítulo serão apresentados elementos do processo de formação da SBPC e de sua consolidação enquanto representante da comunidade científica nacional, dando ênfase à sua interação com o Estado e com a sociedade civil. Em diálogo com a historiografia sobre as ciências no Brasil e sobre a SBPC em particular, pretende-se refletir sobre seu protagonismo no processo de institucionalização e profissionalização da ciência no Brasil. Em particular, serão analisadas as posições da entidade em diferentes momentos políticos, em especial no contexto da ditadura civil-militar e em sua transição para a Nova República.

No segundo capítulo será abordado o processo de articulação do “grupo do Rio”, núcleo de cientistas, formado no âmbito da secretaria regional do Rio de Janeiro, que passou a ganhar projeção por seu posicionamento mais ativo politicamente numa conjuntura de transição para a democracia. Será apresentado, desse modo, o processo de formação desse grupo, ressaltando suas principais características, seus interesses, propostas e seus mecanismos de articulação política e científica, bem como as divergências em relação a outros grupos e posições na entidade.

Por fim, ao longo do terceiro capítulo serão apresentados de maneira detalhada os processos de criação da revista *Ciência Hoje* e do *Informe Ciência Hoje*, propostas de difusão científica capitaneadas pelo “grupo do Rio” que obtiveram significativo relevo no período analisado. Pretende-se apresentar e problematizar quais eram seus objetivos, estratégias e de que maneira esses instrumentos colaboraram para a consolidação da relevância nacional conquistada por esse grupo e pela própria SBPC nos anos que se seguiram.

CAPÍTULO 1 - A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC): profissionalização da ciência e mobilização política

A trajetória da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) foi marcada por ações e movimentos em prol da defesa da ciência e dos cientistas. Desde a sua criação em 1948, a entidade constituiu-se como um espaço que buscava a integração e a representação das mais variadas áreas e espaços de produção de ciência. Ao promover esta defesa, a SBPC participou dos debates sobre a política nacional e o lugar da ciência nos projetos de desenvolvimento do país.

Neste primeiro capítulo, serão apresentados os contextos que permitiram que a SBPC se consolidasse, dando ênfase à sua interação com o Estado e a sociedade civil. Para tanto, a partir de um panorama da historiografia das ciências, busca-se relacionar a criação da SBPC com os processos de institucionalização e profissionalização da ciência no Brasil. Serão observados os posicionamentos da SBPC, como principal representante da comunidade científica, em determinados contextos da história do Brasil, em especial, em seus primeiros anos, durante a ditadura civil-militar e no início do processo de “abertura política” nacional. Desse modo, serão analisados os marcos que ajudaram a definir a posição da entidade em diferentes momentos políticos, tanto na acomodação com o regime militar (MOTTA, 2014), tendo em vista os investimentos técnico-científico na ciência por parte da esfera governamental, quanto na contestação, cujo marco foi a realização de sua 29ª Reunião Anual, em 1977 na cidade de São Paulo. A partir desse momento, a SBPC torna-se o principal espaço de diálogo e exposição de reivindicações, não somente dos cientistas, mas da sociedade civil. Desse modo, nota-se a relevância que alcançaram suas reuniões anuais e posicionamentos, ao mesmo tempo em que ficam mais explícitos seus diferentes projetos políticos e embates internos.

1.1 - A SBPC e os processos de institucionalização das ciências no Brasil.

A criação da SBPC foi um importante marco no processo de consolidação da comunidade científica no Brasil. Ao analisar sua trajetória e estratégias de legitimação em contextos históricos específicos torna-se relevante compreender as discussões referentes aos processos de institucionalização e da profissionalização das ciências no

país, tema relevante na produção historiográfica que abordou o tema sob distintas perspectivas, como veremos a seguir.

Maria Amélia Dantes (2001), ao analisar os “espaços de ciência no Brasil”, entende que a institucionalização das ciências brasileiras constitui-se em uma trajetória iniciada ainda no século XIX, mediante a criação de diversos locais dedicados à produção de conhecimentos científicos, como, por exemplo, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A autora contrapõe-se à historiografia que considerava a organização das universidades, criadas a partir da década de 1930, em especial a criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934, como o marco inicial para a institucionalização da ciência no Brasil. Essa concepção, que sugeria a ideia de um atraso e até mesmo da inexistência da ciência no país até a criação das universidades, baseava-se nos estudos do sociólogo Fernando de Azevedo (1894-1974), que atribuía o atraso científico brasileiro à sua colonização ibérica, fortemente marcada pela influência do catolicismo. Azevedo, por sua atuação na Associação Brasileira de Educação (ABE), era um ator diretamente envolvido nos debates e na mobilização em prol da criação das universidades e suas posições expressam tal inserção. Segundo ele (1994), o ensino religioso teria limitado o desenvolvimento de um espírito crítico, de observação e experimentação científica, contribuindo para o caráter bacharelesco e retórico da elite intelectual brasileira. A associação entre o poder civil e o religioso teria imposto uma política cultural obscurantista à colônia, devido aos propósitos ideológicos da Contra Reforma e à exploração econômica do território (FIGUEIRÔA, 1998).

Em sua relevante e abrangente obra sobre a “formação da comunidade científica no Brasil”, Simon Schwartzman (2015) considera que essa conjuntura teria perdurado por todo o período imperial e parte do republicano, marcando fortemente as instituições de ensino e dificultando a criação de espaços institucionais (como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo ou a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil) em que o ensino, para além da formação profissional, contemplasse a formação de cientistas e, como tal, permitisse a efetiva profissionalização da ciência no país (SCHWARTZMAN, 2015). Produzido na década de 1970, momento profundamente marcado pelos debates em torno da implementação

de políticas nacionais de desenvolvimento científico e tecnológico, o livro tornou-se uma referência obrigatória na produção historiográfica sobre o tema.

Na referida coletânea organizada em 2001, Dantes reúne um conjunto de trabalhos que expressa a renovação historiográfica que remonta a seu próprio trabalho inicial, publicado em 1980 e que questionava os marcos cronológicos e institucionais tradicionais para a institucionalização da ciência no Brasil. Esses trabalhos, muitos dos quais resultantes de teses de doutorado orientadas pela própria Dantes na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (que se tornaria uma referência para a constituição do próprio campo da história das ciências), examinam a produção científica em espaços diversos, como jardins botânicos, museus, institutos ligados às ciências naturais e instituições nas áreas cultural, científica e técnica, reconhecendo o seu papel, em distintas temporalidades, no processo de implantação de uma prática científica no Brasil antes da criação das universidades. Os novos horizontes analíticos conferidos às práticas e instituições científicas permitiram um alargamento expressivo do próprio entendimento da ciência como prática social e profissional específica, a partir do qual foram produzidas análises sobre seus avanços, contradições, continuidades, rupturas, disputas e limites históricos (FIGUEIRÔA, 1998). Esses trabalhos convergem em uma historiografia mais ampla que, ao levar em consideração as particularidades das práticas científicas na América Latina, exemplificam a produção da ciência em espaços até então desconsiderados e assim confrontam as ideias tradicionais quanto à improdutividade e à quase inexistência destas atividades na região⁷.

Outro elemento importante na conformação dessa nova perspectiva historiográfica na América Latina e no Brasil (sobretudo a partir das décadas de 1980-90) foi a contraposição ao modelo difusionista proposto por Georges Basalla (1967) em sua análise sobre a mobilidade da ciência entre diferentes localidades. Em seu artigo “*The spread of western science*”, ao assinalar a Europa Ocidental como o berço da ciência a partir da chamada Revolução Científica do século XVII, o autor propôs um modelo progressivo, estruturado em três fases de difusão do pensamento científico dos “centros” europeus para as “periferias” situadas em outras regiões. Em tese, esse

⁷ Ver entre outros, Figueirôa (2000).

caminho “inevitável” era resultante da “superioridade” da ciência moderna europeia, que transmitiria seu conhecimento aos países não europeus, ditos periféricos. Apesar de seu pioneirismo em inserir na agenda de debates a temática da circulação de conhecimentos, o estudo de Basalla foi duramente criticado pela historiografia das ciências que emergia na América Latina a partir da década de 1970, que questionou seu caráter eurocêntrico, dicotômico e linear e negou essa visão da “periferia” como espaços meramente reprodutores e passivos dos conhecimentos produzidos nos centros europeus e transmitidos ao “resto do mundo”. Figueirôa (1998), por exemplo, em sua crítica à ótica eurocêntrica e unidirecional do modelo de Basalla, defende a ideia de uma “mundialização da ciência” a partir da noção de “ciência-mundo” de Xavier Polanco (1990)⁸. A autora entende a mobilidade das ideias científicas como um processo dinâmico e bidirecional, no qual os setores ditos periféricos utilizaram-se das ideias europeias de maneira seletiva e criadora. As “periferias”, ao invés de somente serem receptáculos, realizavam processos de mediação e reinterpretação de sistemas europeus, mediando e integrando-os aos seus contextos, recriando-os e transformando-os a partir de suas contribuições locais. (FIGUEIRÔA, 1998).

Autores como Figueirôa (1997), Dantes (2001) e Kropf e Hochman (2011) relacionam essas novas abordagens ao surgimento de novas perspectivas teórico-metodológicas no âmbito da própria história das ciências no cenário internacional a partir das décadas de 1970 e 1980. Sob influência do chamado Programa Forte da Sociologia do Conhecimento e no âmbito dos *science studies* produzidos a partir de então, a ciência passou a ser entendida como uma atividade social, inclusive no que diz respeito ao processo de produção e certificação dos conhecimentos, na medida em que se constitui como uma prática concreta mediante referenciais diversos compartilhados por coletividades socialmente demarcadas em processos e circunstâncias históricas específicas. Passa-se a afirmar que a ciência constitui uma atividade inserida na cultura,

⁸ A “ciência-mundo”, tal como concebida no modelo proposto por Xavier Polanco, constitui-se por um sistema de espaços conectados sob a forma de redes, não restrita a um espaço delimitado e fixo. Dessa maneira, as fronteiras e hierarquias entre esses espaços seriam articuladas e mutáveis. Essa proposta tem se estabelecido como uma alternativa ao modelo difusionista de Basalla, na medida em que contempla a construção de tradições científicas fora dos centros europeus. (FIGUEIRÔA, 1997; POLANCO, 1990). O tema da circulação de conhecimentos tem sido abordado por uma vasta historiografia nas últimas décadas, impulsionada pelas “viradas” da história transnacional e da história global. Ver, entre outros: Roberts (2009); Raj (2013).

não operando em um vazio social (FIGUEIRÔA, 1997). A partir dessa mudança teórica, o estudo da atividade científica passa a contemplar não apenas suas dinâmicas epistemológicas próprias, mas as dinâmicas e práticas de negociação e convencimento em contextos determinados tendo em vista a produção de consensos e legitimação, que envolvem os cientistas, mas também outros atores sociais (FIGUEIRÔA, 1997).

Referência importante na produção historiográfica sobre a institucionalização da ciência foi o livro de Nancy Stepan intitulado “Gênese e evolução da ciência brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica” (1976), que analisa a trajetória do Instituto Soroterápico Federal – renomeado em 1908 como Instituto Oswaldo Cruz (IOC) –, em suas primeiras décadas, buscando compreender o papel desempenhado pela instituição, seus cientistas e o Estado na formação de uma tradição de ciência experimental brasileira. A autora entende que a “sobrevivência” do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) como instituto de pesquisa, para além das condições de sua fundação como instituição destinada a responder a uma crise sanitária, foi um marco para a afirmação e legitimação da importância social da ciência no país. O instituto teria se configurado e conquistado reconhecimento não apenas como importante espaço voltado ao enfrentamento de problemas imediatos de caráter nacional (como, por exemplo, o combate a epidemias e endemias e a fabricação de vacinas), mas também como espaço de pesquisa e ensino voltado à produção de conhecimentos originais, de forma ativa, colaborativa e atualizada em face da produção científica nos “centros” europeus (STEPAN, 1976). Assim sendo, o reconhecimento social da instituição, e sua reprodução institucional no decorrer dos anos, foram possíveis graças à sua capacidade de ir além de uma dimensão de ciência aplicada firmando-se também como um espaço de pesquisa básica. Segundo Stepan, o IOC, tendo como inspiração o modelo institucional do Instituto Pasteur em Paris, erigiu-se com base em três pilares fundamentais: a capacidade de recrutar e treinar cientistas para o desenvolvimento de pesquisas; o estabelecimento de uma relação estreita com o governo e outros órgãos públicos e privados que, ao se constituírem como “clientes”, beneficiavam-se da aplicação dos conhecimentos e asseguravam apoio e legitimidade social à instituição; e o desenvolvimento de um programa de pesquisas que atendia as necessidades brasileiras, mas que não se restringiam a elas. Tais características assegurariam a sua

legitimidade científica e possibilitariam o avanço em diversos campos de pesquisa (STEPAN, 1976). Stepan compreende o IOC como um marco de institucionalização da ciência brasileira, um exemplo emblemático de circunstâncias locais que possibilitaram a implantação de um empreendimento de produção de conhecimento capaz de sobreviver às dificuldades típicas de um país “em desenvolvimento” e com uma industrialização “tardia” e “dependente”⁹.

Simon Schwartzman (2015) também discutiu o tema da articulação entre a prática da “ciência aplicada” e da “ciência pura” em sua relação com o Estado e a comunidade científica em distintos momentos históricos, examinando o processo de organização institucional dos cientistas como categoria profissional e como grupo social¹⁰. Tendo por referência as ideias de Robert Merton sobre a constituição da comunidade científica, o autor entende que no processo histórico de desenvolvimento da ciência brasileira sua institucionalização dependeu da progressiva organização de uma estrutura na qual a prática científica fosse reconhecida socialmente como uma atividade autônoma e legítima de produção de conhecimentos (SCHWARTZMAN, 2015). Ou seja, o fortalecimento do campo científico dependia de que a ciência não fosse vista como algo restrito a uma prática utilitária, de aplicação de conhecimentos em prol do desenvolvimento social ou da formação profissional. Ela precisava ser valorizada também em decorrência da própria importância atribuída ao conhecimento em si. Assim, ao analisar os processos de interação entre essas “duas tendências polares” (SCHWARTZMAN, 2015, p. 139) - uma que visa à aplicação para o uso imediato da sociedade, a ciência aplicada, e outra, com um caráter mais acadêmico que visa à produção de novos conhecimentos e sua utilização científica, a ciência básica -, o autor discute diferentes marcos e aspectos do processo de formação da comunidade científica brasileira.

⁹ Para uma análise da obra de Stepan como referência fundamental para o debate historiográfico sobre a ciência no Brasil, ver Kropf & Hochman (2011).

¹⁰ Esses são termos usados pelos próprios atores, em distintos momentos históricos, ao longo do processo de institucionalização das ciências, para expressar suas visões sobre a destinação social do conhecimento. A ideia de uma “ciência pura”, por exemplo, foi usada pelos cientistas que criaram a Sociedade Brasileira de Ciências para expressar sua defesa de uma ciência comprometida com a produção de novos conhecimentos e não restrita a conjunturas de aplicação imediata. Em tempos mais recentes, usa-se a categoria de “ciência básica”, também em contraposição à ênfase nos aspectos aplicados e utilitários da ciência. .

Schwartzman (2015) destaca o protagonismo do Estado na estruturação da ciência no Brasil, inicialmente sob a égide do modelo da “ciência aplicada”. As ciências naturais, por exemplo, eram reconhecidas como importantes instrumentos para a resolução de problemas sociais, e por esse motivo, seus estudos foram estimulados em virtude do retorno prático que o seu investimento traria para o desenvolvimento econômico. Essa concepção, que entende a ciência como algo útil, a partir de sua aplicabilidade às demandas sociais, foi apoiada pelo Estado, que lhe garantiu condições de institucionalidade na medida em que a via como um instrumento de progresso e de modernização. Na transição do século XIX para o século XX, foi desenvolvida uma série de iniciativas desta natureza, como por exemplo: o Instituto Agrônomo de Campinas (1887)¹¹, para a pesquisa agrícola; o Instituto Butantan (1899) e o Instituto Oswaldo Cruz (1900)¹², que, criados para o combate da peste bubônica, foram destinados para a produção e vacinas e soros, se estabelecendo como centros de pesquisa biomédica e de produção de imunobiológicos para o combate de doenças consideradas entraves à modernização do país. (FIGUEIRÔA, 1998; MENDES, 2006; SCHWARTZMAN, 2015; MOTOYAMA et al, 2004). Todavia, Schwartzman (2015) sinaliza que o êxito dessa concepção utilitária da ciência respaldada no Estado, seu principal financiador e mantenedor, também seria um dos fatores responsáveis pelas dificuldades enfrentadas para se estabelecer o reconhecimento da ciência como atividade que não se restringia a produzir resultados com implicações econômicas e sociais mais evidentes. Desse modo, ao basear-se a legitimidade da ciência em sua aplicabilidade, dificultava-se o apoio da sociedade às pesquisas que não ofereciam resultados às suas demandas imediatas. Portanto, era difícil conciliar esse caráter aplicado com o de uma ciência de caráter básico, sustentada por um longo período de tempo.

A fundação das primeiras universidades, no Rio de Janeiro (Universidade do Brasil em 1937) e São Paulo (Universidade de São Paulo de 1934), teria sido um marco do que Simon Schwartzman (2015) chamou de “crise da ciência aplicada” e do início da valorização da chamada “ciência desinteressada”, que passaria a ganhar novos espaços

¹¹ Sobre o Instituto Agrônomo de Campinas ver Ramos; Piacente (2016) e Carmo; Alvim, (1987).

¹² Sobre a trajetória do Instituto Butantã e do Instituto Oswaldo Cruz no período, ver Benchimol; Teixeira (1993).

institucionais, levando a uma legitimação da atividade científica como atividade socialmente valorizada em si própria.

A perspectiva de valorização da “ciência desinteressada” não era nova, sendo notada, por exemplo, na atuação de Fernando de Azevedo ainda na década de 1920 - juntamente com outros intelectuais envolvidos com os debates sobre a educação. O sociólogo promovia a defesa de um saber marcado por “uma cultura verdadeiramente superior, livre e desinteressada, desenvolvida em todas as direções e capaz de contribuir (...) não só para o progresso da nacionalidade em formação, como para o enriquecimento do saber humano” (AZEVEDO, 1960 apud CUNHA, 2007, p. 233). Percebia-se nessa perspectiva o interesse na formação de uma elite intelectual que devia ir muito além da lógica de um ensino técnico e bacharelesco. Esses ideais de valorização da ciência como “cultura superior” ganharam grande força no Rio de Janeiro, favorecendo o discurso que defendia a criação de ambientes de produção de ciência desinteressada, por meio de espaços universitários e também de associações científicas. Dentre essas associações, pode-se destacar a Sociedade Brasileira de Ciências, criada em 1916 (Academia Brasileira de Ciências/ABC a partir de 1922).

A ABC foi criada nas dependências da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, sendo inicialmente integrada por professores da própria Politécnica em associação com os docentes e pesquisadores do Observatório Nacional, do Museu Nacional, do Instituto Oswaldo Cruz e do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (CARVALHO; MOREIRA, 2017; HEY, 2012). Segundo Paulinyi (1981), sob influência direta das discussões realizadas na Politécnica, o movimento intelectual que deu origem à ABC expressava um posicionamento crítico ao bacharelismo e ao pensamento positivista, que em sua posição ortodoxa impunha restrições ao desenvolvimento do conhecimento por considerar que já se havia alcançado o devido “estágio positivo” da ciência preconizado por Augusto Comte. Desse modo, acreditava-se que somente pela superação do positivismo comtiano seria possível promover um interesse em pesquisa científica pura no Brasil, de modo a fazer avançar a fronteira do conhecimento. Todavia, Ferreira (1998), ao analisar a preponderância que as ideias positivistas tiveram no campo científico brasileiro e em especial, na Escola Politécnica, observa que o positivismo

(não em sua ortodoxia, mas em seus preceitos gerais) constituiu um referencial decisivo para valorizar a figura do cientista no processo de modernização republicana da virada do século XIX para o século XX. O positivismo seria então o elo entre duas gerações de cientistas, uma constituída por politécnicos que valorizavam a ciência aplicada como instrumento de modernização da sociedade e a outra, composta por jovens politécnicos que defendiam a “ciência pura” como estratégia de afirmação no campo científico (FERREIRA, 1998; FERREIRA, 2007). Tendo como seu primeiro presidente o professor Henrique Morize¹³, a ABC buscou promover o debate científico e a valorização da ciência por seu aspecto “puro”, sem compromisso direto com a formação técnica e profissional, contrariando a ideia de que seu valor estivesse ligado unicamente à sua aplicabilidade. Sendo assim, a entidade defenderia a criação de espaços de produção de ciência e a criação de órgãos de financiamento para o desenvolvimento da pesquisa científica, concepção que seria, posteriormente, defendida também pela SBPC, ainda que com especificidades, conforme veremos adiante¹⁴.

No entanto, como sinalizado, o projeto defendido pela ABC se materializaria na cidade de São Paulo com a criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934, norteada não pela primazia conferida à ciência aplicada, mas sob a perspectiva de valorização da própria ciência como atividade legítima em sua própria dimensão de atividade de produção de conhecimento (SCHWARTZMAN, 2015). Essa realização foi possível graças a uma conjugação de elementos, dentre os quais a condição econômica favorável de São Paulo e a incorporação dessa perspectiva por parte das elites econômicas estaduais. Segundo Schwartzman (2015), a criação da USP foi possível devido à convergência de interesses das elites intelectuais e econômicas paulistas que,

¹³ Henrique Morize (1860 -1930) foi um nome de grande relevância na história da pesquisa e da divulgação científica no Brasil. Nascido na França, mas naturalizado brasileiro, formou-se em engenharia industrial em 1890, sendo nomeado como professor de física experimental da Escola Politécnica em 1898. Atuou também como astrônomo do Imperial Observatório do Rio de Janeiro, no qual assumiu o cargo de diretor em 1908. Foi um dos fundadores e o primeiro presidente da Sociedade Brasileira de Ciência (atual Academia Brasileira de Ciências), cargo em que permaneceu por três mandatos consecutivos. Em 1919, chefiou a missão brasileira que tinha como objetivo observar o eclipse solar total em Sobral, com a presença do cientista Albert Einstein e que foi fundamental para a comprovação da teoria da relatividade. Desempenhou papel nos estudos ligados às áreas de Física e Astronomia, difundindo o ensino e física experimental nas escolas superiores (VIDEIRA, 2003; BARBOZA, 2010).

¹⁴ Segundo Hey (2012), os membros da SBC teriam influência na criação do CNPq, estando presentes nas discussões e na comissão que levou a sua fundação. Isso também pode ser observado na composição do Conselho Deliberativo do CNPq; dentre seus 23 membros, 9 pertenciam à ABC. (HEY, 2012; FORJAZ, 1989)

unindo-se aos anseios de uma parcela da classe política local, buscavam garantir a autonomia regional, após a derrota da revolução de 1932. A instituição configurou-se como marco para o desenvolvimento desse modelo de “ciência desinteressada” (BURGOS, 1999).

No que se refere aos espaços universitários que priorizavam a pesquisa científica, outro marco fundamental foi a criação, em 1945, no Rio de Janeiro, do Instituto de Biofísica da Universidade do Brasil. A instituição, que teve origem no laboratório de Biofísica na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil (1937), foi criada a partir dos esforços de Carlos Chagas Filho¹⁵ em prol da valorização e da importância da pesquisa científica. Lima (2007) afirma que o modelo institucional do Instituto de Biofísica representou uma importante inovação por introduzir a formação científica e a ciência experimental na Universidade do Brasil, criada em 1937, como a pedra-de-toque do projeto de Gustavo Capanema enquanto ministro da Educação e Saúde de Vargas. Carlos Chagas Filho sustentou, como diretriz, a concepção de que “a universidade só pode ser uma universidade, só pode ensinar, só pode prestar serviço de qualquer natureza, se houver pesquisa. É porque se pesquisa que se ensina; e porque pesquisa, presta serviços à comunidade” (AZEVEDO et al, 2012). Sob tal perspectiva, promoveu o desenvolvimento de diversas áreas de pesquisa no âmbito da biofísica, além de realizar cursos de aperfeiçoamento com cientistas de outros países que permitiram o treinamento em novas técnicas e linhas de investigação (MOTOYAMA et al, 2004; ALMEIDA, 2012). Dessa maneira, o Instituto de Biofísica constituiu-se como experiência institucional que viria a estabelecer novos parâmetros para a relação entre a universidade, a produção científica e a sociedade.

As concepções sobre a importância da ciência e da tecnologia assumiram novos significados e relevância social no pós-Segunda Guerra. Schwartzman (2015) assinala que, nesse período, as inovações tecnológicas passaram a ser especialmente valorizadas

¹⁵ Carlos Chagas Filho (1910 - 2000) teve atuação destacada nas discussões acerca da política científica brasileira. Sendo filho do conhecido cientista Carlos Chagas (1878-1934), formou-se em medicina em 1931, tornando-se pesquisador do Instituto de Manguinhos. No ano de 1937 tornou-se professor titular da cadeira de Biofísica na Faculdade Nacional de Medicina, e em 1945, fundou o Instituto de Biofísica da Universidade do Brasil, iniciativa pioneira no sentido da criação de um espaço de pesquisa naquela universidade. Foi membro titular e correspondente de várias academias e associações científicas brasileiras e internacionais, como a Academia Brasileira de Ciências, a Academia Pontifícia de Ciências do Vaticano e a Academia Internacional de História das Ciências (AZEVEDO; LIMA, 2010).

como instrumento de desenvolvimento para diversos segmentos na indústria e no comércio dos países, e em especial, na América Latina. Nesse sentido, configurou-se a visão de que a ciência e as universidades poderiam e deveriam exercer um papel decisivo para a produção de transformações socioeconômicas, ou seja, que a atividade científica constituiria uma “ferramenta importante para o processo de desenvolvimento e planejamento econômico” (SCHWARTZMAN, 2015, p. 313). Botelho (2004), ao analisar o período assinalado, destaca que:

A construção social da ciência como força de modernização no Brasil assume entre as décadas de 1950 e 1980 o sentido de desenvolvimento. Desse modo, a ideologia do desenvolvimento não apenas tornava procedente como parecia mesmo exigir, ao menos do ponto de vista dos diferentes atores sociais empenhados na promoção e capacitação científica do país, o fortalecimento das instituições e associações de interesse desse domínio social no período (BOTELHO, 2004, p.4).

Observou-se então um novo movimento de investimento do Estado na criação de instituições voltadas a promover o desenvolvimento da ciência brasileira, no qual identificou-se certa convergência das dimensões de “ciência pura” e “ciência aplicada”, sob a lógica da ciência enquanto força social de modernização (BOTELHO, 2004). Seguindo uma tendência internacional do período, a pesquisa científica passaria a ser objeto de ação do Estado, que buscava implantar políticas públicas no âmbito de seu planejamento global (LIMA, 2009). Entre tais iniciativas, pode-se citar a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) em 1949 e das agências públicas para fomento de pesquisas e projetos: o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq)¹⁶ e a Campanha pelo Aperfeiçoamento do Ensino Superior, atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em 1951 (BOTELHO, 2004). Este foi um momento decisivo para a institucionalização e profissionalização da ciência no Brasil. Em consonância com um movimento que se dava no cenário internacional, a criação de agências de fomento, como o CNPq, propiciou mecanismos de apoio financeiro estatal para a pesquisa científica que, mediante processos de avaliação estabelecidos e geridos pela própria comunidade científica, ampliaram e deram maior institucionalidade aos caminhos para a profissionalização da atividade científica e para a

¹⁶ Sobre a trajetória do CNPq e o CBPF ver Andrade (1999)

valorização da categoria social e profissional do cientista e do pesquisador. Segundo Mendes (2006):

Ainda que a criação e consolidação de mecanismos institucionalizados de apoio à ciência básica tenham sido relacionadas, num primeiro momento, ao objetivo de se contribuir para segurança nacional, a criação do CNPq representou a necessidade de se criar um aparato institucional destinado ao direcionamento da atividade científica e à elaboração de políticas científicas, com o estabelecimento, inclusive, de consultores da própria comunidade científica. Dessa forma, os cientistas puderam participar e influenciar o contexto da administração da política científica e da captação de recursos (MENDES, 2006, p. 161).

Segundo Schwartzman (2015), a conjuntura política vivenciada no pós-guerra iria afetar e modificar o ativismo realizado pelos cientistas até então (p.313). Se na década de 1930, no contexto de organização da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, a defesa científica era em nome da “cultura, da civilização e da liderança intelectual” (SCHWARTZMAN, 2015, p. 313), após a II Guerra Mundial a ciência passou a ser entendida como “uma ferramenta importante para o processo de desenvolvimento e planejamento econômico” (SCHWARTZMAN, 2015, p. 313). De certa forma, isto estimulou a tomada de consciência por parte dos cientistas da responsabilidade e da necessidade de participarem mais profundamente dos debates que julgavam fundamentais à sociedade, cientes de sua capacidade de intervenção nessas decisões. Schwartzman (2015) indica que a comunidade científica acreditava que a ciência poderia ser uma ferramenta voltada, também, à reflexão sobre questões ligadas ao planejamento social e político de forma mais abrangente, inclusive afirmando a dimensão de autonomia da ciência como atividade legítima de produção de inovações que pudessem vir a ter, ainda que não de forma imediata, um valor de utilidade social¹⁷. Para tanto seria necessária uma maior participação política. Ressalta-se que a participação da comunidade científica em debates públicos não é uma novidade do pós-Segunda Guerra Mundial. No entanto, tal dimensão de atuação dos cientistas se aprofundou nesse novo contexto, mediante variadas linhas de ação:

¹⁷ Sobre as discussões acerca das novas concepções quanto à ciência básica no pós-guerra ver Bush (1945).

A comunidade científica deveria ser organizada e mobilizada; o sistema educacional precisaria ser modificado; a ciência e a tecnologia deveriam contar com órgãos poderosos de planejamento institucionalizado; deveriam ser enunciadas prioridades específicas no campo da ciência e da tecnologia, com vistas a reunir todo o apoio político que conseguissem angariar (SCHWARTZMAN, 2015, p. 313).

A criação da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC) expressou diretamente tais demandas e anseios. Schwartzman (2015) analisa seu surgimento como primeiro passo para a organização e mobilização dos cientistas como categoria profissional, um espaço para sua integração e fortalecimento enquanto “comunidade científica”, e de promoção de diálogos e alianças com outros grupos e setores da sociedade, no Brasil e no cenário internacional.

A SBPC foi fundada no dia 8 de julho de 1948, na cidade de São Paulo, em um momento de tensões entre o governo e os cientistas locais. À época, o governador Adhemar de Barros decidiu intervir nas pesquisas realizadas no Instituto Butantan, restringindo sua atuação à produção de soros antiofídicos e vacinas. Além disso, o político decidiu eliminar o regime de tempo integral, cortar os salários dos pesquisadores e demitir Henrique da Rocha Lima, então diretor do Instituto Butantã (FERNANDES, 2000). Essa intervenção afetou sensivelmente a ciência no estado, uma vez que privilegiava a pesquisa aplicada em detrimento da pesquisa básica realizada no instituto. Em reação a essa medida, cerca de cem cientistas reuniram-se na sede da Associação Médica de São Paulo e após um mês foi formalmente criada a SBPC¹⁸, tendo como uma de suas justificativas a “necessidade de defender a independência do cientista brasileiro” (FERNANDES, 2000, p. 31). Dentre os objetivos que norteariam a associação, destacavam-se a luta pela autonomia da prática científica “pelo progresso da ciência em nosso país” (FERNANDES, 2000, p. 49) e a defesa dos interesses dos

¹⁸ O movimento para a criação da SBPC foi iniciado pelos professores Paulo Sawaya, José Reis e Maurício Rocha e Silva. No dia 08 de junho de 1948 foi realizada a sua primeira reunião na Associação Paulista de Medicina. Posteriormente, foi criada uma comissão para redigir seus estatutos que levou, após um mês, no dia 08 de julho, à criação formal da SBPC. Sua primeira diretoria foi empossada no dia 8 de novembro de 1948 e dela faziam parte os pesquisadores: Jorge Americano, como presidente; Maurício Rocha e Silva, como vice-presidente; José Reis, como secretário-geral; Paulo Sawaya, como tesoureiro e Gastão Rosenfeld, como secretário. Seu conselho era composto pelos cientistas: Otto Bier; Max Barros Erhart; Francisco João Maffei; Alberto Carvalho e Silva; André Dreyfus; L. Cintra do Prado; J Jesuíno Maciel; A Marchini e no Rio de Janeiro, por Carlos Chagas Filho; Miguel Ozório de Almeida; Gilberto Vilela; tendo como presidentes honorários Henrique da Rocha Lima e Henrique de Beaurepaire Aragão. (CIÊNCIA E CULTURA, 1949a, p. 2; SILVA, 1958, p. 197).

cientistas e do reconhecimento de sua atuação profissional. No que dizia respeito à figura do cientista, enfatizava-se o compromisso com “o respeito pela sua pessoa, de sua liberdade de pesquisa, do direito aos meios necessários à realização do seu trabalho, bem como do respeito pelo patrimônio moral e científico representado por seu acervo de realizações e seus projetos de pesquisa” (SBPC, 1948)¹⁹.

A entidade tinha como projeto congregar as instituições e indivíduos interessados na promoção da ciência, com vistas a estabelecer um mecanismo de comunicação entre diferentes áreas científicas. A abrangência da SBPC no que se refere ao seu corpo de associados foi um diferencial, na medida em que agregava também não-cientistas que tivessem interesse por ciência. Fernandes (2000) observa que a entidade, desde sua origem, se distinguiu de outras associações que, em tese, possuíam objetivos semelhantes à instituição, como por exemplo, a Academia Brasileira de Ciências (ABC). Como sinalizado anteriormente, a criação da ABC foi um marco importante de manifestação, reivindicação e fortalecimento dos laços da comunidade científica; porém, em sua composição inicial, a entidade era limitada a um grupo restrito de sócios escolhidos mediante um completo processo de admissão:

O pesquisador que desejasse se associar à instituição deveria se inscrever por carta ou ser indicado por três sócios efetivos. Em sua apresentação, era necessário incluir uma relação de trabalhos realizados, títulos obtidos e a seção na qual se almejava vaga, além de exemplares de publicações científicas que permitissem comprovar se tratar de um “brasileiro de notável saber científico”. (...) Para continuar sócio da Sociedade Brasileira de Ciências, os cientistas deveriam contribuir com, no mínimo, um trabalho original por ano e pagar uma anuidade estabelecida. Os inadimplentes seriam afastados, assim como os sócios que utilizassem as reuniões da Sociedade para discutir assuntos não científicos. (CARVALHO; MOREIRA, 2017, p. 14).

Desse modo, para fazer parte da entidade era necessário cumprir diversas obrigatoriedades acadêmicas e financeiras²⁰. Essa seletividade demonstrava, para

¹⁹ O documento da Ata de Fundação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) encontra-se no Arquivo da SBPC, localizado na sede da entidade na cidade de São Paulo.

²⁰ Fernandes (2000) sinaliza que ao longo das décadas ocorreram mudanças em relação às regras de filiação da ABC, tanto no âmbito científico e também em relação à cobrança de suas taxas. Entretanto, aponta que as regras de admissão e os debates que se seguiram sobre essa temática também poderiam

alguns, certo elitismo da ABC, o que gerava muitas críticas à entidade, visto que acabava circunscrevendo suas vagas a cientistas que possuíam um elevado patrimônio financeiro e científico (HEY, 2012; CARVALHO; MOREIRA, 2017). Em contraposição a essa estrutura, Fernandes (2000) e Botelho (1990) apontam que a SBPC surgiu como uma instituição aberta a todas as áreas de pesquisa, não limitando o ingresso a pesquisadores, mas também abrangendo leigos interessados nas temáticas científicas, como observado no primeiro editorial da revista *Ciência e Cultura*:

Não é a SBPC uma sociedade de especialistas. Destas já existem várias, às quais a nova agremiação não fará concorrência, mas apoiará de todas as formas possíveis. (...) [Nela] (...) os cientistas se irmanarão com os não cientistas, porém amantes da ciência, buscando o prestígio crescente desta última e o progresso do país através do próprio progresso da Ciência (CIÊNCIA E CULTURA, 1949a, p. 3).

Ao buscar diferenciar-se de outras associações científicas, a SBPC colocou-se como espaço agregador e aglutinador dos interesses da comunidade científica. Nesse sentido, seguindo o modelo de algumas associações científicas internacionais²¹, buscava atrair o interesse da sociedade civil para a importância da ciência e de seu papel no desenvolvimento do país e, conseqüentemente, a defesa popular da produção científica nacional (FERNANDES, 2000). A sua criação, portanto, simbolizava um meio de superar o isolamento da atividade científica, buscando no apoio da sociedade e do Estado sustentação para a realização de ações institucionais voltadas para a valorização da comunidade científica (MENDES, 2006). Concomitantemente a esse processo, buscou-se o fortalecimento da identidade dos cientistas como grupo heterogêneo, porém coeso e consciente de seu papel social, político e econômico.

A SBPC consolidou-se como articuladora de um grupo mais abrangente de cientistas, o que possibilitou sua ampliação não somente em relação ao número de associados, mas no que diz respeito ao seu reconhecimento enquanto instituição articuladora das demandas desses diversos grupos em sua relação com o Estado. Azevedo (2017), por exemplo, afirma que a SBPC foi “parte fundamental para a

demonstrar certo controle sobre as políticas da academia em meio a um crescimento da comunidade científica.

²¹ A SBPC teve inspiração nos modelos das Associações Britânica e Americana para o Progresso da Ciência -*British Association for the Advancement of Science* (BAAS) e *American Association for the Advancement of Science* (AAAS) - (FERNANDES, 2000).

formação de uma comunidade científica no Brasil, voltada para questões referentes à profissionalização e participação na tomada de decisões junto ao Estado” (AZEVEDO, 2017, p.30). Mendes (2006) corrobora essa visão ao afirmar que a SBPC representou um “marco da ação dos cientistas pela institucionalização e profissionalização da ciência, constituindo-se como centro de luta pelo planejamento e implementação de uma política científico-tecnológica” (MENDES, 2006, p.145). Nesse sentido, indica que, assim como a criação do CNPq, o desenvolvimento da SBPC foi fundamental para a mobilização política em torno da defesa de “melhores condições para a atividade científica” (MENDES, 2006, p.145). A autora ressalta que ambos foram imprescindíveis ao estabelecimento de novos patamares da produção científica nacional: o CNPq por meio do financiamento público da ciência básica²², e a SBPC por meio da veiculação e vocalização dos interesses dessa comunidade científica que se organizava (MENDES, 2006). Dessa forma, a SBPC tem sua gênese diretamente associada à consciência de que a articulação da comunidade científica era vital para pressionar o governo por melhorias nas condições de trabalho - como a implantação do regime de tempo integral para os professores e pesquisadores - e no provimento de condições materiais para o desenvolvimento da pesquisa.

Botelho (1990), ao analisar o processo de estruturação da ciência no Brasil, observa que a institucionalização e a profissionalização da ciência ocorreram no país em momentos e em direções diferentes, de maneira distinta de outros países em que tais processos ocorreram de maneira simultânea. Enquanto o processo de institucionalização ocorreu de “de cima para baixo”, liderado pelo Estado, o processo de profissionalização, por outro lado, em que pese a importância da criação de agências estatais de fomento, ocorreu de “de baixo para cima”, visto que os próprios cientistas, além de assumir protagonismo da criação dessas agências, se organizaram em associações privadas, como a SBPC, para a defesa e a valorização da carreira e da prática científica. O autor compreende que a expansão da ciência entre as décadas de 1930 e 1950 estabeleceu os parâmetros da comunidade científica brasileira moderna, cenário no qual a criação de agências de fomento, como o CNPq, e de associações, como a SBPC, fortaleceram

²² Este investimento do Estado era derivado da concepção de que o desenvolvimento da pesquisa científica estaria diretamente vinculado a um projeto de desenvolvimento nacional mais abrangente (MENDES, 2006).

institucionalmente a ciência brasileira (BOTELHO, 1990; MENDES, 2006). Ao analisar as ações da SBPC, observa-se que a entidade, ao mesmo tempo em que procurou defender os interesses da pesquisa científica e dos cientistas, atribuindo a si esse papel, também buscou um diálogo com o Estado, articulando-se politicamente e tendo um importante papel nessa integração.

1.2 - A SBPC como espaço de representação e mobilização da comunidade científica

Como forma de reforçar seu papel enquanto espaço de diálogo e de representação nacional para cientistas brasileiros, a partir do ano de 1949 a SBPC começou a promover encontros anuais em diferentes cidades do país – as reuniões anuais da SBPC – e iniciou a publicação da revista *Ciência e Cultura*. Essas duas iniciativas foram muito importantes para a viabilização de uma maior capilaridade e comunicabilidade da SBPC, pois promoviam vínculos mais estreitos e sistemáticos entre seus membros, que apresentavam suas ideias e demandas em artigos e debates, e pleiteavam junto ao Estado uma maior participação em temáticas e agendas que diziam respeito a assuntos científicos (FERNANDES, 2000). Para Botelho (1990), as reuniões anuais da SBPC em seus anos iniciais foram vitais para dar início à interação nacional dessa comunidade, pois ao se realizarem em cidades fora do eixo Rio-São Paulo contribuíam para a formação de redes integradas e de intercâmbio científico em todo o território brasileiro, além de servir para a realização de contatos com autoridades políticas locais. Essas reuniões possuíam, além das discussões públicas sobre a ciência nacional, um caráter de troca científica capaz de integrar cientistas brasileiros e estrangeiros, ampliando redes em escala internacional, e suscitando temas relativos às problemáticas e realidades em diferentes escalas (BOTELHO, 1990; FERNANDES, 2000; SILVEIRA, 2000). Nessa mesma direção, em 1949, foi criada a revista *Ciência e Cultura*, primeiro meio de comunicação impresso da SBPC, que atendia a dois objetivos principais: “(1) ser uma revista especializada que cobrisse todos os campos científicos e (2) ser um instrumento de informação e coordenação da comunidade científica” (SILVEIRA, 2000, p. 38). Na medida em que congregava diferentes áreas, a publicação servia como instrumento de aglutinação de representantes de diferentes campos do conhecimento e instituições variadas. Foi considerada, junto às Reuniões Anuais, “o

principal meio de posicionamento dos fundadores e dirigentes da SBPC durante a maior parte do século XX” (FARIA et al, 2021, p.315), servindo desse modo à sua estruturação inicial²³. Observa-se, portanto, que essas iniciativas foram canais de legitimidade, articulação e visibilidade da entidade e da própria comunidade científica que ela representava, fortalecendo a entidade, seus membros e seus posicionamentos políticos e científicos.

Nesse contexto de estruturação, a SBPC demonstrava-se particularmente ativa em reivindicações por melhores condições e espaços de trabalho para os pesquisadores, como o apoio à pesquisa básica, o regime de tempo integral e de dedicação exclusiva, a obtenção de melhores salários e financiamento para pesquisa, a autonomia da universidade e dos institutos e a manutenção de bolsas de estudo para aperfeiçoamento de cientistas no Brasil e no exterior (MENDES, 2006). Em decorrência desse posicionamento articulador e aglutinador, a SBPC assumiu gradativamente papel cada vez mais relevante e visível na defesa de temáticas referentes à ciência nacional.

Nesse mesmo movimento, devido ao seu apoio a setores da comunidade científica, a SBPC promoveu, de maneira direta ou indireta, a criação e o fortalecimento de outras sociedades científicas, como por exemplo, da Sociedade Brasileira de Física (SBF)²⁴, em 1966, e da Sociedade Brasileira de Química (SBQ)²⁵, em 1977, constituídas durante reuniões anuais da SBPC. Além disso, observa-se a participação ativa de

²³ A revista *Ciência e Cultura* permanece ativa, mas ao longo dos anos passou por algumas modificações em relação à sua periodicidade. Entre os anos de 1949 e de 1970, foram publicadas quatro edições por ano. A partir de 1972 até 1990, passou a ser publicada mensalmente. Nos anos que se sucederam e até os dias de hoje, a revista voltou a ter um intervalo maior entre as suas publicações, tendo em média de quatro a seis edições ao ano. Sobre a revista *Ciência e Cultura* ver Faria et al (2021).

²⁴ A Sociedade Brasileira de Física foi criada no dia 14 de julho durante a 18ª Reunião Anual da SBPC realizada em Blumenau, Santa Catarina no ano de 1966. Nessa mesma ocasião ocorreu o primeiro encontro da entidade, tendo sido os seus participantes - pesquisadores, professores do segundo grau e estudantes de física - convocados para a mesma por meio de uma carta individual enviada a todos os sócios do setor de física da SBPC. Durante a Assembleia foi lido e aprovado o anteprojeto de Estatuto para a SBF, elaborado anteriormente por uma comissão de físicos na 16ª Reunião da SBPC ocorrida em Ribeirão Preto, SP, em 1964 (SALINAS, 2001).

²⁵ A atual Sociedade Brasileira de Química (SBQ) foi criada em 1977 durante a 29ª Reunião Anual da SBPC, na cidade de São Paulo, sendo liderada pelos químicos Simão Mathias (USP), Jacques Danon (CBPF) e Ricardo Ferreira (UFPE). Em 1922, havia sido criada uma Sociedade Brasileira de Química que em 1951 se fundiu com a Associação Química do Brasil para criar o que hoje é a Associação Brasileira de Química. Porém, insatisfeitos com a atuação da entidade em meio ao contexto de ditadura militar, estudantes, professores e pesquisadores da área buscaram a construção de uma nova SBQ, como um espaço de discussão política e científica (PEIXOTO, 1978; BECHARA; VIERTLER, 1997).

associações como a Sociedade Brasileira de Farmacologia e Terapêutica Experimental (SBFTE)²⁶, que, apesar de não ter sido criada na entidade, realizava seus congressos anuais durante às ações e reuniões anuais da SBPC. Desse modo, a SBPC buscava construir uma identidade autônoma e independente na luta pela defesa de pautas do campo científico, dentro e fora da entidade. Essa dimensão ativista manteve-se presente durante boa parte de sua trajetória, inclusive no período da ditadura civil-militar instituída em 1964.

Durante esse período, o Estado e a comunidade científica estabeleceram uma relação complexa de aproximações, tensões e distanciamentos. Ao mesmo tempo em que promoveu ferrenha e violenta perseguição política a cientistas e intelectuais, os militares estruturaram um amplo sistema nacional de ciência e tecnologia no país, direcionando vultosos recursos financeiros para a comunidade científica, criando institutos e formulando planos de desenvolvimento científico e tecnológico (MOTTA, 2014). Entre tais investimentos pode-se citar a criação do Fundo de Desenvolvimento Técnico Científico (Funtec), em 1964, voltado ao financiamento dos cursos de pós-graduação, e da Financiadora de Projetos (FINEP), em 1967, direcionada ao financiamento de pesquisas para a inovação tecnológica e industrial. O governo Costa e Silva, que considerava o investimento científico e tecnológico como “um instrumento para a aceleração do desenvolvimento” (MOTOYAMA et al, 2004, p. 327), formulou outras propostas, como o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), em 1967, que buscava vincular a pesquisa em ciência e tecnologia (C&T) aos fatores estratégicos para proporcionar melhorias nas condições econômicas e militares do país (LEVY, 2010), e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), em 1969, que buscava apoiar financeiramente programas e projetos prioritários na área de C&T. O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) foi outro marco dessas iniciativas para a área de ciência e tecnologia, tratadas como prioritárias para o desenvolvimento nacional, assim como o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT), criado em 1972, no governo Médici (MOTOYAMA et al, 2004).

²⁶ A Sociedade Brasileira de Farmacologia e Terapêutica Experimental (SBFTE) foi em 1966 e até 1981, todos os congressos anuais da SBFTE foram realizados no âmbito das Reuniões Anuais da SBPC. (SOCIEDADE BRASILEIRA DE FARMACOLOGIA E TERAPÊUTICA EXPERIMENTAL (SBFTE)).

Nesse contexto, observa-se que a SBPC, ao mesmo tempo em que denunciava a cassação de pesquisadores e as aposentadorias compulsórias, evidenciadas nos casos da interferência dos militares na Universidade de Brasília (UnB), em 1966²⁷, e do chamado “Massacre de Manguinhos”, em 1970²⁸, também apresentava um posicionamento favorável às ações do Governo no que dizia respeito à política de ciência e tecnologia. A SBPC, portanto, seguindo as premissas que estiveram presentes desde sua criação, realizou no contexto da ditadura civil-militar um movimento de defesa da ciência nacional, lutando por melhores condições de trabalho para os cientistas brasileiros, pela defesa de autonomia e contra perseguições políticas, posicionando-se criticamente ao regime. Entretanto, havia entusiasmo com determinadas ações do governo militar que privilegiavam a comunidade científica, como o direcionamento de verbas volumosas às áreas da ciência e tecnologia e para o desenvolvimento de políticas científicas. A SBPC chegava a congratular publicamente os militares, elogiando as altas cotas orçamentárias, as iniciativas de reforma universitária, em 1968, além de contar com a participação de representantes do governo em suas reuniões anuais (FERNANDES, 2000).

Fernandes (2000), em seu livro sobre a trajetória da SBPC, principalmente no período da ditadura militar, argumenta, a partir de uma análise gramsciana, que a relação entre os militares e os cientistas pode ser compreendida a partir “das formas como os grupos dominantes na sociedade brasileira usaram símbolos (racionalidades, ciência e planejamento) para legitimar sua dominação” (FERNANDES, 2000, p. 26). Afirma ainda que os militares se valeram dessa estratégia para tentar incorporar “a elite

²⁷ Tendo sido idealizada por Darcy Ribeiro, a Universidade de Brasília (UnB) foi criada no dia 15 de dezembro de 1951 com a finalidade de trazer uma nova estrutura e organização para as universidades. Desde a sua criação foi estabelecido o sistema de departamentos e institutos no lugar das antigas cátedras e faculdades, além da presença de cursos de pós-graduação funcionando simultaneamente com a graduação, do sistema de créditos por disciplina e do regime em tempo integral para seus funcionários. Contudo, após o Golpe Civil-Militar de 1964 a instituição começou a sofrer pressões e ataques à sua autonomia, que levariam a uma intervenção e à invasão de seus *campus* em 13 de abril de 1964. Durante a ação, alunos e docentes foram interrogados e presos, o que desencadeou demissões e a mudança do caráter e objetivos da UnB (MOTOYAMA et al, 2004; MOTTA, 2014).

²⁸ O Massacre de Manguinhos foi um episódio de perseguição política a cientistas do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), atual Fiocruz, por parte do governo militar. Em 1970, dez cientistas - Augusto Cid de Mello Périssé, Domingos Arthur Machado Filho, Fernando Braga Ubatuba, Haity Moussatché, Herman Lent, Hugo de Souza Lopes, Masao Goto, Moacyr Vaz de Andrade, Sebastião José de Oliveira e Tito Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti - foram cassados e tiveram os seus direitos políticos suspensos, sendo impedidos de atuar em instituições federais (LENT, 2018; SANTOSa, 2020). A expressão Massacre de Manguinhos foi cunhada pelo cientista Herman Lent em seu livro “O Massacre de Manguinhos”, publicado em 1978.

científica em seu sistema de dominação ou, ao menos, para neutralizar potenciais antagonismos” (FERNANDES, 2000, p. 26). A autora afirma que o governo militar utilizou-se da sua relação com a comunidade científica como forma de legitimar-se socialmente. Para tanto, o Estado teria implementado várias iniciativas para se aproximar dos cientistas e de suas associações, concedendo grandes orçamentos, aumentando os fundos de pesquisa e melhorando as suas condições de trabalho. Tais investimentos teriam sido possibilitados pelas condições financeiras relativas ao chamado “milagre econômico brasileiro”. Entretanto, ao mesmo tempo em que realizava essas iniciativas, o governo autoritário também promovia aposentadorias compulsórias, prisões e exílios de pesquisadores e cientistas. Para Fernandes (2000), a SBPC teria vivido a ambiguidade de condenar e denunciar algumas das ações do governo e ao mesmo tempo expressar seu apoio às medidas em prol do desenvolvimento científico nacional.

O estudo de Rodrigo Patto Sá Motta (2014), sobre as universidades no período da ditadura civil-militar, permite nova interpretação desta relação contraditória da SBPC com o governo. Ao analisar as articulações entre a comunidade acadêmica e o Estado, Motta aponta que a força de certas tradições culturais brasileiras poderia explicar a construção de relações peculiares entre o aparato repressivo e os meios acadêmicos e científicos. Inspirado pelo conceito de acomodação, entendida como uma característica central da cultura política brasileira, o autor aborda como grupos que ocuparam posições de poder ao longo de nossa história buscaram acordos com determinados estratos da sociedade para manter a ordem social, evitando enfrentamentos e mantendo-os excluídos das disputas pelo poder. Em sua avaliação do regime militar, Motta (2014) indica a persistência dessas características, afirmando que os militares valeram-se dessas estratégias para afastar possíveis “radicalizações”. Para o autor, a categoria de cultura política permite compreender aspectos contraditórios da ditadura militar, como seu caráter paralelamente conservador e modernizador, e também violento e flexível, especialmente no que diz respeito à sua ação junto à comunidade científica e à política universitária, que abrangia simultaneamente repressão e negociações. Para ele, a reforma universitária foi um exemplo dessas relações, a partir da qual buscou-se desmobilizar as críticas direcionadas aos militares no meio acadêmico. Para sua

implementação, o governo apropriou-se de parte das ideias presentes no projeto de criação da UnB - marcado por participação da intelectualidade de “esquerda” - ao mesmo tempo em que incorporou uma versão “autoritária, tecnocrática e também mais elitista” (MOTTA, 2014, p.293) para dar forma ao seu projeto. Essa articulação demonstra o caráter paradoxal de um processo que, inserido numa lógica autoritária, de modo simultâneo, possibilitou o crescimento e o desenvolvimento de instituições de pesquisa e ensino. Portanto, é possível afirmar que a postura da SBPC durante o regime militar também teria sido influenciada por essas estratégias, uma vez que, na condição de sociedade representativa da comunidade científica, estaria submetida a essa lógica de negociações, reivindicações e acomodações, segundo seus interesses e perspectivas.

Contudo, observa-se que, no decorrer da década de 1970, a entidade modificaria em parte a sua postura, assumindo um posicionamento mais crítico ao regime. Esse movimento da SBPC relacionava-se a um conjunto de transformações ocorridas no contexto nacional e internacional, ligadas à mudança de aspectos políticos, econômicos e sociais, referidos à conjuntura interna de gradual abertura política brasileira e também de crise econômica no fim do “milagre brasileiro”.

A partir da metade da década de 1970, o Brasil passou por um longo e gradativo processo de “abertura política” e de transição, marcado por diversas medidas e fatores. Se no início da década de 1970, após o endurecimento do regime em 1968 com a promulgação do AI-5, o estado autoritário atingia o auge de seu poder repressivo e aparente desenvolvimento econômico, nesse momento também já eram sinalizados “os atores principais do processo de abertura, bem como seus condicionantes políticos, econômicos e sociais” (TEIXEIRA DA SILVA, 2019, p.319). Esse movimento de transição também relaciona-se com o processo de sucessão presidencial militar entre os presidentes militares General Emílio Garrastazu Médici - integrante da chamada linha-dura militar - e o General Ernesto Geisel - ligado à linha castelista, a qual defendia a flexibilização do regime - que ocorreu entre os anos de 1973 e 1974. Os indicadores do governo de Médici, como o crescimento do PIB brasileiro, e a aparente fragilidade das forças de oposição - que após o AI-5 tinham sido desbaratadas e fortemente perseguidas - possibilitou momento de estabilidade política e econômica que permitiu o delineamento dos primeiros movimentos de distensão política, um processo “planejado

para ser “lento, gradual e seguro” permitindo a acomodação das forças em disputa para evitar choques graves” (MOTTA, 2014, p. 232).

Nota-se, no entanto, que a partir do ano de 1973, o Brasil vivenciou o início de uma crise que teria consequências nas duas décadas seguintes. Os impactos da Primeira Crise do Petróleo - decorrente dos embargos dos países da OPEP aos Estados Unidos - e a consecutiva desaceleração das relações econômicas entre EUA e Brasil, aliados ao endividamento do país e perda de dinâmica nos setores produtivos, interferem de maneira direta no desenvolvimento econômico nacional, dando fim ao “milagre brasileiro” (BATISTA, 2018).

No campo político, pode-se apontar uma mudança de postura dos EUA em relação à sua política externa, em especial, na transição do governo Nixon-Kissinger - período em que os EUA fomentaram os golpes militares da América Latina - para o governo do presidente Jimmy Carter. No contexto específico do pós-guerra do Vietnã e pós-escândalo de Watergate, a gestão Carter buscava promover uma importante virada na estratégia de ação e na conduta dos EUA perante o mundo. Visando recuperar o prestígio americano, abalado pelos protestos e o descontentamento da população com os conflitos militares, o governo dos EUA associou-se a um discurso pró-direitos humanos, buscando recriar condições de enfrentamento à União Soviética, prosseguindo em sua busca constante pela hegemonia global²⁹. Esse *turning point* estadunidense vai ao encontro do interesse em recuperar a sua credibilidade e a “mítica missão americana no mundo” (TEIXEIRA DA SILVA, 2019, p. 321), ancorada no discurso em defesa de valores morais e éticos universais. É importante salientar que essas denúncias às ações truculentas do Estado nos países latino-americanos não levaram a uma mudança efetiva dessas práticas, que continuaram ocorrendo. Não obstante, evidenciavam o aparente incômodo norte-americano com certas medidas econômicas e/ou políticas desses países, que nesse momento, se punham contrárias aos interesses dos EUA. A crítica norte-

²⁹ Nesse cenário da política externa norte-americana, era necessário demonstrar que as críticas dirigidas às ditaduras aliadas ao bloco socialista não eram apenas reflexo das discordâncias entre seus modelos econômicos, mas das posturas autoritárias dessas lideranças. Dessa maneira, a crítica às violações dos Direitos Humanos e da liberdade de expressão na União Soviética e de seus aliados deveria ser acompanhada de uma crítica às ditaduras da América Latina, apoiadas pelos EUA anteriormente e que em alguns casos eram reconhecidamente mais violentas que àquelas vinculadas ao bloco soviético, como ocorria em países como o Chile e a Argentina (TEIXEIRA DA SILVA, 2019).

americana em relação às práticas de violação de direitos humanos no Brasil também se relacionava ao seu incômodo com proposições brasileiras econômicas e políticas do período, em especial, a assinatura do acordo nuclear entre Brasil e Alemanha em 1975 e as políticas nacionalistas, estatistas e intervencionistas do governo Geisel. Tudo isso contribuiu para a exposição dos crimes da ditadura militar e para o enfraquecimento de sua estabilidade econômica, que de forma direta contribuiu para a perda gradativa de apoio popular (TEIXEIRA DA SILVA, 2009).

Esse processo pode ser evidenciado no resultado das eleições diretas para cargos legislativos em âmbito estadual e federal em 1974. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime, teve um ótimo desempenho eleitoral, conquistando um número expressivo de cargos em sua disputa com a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Na disputa das 22 cadeiras do Senado Federal, seus candidatos foram vitoriosos em 16 estados e na Câmara dos Deputados alcançaram 165 cadeiras, um resultado ótimo comparado às 87 conquistadas nas eleições de 1970, o que impediu que o governo tivesse maioria na Câmara. O MDB também alcançou maioria nas assembleias estaduais em seis estados - Acre, Amazonas, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara -, o que significaria um possível novo cenário para as eleições dos governadores que ocorreriam no ano de 1978 (CARVALHO, 2012). Nesse sentido, o MDB era mobilizado e fortalecido por diversos grupos da sociedade civil. Dentre eles, podemos citar os sindicatos, a Igreja Católica, grupos religiosos, a imprensa, a classe artística, as universidades, os estudantes – a representação estudantil nos diretórios acadêmicos (DCE) - e as entidades científicas, na figura da SBPC. Ao analisar a relação entre o Estado brasileiro e a SBPC nos anos de 1970, nessa conjuntura de gradual abertura política, crise econômica e de anseio democrático, observa-se que entre os cientistas brasileiros se intensifica uma postura mais crítica e contestadora às ações do regime militar.

Fernandes (2000) avalia que esse posicionamento pode ser observado nas discussões referentes à distribuição diferenciada de recursos que o Estado vinha realizando entre projetos de pesquisa científica, privilegiando áreas tecnológicas e criando novos institutos. Essas medidas demonstravam a disparidade de investimentos - de salários e infraestrutura - entre cientistas de diferentes instituições e áreas de

pesquisa. Também se manifestava o desejo da comunidade científica de participar mais ativamente da formulação de políticas científicas e da “tomada de decisão em assuntos concernentes à ciência” (FERNANDES, 2000, p. 159), pois com o fim do “milagre brasileiro” e com a crise econômica a partir de 1974, intensificaram-se os debates referentes às liberdades individuais e à autonomia política e científica (LOPES, 1997). Essa movimentação pode ser observada, em especial, na realização das reuniões anuais da entidade desse período e na demarcação de suas principais pautas. Fernandes (2000) também argumenta que a mudança de postura interna da SBPC relaciona-se diretamente com a inserção das ciências humanas nas reuniões anuais da entidade. Ainda que desde a sua criação a SBPC fosse aberta às humanidades, foi somente nesse período em que houve um estreitamento dessa relação e um aumento significativo da participação de cientistas dessa área, possibilitando que os debates realizados passassem a ter um caráter mais focado em questões políticas e econômicas. Fernandes (2000) destaca que, apesar de sua trajetória combativa na defesa das pautas científicas, foi a partir desse momento que a entidade se expandiu, intensificando sua postura crítica. Desse modo, ao mesmo tempo em que as ciências humanas - muito visadas pelo aparato repressivo do regime - encontravam na SBPC um espaço de organização e manifestação pública, a entidade, por sua vez, ampliava seu alcance no que diz respeito a discussões sociais mais abrangentes, atraindo mais público e visibilidade. Segundo Fernandes:

A partir de 1975, portanto, a SBPC adotou o que foi descrito como sua “função crítica” e iniciou o debate sobre uma série de temas sócio-econômicos, sociais e políticos. Estes incluíam discussões sobre o papel político da ciência; a política nuclear do regime; a defesa; o meio ambiente; a estatização da economia; a anistia; a reintegração dos professores universitários compulsoriamente aposentados; e um apelo pela abolição do Decreto nº 477, de 1968, que restringia severamente a liberdade política das universidades (FERNANDES, 2000, p. 37).

Devido à expansão de debates político-científicos, Schwartzman (2015) e Motta (2014) afirmam que nessa época a SBPC conquistou mais espaço público e na imprensa. As pautas políticas passaram a ter mais força, alcançando um grupo maior de cientistas e “amigos da ciência”. Esses espaços passaram a ser, portanto, ambientes privilegiados para a troca de ideias, exposição de opiniões e de crítica política, algo difícil de ser realizado de forma ampla no contexto de um regime ditatorial, destacando-

se especialmente as reuniões que ocorreram a partir da segunda metade da década de 1970.

Em 1975, na 27ª Reunião Anual da SBPC, ocorrida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), havia um tom de caráter mais crítico por parte da entidade quanto a debates referentes a questões econômicas, sociais e políticas. Tendo como símbolo um pássaro morto e a pergunta “Por quê?”, discutia-se a responsabilidade social dos cientistas em um mundo em transformação. Entre seus principais debates, estava o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha assinado secretamente e aprovado pela Câmara dos Deputados em outubro de 1975, sem a participação da comunidade científica. Esse acordo gerou tensões na relação entre o Brasil e os EUA, além de grande desconforto interno pela falta de diálogo com a comunidade científica, em particular com os físicos. Apesar da presença do Secretário do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso no evento, discursando sobre a aproximação entre o governo e a SBPC, e as contribuições da entidade na elaboração do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, os cientistas criticavam as ações do governo, reclamando por mais acesso e participação no processo de desenvolvimento das políticas científicas do período, entendendo essa participação como um direito e um dever da comunidade científica (FERNANDES, 2000; LOPES, 1997).

Por mais que a questão nuclear não tivesse sido programada para a reunião, essa pauta levou a um grande debate entre os cientistas, sobre os aspectos técnicos e éticos do acordo. Em relação aos aspectos técnicos, considerava-se a necessidade de mão-de-obra treinada para o manuseio do material radioativo; discutiu-se a necessidade do uso de urânio enriquecido em solo brasileiro, além de sua futura escassez e possíveis consequências negativas para o meio ambiente. Também foram discutidas as consequências que a importação dessa tecnologia poderia causar no sentido de um esvaziamento dos trabalhos que estavam sendo desenvolvidos nesse campo no país, assim como em pesquisas futuras (FERNANDES, 2000). Em relação à questão ética, o incômodo era em relação ao “silêncio total” sobre a realização do acordo e à falta de debate com os cientistas. Os físicos, por meio da reunião da SBF, que ocorreu em paralelo e de modo associado à reunião anual da SBPC, foram muito atuantes nessa discussão. Ao emitirem uma moção sobre o acordo que seria enviado ao Congresso,

afirmaram ser “indispensável que se discutam livre e amplamente os termos do Acordo Nuclear e suas implicações nos vários aspectos tecnológicos, econômicos, ecológicos e sociais da vida brasileira”³⁰ (ALMEIDA, 2015). Porém, devido às poucas informações sobre o acordo, essa pauta não era uma unanimidade entre os cientistas. Enquanto alguns eram terminantemente contrários, outros demonstravam certo otimismo em relação ao seu andamento e benefícios para a ciência nacional. José Goldemberg³¹, então presidente da SBF, com o apoio do secretário de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, o pesquisador José Israel Vargas, representava a ala que acreditava que o acordo seria positivo, pois possibilitaria um apoio qualificado para a independência no setor nuclear, importante no desenvolvimento do país³² (CHAVES, 2014).

Por sua vez, para outro grupo de cientistas, como por exemplo, o físico Ennio Candotti, também membro da SBF, a crítica ao acordo não seria “só de uma comunidade restrita que se reúne uma vez por ano, mas do país inteiro” (JORNAL DO BRASIL, 1975, p. 4), pois a falta de transparência não demonstrava somente o afastamento dos cientistas da tomada de decisões, mas também de toda a sociedade brasileira, que não estava ciente de ações que poderiam impactar no seu futuro. Para Chaves (2014), a oposição por parte dos cientistas membros da SBF sobre o acordo Brasil-Alemanha pode ser entendida como uma forma de reivindicar a democratização

³⁰ Moção aprovada em julho de 1975, na cidade de Belo Horizonte, durante a Assembleia Geral da Sociedade Brasileira de Física e publicada no boletim informativo da SBF no mesmo ano (ALMEIDA, 2015).

³¹ José Goldemberg graduou-se em física pela Universidade de São Paulo (USP) em 1950 e doutorou-se em física, também pela USP, quatro anos depois. As pesquisas de Goldemberg abrangem física nuclear, energia, planejamento energético e meio ambiente. Entre 1990 e 1992 ocupou vários cargos no Governo Federal: Secretário de Ciência e Tecnologia, Secretário de Meio Ambiente e Ministro da Educação. Também já ocupou a presidência da Companhia Energética de São Paulo (1983-1986) e a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (2002-2006). Além disso, já fez parte do corpo administrativo da USP, universidade da qual se tornou professor emérito em 2017. Ocupou cargos na presidência de entidades científicas, na SBF como secretário geral (1966-1967, 1967-1969) e na presidência (1975-1977; 1977-1979), e na SBPC, como presidente entre 1979 e 1981. Dentre seus muitos prêmios, destacam-se: *Doutor Honoris Causa* pelo Instituto de Tecnologia de Israel (1991), criação da “Cátedra José Goldemberg de Física da Atmosfera” na Universidade de Tel Aviv (1994) e a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico (1995). Foi selecionado pela TIME Magazine como um dos treze Heróis do Meio Ambiente na categoria de Líderes e Visionários (2007) e recebeu o Trieste Science Prize, da Academia Mundial de Ciências (TWAS, na sigla em inglês). É membro da Academia Brasileira de Ciências desde 1955. (MORALES, 2018) (GOLDEMBERG, J. Site da ABC. Disponível em: <<http://www.abc.org.br/membro/jose-goldemberg/>>. Acesso em: 10 de março de 2021).

³² Segundo depoimento a Chaves (2014), anos mais tarde a posição outrora de apoio ao acordo Brasil-Alemanha foi vista como “romântica” por Goldemberg, pois “não foi suficiente para conscientizar o Governo de que tinha que pôr gente melhor nisso, melhor em vários sentidos, melhor cientificamente e melhor politicamente” (CHAVES, 2014, p. 56).

da formulação da política nuclear, pois “boa parte dos críticos oriundos desses grupos não era contra a opção nuclear por completo, mas sim favoráveis a um desenvolvimento mais democrático e condizente com a realidade técnico-científica nacional” (CHAVES, 2014, p. 51).

A polêmica em torno do acordo revelava uma discussão pública não somente sobre suas consequências para a ciência nacional, mas também sobre o modo pelo qual o Governo Federal tinha executado sua articulação e realização. Essa discussão, que envolvia interesses políticos e científicos, possibilitou a manifestação e o diálogo entre cientistas de diferentes áreas que reagiram à medida arbitrária de afastamento da comunidade científica de um assunto importante sobre o qual eles exigiam que fossem ouvidos. Portanto, observa-se nesse período a formação de núcleos de cientistas que buscavam meios de se organizar em prol de uma maior participação nas tomadas de decisão sobre temas de grande relevância nacional. Tal movimento pode ser exemplificado pelo grupo de sócios da SBPC do Rio de Janeiro, do qual Candotti fazia parte, que a partir de 1975 começaram a se articular localmente e discutir ações em prol do desenvolvimento científico e social, compreendendo que este só seria efetivo através de uma estrutura democrática e articulada conjuntamente com a sociedade.

A 28ª Reunião Anual da SBPC, que ocorreu em 1976 na Universidade de Brasília (UnB), foi marcada por grande participação popular, com o comparecimento do dobro de participantes em relação a reuniões de anos anteriores³³. Sendo a primeira reunião a ser realizada na capital federal, além da participação de cientistas e estudantes, houve a presença também de políticos do partido MDB, que na lógica do bipartidarismo era o partido de oposição ao Governo. Após a Reunião Anual de 1975, as reuniões continuaram a contar com a presença de cientistas sociais, como Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. Nesse sentido, por mais que os debates sobre questões político-sociais ainda ocupassem uma porcentagem pequena na programação dos simpósios do evento, ficava claro o interesse do público nessas discussões, que atraíam também o interesse da imprensa nacional, sendo noticiadas nos principais jornais da

³³ Essa reunião contou com 4.800 inscritos e com a participação de 7.500 pessoas, número muito superior ao quantitativo de participantes do encontro anterior, realizado em Belo Horizonte, que contou com 3.500 participantes e cerca de 3.000 inscrições (KEHL; BERNARDES, 1976).

época. Entretanto, alguns órgãos jornalísticos, ao noticiarem o encontro, realizaram análises superficiais e reagiram em reprovação às pautas dos pesquisadores das ciências humanas e aos debates realizados, manifestando duras críticas à presença de questões mais politizadas. Foram publicados editoriais que, ao evidenciar o caráter político do evento, acusavam a SBPC de escapar de seus propósitos. Os cientistas reagiram por meio de nota publicada na revista *Ciência e Cultura* em novembro de 1976, que narrava o acontecido como:

censura interna, indiretamente feita pelos donos dos jornais que submetem as matérias a uma linha editorial de seu interesse, distorcendo o significado das conclusões dos trabalhos e das discussões, quando estes não correspondem às suas opiniões (...) Isto se dá principalmente nos editoriais que refletem a posição dos donos dos jornais, mas também na escolha e seleção de temas a serem publicados, no espaço dedicado a cada tema, etc. Este ano jornais como *O Estado de São Paulo*, o *Jornal do Brasil*, a revista *Visão* lançaram diversos editoriais ou matérias interpretativas escandalizados com o caráter político que estava assumindo a reunião anual da SBPC, acusando a Sociedade de fugir de seus objetivos e de seu campo de atuação, e estabelecendo dessa maneira uma falsa oposição entre o social e o científico que só pode ser defendida por quem não quer ver as questões que afetam a sociedade, debatidas com a profundidade e o objetividade próprias da Ciência. Os cientistas da SBPC, entretanto, não têm se intimidado ou se perturbado com estes tipos de pressões. Pelo contrário, têm conseguido manter a objetividade e a seriedade da atuação da Sociedade, e impor respeito a ela junto ao público e ao governo (KEHL; BERNARDES, 1976, p. 1353-1354).

A despeito da reação dos cientistas, as acusações permaneceram, chegando-se a questionar o caráter científico do encontro e mesmo a explicitar um ataque mais direto às ciências humanas. Segundo Fernandes (2000), o episódio era um sinal de que, naquele momento, a responsabilidade e a mobilização social reivindicadas pela comunidade científica passavam a incomodar o governo. Fernandes considera que a interferência que seria realizada pelo governo na reunião de 1977 pode ter sido uma consequência das discussões e movimentos que marcaram as reuniões de 1975 e 1976.

O ano de 1977 foi considerado um marco no estreitamento da relação entre a SBPC e a sociedade civil e também o ápice de seu posicionamento crítico ao governo. O próprio processo para a realização da 29ª Reunião Anual da SBPC expressou os

embates políticos do momento e as formas de resistência da associação ao regime, que contaram com grande comoção e mobilização de diversos setores da sociedade.

Segundo Fernandes (2000), devido à suspeita de que ocorreria uma mobilização estudantil da UNE nessa reunião, prevista para ocorrer em 1977 em Fortaleza, no *campus* recém-construído da Universidade Federal do Ceará (UFC), o governo federal solicitou que esta fosse adiada. Além do pedido de adiamento, foram também suspensas as verbas acertadas para a realização do evento, prometidas pelo Ministério da Saúde e Educação no ano anterior, alegando-se a necessidade urgente de aplicá-las para outro fim (CIÊNCIA E CULTURA, 1977a, p. 937). A SBPC se recusou a adiar a reunião e decidiu transferi-la para a cidade de São Paulo. Em busca de um espaço, foi solicitada permissão para utilizar o *campus* da USP, instituição ligada ao governo do Estado de São Paulo e não à esfera federal. Entretanto, o reitor da universidade negou o pedido alegando "ordens superiores"³⁴. Alguns membros da classe política também se colocaram contrários ao evento. Em reportagem do *Jornal do Brasil*, o representante do Governo no Senado Eurico Rezende alegava não ter visto até o momento "nenhuma colaboração concreta à Ciência, dada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que existe há tantos anos e ultimamente tem desandado para temas políticos", e que "o último congresso da SBPC foi em Brasília, no ano passado, e o que se viu foi muito de política e pouco de ciência" (JORNAL DO BRASIL, 1977h, p. 17). Além dele, o senador José Sarney, representante da ARENA, ao afirmar que o governo não tinha nenhum problema com a SBPC e que os recursos foram destinados a outras prioridades, alegou que grande parte dos membros da SBPC pretendia utilizar o evento para fazer política partidária. A situação evidencia a visibilidade que as reuniões e a SBPC vinham assumindo em caráter nacional, gerando preocupação nas altas esferas do governo. Ficam evidentes a postura contrária dos setores governistas à SBPC e a quebra na relação que o governo militar vinha mantendo com a entidade até aquele momento. Se entre os anos de 1974 a 1976 ocorreu a participação de membros do governo nas reuniões anuais, como a do secretário de Planejamento da Presidência da República

³⁴ Sobre esse caso, em reportagem do *Jornal do Brasil*, o Ministro da Educação Ney Braga negou qualquer participação no episódio afirmando que "A USP é totalmente autônoma. O MEC não mantém com ela qualquer vinculação. Eu não transmiti qualquer orientação" (JORNAL DO BRASIL, 1977c, p.14).

João Paulo dos Reis Velloso, além de encontros entre o presidente Geisel e os membros da SBPC, agora a postura do Estado era de intervenção na reunião, com medidas que prejudicavam a sua manutenção, organização e realização.

O evento acabou sendo realizado no campus da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), cedido pelo cardeal D. Paulo Evaristo Arns, importante líder religioso da ala progressista da Igreja Católica, após a solicitação da entidade. Resolvida a questão do local, voltaram-se à problemática do orçamento, pois apesar de a SBPC salientar sua autonomia em relação ao Estado, era sabido que a maior parte de sua verba era advinda do governo federal. Iniciou-se, portanto, um movimento em prol da realização do evento, que integrou não só a comunidade científica, mas, devido a sua proibição, alcançou atenção da mídia gerando grande comoção pública e da classe artística. Fernandes (2000, p. 227) narra que, tendo sido transformada em uma “reunião do povo”, ela ocorreu graças a uma grande campanha pública de solidariedade para obtenção de fundos, através de leilões de arte, shows, peças de teatro, exposições, além de ações de trabalho voluntário e disponibilização de residências para a estadia de seus participantes. Tal situação foi noticiada pelo *Jornal do Brasil*:

A comissão organizou visitas de sócios e estudantes a nove teatros da Capital (...) para vender cartazes e pedir alojamento para os participantes de outros estados. Os sócios da SBPC programaram (...) a realização de um show artístico beneficente. Os convidados: Chico Buarque, Caetano Veloso, Gil, Bethânia, Milton Nascimento, Elis Regina, Ney Matogrosso, Simone, Toquinho e Vinicius, Tom Jobim, Carlinhos Vergueiro, MPB4, Belchior, Alaíde Costa, Nana Caymmi, Edu Lobo, Cristina, Fafá de Belém, Marília Medalha, Paulinho da Viola, Paulinho Nogueira e Marcus Vinicius. Nos dias 5,6 e 7, a galeria Fernando Milan estará realizando um leilão de paredes em benefício da SBPC; A Associação dos Gráficos montará uma exposição durante os dias de realização da reunião, na própria PUC (a renda das gravuras vendidas irá para a entidade); Diversos artistas plásticos também organizarão uma exposição na PUC, com toda a arrecadação para a Sociedade. O produtor Mateus Pereira doou à entidade 100 discos para serem vendidos. O balé Stagium fará uma apresentação na terça à noite, no TUCA; o coral da PUC se apresentará na sexta-feira, dia 08; A peça Pequenos Burgueses, com Raul Cortez, fará uma pequena estreia, no dia 14. As rendas desses espetáculos serão remetidas à SBPC. (...) A Comissão de Alojamento informou que já há 450 residências que ofereceram alojamento para cerca de 700 participantes (JORNAL DO BRASIL, 1977b, p. 6).

Houve, portanto, uma grande movimentação de diversos setores da sociedade civil em prol da organização e realização do evento³⁵. Em sua cerimônia de abertura, o professor Maurício Rocha e Silva, presidente de honra da 29ª Reunião Anual e um dos fundadores da SBPC, afirmava que a partir daquele momento a SBPC seguia um “novo rumo”, sendo esta reunião uma "prova de fogo" da entidade, pois:

A tradição da SBPC, desde os seus primeiros tempos, tem sido alternar grandes explosões com manifestações menores e por isso foi escolhida a cidade de Fortaleza, de difícil acesso, onde esperávamos uma Reunião mais tranquila, em que a SBPC poderia meditar sobre o caminho percorrido, desde a sua fundação até 1948. No entanto, quis o destino que, justamente neste momento decisivo para os destinos do País, das universidades e do clamor dos estudantes por mais liberdade, melhor ensino e mais participação na vida da sua universidade e do país, a reunião fosse transferida para um palco mais amplo para que a sua voz fosse ouvida por número maior de participantes. E agora, nesta reunião que se realiza em São Paulo, os participantes não são apenas nós, os sócios da SBPC, mas todo o povo brasileiro representado pelos seus intelectuais, cientistas, artistas de teatro, escritores, sonhadores de um país melhor liberado da opressão e do obscurantismo (SILVA, 1977, p. 1056).

Até para os próprios membros da diretoria da SBPC, a realização da reunião tomou um rumo inesperado, sendo transformada em uma plataforma que lhe permitiu ampliar sua visibilidade e mobilização e sua postura de contestação ao governo. O que era uma reunião entre cientistas assumiu um novo contorno, levando-a a trilhar um novo caminho, com novos parceiros e alianças, o que fomentava otimismo, mas também certa apreensão.

A 29ª Reunião Anual da SBPC contou com aproximadamente 6000 participantes, movimentando debates, diferentes simpósios e obtendo uma grande repercussão em jornais da época. Entre as questões que tiveram destaque nas mídias salientam-se as referentes ao “Estado e economia no Brasil”, com a presença dos sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Francisco de Oliveira; o simpósio "O ensino público no Brasil", no qual os professores Darcy Ribeiro e Waldemar Saffiotti abordaram o analfabetismo e teceram críticas à ineficiência do Mobral; além das

³⁵ A intensa campanha de arrecadação de fundos foi importante para a própria estrutura organizacional da SBPC, pois devido ao seu alcance, gerou lucro para a entidade, possibilitando uma maior estabilidade financeira em um momento em que o Estado cortava seu apoio financeiro (FERNANDES, 2000).

discussões sobre raça no simpósio “O Brasil negro”, em que o sociólogo Eduardo Oliveira de Oliveira defendeu uma "ciência para e não tanto sobre o negro" e comentou os estudos sobre raça no Brasil e do seu lugar ainda não privilegiado na historiografia (JORNAL DO BRASIL, 1977d; JORNAL DO BRASIL, 1977e; JORNAL DO BRASIL, 1977j).

Em meio à efervescência dos debates realizados na 29ª Reunião Anual, revelaram-se divergências de posicionamentos, tal como evidenciado nas discussões que ocorreram na Assembleia Geral do evento, no auditório da PUC. Ao iniciar a Assembleia, o então presidente da entidade Oscar Sala³⁶ anunciou que as moções a serem discutidas e votadas na plenária já tinham sido selecionadas previamente pela diretoria da entidade. É possível inferir que esse posicionamento da direção pode estar vinculado ao seu receio de dar espaço a questões polêmicas, visto que o evento tinha tomado grandes proporções e integrado múltiplos grupos com demandas variadas, o que na visão da diretoria extrapolaria os objetivos da entidade. Esse posicionamento levou a uma reação negativa dos presentes, em especial dos estudantes, que foram muito atuantes em sua participação no evento e em prol da campanha de arrecadação de fundos na cidade. Tendo realizado reuniões do movimento estudantil durante o encontro, eles desejavam apresentar e debater uma moção que tinha como objetivo a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Com a recusa de Sala ao pedido, acusaram a diretoria de ser antidemocrática e houve tumulto, com vaias e aplausos daqueles que concordavam ou discordavam da decisão (FERNANDES, 2000). Sala, ao comentar a situação, enfatizou que a SBPC não poderia ter um caráter político partidário em seus discursos, salientando que:

A única forma de se preservar a SBPC é obedecendo seu estatuto e se os sócios quiserem se deslocar até a Assembleia Legislativa para levar a questão, até acompanhamento todos eles. Mas a SBPC não é partido

³⁶ Oscar Sala (1922- 2010), tendo nascido na cidade de Milão, na Itália, e naturalizado brasileiro, foi um eminente físico nuclear. Graduiu-se em física pela USP no ano de 1943, onde foi contratado para o cargo de professor assistente nas disciplinas de Física Geral e Física Experimental. Sala participou do Grupo Científico Internacional de Trabalho sobre Dados Nucleares, organizado pela Agência Internacional de Energia Atômica, em Varsóvia e Tóquio. Integrou o grupo de trabalho Brasil-Estados Unidos, organizado pela *National Academy of Sciences* e pelo CNPq. Foi diretor-científico da FAPESP (1969-1974), presidiu a Sociedade Brasileira de Física (1966-1967), a SBPC (1973 -1979), a Associação Interciência das Américas e outras entidades. Oscar Sala faleceu em 2 de janeiro de 2010, em decorrência de uma parada cardíaca (MOTOYAMA;GORDON ,2010).

político (...). Há outras instituições. A SBPC não pode resolver todos os problemas do país (...). Estamos exercendo amplamente a liberdade, nesta reunião, e não vamos destruir a entidade. O problema da constituinte ainda não está amadurecido, é questão que está num partido político e a SBPC é uma entidade científica (SALA, 1977 *apud* FERNANDES, 2000, p. 232).

Se por um lado o encontro aprofundava a dimensão crítica e contestadora da SBPC, ele também revelava que o entendimento sobre os sentidos dessa dimensão política na defesa da ciência não era consensual entre seus membros.

A sessão de encerramento foi marcada por um incidente. Devido à pequena capacidade do teatro em que se realizaria o encontro e a grande quantidade de público que desejava participar, muitas pessoas não conseguiram entrar no local. A partir de então houve muita reclamação dos que estavam fora - em sua maioria estudantes -, que se manifestaram pedindo a transferência para um espaço maior. Em decorrência dessa situação - de gritaria e interrupções -, o cientista e presidente de honra do evento Maurício Rocha e Silva passou mal, o que levou ao encerramento da reunião (FERNANDES, 2000; JORNAL DO BRASIL, 1977k, p.13). Embora essas circunstâncias tenham sido motivo de incômodo para a entidade e para as associações discentes³⁷, também sinalizaram a ampla participação e engajamento de diversas esferas da comunidade científica no evento, ao demonstrar que esses grupos estavam engajados em contribuir e participar de sua realização por acreditarem na entidade como um espaço possível de transformação social. Desse modo, seus participantes e a sociedade civil como um todo encontravam na reunião e na própria SBPC um espaço de exposição de pautas, de manifestação política e crítica social.

³⁷ O ocorrido na Assembleia Geral e na sessão de encerramento teve repercussão interna na entidade, com a redação de notas pró e contrárias à SBPC e a aos estudantes envolvidos. Pode-se citar o documento “Pela Unidade da SBPC”, assinado pelos diretórios centrais da USP, UFMG e PUC- Rio e apoiado por pesquisadores da USP, UNICAMP e do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), como por exemplo Marilena Chauí e Francisco de Oliveira. No documento, que foi distribuído após o ocorrido, criticava-se a postura dos estudantes e da SBPC, que poderiam ameaçar a unidade da entidade, levando-a a se esfalçar, e com isso, também esmorecer o movimento em prol da democracia. Os estudantes eram criticados por não compreenderem as limitações da SBPC e não contribuírem efetivamente para que a situação fosse superada e que decisões fossem tomadas. Em relação à SBPC, criticou-se a forma com que esta se dirigiu à assembleia, criando um ambiente de descontentamento pela falta de organização e acesso dos sócios ao local, pela forma como levaram as moções apresentadas e pela inabilidade na condução dos trabalhos, intensificando possíveis intransigências. Além disso, criticaram a postura dos participantes da reunião em geral por não conseguirem conduzir democraticamente o debate e a tomada de posições (JORNAL DO BRASIL, 1977f, p. 13).

Após a realização da 29ª Reunião Anual, a SBPC foi alçada a um grau de evidência ainda maior do que já possuía, aproximando-se de outros grupos sociais e políticos, como a Igreja Católica, associações de professores, a UNE e a classe artística. Segundo Fernandes (2000, p. 232), por mais que se perceba em sua diretoria uma preocupação em não assumir uma identidade política, a entidade reafirmava em suas declarações e documentos um posicionamento mais contundente em relação ao regime militar. Isso pode ser observado no documento “Memorial dos cientistas brasileiros à nação” (CIÊNCIA E CULTURA, 1977b), moção votada, aprovada e publicizada na Assembleia Geral da SBPC em 1977. Tendo um caráter crítico e político acerca da relação entre o Estado e a comunidade científica, o documento refletia sobre o “caráter da ciência no contexto da sociedade brasileira e sobre a própria SBPC, seus problemas atuais e perspectivas futuras e a adequação entre o seu grande crescimento e a sua vocação democrática”. A partir das interferências feitas para a realização da 29ª Reunião Anual e do movimento para a sua realização, o documento condenava as intervenções do Estado nas agências de pesquisa e reivindicava questões como a reintegração dos cientistas cassados e a anistia geral. Também foi evidenciado o repúdio dos cientistas às ações que violavam os direitos humanos, como por exemplo, o cerceamento de liberdades individuais, de livre expressão e os constrangimentos ideológicos pelos quais os cientistas e professores passavam em seus espaços de trabalho.

Embora essas questões de crítica e repúdio às medidas do governo militar estivessem presentes nos debates científicos anteriores, tais ações significavam um movimento de contestação importante em um cenário ditatorial de arbitrariedades, repressão e censura. Assim, como sinaliza Motta (2014):

As reuniões da SBPC foram transformadas em espaços privilegiados para expressão dessas críticas, principalmente nos encontros de 1976 e 1977, que contaram com a presença de intelectuais cassados e líderes da oposição. Nesse período, os eventos da SBPC tornaram-se muito concorridos, reunindo milhares de pessoas, com a pauta política assumindo a mesma ou maior importância do que os debates científicos. Esses certames científicos eram oportunidades interessantes para encontro e articulação dos grupos de oposição (MOTTA, 2014, p. 332).

Dessa forma, no contexto da ditadura, as reuniões da SBPC fortaleceram-se como um espaço de diálogo que permitia aos cientistas apresentarem suas críticas às ações do governo e suas reivindicações e debatê-las com outros núcleos da comunidade científica e da sociedade (FERNANDES, 2000; MOTTA, 2014). Schwartzman (2015) é enfático ao afirmar que “durante alguns anos, na década de 1970, as reuniões anuais da SBPC representaram o único foro aberto para discussões de qualquer espécie, em meio a um regime político fortemente fechado e censurado” (SCHWARTZMAN, 2015, p.314), demonstrando a força política desses encontros. Desse modo, durante esse período, a SBPC se consagrou como o principal espaço de organização da comunidade científica durante o regime militar, atribuindo-lhe proeminência na sociedade e integrando questões de caráter científico, político e social.

Segundo Silva (1997), o debate mais politizado das reuniões anuais acarretou um aumento considerável do número dos participantes, atraindo a imprensa e ampliando a visibilidade da SBPC nos meios de comunicação e em seu reconhecimento por parte da opinião pública. Se, nas décadas de 1950 e 1960, as reuniões eram marcadas pela presença de pesquisadores e professores, que além das pautas científicas também realizavam um forte intercâmbio acadêmico, a partir da década de 1970, com a abertura política e a defesa por uma sociedade democrática, o perfil do público presente se expandiu, atraindo discentes e docentes de variados segmentos - educação básica, ensino superior, alunos de graduação, pós-graduação - e de áreas diferentes. Ao mesmo tempo, as reuniões anuais também passaram a ser palco da organização de encontros de grupos e associações. Esse cenário pode ser observado na 30ª Reunião Anual da SBPC, que ocorreu em 1978 na Universidade de São Paulo (USP). Segundo Motta (2014):

Nos encontros da SBPC foram socializadas as primeiras experiências organizativas dos professores universitários que, no período pré-1964, salvo na USP, não possuíam entidades próprias. A primeira associação docente a se articular foi a da Universidade de São Paulo, em 1976, no rescaldo do episódio do assassinato de Vladimir Herzog. Seguiram-se iniciativas semelhantes na UFMG, UFRGS, UFPB, UnB, UFRJ, entre outras. As nascentes ADs fizeram sua primeira reunião geral durante a 30ª Reunião Anual da SBPC, em 1978, tendo em mira a articulação nacional. No ano seguinte, 1979, foi realizado um encontro de ADs universitárias, agora em número maior, e em 1981, elas organizaram sua entidade nacional, A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) (MOTTA, 2014, p. 332).

As associações docentes (ADs) foram pensadas como instrumentos de organização dos professores universitários em suas diferentes instituições, para atuar politicamente em favor da democratização da sociedade e das universidades, questionando as estruturas autoritárias delineadas pelo governo militar (MOTTA, 2014). Além das pautas políticas, as ADs tinham também um caráter corporativo, visando à criação de canais de discussão, análise e avaliação de questões diversas, entre as quais a melhoria de condições do ambiente universitário (DONATONI, 2004). No encontro - em que estavam presentes representantes de 17 ADs - foram discutidas as primeiras articulações para a criação de uma entidade nacional, a Andes, que possibilitaria a ampliação da mobilização das associações universitárias (DONATONI, 2004; LOPES, 1997). Desse modo, as reuniões da SBPC, que durante a sua trajetória foram reconhecidas como espaços de movimentação e representação das sociedades científicas, agora também possibilitaram a organização de associações científicas que teriam uma grande importância nas reivindicações do âmbito universitário na redemocratização.

Nesse sentido, após a 29ª Reunião Anual da SBPC, fortaleceu-se a concepção de que a comunidade científica, representada pela SBPC, tinha um papel essencial no processo de democratização da sociedade brasileira. Se a ditadura brasileira buscou cancelar e silenciar o principal espaço de representação e defesa dos interesses científicos, a única alternativa possível para garantir a defesa da ciência e da comunidade científica seria a construção de uma sociedade mais forte do que o aparato repressivo do Estado (FERNANDES, 2000). A partir dessa concepção, a SBPC estaria contribuindo com esse processo na medida em que possibilitava a ação de segmentos da sociedade na reivindicação de sua autonomia, fomentava espaços de debate e contribuía para o desenvolvimento sócio-político do Brasil.

No entanto, observa-se na SBPC posicionamentos que retomavam a questão dos limites de atuação da entidade como uma associação profissional, pois ao mesmo tempo em que suas reuniões se tornaram um espaço democrático de ampla participação social nota-se que alguns de seus membros reforçavam a importância de estabelecer limites no debate de algumas questões mais politizadas. Dias antes da realização da 29ª Reunião

Anual, em reportagem ao *Jornal do Brasil*, o secretário regional da SBPC da Bahia e professor da UFBA, Antônio Celso Spínola Costa, criticou a "excessiva participação política", afirmando que a proibição da 29ª Reunião Anual devia-se a sua utilização para "reinvindicações políticas que transcendem suas atividades" (JORNAL DO BRASIL, 1977a, p.8). O pesquisador criticou a participação dos estudantes nas assembleias da SBPC, a quem culpava de dar um enfoque exagerado nas questões políticas, uma vez que a entidade seria de cientistas e os estudantes deveriam comparecer para aprender e não politizá-la como vinha ocorrendo desde a Reunião de 1974 no Recife.

Essas questões também foram evidenciadas nas declarações de seu presidente, Oscar Sala, acerca da realização da Reunião Anual do ano seguinte, em 1978. Segundo reportagem intitulada "Reunião da SBPC será estritamente científica" do jornal *O Globo* (1978, p. 9), ao apresentar a programação do evento cujo tema central era "Fronteiras do Conhecimento Científico", o cientista teria declarado que a reunião da SBPC pretendia "retomar os primeiros objetivos estritamente científicos da entidade", e que seria proveitosa "apesar da efervescência do momento político" (O GLOBO, 1978, p. 9). Sala teria afirmado que esse posicionamento seria uma tendência para os próximos encontros, em que os eixos de discussão seriam "confinados" aos princípios científicos da entidade, pois, para que a ciência alcançasse seus objetivos, era necessário que os pesquisadores estivessem atentos prioritariamente a essas questões. Ao comentar os possíveis "atritos políticos" nos debates referentes às ciências humanas, declarava acreditar que tal situação fazia parte de uma fase já superada, pois eles eram decorrentes de pontos de vista distintos "das diversas áreas científicas". Para Sala:

A geração desses atritos (...) depende da maneira como se encaram os novos pontos-de-vista das diversas áreas científicas, que muitas vezes encontram resistências, independentemente da disciplina. É através dessas discussões que a ciência cresce e se desenvolve. (...) Os problemas das diversas áreas (..) vão sendo resolvidos à medida que se produz o desenvolvimento científico da Nação. Nessa perspectiva, acreditamos que as reinvidicações, principalmente dos setores empenhados na pesquisa, sejam substituídas por assuntos pertinentes à ciência (O GLOBO, 1978, p. 9).

Ao colocar seu discurso na primeira pessoa do plural – acreditamos - e levando-se em consideração que ele representava a diretoria da SBPC, supõe-se que esse posicionamento não partia somente de uma opinião pessoal, mas expressava (ou

pretendia expressar) o pensamento da diretoria da entidade, já que essa reportagem seria publicada em um jornal de grande circulação. Ennio Candotti, em entrevista, comentou que essa disposição mais reticente em relação à atuação e a certos posicionamentos da SBPC estava presente desde a reunião de 1977. Segundo ele, apesar de a SBPC ter saído “heroica” da 29ª Reunião Anual de 1977, os obstáculos impostos pelo governo teriam levado a diretoria, em especial seu presidente Oscar Sala, a hesitar quanto à realização do encontro (CANDOTTI, 2020). Podemos considerar que devido à necessidade e à relevância da articulação política entre a comunidade científica e o Estado, pela qual a SBPC se colocava como responsável, a diretoria da entidade ficasse receosa com uma abrupta quebra de relações entre o governo e a SBPC. No entanto, segundo Candotti, mediante as pressões e a mobilização dos sócios da entidade, "se acendeu a fogueira", garantindo a realização da reunião (CANDOTTI, 2020).

Nesse contexto pós-reunião de 1977, Oscar Sala esteve envolvido em uma polêmica. No mês de maio de 1978, o cientista, representando a SBPC, e Aristides Pacheco Leão, como presidente da ABC, foram convidados para um encontro com o então presidente General Ernesto Geisel e o General João Baptista Figueiredo, cotado para assumir o cargo de próximo presidente militar do Brasil (JORNAL DO BRASIL, 1978^a, p.4). Tendo o encontro ocorrido em clima amistoso, em reportagem do *Jornal do Brasil* sinalizou-se que os cientistas levaram ao futuro presidente “a disposição da comunidade científica brasileira de colaborar com seu Governo nos assuntos pertinentes à ciência e à pesquisa científica” (JORNAL DO BRASIL, 1978b, p. 3). Sala sinalizou que o encontro se deu para saber "de que forma os pesquisadores poderiam colaborar com o próximo governo nos assuntos que são pertinentes à ciência" (JORNAL DO BRASIL, 1978b, p. 3), não sendo tratadas questões polêmicas referentes à SBPC e às suas reuniões. Em complemento ao discurso de Sala, Aristides Pacheco Leão comentou, na reportagem, que estavam "ansiosos por dar uma colaboração, na eventualidade de uma reestruturação dos programas do governo ligados à ciência e a pesquisa, o que certamente ocorrerá" (JORNAL DO BRASIL, 1978b, p. 3). Ao comentar sobre a reunião anual, Sala ressaltou que não iria se repetir o que houve no ano anterior, pois agora as perspectivas eram bem otimistas.

Segundo Fernandes (2000, p. 243), ao levar-se em consideração o embate político que marcou a reunião de 1977 e a demonstração de força dada pela SBPC, o encontro entre os dirigentes das principais associações científicas e os militares demonstrava certo esforço do governo para restabelecer o relacionamento com a comunidade científica. No entanto, tal reunião não teve boa recepção entre todos os membros da SBPC. O professor e membro de honra da SBPC Mauricio Rocha e Silva, durante a 30ª Reunião Anual da SBPC realizada em 1978, fez insinuações acerca da aproximação entre Oscar Sala e o regime militar. Tais colocações foram feitas já na sessão inaugural da reunião, provocando um clima de tensão na assembleia. Após sua partida do encontro, de onde seguiu para Paris, enviou um telegrama - que foi distribuído entre o público presente à revelia da diretoria - solicitando a renúncia do presidente da entidade, acusando-o de trair os ideais da associação ao se dispor a estabelecer contato com o governo, e, desse modo, segundo ele, indo contra a tradição da sociedade (CIÊNCIA E CULTURA, 1978b, p. 1178). Segundo *Ciência e Cultura* (1978b, p. 1178), Sala leu o documento para a assembleia, entregando a presidência da sessão para o vice-presidente da SBPC Wilson Beraldo, que deu continuidade aos trabalhos. Segundo Fernandes (2000, p. 255), Oscar Sala renunciou por um curto período de tempo, retornando ao cargo para terminar o seu mandato em julho de 1979.

Esse episódio nos permite considerar que apesar da SBPC já estabelecer contato e dialogar com o governo desde a sua criação em 1948, atuando em prol da ciência, a reunião de 1977 foi realmente considerada um marco para alguns de seus associados, redirecionando seu posicionamento frente ao governo e às demandas da sociedade. Essa questão foi amplamente divulgada pela imprensa em 1979³⁸. Citando as reportagens “Melhor relacionamento entre governo e a SBPC” da Folha de São Paulo (FSP, 1979) e “Sala: Mantive os ideais da entidade” do Estado de São Paulo (OESP, 1979), Fernandes indica que Rocha e Silva teria chamado Sala de ‘adesista’, acusando-o de não respeitar a decisão dos membros da SBPC de se abster de contatos com o governo (FERNANDES, 2000, p. 255). Convocado para examinar o incidente, o conselho da SBPC reuniu-se dias após a Reunião de 1978 e considerou improcedentes as acusações feitas por

³⁸ Ao comentar sobre essa questão Fernandes (2000) sinaliza as reportagens da Folha de São Paulo com o título “Melhor relacionamento entre governo e SBPC” de 12 de julho de 1979 e do Estado de São Paulo “Sala: Mantive os ideais da entidade” também de 12 de julho de 1979.

Mauricio Rocha e Silva, manifestou sua solidariedade a Oscar Sala e conclamou-o a permanecer no cargo até o fim de seu mandato, que se encerraria em julho do ano seguinte, em 1979 (CIÊNCIA E CULTURA, 1978c)³⁹. Fica evidente, portanto, que havia posicionamentos divergentes entre os conselheiros da SBPC, principalmente se considerarmos o discurso enfático de Rocha e Silva sobre o “novo rumo” da SBPC na reunião de 1977⁴⁰.

Diante disto, torna-se importante realizar um panorama do cenário político nacional nesse momento. Em março de 1979, o General Figueiredo tornou-se presidente do Brasil, dando sequência ao processo de "transição controlada" promovido por Geisel (REIS, 2010). Apesar da continuidade de seu caráter autoritário e das perseguições políticas, observa-se uma distensão do regime de maneira gradual a fim de não impactar ou prejudicar as instâncias militares. Contudo, esse momento também foi caracterizado por intensa contestação política, marcada pela forte atuação de entidades que reivindicavam a ampliação de seus espaços de atuação, expressando seus interesses e pautas políticas. Nesse sentido pode-se citar a atuação do MDB durante o processo eleitoral de 1974; as ações de segmentos da Igreja Católica, que inspirados no processo iniciado no Concílio Vaticano II, posicionaram-se a favor de transformações sociais, principalmente pelo trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de figuras como D. Paulo Arns e D. Adriano Hipólito; de setores da imprensa alternativa, que denunciavam as arbitrariedades do regime ditatorial em meio à censura; o combate das associações de profissionais liberais como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) às medidas autoritárias do regime; as lutas do Movimento Custo de Vida (MCV) (MONTEIRO, 2015a; 2015b) e de sua marcante passeata com mais de 20 mil pessoas na Praça da Sé protestando contra a política econômica do governo, em 1978; e a fundação e atos do Movimento Negro Unificado (MUV) (CUSTÓDIA, 2017), em 1978, que explicitam a resistência a uma estrutura social opressora e desigual. Dentre essas manifestações, a questão da anistia tornou-se

³⁹ Segundo *Ciência e Cultura*, o Conselho da SBPC redigiu e enviou uma carta em resposta à Mauricio Rocha e Silva afirmando que tendo competência para decidir a questão e após a análise de sua carta decidiu pela permanência de Oscar Sala.

⁴⁰ Para Candotti (2020) havia uma tensão entre os cientistas Oscar Sala e Mauricio de Rocha e Silva devido a divergências a respeito de qual deveria ser a postura da SBPC diante das questões políticas (CANDOTTI, 2020).

uma pauta mobilizadora, na medida em que reuniu estudantes, intelectuais de variados campos do conhecimento, lideranças de movimentos progressistas e uma rede de solidariedade formada fora do país (REZENDE, 2014). A SBPC já vinha utilizando as suas reuniões como espaços de pressão e de discussão das propostas do governo sobre a anistia. A 31ª Reunião Anual da SBPC, que ocorreu em 1979 na Universidade do Ceará (UFC), teve como principal debate justamente essa questão, realizando homenagens aos cientistas que tinham sido forçosamente aposentados pela ditadura militar, e que se encontravam presentes na reunião (FERNANDES, 2000, p. 255).

Em um editorial do *Jornal do Brasil* intitulado “A Hora da Razão”, publicado em meio à reunião, discutiu-se a política científica do governo, apontando que apesar de os investimentos em ciência e tecnologia do pós-1964 expandirem a atividade científica e das pós-graduações no Brasil, também eram perceptíveis as distorções no desenvolvimento desses centros. Aos cientistas era dado pouco espaço, sendo submetidos a cassações “brancas” e deixados de lado em decisões cruciais para o desenvolvimento científico. Sobre a anistia, salientava-se que cabia ao governo buscar fórmulas que facilitassem a integração dos cientistas, considerados como “uma elite de alto nível”, pois estes não haviam cometido crime algum para serem anistiados (JORNAL DO BRASIL, 1979, p. 10). Para a reportagem, a reação natural e instintiva da comunidade científica a esse contexto era transformar encontros como os da SBPC em “válvula de escape para sentimentos reprimidos” (JORNAL DO BRASIL, 1979e, p. 10).

Em reportagem do *Jornal do Brasil*, o cientista Simão Matias, um dos fundadores da SBPC, ao comentar sobre a volta dos cassados, declarou que duvidava que os cientistas que se encontravam no exterior por motivos políticos retornassem naquele momento ao país. Segundo ele, tal afirmativa se dava por diversas questões, entre elas a incerteza política nacional, a precariedade na estrutura das universidades brasileiras e a falta de condições de trabalho nessas instituições. Ao comentar sobre o posicionamento político da SBPC, pontuou que a SBPC sempre havia sido eminentemente técnica e científica, porém “foi levada a uma posição política não por desejo dela, mas por circunstâncias alheias a sua vontade, a partir de 1977, quando o governo federal criou dificuldades para a realização da reunião daquele ano em

fortaleza" (JORNAL DO BRASIL, 1979f, p. 20). O cientista comentou que pessoalmente desejava que a SBPC retornasse às suas atividades "explicitamente científicas e humanistas", pois isso seria "um sinal evidente de que caminhamos para um regime democrático", no qual avistava que "até certo ponto" naquele momento, que estava existindo "uma aproximação em nível técnico entre a SBPC e o governo federal" (JORNAL DO BRASIL, 1979f, p. 20). Ainda nessa reunião, Oscar Sala reconheceu a melhora na relação entre o governo e a SBPC. Segundo Fernandes (2000, p. 257), apesar de salientar que era necessário que a comunidade científica fosse chamada a participar dos projetos governamentais, cabendo ao governo pedir a colaboração da SBPC para determinadas decisões, o cientista acreditava que a "abertura" era um "bom começo", pois possibilitaria as condições para que os cientistas fossem mais escutados. Nesse sentido, observava já como um exemplo desse movimento a presença de representantes oficiais da FINEP e do CNPq, ambos do governo federal, na 31ª Reunião Anual (JORNAL DO BRASIL, 1979g, p.9).

Neste mesmo ano, com a promulgação da Lei da Anistia, o fim do bipartidarismo e a criação de diversos partidos políticos, foram institucionalizados diversos canais de debate da sociedade civil e de reivindicação de pautas. Advindos de setores sindicais, estudantis, docentes, científicos, religiosos, político-partidários, esses atores contribuíram para as modificações políticas do período, pressionando ainda mais o Estado. Em vista das transformações ocorridas na sociedade brasileira e do surgimento desses novos espaços de atuação política, a SBPC passou a não ser mais o único foro de discussão e articulação política da comunidade científica (SILVA, 1997). Diante disso, fez-se ouvir no seio da entidade um discurso segundo o qual a proeminência desses movimentos faria com que as reuniões da SBPC tornassem "áridas" (FERNANDES, 2000, p. 149), perdendo muito de seu caráter público. Desse modo, alguns membros da entidade defendiam que, com essa perda de centralidade, a SBPC deveria redefinir de forma mais precisa a sua atuação, voltando-se novamente ao debate estritamente científico (FERNANDES, 2000, p. 249)⁴¹. Com a saída de Oscar

⁴¹ Decerto que com a criação de novos espaços de manifestação política e com a presença de organizações especializadas a entidade perdeu parte de seu protagonismo. Todavia, isso não significava na época - e nem se confirmaria na década seguinte - que a SBPC, e suas reuniões, perderiam sua relevância científica e política.

Sala em 1979, ocorreram eleições para a nova diretoria na SBPC, sendo eleito o professor José Reis, que, por problemas de saúde, renunciou ao cargo⁴², que foi assumido por seu vice⁴³, o físico José Goldemberg.

Durante sua gestão, Goldemberg deu voz ao discurso enunciado originalmente por Oscar Sala, que buscava um retorno “retorno às origens” da SBPC (FERNANDES, 2000, p. 249), e que também trazia a reflexão sobre qual seriam as “origens” da SBPC. Na perspectiva de Goldemberg, naquele momento de abertura de novos canais de debate, a SBPC deveria reconduzir seu papel, diante das transformações que ocorriam, reduzindo gradativamente as pautas de caráter reivindicatório, ou, ao menos, controlando o conteúdo político de suas reuniões anuais, privilegiando desse modo as discussões “estritamente” científicas. Segundo Fernandes (2000, p. 249) esta “exigência” era frequentemente exposta de maneira “elegante e convincente”, como uma decorrência das mudanças que vinham ocorrendo na sociedade brasileira naquele período. O termo “retorno às origens”, utilizado por Fernandes (2000), remete assim a variados episódios em que dirigentes da SBPC e cientistas enunciaram discursos ou conteúdos com esse sentido.

Durante a realização da 32ª Reunião Anual da SBPC, no Rio de Janeiro, que será abordada posteriormente, essas questões podem ser observadas de maneira explícita, pois o sentido desse “retorno às origens” foi largamente utilizado e exaltado pela imprensa que cobria o evento, que parecia receber positivamente e dar destaque à proposta da diretoria da entidade. Nessa ocasião, foram publicadas reportagens com os títulos: “SBPC tenta afastar-se da política”, “O fim da era de protesto”, “SBPC rejeita proposta política” e “Melhoram relações com o governo”.

⁴² Após a renúncia de José Reis, a diretoria da SBPC foi composta pelos seguintes membros: Presidente: José Goldemberg, Vice-Presidentes: Ângelo Barbosa Machado e Antônio Cândido de Mello e Souza; Secretária Geral: Carolina M. Bori - secretária geral; Secretários: Darcy Fontoura de Almeida, Henrique Krieger e Ernest W. Hamburger; 1º Tesoureiro: Igor I. G. Pacca; 2º Tesoureiro: Renato S. Cordeiro.

⁴³ Em entrevista, o professor Ennio Candotti comenta que mesmo sabendo que não poderia assumir, devido a seu estado de saúde, o professor José Reis teria se candidatado para salvar a SBPC de ser comandada por cientistas com um posicionamento mais progressista. Dessa forma, conseguiu transferir a direção da entidade para o seu vice, José Goldemberg, que tinha um perfil mais moderado. Candotti ressalta que, como alternativa a candidatura de Reis, a ala mais “progressista” da SBPC, à qual pertencia, teria apoiado o cientista Alberto Carvalho da Silva. (CANDOTTI, 2020). Infelizmente, não foram encontrados registros da lista dos candidatos e desse processo eleitoral.

Em seu discurso na abertura da Reunião Anual de 1980, publicado na íntegra pelo *Jornal do Brasil* pela reportagem “SBPC instala 32ª Reunião Anual propondo a volta às raízes”, Goldemberg escolheu pela educação como tema central demonstrando que a intenção da SBPC era tentar “voltar ao seu estuário, discutindo não os temas do momento, mas os problemas de médio e longo prazos de interesse dos cientistas” (JORNAL DO BRASIL, 1980a). Nesse sentido, a entidade não discutia essas questões para criticar o governo, mas para aprofundar a compreensão em torno desses problemas e, se fosse necessário, faria as devidas críticas e denúncias, propondo alternativas e medidas cabíveis (CIÊNCIA E CULTURA, 1980c). Segundo matéria publicada na *Ciência e Cultura* sobre a 32ª Reunião Anual, em reunião realizada entre alguns membros da entidade para se discutir a finalidade da SBPC, Goldemberg disse que a SBPC:

precisa ser repensada para definir se seu objetivo é mais de análise ou de crítica. Para ele, a questão é que a SBC está crescendo muito, mas isso não significa que deva fugir aos seus princípios. Segundo seu estatuto, a Sociedade não deve se manifestar sobre política partidária e sim procurar contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico, apoiando e estimulando o trabalho dos cientistas (SALLES, 1980, p. 1350).

Segundo Fernandes (2000, p. 260), apesar de o discurso de abertura de Goldemberg não ser muito claro em relação ao que seria esse “voltar ao seu estuário”, a imprensa da época interpretou a expressão como um retorno a aspectos mais científicos da entidade, com a perspectiva de que as reuniões tivessem “melhor aproveitamento do que as de alguns anos recentes, caracterizadas por atmosfera excessivamente politizada e polêmica” (JORNAL DO BRASIL, 1980d, p. 10). Em reportagem do *O Estado de São Paulo*, assinalava-se que:

(...) José Goldemberg anunciou ontem que a entidade não precisa mais servir de válvula de escape como o fez até 78, quando era o único canal de manifestação de toda a intelectualidade. Suas reuniões devem voltar a ter um caráter mais científico e não mais reivindicatório, pois, segundo ele, os cientistas não têm mais direito que outros de reivindicar (OESP, 1980 APUD FERNANDES, 2000, p. 261).

No entanto, é importante salientar que Goldemberg reconhecia a relevância do papel político da SBPC nas reivindicações e debates de questões nacionais, em

especial após a reunião anual de 1977. Nesse mesmo discurso da Reunião Anual de 1980, afirmou que a SBPC tornou-se um "organismo suficientemente importante para participar dos grandes debates nacionais", uma posição que foi conquistada e não dada na realização da reunião de 1977, "sem o desejo e sem o apoio oficiais". Goldemberg declarou que dessa vez os tempos eram outros, mas que "a conscientização do papel de parte da vanguarda esclarecida da nação que os cientistas explicitaram em 1977" era "irreversível" (JORNAL DO BRASIL, 1980a). O cientista também apontou as práticas arbitrárias que continuavam ocorrendo na comunidade científica e na sociedade como um todo, as quais cabia à SBPC denunciar. Para isso, citou incidentes que tinham ocorrido recentemente, como por exemplo, o encontro sem sucesso dos representantes da SBPC com o ministro da Justiça, no qual eles demandaram a readmissão automática dos cientistas cassados e denunciaram a situação de deterioração e descaso em que se encontravam os institutos de pesquisa de São Paulo e a prisão de dois sócios da SBPC – José Carlos Dias e Dalmo Dallari –, que tinha ocorrido fora dos procedimentos legais brasileiros (FERNANDES, 2000, p. 260). Além disso, citou a publicação de parte de um documento da Divisão de Segurança e Informação do Ministério das Minas e Energia que acusava organizações e pessoas – inclusive a SBPC – de pertencerem a uma conspiração internacional contra o programa nuclear brasileiro (FERNANDES, 2000, p. 260). Segundo Fernandes (2000), para Goldemberg, essas questões bastavam para justificar que a SBPC permanecesse em sua mobilização crítica, como tinha estado desde a sua criação. Contudo, o cientista defendia que, nessa nova fase, as ações da entidade deveriam privilegiar as questões de caráter técnico-científico, delimitadas pelas especificidades da agenda científica. Ao atuar dessa maneira, Goldemberg acreditava que conduzia a associação a sua “fonte natural que estava atribuída na defesa da ciência e dos cientistas” (OESP, 1980, p. 20 APUD FERNANDES, 2000, p. 262). Podemos dizer que essa era sua visão do papel “político” da SBPC. Ou seja, reivindicar para a associação uma identidade “técnica”, de defesa da ciência em sua dimensão acadêmico-profissional, seria justamente o caminho “político” para a defesa da autonomia e do desenvolvimento da ciência.

Segundo reportagem do *O Estado de São Paulo*, ao final da reunião Anual de 1980, Goldemberg afirmou que a sua posição de retirar da SBPC o caráter meramente

político também era o desejo da maioria de seus sócios, pois assim não seria mais necessário “servir de desaguadouro de reivindicações, como era em passado recente, sobretudo pela pressão dos grupos estudantis, que este ano limitaram-se a participar como assistentes, para aprender (OESP, 1980, p. 20 APUD FERNANDES, 2000, p.262).

No entanto, segundo Fernandes (2000), ainda que este apelo de Goldemberg para que fosse realizado um retorno ao “caminho original” tivesse apoio entre alguns membros da SBPC, que tinham preocupação com o nível de politização de suas reuniões, ele não prevalecia junto “a maioria de seus sócios mais ativos que definiam os rumos da entidade” (Fernandes, 2000, p. 262). Em seu livro, a autora apresenta trechos de entrevistas realizadas em 1984 com membros da SBPC, que demonstravam suas opiniões sobre esse movimento, como comentou o cientista – e futuro presidente da SBPC - Crodowaldo Pavan:

Esse problema de voltar às origens para mim é uma expressão sem sentido, porque as origens têm que acompanhar os tempos, as origens da SBPC sempre foram essas desde que foi criada: não se estabilizou, ela sempre foi progredindo e ela se adapta às suas condições (PAVAN, 1984 APUD FERNANDES, 2000, p. 263).

Essas discordâncias no interior da entidade evidenciavam a existência de setores que contestavam as concepções de sua diretoria. Foi nesse contexto que ocorreram a formação e o fortalecimento de um núcleo específico de cientistas, que integravam a Secretaria Regional da SBPC do Rio de Janeiro. Tendo se constituído a partir da segunda metade da década de 1970, esse grupo reivindicava, desde 1976, uma maior atuação de cientistas em espaços de representação e na tomada de decisões e reforçaram a importância do seu papel político e social. Tendo sido formado por pesquisadores e professores de diferentes áreas, reativaram o núcleo da Regional da SBPC do Rio e implementaram medidas que valorizavam uma coordenação mais participativa e plural. Tendo como marca de sua atuação um perfil reivindicatório, o “grupo do Rio” passou a ter certo destaque dentro da SBPC, algo que ficaria muito claro nos anos seguintes. Foi no seio do grupo do Rio de Janeiro que se desenvolveram as iniciativas de difusão e divulgação científica que se pretende analisar mais adiante. No capítulo 2, serão apresentados o processo de formação desse grupo, suas concepções políticas e

científicas, suas estratégias de atuação e algumas de suas contribuições para a própria SBPC.

CAPÍTULO 2: A Secretaria Regional do Rio de Janeiro: pólo alternativo de poder na SBPC?

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por mudanças expressivas no quadro político, econômico e social brasileiro. A recessão pós-milagre econômico, a intensificação da desigualdade social, a supressão de liberdades individuais e a luta pela abertura política foram temas constantes em debates entre políticos, militantes, artistas e intelectuais. A SBPC, assim como nas décadas anteriores, também exerceu nessa conjuntura um importante papel no que dizia respeito à integração e representação de cientistas, fomentando discussões sobre tais assuntos em suas reuniões anuais.

Nesse contexto, um dos núcleos regionais da SBPC passou a ganhar projeção por seu posicionamento mais ativo politicamente. Esse grupo era composto por sócios que integravam a Secretaria Regional da SBPC no Rio de Janeiro, chamados informalmente como o “grupo do Rio”. Reconhecido por uma série de iniciativas que teriam posteriormente repercussão no cenário nacional, o grupo era formado por cientistas de diferentes áreas que lutavam por uma melhor articulação da SBPC, passando esta pela construção de uma gestão mais democrática. O grupo do Rio era um dos que buscavam atribuir um papel mais crítico à entidade, reforçando o papel social do cientista em meio as transformações do período. Buscavam em sua defesa a construção de meios voltados à representação de outros grupos dentro da entidade, escapando da forte centralização da atuação da entidade em sua sede, em São Paulo. Ao longo do presente capítulo será apresentado o processo de formação desse grupo, sua identidade, seus interesses e seus mecanismos de articulação política e científica.

2.1 - “O Grupo do Rio”

No decorrer da década de 1970, as reuniões anuais da SBPC expandiram-se em número de participantes, aglutinaram diferentes grupos sociais e ampliaram os seus debates, marcados por um discurso político mais crítico. Dessa forma, passaram a surgir novos questionamentos e atores que, ao se manifestarem, transformaram esses encontros em um dos principais foros de debate do período, no qual eram manifestadas reivindicações de diversas ordens. Ao mesmo tempo, essa inserção e diversidade

possibilitaram maior movimentação de alguns núcleos da SBPC, que conseguiam expor demandas e interesses locais em prol da atividade científica.

Nesse momento, nota-se uma maior articulação entre alguns membros da SBPC residentes na cidade do Rio de Janeiro. Como sinalizado anteriormente, após a divulgação do acordo nuclear entre Brasil e Alemanha amplamente discutido na 27ª Reunião Anual da SBPC, em 1975, ficou claro o tratamento que o governo dava à comunidade científica, tomando decisões de forma autoritária e sem consulta aos pesquisadores da área. Tornava-se necessário o estabelecimento de núcleos organizados de cientistas com o objetivo de discutir pautas nacionais, levando também em consideração as demandas locais. Compreendendo o momento de efervescência política e o importante papel que a SBPC desempenhava nesse processo, o grupo entendia que a militância em favor da democracia poderia ser exercida por meio da entidade, não somente durante as reuniões anuais, mas de forma contínua ao longo do ano. Isso seria possível por intermédio de uma movimentação mais ativa por parte de seus membros e de uma atuação mais participativa no debate acerca do desenvolvimento científico e social do país. Para isso, seria necessário que a comunicação entre os membros da entidade fosse mais frequente, objetivo que poderia ser alcançado por meio de uma remodelação na forma pela qual os núcleos locais de cientistas se relacionavam localmente e com a SBPC. Sobre essa interação, o médico Reinaldo Guimarães, pesquisador integrante da Regional do Rio, comenta em entrevista que:

A SBPC, como um todo, era uma entidade que tinha um grande serviço prestado (...) ao país, mas (...) tinha um problema: era uma entidade que vivia uma vez por ano, na sua Reunião Anual. (...) E a nossa formulação política por aqui era que (...) a SBPC só acontecia durante a Reunião Anual. Então por que a gente no RJ não tenta estabelecer um outro padrão de vida desta entidade? Nós temos uma Regional, pelo menos potencialmente existem as regionais. Essas regionais (...) distribuem os cartazes da Reunião Anual, era rigorosamente isso que faziam, não tinham que fazer mais nada. Então nós poderíamos reativar, reconstruir ou construir uma regional que pudesse ter um outro papel político (...) primeiro viver o ano todo, segundo, fazer mais coisas do que apenas distribuir os cartazes da Reunião Anual (GUIMARÃES, 1999 apud SILVEIRA, 2000, p. 59).

Conforme evidenciado no depoimento de Guimarães, parte dos sócios residentes no Rio de Janeiro considerava necessário ampliar a atuação das regionais não apenas

como representação local da sociedade, mas para intensificar o próprio alcance político e social da SBPC. Apesar de haver uma quantidade significativa de regionais espalhadas pelo território nacional nesse período - totalizando 33 em 18 estados brasileiros⁴⁴ -, essas eram gerenciadas por uma estrutura significativamente restritiva.

A estruturação das divisões regionais da SBPC, que posteriormente se transformariam em suas secretarias regionais, estava prevista desde a sua criação em 1948. No artigo 24 de sua Ata de Fundação, definiu-se que a entidade poderia “exercer as suas atividades mediante divisões regionais obedecendo aos presentes estatutos” (SBPC, 1948).

A primeira divisão regional da SBPC foi criada na cidade de Curitiba, em 1949. Nota publicada na primeira edição da revista *Ciência e Cultura* comentou sua organização, salientando a adesão de quase meia centena de técnicos e cientistas ao grupo, o que sugeria que se considerava um número significativo de membros em uma localidade (CIÊNCIA E CULTURA, 1949b, p.58). Foram apresentadas as conferências que marcariam o início dessa divisão e que iriam ocorrer no mês de abril no *Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas* (IBPT), proferidas pelos professores Marcelo Damy de Souza Santos e Alceu Schwab. Segundo Fioravanti (2019), a criação de uma divisão da SBPC em Curitiba poderia estar associada ao grande desenvolvimento dessa região e à articulação entre seus pesquisadores e os cientistas das regiões de Rio e São Paulo⁴⁵. A localidade afirmava-se como um importante centro de produção científica, tendo sido escolhida para ser a sede da 2ª Reunião Anual da SBPC no ano seguinte.

A segunda divisão regional da entidade foi criada em dezembro de 1949 na cidade do Rio de Janeiro. Assim como em Curitiba, para dar início as atividades da nova regional foi realizada uma conferência, integrando diferentes pesquisadores, na cidade que a sediaria:

⁴⁴ Ver listagem das secretarias regionais na revista *Ciência e Cultura* (CIÊNCIA E CULTURA, 1976, p.2)

⁴⁵ Segundo Fioravanti (2019), a região teve uma expansão e produção significativas na década de 1940. O *Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas* (IBPT), criado em 1942 para apoiar a extensão agrícola do estado do Paraná, se tornou o maior centro de pesquisa do estado, estabelecendo um amplo diálogo com os professores da Universidade do Paraná e com pesquisadores de outras instituições. Em paralelo, o Museu Paranaense, que foi reinaugurado em 1939, floresceu na década de 40, espaço em que circulavam pesquisadores estrangeiros, o que dava mais visibilidade à região.

Na próxima terça-feira, dia 20 de dezembro, às 20:30 horas, na Faculdade Nacional de Filosofia (...) a SBPC realizará sua primeira conferência pública no Rio, para a qual foi especialmente convidado o prof. Álvaro Ozório de Almeida, Professor de Fisiologia da Faculdade Nacional de Medicina, e que falará sobre "o valor da ciência". (...) Na mesma reunião o Dr. Walter Oswaldo Cruz, do Instituto de Manguinhos, dissertará sobre o tema "Meios e modos de defender a Ciência na América Latina", expondo sua ideia de criação de uma Sociedade Latino-Americana para o Progresso da Ciência, ideia também defendida em Campinas pelo prof. Braun Menendez (...) representante da Sociedade Argentina para o Progresso da Ciência. Uma curta exposição sobre as realizações da SBPC também será apresentada. Haverá, ainda, discussão livre sobre a melhor maneira de orientar os trabalhos futuros da Sociedade no Rio. Um dos principais objetivos da SBPC é divulgar a ciência, sem deturpá-la, por meio de sua revista "Ciência e Cultura", já no 4º número, e de conferências como esta, franqueada a todos os interessados que poderão tomar parte, livremente, nas discussões (CIÊNCIA PARA TODOS, 1949, p. 1).

As conferências eram realizadas na Faculdade Nacional de Filosofia, com temáticas que articulavam áreas e instituições diversas, a partir do objetivo comum de valorização da ciência nacional, e de defesa e integração da ciência latino-americana. O segundo evento da divisão regional ocorreu em março de 1950, no qual o professor José Leite Lopes realizou uma conferência sobre “as modernas concepções de física nuclear”. Na mesma noite foi exibido um filme sobre “física atômica”, cedido pelo Conselho Britânico, narrando o histórico da física moderna. O encontro contou com um grande número de participantes, com pessoas em pé nas partes laterais e galerias do salão nobre, e uma boa recepção do público, ocasionando comentários elogiosos nos jornais da época: “Se as próximas conferências da SBPC forem do mesmo nível que as duas primeiras, ela estará realmente desempenhando um relevante papel na divulgação da ciência” (CIÊNCIA PARA TODOS, 1950, p. 12).

O cientista Haity Moussatché⁴⁶ foi o primeiro secretário da divisão do Rio de Janeiro, estando à frente das atividades da regional até 1962, tornando-se

⁴⁶ Nascido na Turquia em 1910, formou-se em medicina pela Universidade do Brasil. Em 1930, ingressou no Instituto Oswaldo Cruz, tornando-se pesquisador e chefe da Secção de Farmacodinâmica anos mais tarde. O cientista foi um dos fundadores da SBPC e um dos criadores da Universidade de Brasília. Em 1970, no episódio conhecido como Massacre de Manguinhos, foi cassado e perdeu seus direitos políticos, seguindo para Venezuela, onde trabalhou na Universidade Centro-Occidental Lisandro Alvarado. Foi convidado em 1985 a retornar ao país, para reorganizar o Departamento de Fisiologia e Farmacodinâmica

posteriormente conselheiro da entidade pelo estado. Em 1953, durante a V Reunião Anual da SBPC, discutiu questões pertinentes à agenda das regionais, com pontos que iam desde a definição dos poderes dos secretários até a organização administrativa, demonstrando preocupação com o desenvolvimento e a atuação dessas representações locais da SBPC (CIÊNCIA E CULTURA, 1953b, p.82). O cientista buscou em sua gestão fomentar atividades diversas, como eventos e cursos, em articulação com outras instituições, como por exemplo, o Instituto de Biofísica da Universidade do Brasil, o Instituto de Tecnologia e o Instituto de Microbiologia⁴⁷. Entretanto, analisando-se os números da revista *Ciência e Cultura*, é possível observar que no decorrer da década de 1960 ocorreu uma diminuição da quantidade de menções às atividades da Regional do Rio e também de outras divisões regionais. Ficou evidente também uma mudança no perfil das referências feitas aos grupos. As menções, que antes sinalizavam a frequência em que ocorriam eventos locais, passaram a enfatizar questões mais ligadas à organização interna e administrativa das regionais ou à realização das reuniões anuais, quando ocorriam nessas cidades.

Tal questão pode ser ainda observada na regulamentação das atribuições dos secretários regionais, publicada na *Ciência e Cultura* em 1967, a qual, ao listar as competências dos secretários, enfatizava o recrutamento e a manutenção ativa do contato entre os sócios, a divulgação da *Ciência e Cultura*, o incremento do interesse dos associados na apresentação de trabalhos nas reuniões anuais, além da organização de eventos, e do compromisso em pleitear fundos e defender a escolha de sua regional como sede da reunião anual da SBPC (CIÊNCIA E CULTURA, 1957, p. 615-616). Por mais que também se sinalize a realização de ações que visariam “o bem estar social e desenvolvimento científico do meio” (CIÊNCIA E CULTURA, 1957, p. 616), No entanto, a falta de divulgação desses eventos na *Ciência e Cultura* pode indicar que as reuniões passaram a configurar-se como uma estrutura menos ativa na realização de debates e encontros, assumindo um papel mais burocrático, de organização de membros da entidade. Isso, no entanto, não afetou a criação de outros núcleos regionais em

da Fiocruz junto com Tito Cavalcanti. Moussatché foi fundador da *International Society of Toxicology* e da Sociedade de Biologia do Brasil (COSTA et al, 2015; GADELHA, HAMILTON, 1987).

⁴⁷ Ver: (CIÊNCIA E CULTURA, 1953a, p. 63; CIÊNCIA E CULTURA, 1954, p. 104; CIÊNCIA E CULTURA, 1959, p. 90).

diferentes cidades do Brasil, demonstrando a gradativa expansão da SBPC em escala nacional, tais núcleos ficavam mais ativos nos meses de preparação e com a proximidade das reuniões anuais. Porém, percebe-se que eles restringiam-se à organização de eventos e à comunicação entre os membros locais e a diretoria da SBPC.

Os principais eventos da SBPC eram as suas reuniões anuais, que propiciavam uma atuação mais efetiva das regionais, seja na organização de sua infraestrutura, dando suporte ao evento, ou no auxílio aos membros que desejavam participar. Nesse sentido, esses encontros caracterizavam-se como espaços de convergência, possibilitando o diálogo entre membros de diferentes localidades e a exposição de questões locais e debates de âmbito nacional. Apesar de as regionais tornarem-se mais ativas somente nos períodos que antecediam as reuniões anuais, a SBPC organizava-se o ano inteiro por intermédio de sua sede em São Paulo, o que reforçava a centralização das ações da entidade na figura de sua diretoria. Mesmo representando um projeto voltado para a ciência nacional, a SBPC tinha uma relação íntima com a cidade de São Paulo, localidade em que havia sido instituída. Por ter sido criada em um contexto de mobilização local, quando houve a reação à tentativa do governo estadual de interferir na agenda de pesquisa do Instituto Butantan, a SBPC congregava em sua gênese as instituições que conformavam a comunidade científica paulista. Se a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, demonstrou a força de um projeto de ciência paulista, a SBPC poderia ser vista como um reforço da identidade científica de São Paulo. Fioravanti (2018) em seu artigo sobre a movimentação dos cientistas para a criação da SBPC, ao citar Maria Amélia Dantes, comenta que, segundo a autora, a SBPC foi “uma forma de autoafirmação dos cientistas de São Paulo” (DANTES apud FIORAVANTI, 2018, p. 54), em um momento no qual “os cientistas de São Paulo queriam um espaço próprio, porque viam que não cabiam na Academia Brasileira de Ciências [ABC], que só acolhia cientistas notáveis” (DANTES apud FIORAVANTI, 2018, p.55). Desse modo, a ABC, entidade que tinha sede no Rio de Janeiro, era identificada como uma associação elitista, característica da qual a SBPC buscou distanciar-se (FIORAVANTI, 2018). Apesar de ser um projeto de defesa e integração da comunidade científica em escala nacional, como um movimento de auto-organização dos pesquisadores brasileiros de forma ampliada, a força política da SBPC concentrava-

se na cidade de São Paulo, de onde partiam as principais deliberações e agendas para os rumos e o futuro da instituição.

Diante da relevância nacional da SBPC, o “grupo do Rio” a considerava um meio efetivo de luta e articulação político-social da comunidade científica durante o regime militar. Consideravam que ao dar uma nova dinâmica à Secretaria Regional do Rio de Janeiro, a partir de sua reativação e do desenvolvimento de ações locais, seria possível estabelecer uma nova interação com o núcleo central da entidade, superando a relação de subordinação das regionais em relação à sede paulistana. Dessa maneira, a SBPC se constituiria de forma mais completa e complexa em sua comunicação com seus membros e o restante da comunidade em escala nacional.

Buscando trazer essa nova dinâmica à regional, o cientista Roberto Lent, professor e pesquisador do Instituto de Biofísica da UFRJ candidatou-se para o cargo de secretário do Rio de Janeiro, sucedendo a professora Isar Hasselmann Oswald Cruz no ano de 1976. Refletindo, em entrevista concedida em 2020, sobre suas motivações naquele momento, Lent destaca:

A SBPC foi então um canal muito importante porque ela fazia um combate pela democracia, eram pessoas ouvidas pela sociedade, assim como pelas autoridades, pelos presidentes. Então me pareceu um canal relevante. (...). Então, acho que, movido por essa vontade de atuar politicamente em favor da democracia, eu resolvi me candidatar. Obviamente eu não estava sozinho. Eu tinha um conjunto de amigos que partilhavam da mesma inquietude (...). E existia também um movimento de intelectuais, no Rio de Janeiro, em favor da democracia, mas não havia muitos canais para exercer essa militância. (...) O que motivou o protagonismo maior foi a situação política e (...) a necessidade de talvez equilibrar a balança dominada por São Paulo, pelas características da SBPC e com algumas alternativas no Rio. (...) Então, essas duas coisas motivaram as pessoas que se juntaram e que eram jovens acadêmicos, de várias disciplinas. (...) Era um grupo multidisciplinar muito comprometido com a luta pela democracia naquele momento. Foram pessoas que naturalmente se buscaram, se procuraram, se juntaram e eu fui só o condutor, digamos assim, o mediador desse grupo de pessoas, porque essas coisas a gente não faz sozinho (LENT, 2020).

Lent reforça a importância do espírito democrático da SBPC e a relevância da entidade no quadro político do período, mas também indica que a centralização da instituição em sua diretoria em São Paulo era algo que precisaria ser mudado caso os

cientistas quisessem ter condições de se posicionar e de participar dos próprios debates conduzidos pela diretoria. Era necessário utilizar a força da SBPC, enquanto entidade reconhecida nacionalmente, para dar voz às novas pautas que surgiam no interior da comunidade científica e que ganhariam força se fossem conduzidas institucionalmente pelos grupos locais que as defendiam, como era o caso do “grupo do Rio”. Ao assumir o cargo, Lent tinha como propósito “reaglutinar os cientistas do Rio de Janeiro em torno de um projeto que incluísse a discussão do papel da ciência na sociedade e as funções da ciência” (SILVEIRA, 2000, p. 60), baseado no entendimento que o próprio grupo tinha sobre qual seria esse papel. Ficava evidente que para os cientistas do Rio obterem maior capacidade de articulação dentro da SBPC, seria necessário mudar a estrutura da Secretaria Regional do Rio internamente, ampliando sua atuação, promovendo projetos e desenvolvendo debates no âmbito nacional, de maneira que permitisse um diálogo com a sede a partir de um mesmo patamar.

Na citação acima, Lent também indica a efervescência intelectual que existia no Rio de Janeiro naquele período, trazendo elementos importantes para a compreensão de como se deu a constituição do “grupo do Rio”. Ressalta-se sua construção multidisciplinar, porém com ideais e inquietudes em comum, com vistas a contribuir de alguma maneira para a construção do caminho democrático. Dentre seus integrantes destacavam-se os cientistas: Roberto Lent e Darcy Fontoura de Almeida, do Instituto de Biofísica da UFRJ; Alberto Passos Guimarães, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF); Ennio Candotti, do Instituto de Física da UFRJ; e Otávio Velho, do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ e Reinaldo Guimarães, do Departamento de Medicina Social da UERJ⁴⁸.

Roberto Lent, professor do Instituto de Biofísica da UFRJ, doutorou-se pela mesma instituição no ano de 1978 com a tese intitulada “Plasticidade no sistema visual do *Didelphis marsupialis aurita*”⁴⁹. Lent teve sua vida, desde cedo, influenciada pelo

⁴⁸ O espaço institucional sinalizado é referente à atuação profissional desses pesquisadores no período analisado pela pesquisa, entre as décadas de 1970 e 1980.

⁴⁹ Roberto Lent nasceu em setembro de 1948 na cidade do Rio de Janeiro. Iniciou seus estudos em Medicina em 1967 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, formando-se em 1972. Em 1969 foi preso pelo regime militar, permanecendo por dois meses na Base Naval da Ilha das Flores, na Baía de Guanabara. Concluiu seu mestrado em 1973 e o doutorado em 1978, ambos na área de Ciências Biológicas (Biofísica) pela UFRJ. Fez estágio de pós-doutorado no Instituto de Tecnologia de

ambiente da pesquisa científica, sendo filho do entomologista e pesquisador do IOC Herman Lent, um dos cientistas cassados pelo “Massacre de Maguinhos”. Em 1966, aos dezoito anos, ainda durante sua graduação em Medicina na UFRJ, Lent filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), tendo sido preso em 1969. Consciente da necessidade de lutar por mudanças na estrutura política e social brasileira, Lent via na ciência e na divulgação científica elementos importantes para tais transformações.

Em 1969 fui preso em casa e fiquei dois meses na Ilha das Flores, na Baía de Guanabara. Claro que foi uma experiência muito traumática. Depois, na volta, eu tive dificuldades de recompor a minha vida política e como a ciência era muito forte em mim também, acabei me desligando um pouco da política, ficando só na parte científica. Essa necessidade de ter uma contribuição política e social continuou e foi isso que, de certa maneira, me fez procurar atividades de representação na época da SBPC, e atividades de divulgação científica, que eu achava extremamente importantes. Era como se eu tivesse reorientado a minha vida política (LENT, 2020).

O relato de Lent deixa claro que sua inquietação política se manteve mesmo após seu afastamento da militância político-partidária, passando a se expressar no engajamento com questões relacionadas à organização da ciência e à sua relação com a sociedade. Essa nova motivação contribuiu para que Lent se associasse em 1975 à SBPC e se aproximasse de outros cientistas com pensamentos semelhantes para defender as causas que julgavam pertinentes naquela conjuntura.

Massachusetts (MIT) em 1982. Dedicou-se ao campo da neuroembriologia, principalmente nas linhas de desenvolvimento e plasticidade do córtex e comissuras cerebrais, quantificação de estruturas cerebrais de diferentes espécies e estudos do córtex cerebral humano. A partir de 1975 tornou-se professor do Instituto de Biofísica da UFRJ, transferindo-se para o Instituto de Ciências Biomédicas a partir da década de 1990, permanecendo até os dias atuais. Em 1975 associou-se à SBPC, atuando a partir de 1976 nas atividades da Secretaria Regional da SBPC da cidade do Rio de Janeiro, ocupando o cargo de secretário geral entre os anos de 1976 e 1978. Lent possui uma ampla atuação na área de divulgação científica, tendo sido um dos fundadores da revista *Ciência Hoje*, em 1982, que originou outros projetos como a revista *Ciência Hoje das Crianças* e o *Instituto Ciência Hoje*, ocupando os cargos de editor, diretor e membro do conselho editorial dessas iniciativas. Também é autor de diversos livros infanto-juvenis sobre neurociência, como por exemplo, a publicação *O neurônio apaixonado*, em 2004, seu primeiro livro para crianças, que deu origem a uma série e uma peça de teatro, em 2006. No decorrer de sua trajetória como cientista e divulgador recebeu diversos prêmios, entre eles, em 2000, a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico, em 2003, a menção honrosa do prêmio Jabuti por seu livro *Cem Bilhões de Neurônios*, em 2007, o prêmio para Entendimento Público e Popularização da Ciência da Academia Mundial de Ciências, e em 2010, o prêmio José Reis de Divulgação Científica e Tecnológica. Atuou nos conselhos científicos da FAPERJ, do CNPq e da CAPES. Atualmente é professor emérito da UFRJ, também atuando como pesquisador do Instituto D'Or de Ensino e Pesquisa, coordenador da Rede Nacional de Ciência para Educação e colunista do jornal O Globo. Roberto Lent é membro titular da Academia Brasileira de Ciências desde 1992. Disponível em: <<http://www.abc.org.br/membro/roberto-lent/>>. Acesso em: 18 de julho de 2021).

Alberto Passos Guimarães Filho⁵⁰ foi um deles. Formado em física na UFRJ em 1962 e tendo concluído seu doutorado na Universidade de Manchester em 1971, com a tese intitulada “*Hyperfine Interactions in Laves Phases Formed with the Rare-Earths*”, tornou-se pesquisador do CBPF, vindo a ser reconhecido principalmente por seu trabalho envolvendo o magnetismo. Era filho do ensaísta Alberto Passos Guimarães, que integrou por muitos anos o PCB, sendo uma de suas lideranças (DE ALBUQUERQUE, 2020). Assim como Lent, a militância do pai influenciou significativamente sua trajetória e diante da repressão imposta pela ditadura militar ele também se aproximou de movimentos de esquerda. Após ter seu nome incluído na lista de “subversivos” a serem combatidos pelo regime militar e aproveitando uma oportunidade de bolsa de estudos da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Alberto viajou para a Suécia e ali passou um ano como pesquisador visitante na Universidade de Uppsala. Após o final da vigência de sua bolsa, viajou para Manchester, onde concluiu seu doutorado em 1971. Nesse mesmo ano, ao retornar ao Brasil, encontrou no CBPF um ambiente marcado pelas dinâmicas repressivas do regime.

Tudo isso tinha mudado. Agora o presidente era um Almirante. Então, quando eu cheguei pedindo para me religar, porque tinha concluído o meu doutorado, ele primeiro entrou em contato com o tribunal militar, por onde meu nome tinha passado, viu que eu estava liberado e pôde me reintegrar ao quadro sem grandes problemas. Mas havia várias pessoas estranhas, que eram parentes de militares. Uma vez, quando fui tirar xerox de um artigo sobre o Chile, o operador disse “eu vou fazer uma cópia para mim também, porque eu me interessava muito por

⁵⁰ Alberto Passos Guimarães Filho nasceu em agosto de 1939 na cidade de Maceió, em Alagoas. Formou-se em Física no ano de 1962 pela antiga Universidade do Brasil, atual UFRJ. Em 1971, concluiu seu doutorado em Física pela Universidade de Manchester (1971), na Inglaterra, realizando estágio de pós-doutoramento no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), nos Estados Unidos, em 1994. Além do MIT, foi pesquisador visitante da Universidade Técnica de Darmstadt, na Alemanha, e na Universidade de Saint Andrews, no Reino Unido. É especialista na área de magnetismo, tema sobre o qual já publicou diversos livros e mais de uma centena de artigos científicos, como por exemplo, *Magnetismo e Ressonância Magnética em Sólidos*, *A pedra com alma*, e *Principles of Nanomagnetism*. Em 2012, tornou-se Pesquisador Emérito do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), instituição na qual é pesquisador desde a década de 1970. Em 1973, associou-se à SBPC, atuando na Secretaria Regional do Rio de Janeiro. Foi um dos fundadores da revista *Ciência Hoje*, em 1982, e atuou em outros projetos da Secretaria, como a revista *Ciência Hoje das Crianças* e o *Informe Ciência Hoje* (atual *Jornal da Ciência*). Entre os anos de 2013 e 2020 foi diretor presidente do Instituto Ciência Hoje. Foi membro dos conselhos de assessoramento da CAPES e do CNPq. Em 1996, foi agraciado com o prêmio de Ordem Nacional do Mérito Científico pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Alberto Passos Guimarães é membro titular da Academia Brasileira de Ciências desde 2004. Disponível em: <<http://www.abc.org.br/membro/alberto-passos-guimaraes-filho/>>. Acesso em: 18 de julho de 2021).

esse tema”. Esse operador, curiosamente, uma vez estacionou o carro no estacionamento do CBPF e estava com uma pistola em cima do assento do motorista. Era esse tipo de ambiente que existia. Uma cartucheira com uma pistola em cima do banco do carro, isso era um eloquente recado (GUIMARÃES FILHO, 2020, p.5).

Nesse mesmo contexto, muitos dos membros da CBPF começaram a frequentar as reuniões anuais da SBPC, dado que havia uma verba destinada para os pesquisadores que tivessem interesse em participar de encontros científicos. Segundo Guimarães Filho, que se associou à SBPC em 1973 (CIÊNCIA E CULTURA, 1973, p.1013), “além dos sócios, com essa postura democrática, a SBPC passa a atrair pessoas que querem exprimir de alguma maneira o descontentamento, repúdio aos atos repressivos de todo o governo na ocasião” (GUIMARÃES FILHO, 2020, p.6). Nesse caso, o descontentamento com o momento político, a repressão e o clima de tensão vivido nos anos de chumbo foram elementos que contribuíram para a aproximação de Guimarães Filho à SBPC, entendendo-a como um espaço de luta.

Reinaldo Guimarães, médico formado pela UFRJ em 1971, concluiu seu mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), com tese intitulada “Características e sobrevida dos pacientes com câncer gástrico no Hospital Pedro Ernesto”. Filho do médico e parasitologista do Instituto Oswaldo Cruz, Felipe Nery Guimarães, Reinaldo foi professor e pesquisador do Instituto de Medicina Social da UERJ, onde permaneceu durante os anos de 1972 a 1984⁵¹. Durante a

⁵¹ Reinaldo Felipe Nery Guimarães iniciou seus estudos em Medicina em 1966 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), formando-se em 1971. Durante a graduação, inseriu-se no movimento estudantil, sendo preso no XXX Congresso da UNE, realizada em Ibiúna, em outubro de 1968. Realizou a especialização médica na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), instituição na qual concluiu seu mestrado em Medicina Social em 1978. Foi membro fundador em 1976 do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), entidade fundamental na construção do movimento sanitário enquanto movimento social organizado. Guimarães teve importantes contribuições ao campo da Medicina Social. Entre os anos de 1972 e 1984 foi professor e pesquisador da área de Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social da UERJ e desde 1985 atua no campo do planejamento, gestão e políticas de ciência, tecnologia e saúde. Ocupou diversos cargos de direção em associações e instituições científicas, como vice-presidente de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Fundação Oswaldo Cruz (2005-2006), da Associação Brasileira da Indústria de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA) (2011 - 2017) e da Associação Brasileira de Saúde Coletiva/ABRASCO (2018-2021), além de ocupar os cargos de diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia (2003 - 2005) e secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (2007 - 2010) do Ministério da Saúde. Foi membro dos conselhos do CNPq (1985-1988 e 2007-2010) e da CAPES (1996 - 1999), e presidente do Conselho Superior da FAPERJ (2003-2006) e diretor da FINEP (1985-1988). Desde a década de 1970 é membro associado da SBPC, atuando como conselheiro da Secretaria Regional do Rio de Janeiro na década de 1970 e 1980, e também conselheiro da diretoria nacional na década de 2000. Também foi Membro do Conselho Diretor

graduação se inseriu no movimento estudantil, sendo preso no XXX Congresso da UNE, realizada em Ibiúna, em outubro de 1968. No momento em que o grupo do Rio se formava, dedicava-se à pesquisa e ao ensino no campo da saúde coletiva, sendo membro fundador em 1976 do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), entidade fundamental na construção do movimento sanitário enquanto movimento social organizado (JACOBINA, 2016).

Darcy Fontoura de Almeida, médico geneticista, era o cientista mais experiente do grupo e havia se associado à SBPC em 1961 (CIÊNCIA E CULTURA, 1974, p.80)⁵². Sua trajetória acadêmica foi marcada por suas contribuições ao campo da genética e ao Instituto de Biofísica da UFRJ, no qual era um dos mais próximos

da revista *Ciência Hoje* (2000-2003). Foi agraciado com os prêmios Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico em 2008 e Grande Oficial da Ordem Nacional do Mérito Médico em 2010. Em 2012, recebeu o título de *Doutor Honoris Causa* pela Reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA). (GUIMARAES, Reinaldo. Currículo do sistema currículo Lattes. [Brasília]. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3347843348792508>>. Acesso em: 18 de julho de 2021).

⁵² Darcy Fontoura de Almeida nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1930. Graduou-se pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil (atual UFRJ) em 1954. Desde o início da graduação realizou estágio de iniciação científica no Instituto de Biofísica (IB), sob a orientação de José de Moura Gonçalves de Antônio Couceiro. Em sua carreira no IB, alcançou os títulos de Pesquisador Associado do CNPq, em 1957; Livre Docente, em 1965; Professor Adjunto, em 1970; Professor Titular, em 1984 e Professor Emérito, em 2001. Realizou estágios de pós-graduação na *Post-Graduate Medical School, Hammersmith Hospital* de Londres, entre 1956 e 1957, na *Université Libre de Bruxelles*, em 1960, no Instituto Superior de Saúde e em Roma, entre 1963 e 1964. Foi um dos precursores da genética de microrganismos no país. Em 1970 criou o laboratório de Fisiologia Celular, para estudo do controle genético de funções celulares em bactérias. A partir de 1998, ao iniciar seus estudos pioneiros com computação fundou o Laboratório de Bioinformática (LABINFO) no LNCC/CNPq. Em 2008, o LABINFO inaugurou a Unidade de Genômica Computacional Darcy Fontoura de Almeida, dotada de sequenciador modelo 454 FLX, o mais rápido e preciso da atualidade. O genoma completo de *Bradyrhizobium japonicum* (Embrapa) foi o primeiro obtido com essa tecnologia na América do Sul. Foi membro de diversas diretorias e conselhos científicos, como por exemplo, da Sociedade Brasileira de Genética (1976-82) e da SBPC (1979-83); Coordenador do Comitê Assessor de Genética (1986-88), membro do Conselho Deliberativo do CNPq (1988-90); representante da comunidade no Conselho da FINEP (1987-93) e da CAPES (2000-02); Membro do Conselho Universitário da UFRJ (1986-90), Vice-Presidente do Comitê Executivo e Membro do Comitê dos Diretores da *International Federation of Institutes for Advanced Study* e diretor do Instituto de Biofísica da UFRJ entre 1985 e 1989. Em 1961, associou-se à SBPC, atuando como membro do conselho da Secretaria Regional da SBPC no Rio de Janeiro e da diretoria nacional, nas décadas de 1970 e 1980. Na entidade desenvolveu inúmeras ações de divulgação científica, sendo um dos fundadores da revista *Ciência Hoje*, criada em 1982, da revista *Ciência Hoje das Crianças*, de 1986 e do *Informe Ciência Hoje* (atual *Jornal da Ciência*), em 1985. A partir de 2001, desenvolveu pesquisas relacionadas à História da Ciência do Brasil como professor visitante da Fiocruz. Durante a sua trajetória acadêmica recebeu diversos prêmios, entre eles, a medalha de Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico, em 2000, a medalha Carlos Chagas Filho do Mérito Científico, em 2002, e a medalha da Ordem do Mérito Médico, na classe Comendador, em 2010. É membro titular da Academia Brasileira de Ciências desde 1960. Darcy Fontoura de Almeida faleceu em 2014 no Rio de Janeiro (BARCINSKI, 2017) (ALMEIDA, D. F. Site da Academia Brasileira de Ciências. Disponível em: <<http://www.abc.org.br/membro/darcy-fontoura-de-almeida/>> Acesso em: 18 de julho de 2021).

colaboradores de Carlos Chagas Filho, com quem nutria uma grande amizade. Darcy tornou-se professor adjunto do Instituto de Biofísica no ano de 1970, cargo que ocupava quando passou a integrar os encontros da Regional do Rio. Apesar de não possuir filiação partidária, Darcy foi preso e levado a prestar depoimento em 1972, por ter abrigado em 1969, em seu apartamento na Urca, o jornalista Fernando Gabeira, militante do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8) que tinha participado do sequestro do Embaixador Americano Charles Burke Elbrick (MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA, 1975)⁵³. Sobre esse ocorrido, Almeida declarou:

Nunca fui a favor da ditadura e sempre procurei ajudar seus opositores. Eu protegia estudantes e artistas, dando a eles asilo em minha casa. (...) Certa vez uma amiga pediu para eu receber em casa uma pessoa que estava em situação muito difícil e que, segundo ela, era mais “barra-pesada”. Morava sozinho nessa época e disse que poderia hospedá-la, mas, como sempre, só por alguns dias. Era Fernando Gabeira. Isso foi depois do famoso sequestro do embaixador norte-americano. Sua foto já tinha aparecido várias vezes nos jornais. Ele ficou uma semana em minha casa e sequer saía à janela. Vinha para a sala fazer as refeições comigo e voltava para o quarto. Dias depois a moça voltou e o levou embora. (ALMEIDA, 2009, p. 52)

Apesar de declarar-se filiado ao “PA”, o “Partido Acadêmico” (ALMEIDA, 2009a) -, Almeida compartilhava com seus colegas do “grupo do Rio” o posicionamento crítico ao regime militar. Como cientista, seria reconhecido por sua participação em diversas frentes de atuação, de pesquisa, de difusão científica e na direção de associações científicas (BARCINSKI, 2017).

Ennio Candotti, nascido na Itália, veio para o Brasil com apenas 10 anos de idade, em 1952⁵⁴. Formou-se em Física pela USP em 1964, tendo cursado também

⁵³ Sobre o inquérito da prisão de Darcy Fontoura de Almeida, ver SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, 1975.

⁵⁴ Ennio Candotti nasceu em Roma em 1942, vindo com sua família para o Brasil em 1952 e naturalizando-se brasileiro em 1993. Formou-se em Física pela USP em 1964, onde também cursou durante três anos a graduação de Filosofia. Em 1965 foi para a Europa, formando-se novamente em Física pela *Universita di Napoli*, na Itália, em 1972. Também se especializou em relatividade pela *Università degli Studi di Pisa* em 1967, em física matemática pela Ludwig-Maximilians-Universität München (LMU), na Alemanha em 1969 e em sistemas dinâmicos também pela *Universita di Napoli* em 1972. Em 1973, lecionou física no ensino secundário em Milão, onde também colaborou com a revista de divulgação científica *Sapere*. Foi professor do Instituto de Física da UFRJ entre 1974 e 1996 e do Departamento de Física da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) entre 1996 e 2008. Ao aposentar-se em 2008, transferiu-se para a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), onde atuou entre 2009 e 2012. Em 2009, criou na Reserva Florestal Adolpho Ducke, em Manaus, o Museu da Amazônia (Musa) e o Jardim Botânico a ele associado, atuando no cargo de diretor desde então. Foi

Filosofia, por três anos. Em 1965, retornou à Europa, onde passou quase uma década dedicando-se à sua formação. Nesse intervalo realizou estágios de pesquisa em física teórica no Instituto de Física da Universidade de Pisa e na *Scuola Normale Superiore* de Pisa entre 1966 e 1967, e no Instituto de Física Teórica da Universidade de Munique entre 1968 e 1969 e mais tarde no Instituto de Física da Universidade de Nápoles entre 1969 e 1972. Ennio trabalhou em pesquisa e no ensino de física, além de participar de debates referentes a questões relevantes de política científica da época como, por exemplo, a questão nuclear. Nesses debates, Candotti se aproximou de movimentos de cientistas ligados a pautas de esquerda, chegando também a colaborar com iniciativas editoriais de caráter socialista, como a Revista *Vento Del'este*, de orientação chinesa, e da Revista de divulgação científica *Sapere*, em 1973. Em 1971, Ennio foi para Cuba ministrar um curso de verão de dois meses em Física no Instituto Pedagógico do país, para estudantes cubanos das áreas de Física, Biologia, Saúde Pública e Química⁵⁵. Em 1974, voltou ao Brasil e se tornou professor e pesquisador do Instituto de Física da UFRJ. Foi nesse momento que começou a se aproximar da SBPC:

Eu comecei a descobrir a SBPC em 1974. Fui para minha primeira reunião anual em 1975 e a partir daí conheci pessoas que formaram comigo uma comissão, um grupo. Então ocupamos a Regional do Rio, com o Roberto [Lent], com o Alberto Passos, Darcy [Fontoura] (...). Eu entrei na SBPC para começar ali a minha militância (CANDOTTI, 2020, p.6).

Secretário Regional da SBPC no Rio de Janeiro entre os anos de 1977 e 1981, conselheiro da SBPC entre os anos de 1981 a 1985, vice-presidente por três mandatos, 1985 a 1989, 2011 a 2013 e de 2013 a 2015, e presidente da SBPC por quatro mandatos, de 1989 a 1991, de 1991 a 1993, de 2003 a 2005 e de 2005 a 2007. É presidente de honra da SBPC desde 2001, mesmo ano em que recebeu o título de *Doutor Honoris Causa* pela Universidade Federal de Campina Grande. Foi idealizador e um dos fundadores das iniciativas: *Revista Ciência Hoje*, em 1982, *Informe Ciência Hoje* (atual *Jornal da Ciência*) em 1985, da *Revista Ciência Hoje das Crianças*, em 1986 e da revista *Ciencia Hoy*, criada em 1988. Também teve participação na criação e no desenvolvimento das ações do projeto *Ciência às Seis e Meia*, ciclo de palestras e atividades voltadas à divulgação científica em todo o Brasil. Foi também membro do Conselho de Editores da *Ciência Hoje* desde sua criação, em 1982, até 1996, sendo escolhido para presidente de honra da SBPC. Em 1998, foi agraciado com o Prêmio Kalinga de popularização da ciência, concedido pela Unesco. (CANDOTTI, E. Currículo do sistema currículo Lattes. [Brasília]. 2021. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1971330957938740>>. Acesso em: 18 de julho de 2021) (CANDOTTI, 2004).

⁵⁵ Em diferentes entrevistas, Ennio Candotti e Maurice Bazin comentaram sobre os cursos de verão que eram ministrados no Instituto Pedagógico de Havana, em Cuba, local onde se conheceram: “Também tinha conhecido Ennio Candotti, em 1970, em Cuba. Ensinamos e fizemos, junto a uma equipe, formação de professores durante um mês e meio no Instituto Pedagógico em Cuba. Ennio tinha viajado escondido do poder militar repressor brasileiro e eu, do poder repressor norte-americano” (BAZIN, 2004, p. 1) (CANDOTTI, 2020).

Otávio Velho graduou-se em Ciência Políticas e Sociais pela UFRJ em 1964 e concluiu seu doutorado em Sociologia pela Universidade de Manchester em 1973, com a tese intitulada “*Mode of capitalist development, peasantry and the moving frontier*”.⁵⁶ Velho aproximou-se da SBPC na década de 1970, sendo convidado à participar da Regional do Rio (MORALES, 2019). Assim como os demais colegas, Velho era um cientista atento a questões e pautas políticas. No início da década de 1960, como membro do movimento estudantil, embora não tivesse uma filiação partidária, Otávio Velho estava muito próximo de integrantes da Juventude Universitária Católica (JUC) e depois da Ação Popular (AP). Acabou aproximando-se, também, do “pessoal do PCB”. Segundo Velho “se você não estivesse articulado com algum grupo político você ficava por fora do que estava acontecendo e não tinha possibilidade de participar devidamente. Foi assim que passei a me reunir (...) com o pessoal do PCB, no período de 1963 e 1964” (VELHO, 2010).

Havia, portanto, um componente claramente político na constituição e na construção identitária desse grupo. À exceção de Almeida, todos realizavam ou haviam realizado militância política em algum nível, seja no movimento estudantil ou no campo político-partidário. E, num sentido mais amplo, todos viam a ciência como instrumento

⁵⁶ Otávio Velho nasceu na cidade de São Paulo em 1942. Formou-se em Sociologia pela PUC-Rio em 1964, concluindo seu mestrado em Antropologia Social pela UFRJ em 1970, o doutorado em Sociologia pela Universidade de Manchester, na Inglaterra, em 1973 e seu pós-doutorado pela Stanford University, em 1981. É professor emérito de Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e também pesquisador emérito do Departamento de Antropologia/Museu Nacional/UFRJ. Foi presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) entre os anos de 1986 e 1988 e membro do Conselho Técnico-Científico da CAPES, entre 1991 e 1995, do Conselho Superior da FAPERJ, entre 2000 e 2006, e do Conselho Gestor do PROSUL, entre 2001 e 2008. Durante a década de 1970 participou das ações de retomada da Secretaria Regional do Rio de Janeiro da SBPC, tendo sido membro da diretoria da SBPC por três mandatos, ocupando os cargos de secretário, entre 1983 e 1985, vice-presidente, entre 2007 e 2009 e 2009 e 2011, e membro do conselho, também por três mandatos, de 1979 a 1983, de 1985 a 1989 e de 1995 a 1999. Foi conselheiro e coordenador do Projeto Ciência Hoje. É pesquisador Sênior e Emérito do CNPq, membro titular da Academia Brasileira de Ciências, presidente de honra da SBPC e membro permanente da Congregação do Museu Nacional (UFRJ). Durante a sua trajetória recebeu diversos prêmios, dentre eles, a medalha Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico, em 2002, Medalha Roquette-Pinto de Contribuição à Antropologia Brasileira, em 2004 e a medalha Carlos Chagas Filho, da FAPERJ, em 2005. (VELHO, O. Site da Academia Brasileira de Ciências. Disponível em: <<http://www.abc.org.br/membro/otavio-guilherme-cardoso-alves-velho>>. Acesso em: 18 de julho de 2021). (VELHO, O. Currículo do sistema currículo Lattes. [Brasília]. 2021. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1543001132617040>>. Acesso em: 18 de julho de 2021).

decisivo para a defesa da democracia. Foi sob tal perspectiva, que entendia a defesa da ciência como inseparável da política, que eles se associaram à SBPC em seu protagonismo na defesa do papel social do cientista. Além de se configurar como um espaço já consolidado de representação da comunidade científica, a entidade também possibilitava certa proteção a esses cientistas em um momento ainda marcado pela vigência da ditadura.

2.2 - A reativação da regional do Rio: A gestão Roberto Lent

Durante a gestão de Roberto Lent, entre os anos de 1976 e 1978, iniciou-se um processo de modificação na maneira como a direção da secretaria regional do Rio de Janeiro se organizava até então, passando do modelo centralizado na figura de um secretário para um modelo em que a gestão contava com um conselho de membros. Lent convidou alguns cientistas próximos para compor esse conselho, que atuava de maneira informal nas discussões e decisões da secretaria. A partir dessa experiência de trabalho, em agosto de 1977, foi constituída uma comissão de sócios, identificada como *Comissão Regional Provisória*. Esse núcleo tinha como intuito apresentar aos sócios e à diretoria Nacional da SBPC a proposta de criação de um regimento próprio da Secretaria do Rio de Janeiro, pelo qual seriam definidas sua estrutura e atribuições, além de um programa mínimo de atividades para a regional, para fomentar as ações e a integração do núcleo (CIÊNCIA E CULTURA, 1978a, p. 742). Essa comissão era composta por cientistas de diferentes campos de pesquisa, como: Nelson Maculan, do Instituto de Matemática da UFRJ; Ricardo Chaloub, do Instituto de Química da UFRJ; Miriam Limoeiro Cardoso, do Departamento de Sociologia da PUC; Tomaz Langebach, do Instituto de Microbiologia da UFRJ; José Manuel Carvalho de Mello, do Instituto de Estudos Avançados em Educação da FGV; Silvia Levy, do Departamento de Histologia/Embriologia da UFRJ; Gilberto Velho, do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ; Charles Pessanha, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), além dos já citados Roberto Lent, Darcy Fontoura de Almeida, Ennio Candotti, Reinaldo F. N. Guimarães e Alberto P. Guimarães. O resultado desse processo, que se estendeu por todo o segundo semestre de 1977, foi a realização de uma Assembleia Regional de sócios, na qual, após serem inseridas novas sugestões, foi finalizado o documento e enviado para análise na diretoria de São Paulo.

Buscou-se, assim, uma nova forma de trabalho com enfoque na organização coletiva da Regional, a qual garantiria, em tese, um maior envolvimento e participação de seus membros. Ao proporem essa nova estrutura de organização da secretaria, os associados do Rio manifestavam o desejo de modificar o modelo da SBPC como um todo, com vistas a uma maior participação dos núcleos regionais, ao aumento da representatividade dos membros, e a uma atuação mais efetiva dos cientistas frente às instâncias políticas. Em tese, essas transformações possibilitariam uma maior autonomia das regionais, com a exposição de demandas locais, ampliando a pluralidade de ações no interior da entidade.

É importante observar que essa reorganização da regional do Rio abrangia um grupo diverso de cientistas, das áreas das ciências biológicas e exatas (áreas que historicamente sempre foram muito presentes na SBPC), mas também contava com um número expressivo de profissionais das áreas das humanidades, o que lhe conferia um caráter significativamente inter e multidisciplinar. Desde a sua fundação a SBPC contava com membros oriundos das mais diversas áreas. No entanto, na formulação desse novo grupo essa multidisciplinaridade serviu para que houvesse uma maior pluralidade de olhares e para que surgissem novas inquietações, as quais seriam percebidas posteriormente em suas reuniões. Como a regional não possuía uma sede própria, suas reuniões aconteciam em diferentes espaços de ensino e pesquisa do estado do Rio de Janeiro. Dentre esses destacavam-se o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), instituição ligada ao CNPq, o Museu Nacional, o Instituto de Biofísica e a sede da Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia (COPPE), ligados à UFRJ, além de instituições privadas como o Centro Unificado Profissional (CUP), a Pontifícia Universitária Católica do Rio de Janeiro (PUC - RJ) e, em especial, a sede do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), em Botafogo. A escolha desses espaços também decorreu do interesse em facilitar o acesso e a livre circulação de pessoas e ideias, de modo a efetivamente torná-las mais abertas e assim atrair novos membros, além de permitir que a Regional fosse inserida nesses ambientes, fortalecendo a interação e promovendo seu gradual reconhecimento por essas instituições.

É possível atribuir certo destaque ao IUPERJ, importante centro de ensino e de pesquisa no campo das ciências sociais ligado à Universidade Candido Mendes. Tendo sido fundado em 1969, e considerado um dos espaços pioneiros de pós-graduação em ciências políticas no Brasil, constituiu-se a partir do “esforço de criação de uma ciência social renovada no país, que (...) contribuisse também para manter acesa a vela do trabalho intelectual livre e independente naqueles anos difíceis de ditadura militar” (SCHWARTZMAN, 2010, p. 1). O IUPERJ era uma instituição de grande relevância para o campo das humanidades que, “graças ao guarda-chuva institucional proporcionado por Cândido Mendes de Almeida, conseguia manter um espaço de autonomia e liberdade” (SCHWARTZMAN, 2010, p.3). Nos relatos sobre o período, observa-se que as reuniões do “grupo do Rio” eram realizadas de modo recorrente no IUPERJ, o que poderia estar associado à facilidade de acesso, tanto pelo aspecto geográfico, por estar localizado no bairro de Botafogo, próximo às residências de grande parte dos membros da regional da SBPC do Rio, quanto pela liberdade que havia nesse espaço se comparado às universidades, que eram mais visadas pelo regime militar⁵⁷. O IUPERJ é constantemente citado por cientistas desse período como um espaço de integração e de encontro das reuniões da Regional da SBPC do Rio, sendo recordado como local do primeiro de muito dos que participaram dessas reuniões.

Exemplo da inserção de diferentes cientistas e áreas de atuação nesse movimento foi o casal Ruth Monserrat e José Monserrat⁵⁸. Tendo construído sua

⁵⁷ Em 1969, Candido Antônio José Francisco Mendes de Almeida fundou o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), instituição na qual foram abrigados professores e intelectuais impedidos de trabalhar, sob acusação de subversão pela ditadura civil-militar. Candido Mendes de Almeida notabilizou-se como um importante articulador político, sendo capaz de relacionar-se com pessoas de diferentes espectros políticos e essa característica, somada à influência de sua família, fizeram com que, durante o período de maior repressão da ditadura civil-militar, a Universidade Candido Mendes e o IUPERJ fossem menos visados do que a maioria das instituições públicas (COSTA, M. Verbete MENDES, Cândido. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

⁵⁸ José Monserrat Filho nasceu em Porto Alegre em setembro de 1939. cursou a graduação de Filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), não chegando a se formar. Em 1961, foi para a União Soviética, permanecendo até 1967. Em 1966, concluiu mestrado em Direito Internacional, pela Universidade da Amizade dos Povos, em Moscou. Foi aluno da Academia de Direito Internacional, na Holanda, em 1978; da Universidade Internacional do Espaço, na França, em 1989; e do Centro Europeu de Direito Espacial, na Escócia, em 1993. Atuou amplamente na carreira jornalística, tendo trabalhado, antes de ir para a URSS, na Companhia Jornalística Caldas Júnior, dona da Rádio Guaíba, no *Correio do Povo* e na *Folha da Tarde*. Ao retornar, trabalhou como colaborador do *Correio do Povo*, no *Pasquim* e *Tribuna da Imprensa*. Associou-se à SBPC em 1977, sendo convidado por Ennio Candotti a ajudar na concepção de uma revista que estava sendo elaborada pela entidade, a *Revista Ciência Hoje*, publicada

trajetória acadêmica na União Soviética (URSS) no decorrer da década de 1960, ao retornarem ao Brasil em 1967, começaram a participar das reuniões anuais da SBPC, entre as quais a realizada em 1977. Ruth Maria Fonini Monserrat⁵⁹, filósofa dedicada ao campo da linguística indígena, e ligada aos meios universitários devido sua atuação como professora da UFRJ, começou a participar das reuniões da secretaria regional do Rio em 1978, realizadas no IUPERJ. Nesse momento, alguns membros da secretaria, em especial Candotti e Lent, estavam desenvolvendo o protótipo de uma publicação de divulgação de ciência, e por esse motivo, discutiam e a ideia do projeto nas reuniões onde buscavam profissionais que tivessem interesse e experiência na área pra o desenvolvimento do empreendimento. Ruth, ao perceber que o grupo estava buscando uma pessoa com o perfil profissional de seu companheiro, o jornalista José Monserrat, e sabendo de seu interesse pela área científica, o convidou a participar de alguns encontros (MONSERRAT, 2020)⁶⁰. Monserrat, que era natural da cidade de Porto Alegre, chegou a cursar a faculdade de Filosofia na Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS), porém não chegou a terminar, abraçando a profissão de jornalista desde muito cedo. Assim como parte significativa dos integrantes do núcleo do Rio, Monserrat possuía um posicionamento político ligado à esquerda, alinhado ao socialismo soviético, que também advinha da relação que estabelecia com seu pai, economista da Secretaria de Economia de Porto Alegre ligado ao Partido Comunista

somente na década seguinte no ano de 1982. Naquele período Monserrat atuava como diretor de criação de uma agência de publicidade, terminando seu vínculo com a área de propaganda em 1984, quando passou a trabalhar em horário integral na edição da revista como diretor de comunicação. Algum tempo depois, Monserrat idealizou o *Informe Ciência Hoje*, tendo publicado seu primeiro número em 1985, mesmo ano em que foi convidado para ocupar o cargo de diretor de comunicação do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT). Atuou como o principal editor do Informe até o ano de 2007, quando a publicação já tinha mudado seu nome para *Jornal da Ciência*. No ano de 2007 passou a ocupar o cargo de Chefe da Assessoria de Cooperação Internacional no Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), onde permaneceu até 2011. Nesse mesmo ano passou a ocupar o cargo de Chefe da Assessoria de Cooperação Internacional na Agência Espacial Brasileira (AEB), onde permanece até os dias de hoje. Também atuou como vice-presidente da Associação Brasileira de Direito Aeronáutico e Espacial (SBDA), como membro da diretoria do Instituto Internacional de Direito Espacial e do Comitê de Direito Espacial da Associação de Direito Internacional. (MONSERRAT, 2000; 2004).

⁵⁹Ruth Maria Fonini Monserrat, pesquisadora e professora aposentada da UFRJ, formou-se em 1961 em bacharel em Filosofia pela UFRGS, concluindo o mestrado em Ciência Filológicas, em 1967, pela Universidade Patrice Lumumba, em Moscou e o doutorado em Linguística pela UFRJ, no ano 2000. Em 1967, ao retornar ao Brasil, tornou-se professora da Faculdade de Letras da UFRJ. Atualmente atua como assessora linguística de projetos de Educação Escolar Indígena. (MONSERRAT, R. Currículo do sistema currículo Lattes. [Brasília]. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/6308335895722234>>. Acesso em: 14 de abril de 2021).

⁶⁰No decorrer da entrevista realizada com José Monserrat para o desenvolvimento desse trabalho, a professora Ruth Monserrat contribuiu com falas que ajudaram a complementar as informações.

(MONSERRAT, 2004). Inspirado pela Revolução Cubana e seguindo seu idealismo de esquerda, em 1961, optou em desenvolver seus estudos em Moscou, realizando mestrado em Direito Internacional, com ênfase em direito espacial, pela Universidade da Amizade dos Povos. Ao retornar ao Brasil em 1967, trabalhou em diferentes jornais como colaborador, realizando em especial ações de propaganda, porém sempre mantendo interesse em questões sobre política e ciência (MONSERRAT, 2004). Após o estímulo de Ruth, Monserrat passou a frequentar as reuniões da regional, sendo convidado por Ennio Candotti para desenvolver os primeiros rascunhos da revista, que nesse momento ainda não seria efetivada. Candotti, que tinha tido experiência com revistas de divulgação na Europa, já elaborava o design e as formas de publicidade da revista, desejava que a iniciativa tivesse a contribuição de um jornalista. Dessa forma, Monserrat iniciou uma duradoura parceria com a entidade, tornando-se um importante colaborador do grupo e atuando ativamente nas futuras publicações, revista *Ciência Hoje e Informe Ciência Hoje*.

Assim como Ruth e José Monserrat, após a Reunião Anual de 1977, outros cientistas começaram a participar das reuniões da secretaria regional do Rio, entendendo aquele ambiente como um espaço de diálogo, no qual buscava-se uma alternativa democrática às ações políticas e sociais do regime ditatorial brasileiro. As reuniões da Secretaria Regional passaram a ocorrer com maior regularidade e com o tempo a integração entre os cientistas passou a ir além dos espaços acadêmicos ou profissionais. As ações da secretaria tornavam-se parte de sua vida cotidiana e pessoal, passando a ocorrer na casa dos cientistas ou em espaços de socialização como bares e restaurantes, dentre os quais o “Bar do Manoel”, no bairro de Botafogo. Essa informalidade ajudou a fortalecer os laços entre esses cientistas e o seu grau de envolvimento no planejamento e execução de projetos comuns (SILVEIRA, 2000).

Com o processo de reestruturação e a chegada de novos integrantes ao grupo, passou a haver também um aumento gradual no número de atividades, que iam desde os encontros e discussões internas até a realização de mesas redondas e debates públicos (SILVEIRA, 2000). A partir das notícias da regional do Rio publicadas na revista *Ciência e Cultura* é possível observar que durante os anos de 1977 e 1978 ocorreram diversos eventos sob a organização da secretaria (CIÊNCIA E CULTURA, 1980a, p.

260-261). Em 1977 realizaram-se as mesas redondas “As associações científicas”, com a participação dos professores Oscar Sala, presidente da SBPC; P.H. Saldanha, presidente da Sociedade Brasileira de Genética; Aristides Pacheco Leão, presidente da Academia Brasileira de Ciências; e Juarez Brandão Lopes, diretor do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), e “Licenciatura curta e reforma universitária”, com a participação dos professores Luiz Antônio Cunha (IESAE - FGV) e Amélia I. Hamburger (IF-SP). Também ocorreram palestras, como a do professor Augusto Ruschi, do Museu Nacional, sobre o tema “As reservas Biológicas do Espírito Santo”, o seminário “Rumos para uma política nacional de saúde” e o Simpósio Nacional de Energia, realizado em parceria com a Sociedade de Física. Em 1978, destaca-se a mesa redonda sobre ciência e tecnologia para o desenvolvimento, com a participação dos membros do *International Council for Science Policy Studies*, na figura dos professores Everett Mendelsohn e Nathan Ronsenberg, dos EUA; Derek de Solla Price, da Inglaterra e Jean-Jacques Salomon, da França; e os seminários sobre a Baía de Guanabara e a “Política Científica e Responsabilidade do Pesquisador”, todos realizados na sede da Academia Brasileira de Ciências.

Ao promover ações que envolvessem personalidades eminentes da pesquisa científica nacional e internacional, entre elas lideranças de associações científicas, o grupo buscava uma projeção que permitisse fortalecer sua posição no campo e na comunidade científica da época. No que se refere às temáticas desses eventos, cabe ressaltar que poderiam decorrer de reflexões oriundas das reuniões anuais ou de demandas próprias, no âmbito das instituições científicas do Rio de Janeiro. Havia presentes, portanto, discussões relativas à gestão de espaços de ciências, como a questão da reforma universitária, mas também outras demandas específicas do Rio de Janeiro, relacionadas à saúde e ao meio ambiente. Nesse sentido, eram reforçadas as inquietações referentes à organização desses cientistas enquanto profissionais da pesquisa e da educação, mas também a relevância de suas contribuições científicas na resolução de problemas sociais.

Outro ponto interessante foi a escolha da Academia Brasileira de Ciências (ABC) como local de realização dessas atividades. Por mais que a SBPC, em sua origem, divergisse do caráter elitizado atribuído à ABC, devido a sua história e

notoriedade este era um apoio que dava suporte e visibilidade às ações da regional. Essa aproximação pode também ser atribuída à relação que Roberto Lent e Darcy Fontoura estabeleciam com o presidente da ABC nesse período, o professor Aristides Pacheco Leão, que também integrava o Instituto de Biofísica da UFRJ. Cabe comentar que diversos eventos organizados pela regional foram anunciados em jornais de grande circulação, dando visibilidade aos encontros e mostrando a diversidade de pautas (JORNAL DO BRASIL, 1979b; JORNAL DO BRASIL, 1979d).

Além dessas atividades, a secretaria e seus dirigentes se manifestavam publicamente, enviando cartas ou sendo mencionados em reportagens, publicadas em meios de comunicação com alcance local e também nacional. Em junho de 1977, ainda em meio das discussões sobre a realização da 29ª Reunião Anual da SBPC, a regional foi citada na reportagem “Secretaria Regional defende a realização”, em que foi relatada uma reunião entre os professores da COPPE com o então presidente da regional do Rio, Roberto Lent, “a fim de unificar posições e mobilizar todos os professores e estudantes em apoio a SBPC” (JORNAL DO BRASIL, 1977g, p.15). Após esse encontro foi emitida uma nota, transcrita na reportagem, na qual declaravam ver com estranheza e desaprovação os cortes financeiros do governo e as medidas expostas na imprensa visando impedir o comparecimento de pesquisadores ligados a instituições do governo. No mesmo mês foi publicada uma reportagem em que se mencionava que a regional havia encaminhado à diretoria da SBPC um abaixo assinado, com quase duas mil assinaturas, em que pesquisadores, docentes, associados e estudantes, se manifestavam defendendo a liberdade de pensamento e contra as medidas governamentais que tentaram cancelar a 29ª reunião da SBPC (JORNAL DO BRASIL, 1977i, p. 16). Na reportagem “SBPC protesta em nota contra o fechamento de laboratório pela PUC”, de outubro de 1977, também foi evidenciado o posicionamento da regional contra o fechamento do Laboratório de Projetos em Computação (LPC), que funcionava na PUC-RJ. Na reportagem foi sinalizado que a regional do Rio iria enviar cartas a esse respeito ao presidente do CNPq e ao reitor da PUC, pois a produção do laboratório era de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa tecnológica nacional (JORNAL DO BRASIL, 1977l, p 16). Ainda sobre seu posicionamento frente à defesa de pautas científicas e políticas, em 1977, a *Comissão Provisória* julgou necessário

enviar uma carta à imprensa apoiando o professor Augusto Ruschi e o Museu Nacional da UFRJ, em defesa da reserva biológica de Santa Teresa, no estado do Espírito Santo. O professor Ruschi, atuante defensor do meio ambiente, envolveu-se em uma disputa pública com empresas e com Élcio Tavares, então governador do Espírito Santo, a respeito da instalação de uma fábrica de enlatados de palmitos na reserva. Ruschi atuava no campo da botânica e trabalhava no Museu Nacional, instituição responsável pela manutenção do parque, que para ele precisava ser protegido, pois sua preservação era imprescindível para a manutenção da pesquisa e sua continuidade (CIÊNCIA E CULTURA, 1978a, p. 742).

A regional, por meio de seus presidentes, também se manifestava contra discursos de figuras do governo e mesmo de instituições científicas, explicitando a sua postura crítica à situação em que se encontrava a ciência no período. Em 1978, o então presidente do CNPq, José Dion de Mello Telles, teve trechos de sua palestra na Escola Superior de Guerra (ESG) publicados no *Jornal do Brasil*. Ao analisar o setor de ciência e tecnologia do país, o engenheiro comentou que o Brasil não perderia muito com os cientistas cassados pelo AI-5, pois os que permaneceram estariam mais integrados à nossa realidade. Após a palestra, ao referir-se aos cientistas exilados, declarou que eles "em vez de aproveitarem sua profissão, aproveitaram para fazer política, quando deveriam fazer isso em outros foros", aconselhando aos que estavam reclamando a se "inscreverem em partidos políticos e levarem suas reivindicações ao Congresso" (JORNAL DO BRASIL, 1978c, p. 9). Quando perguntado sobre a interferência de órgãos de segurança na seleção de candidatos a bolsas e viagens de estudo ao exterior, afirmou tratar-se de uma "neurose coletiva" e defendia a ideia de que era preciso trabalhar, pois, segundo sua visão "discutir é uma ótima maneira de se fugir dos problemas". A fala de Telles dava a entender que para ele, determinados debates – essenciais para uma parte da comunidade científica - eram perda de tempo (JORNAL DO BRASIL, 1978c, p. 9).

A Secretaria do Rio de Janeiro, representada por Roberto Lent, publicou uma longa nota no *Jornal do Brasil* repudiando veementemente as declarações do presidente do CNPq. Ao apontar o seu distanciamento do pensamento e dos anseios da comunidade científica nacional, citou os nomes dos cientistas cassados José Leite

Lopes, Florestan Fernandes, Haity Moussatché e Luiz Hildebrando Pereira, enaltecendo suas trajetórias científicas e sua importância para a formação acadêmica nacional. Ao mesmo tempo, denunciou enfaticamente o tratamento dado a esses cientistas, afastados compulsoriamente de seus ambientes de trabalho. Segundo Lent:

Demonstra, além disso, o Sr. Dion enorme desprezo pelos mais elementares princípios de justiça, ao justificar a punição arbitrária e a jurídica daqueles cientistas, acusados sem provas, de uma participação política que de resto é direito elementar de todo cidadão. Investe o Sr. Dion contra a SBPC, a Sociedade Brasileira de Física, a Sociedade Brasileira de Bioquímica, a Imprensa em geral, personalidades públicas, parlamentares e setores do próprio governo que admitiram ao longo dos anos a injustiça destas punições e a necessidade de revogá-las. E não bastando tudo isso, declara (...) tratar-se de neurose coletiva a preocupação em desacordo da comunidade científica com as chamadas cassações brancas, as conhecidas restrições à concessão de bolsas e auxílios a pesquisadores vetados pelos órgãos de segurança, quando tais cassações são do conhecimento cotidiano de qualquer cientista, principalmente daqueles que participam de comitês assessores e vêem negadas bolsas que eles próprios aprovaram, com base em critérios meramente científicos. É difícil encontrar adjetivo adequados à fala do Sr. Dion, tal o seu confronto, a sua distância do pensamento liberal, democrático e aberto da comunidade científica.

Assim como a regional do Rio, na figura de Lent, a representação carioca da Sociedade Brasileira de Física (SBF) também publicou uma nota contestando as afirmações de Dion e reiterando, entre outras coisas, a relevância da participação dos cientistas na discussão dos problemas nacionais que estavam diretamente associados à sua atividade profissional. Ennio Candotti, ratificou tais declarações, ao comentar que a atuação política seria necessária para a viabilização dos projetos científicos, devido às dificuldades encontradas para a sua realização (JORNAL DO BRASIL, 1978d, p.8). Percebe-se, dessa maneira, que a regional foi a primeira instância a realizar uma manifestação pública contrária ao discurso de Dion, sendo seguida de declarações, produção de documentos e abaixo-assinados por departamentos de Física de diferentes instituições universitárias e científicas. É interessante que tenha sido Roberto Lent o responsável por escrever essa declaração, pois além de ser o secretário da regional, ele também teve sua vida pessoal afetada pela perseguição política direcionada a cientistas. Seu pai, Herman Lent, e seu padrinho, Haity Moussatché, em abril de 1970 sofreram cassação e tiveram os seus direitos políticos suspensos junto a outros cientistas do então

Instituto Oswaldo Cruz, no acontecimento conhecido como o “Massacre de Manguinhos” (LENT, 2018).

Com as eleições de 1978, Ennio Candotti substituiu Roberto Lent na direção da Secretaria Regional da SBPC no Rio. Se a gestão de Roberto Lent foi marcada pela democratização da regional, substituindo a centralidade de um único secretário por um conselho e a realizando discussões de pautas científicas, Candotti, que permaneceria no cargo por dois mandatos, daria continuidade a esse movimento de democratização da secretaria, desenvolvendo ações de integração e importantes realizações para o núcleo regional e também da SBPC nacional. Observa-se, portanto, que apesar de a regional do Rio ser um núcleo dentre muitos outros da SBPC, era um grupo que buscava expor publicamente seus posicionamentos políticos, demonstrando seu engajamento, atuação e expondo suas demandas, inclusive diante de instituições importantes do campo científico, como o CNPq.

- 2.3 - A gestão Ennio Candotti: “Manter viva a SBPC durante todo o ano”⁶¹.

Em sua gestão, Ennio Candotti buscou dar continuidade a parte dos projetos iniciados por seu predecessor, dentre os quais a conclusão e a oficialização do regimento da regional do Rio, estabelecendo uma participação mais estreita entre os sócios da entidade e promovendo atividades ao longo de todo o ano. Dessa maneira, a equipe da direção da secretaria passaria a contar com um grupo de sócios que assessoraria as suas ações, dando suporte e possibilitando o diálogo maior entre seus membros. A chapa que assumiu a secretaria no ano de 1978 foi composta, além de Candotti, por Nelson Maculan, do Instituto de Matemática/COPPE-UFRJ; Otávio Velho, do Museu Nacional/UFRJ; Reinaldo Guimarães, do Instituto de Medicina Social/UERJ; e Tomaz Lagenbach, do Instituto de Microbiologia/ UFRJ, que eram membros do *Conselho Executivo* da Regional, tendo como *Comissão de Apoio* nove associados: Alberto Santoro, do CBPF; Estevan Gilberto Sione, do Instituto de Matemática e da COPPE Sistemas/UFRJ); Joel R. Teodósio, da COPPE

⁶¹ O subtítulo refere-se ao discurso proferido por Ennio Candotti na abertura 32ª Reunião Anual da SBPC, que ocorreu no Rio de Janeiro, no qual afirma que “manter viva a SBPC durante todo o ano. Esta é a síntese de nossa experiência, que gostaríamos de discutir com os amigos que aqui vieram e que talvez possa ser, a todos, de alguma utilidade” (CANDOTTI, 1981, p. 136).

Metalurgia/UFRJ; José Manuel Carvalho de Mello, da COPPE Produção/UFRJ; Luiz Davidovich, do Departamento de Física/PUC-RJ; Mécia Oliveira, do Instituto de Biofísica/UFRJ; Maria Célia Simon, da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas do RJ; Pedro Wilson Leitão Filho, do CNPq e da FGV; e Regina Morel, do IUPERJ, que deveriam colaborar ativamente com Candotti nos trabalhos do núcleo (CIÊNCIA E CULTURA, 1979a, p. 430).

Em seu programa de ação exposto no processo eleitoral, o grupo explicitava o interesse em “promover um debate especializado e interdisciplinar entre os cientistas e também os amigos da ciência” (CIÊNCIA E CULTURA, 1979a, p. 430) ampliando a discussão sobre política educacional, científica e tecnológica, o que mais tarde seria realizado com a criação e publicação da revista *Ciência Hoje*. Como princípios norteadores, reiteraram o posicionamento em prol do desenvolvimento do campo, defendendo os compromissos democráticos da SBPC, que incluíam o apoio à reintegração de cientistas cassados e a postura contrária às interferências de órgãos de segurança nas escolhas técnicas da comunidade científica, temáticas que eram discutidas na comunidade científica nesse período.

Em relação à organização de projetos e iniciativas, propuseram mudanças tanto estruturais, como a busca por uma sede própria da regional, quanto o desenvolvimento de projetos específicos para o estado do Rio, dando continuidade às atividades que já vinham ocorrendo na secretaria nos dois anos anteriores. Foram organizados debates ligados ao meio ambiente, como o simpósio “Clima e Desmatamento: alterações dos equilíbrios ambientais”, em parceria com a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) e com a Sociedade de Meteorologia (SBMet), no Instituto de Geociências da UFRJ (SBPC, 1979a, p. 1-2). Ainda sobre a questão ambiental, foi apresentada uma proposta ao governo do estado referente à preservação da Baía de Guanabara, mediante a criação de uma reserva biológica de manguezais. Também ocorreram eventos relacionados às questões sobre política científica, como a mesa-redonda “A estabilidade das instituições científicas”, composta por Carlos Chagas Filho, Herman Lent e Jayme Tiomno na ABC, e também o debate “Liberdade acadêmica e responsabilidade social do cientista”, que teve a participação de S. Mathias, Francisco Weffort, A. Cordeiro, U. de Macedo e Simon Schwartzmann, no CBPF (O TRIANGULO, 1979, p.7). Tais encontros

buscavam debater os mecanismos para a manutenção das pesquisas e dos espaços científicos, reforçando a importância das instituições e as suas atribuições no contexto político.

A formulação e o encaminhamento de propostas ao governo do estado do Rio evidenciam que a secretaria buscava estabelecer um elo de comunicação entre os cientistas e os dirigentes locais. Nesse diálogo, a regional ainda tinha como um de seus objetivos encaminhar os debates referentes à criação do Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, a FAPERJ, dispositivo previsto na constituição do Estado do Rio de Janeiro. A criação dos Fundos de Amparo a Pesquisa era uma reivindicação antiga da SBPC. Eles funcionariam como órgãos locais responsáveis pelo financiamento das atividades científicas nos estados. A Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo (FAPESP) foi a primeira a ser criada, em 1960, começando a funcionar efetivamente em 1962, devido às pressões da comunidade científica paulista e contando com a mobilização de membros da SBPC, como o professor José Reis. Essa iniciativa foi utilizada como um modelo para os outros estados, que buscavam implementar as FAPS como uma forma de fortalecer a pesquisa científica local (FAGUNDES, 2019). A regional do Rio de Janeiro teve um importante papel nas discussões para a criação da FAPERJ, que destinaria uma porcentagem da receita às pesquisas científicas viabilizando projetos e iniciativas. Foram realizados diversos encontros e um grupo de trabalho voltado ao desenvolvimento de sugestões para que o projeto fosse realizado. Contudo, a concretização dessa ideia não seria um caminho fácil, tal como se insinuou na declaração feita pelo boletim da regional, que salientava que o caminho para a construção da fundação era de “encosta” no qual “frequentes deslizamentos” criavam “inesperadas barreiras” e por esse motivo “a FAPERJ anda a passos de cágado” (SBPC, 1979b, p.1). As discussões sobre a criação da FAPERJ continuariam ainda no decorrer dos anos. Tendo sido criada em 1980 - segundo cientistas - na “calada da noite”, de forma arbitrária e sem consulta à comunidade científica carioca⁶² (JORNAL DO

⁶² A FAPERJ foi legalmente criada em 16 de junho de 1980 pelo decreto n.º 3.290 do governador Antônio Chagas Freitas (1979 -1983) a partir da simples fusão administrativa entre os órgãos: Fundação Centro de Recursos Humanos da Educação e Cultura (CDRH) e a Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro (Fiderj). Desse modo, a instituição manteve as atividades desempenhadas pelos órgãos antecessores sem fomentar a pesquisa científica e tecnológica no estado (FAPERJ, 2013). Foi possível observar a partir de relatos em notícias de jornais e de entrevistas que a

BRASIL, 1980c, p. 15; CANDOTTI, 2020), o órgão só cumpriria sua função principal de fomentar pesquisas no estado em 1987, graças a uma forte mobilização dos cientistas do Rio (SILVA, 1984, p.5; JACINTO, 1988, p. 2; CIÊNCIA E CULTURA, 1983c).

Uma das iniciativas para fortalecer a comunicação entre os sócios cariocas (e atrair novos associados), dar transparência à gestão local e maior visibilidade a suas pautas, demandas e projetos foi a criação do *Boletim da Regional do Rio de Janeiro*, uma iniciativa pioneira da regional do Rio. O boletim era normalmente impresso numa folha de frente e verso mimeografada, sendo concebido para “facilmente penetrar todos os setores da comunidade científica e (...) grupos interessados nos assuntos que a regional vem agitando com tanta eficiência e entusiasmo” (CIÊNCIA E CULTURA, 1979d, p. 1076). O primeiro boletim da Secretaria Regional do Rio de Janeiro foi publicado em abril de 1979. Nele, segundo a revista *Ciência e Cultura*⁶³, foram divulgadas as atividades do 1º semestre da regional e apresentada questões referentes às incertezas da política científica, tema amplamente discutido pela secretaria nesse período, além de “considerações sobre a liberdade acadêmica, notícias sobre simpósios, planos de participação na 31ª Reunião Anual da SBPC e relato de variadas atividades, desde conferências patrocinadas até manifestações baseadas em reuniões” (CIÊNCIA E CULTURA, 1979c, p. 812). Apesar de já existir um canal oficial de comunicação entre os membros da SBPC, a revista *Ciência e Cultura*, o boletim do Rio destinava-se somente aos sócios locais da secretaria, promovendo sua interação e comunicação de maneira mais direta, com informações detalhadas sobre as suas atividades, que segundo a *Ciência e Cultura*, estavam “sem dúvida muito revigoradas” (CIÊNCIA E CULTURA, 1979c, p. 812). Desse modo, sendo a primeira e, por muito tempo, a única publicação dessa natureza dentre as regionais, apresentava as particularidades da

criação e a implementação da FAPERJ foram permeadas por disputas. Segundo o físico Nelson Maculan, em reportagem do *Jornal do Brasil*, sua criação repentina foi um “ato arbitrário, que nos pegou de surpresa”, pois a comunidade científica fluminense não tinha sido consultada (JORNAL DO BRASIL, 1980c, p. 15). Nesse sentido, as discussões travadas até aqui pela regional do Rio poderiam ter sido perdidas, pois a recente fundação não atendia às reivindicações propostas pelos cientistas do estado (JORNAL DO BRASIL, 1980c).

⁶³ Não foi possível ter acesso ao primeiro boletim da Regional do Rio, obtendo-se informações sobre ele partir de uma nota publicada na revista *Ciência e Cultura* do mês de julho de 1979.

comunidade carioca e reforçava os elementos e vínculos pelos quais esses cientistas se posicionavam e se articulavam⁶⁴.

Em fevereiro de 1979, a Secretaria Regional do Rio reuniu no auditório do CBPF parte de seus sócios e colegas de associações científicas com o objetivo de discutir os recentes desenvolvimentos da política nacional de ciência e tecnologia. O encontro, que também foi noticiado nos jornais, debateu, dentre outros pontos, a participação mais efetiva dos cientistas nas formulações e decisões de políticas para essas áreas. Nesse período, discutiam-se as políticas dos órgãos governamentais de apoio à ciência, em especial, o CNPq, estudando-se a possibilidade de seu desligamento da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, instância à qual pertencia, e sua vinculação ao Ministério de Indústria e do Comércio ou ao Ministério da Educação e Cultura (JORNAL DO BRASIL, 1979a). Esses debates, no entanto, não passavam pelos cientistas, pois segundo a reportagem publicada no *Jornal do Brasil* que acompanhava o encontro, estes “continuam completamente alijados, só tomando conhecimento das possíveis mudanças através de notícias esparsas dos jornais” (JORNAL DO BRASIL, 1979a, p. 8), sendo essas decisões impostas pelo governo federal.

No encontro realizado no CBPF, além de buscar mais participação dos cientistas, os presentes expuseram também o desejo da manutenção do investimento governamental na área científica, com a continuidade de projetos como o Plano Básico de Ciência e Tecnologia (PBCT); a preocupação da diferenciação entre pesquisas de caráter básica e aplicada; a reintegração dos professores e pesquisadores aposentados arbitrariamente e a preocupação com a intervenção do governo, por intermédio dos órgãos de segurança pública, em contratações, licenças, bolsas e atividades de pesquisa. Para Candotti, era importante que cientistas e entidades se manifestassem criticamente "sobre as incertezas que caracterizam a política científica na ausência de informações precisas quanto à continuidade do apoio financeiro aos projetos em desenvolvimento e à persistência das cassações brancas" (JORNAL DO BRASIL, 1979b, p. 21), pois

⁶⁴ Além do Boletim da Regional do Rio, que iniciou publicações em abril de 1979, só foi possível encontrar outra iniciativa dessa natureza pela Regional do Amazonas nos anos 2000, sendo também orientada pela presença do professor Ennio Candotti, que, após a sua aposentadoria, se transferiu para Manaus para atuar na Universidade do Estado do Amazonas.

quaisquer dessas mudanças afetariam os mecanismos de obtenção de financiamento de pesquisas levando os cientistas a um sentimento de insegurança quanto à manutenção de seu trabalho. A partir dessa reunião, foi desenvolvido um documento sugerindo a realização de um simpósio sobre o tema, organizado pela secretaria regional, para o qual seriam convidados deputados, senadores e representantes dos órgãos do governo, além da formação de grupos de estudos para analisar as dificuldades da área (CIÊNCIA E CULTURA, 1979b; JORNAL DO BRASIL, 1979b).

O Simpósio de Política Científica e Tecnológica ocorreu entre os meses de abril e junho de 1979 na sede da ABC e no Museu Nacional. Nele foram realizadas mesas redondas que abordaram temas como a distribuição de fundos e restrições às atividades de pesquisa, além de debater a formação de pesquisadores, a política de pós-graduação e o papel da comunidade científica no desenvolvimento tecnológico. O evento teve a participação de diversos setores da comunidade científica, como professores universitários e ex-reitores, de membros de entidades civis, como a Ordem dos Advogados Brasileiros (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), de agências de fomento, como a CAPES, o CNPq e a FINEP, bem como de algumas instâncias governamentais. Com base nessas discussões foi elaborado o artigo “Algumas questões relativas à política científica e tecnológica”, publicado na edição de novembro de 1979 da revista *Ciência e Cultura*.

A questão nuclear foi outra temática que esteve presente nas ações da regional durante esse período. Dentre elas, destaca-se o debate “A questão Nuclear: a segurança dos reatores e a participação dos cientistas”, realizada em parceria com a SBF, da qual participaram o diretor da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Rex Nazaré Alves, o jornalista Alberto Dines, da Folha de São Paulo, o engenheiro de Furnas Elétricas, David Simon, e os físicos Ennio Candotti e Luís Pinguelli Rosa (CIÊNCIA E CULTURA, 1980a, p. 261). O boletim publicou uma reportagem da *Folha de São Paulo* comentando o evento, no qual foram debatidas questões sobre a implantação de energia nuclear no Brasil e a proposta de desenvolvimento de um intercâmbio entre os países da América do Sul, tendo em vista a construção de um projeto nuclear comum. Ennio Candotti possuía grande familiaridade com a questão nuclear, tendo participado ativamente de debates sobre esse campo em sua estadia na Europa, no contexto de

polarização da Guerra Fria. Ao retornar ao país, teve firme atuação nas discussões da 27ª Reunião Anual da SBPC, que ocorreu em 1975 em Minas Gerais, em relação ao acordo nuclear entre Brasil e Alemanha. Enquanto alguns físicos acreditavam que tal integração poderia favorecer o desenvolvimento de pesquisas referentes ao tema, outros, como Candotti, apontaram a exclusão dos físicos no debate, reiterando que a situação não afetava somente uma área do conhecimento. Segundo ele:

a subestimação da criatividade é flagrante em todas as áreas, não só na Física. E tudo está ligado à noção de desenvolvimento econômico do país. No caso nuclear, está sendo subestimado a parte da tecnologia que pode ser criada aqui mesmo. Com o apoio à criatividade ficaríamos livres do risco de, daqui a 40 anos, termos que rever tudo, jogar toda a experiência anterior fora para usarmos os reatores de fusão (...). No momento a responsabilidade é coletiva e não só dos físicos. Todos estão implicados no problema e uma posição individual clara deve ser tomada por cada um, mesmo que isso não seja visto com bons olhos (JORNAL DO BRASIL, 1975, p. 4).

No encontro realizado em 1979, essas questões retornaram, sendo debatidos ainda aspectos da segurança do programa nuclear brasileiro, mantendo-se as críticas ao seu enfoque essencialmente comercial e militarista, bem como ao seu modelo de transferência de tecnologia, norteador do já citado acordo Brasil-Alemanha, considerado "profundamente entreguista" pelo físico Pinguelli Rosa, também físico, membro da SBPC e secretário regional da SBF do Rio de Janeiro.

Em dezembro de 1979, o editorial do *Boletim da Regional* fez um balanço dos avanços da Secretaria do Rio naquele ano, enfatizando a importância de fortalecer sua integração com os diversos núcleos da comunidade científica:

Com o fim de 79 termina o mandato que recebemos para dirigir a regional do Rio. As Comissões Executivas e de Apoio, que em fins de 78 comprometeram-se em apoiar o Secretário, estiveram sempre presentes, no pensar e no fazer. A Comissão Regional que reuniu a Executiva e a de Apoio funcionou: progrediu, discutiu, escreveu, refletiu e divulgou. Ainda é cedo para dizer se a Regional é um ponto de referência na comunidade científica do Rio, no entanto a sua estrutura está consolidada. O regimento da regional foi finalmente aprovado e uma comissão executiva, juntamente com um conselho consultivo, poderá substituir a figura do secretário único, dando assim à Regional uma significativa representatividade. Os primeiros frutos de um trabalho que vem sendo desenvolvido a vários anos começam a aparecer. Tentamos um breve balanço deste conturbado 79, ou melhor da vida da regional neste ano. Um ano de intensa vida política e

cultural, em que ocorreram surpreendentes mudanças, por vezes intrigantes. *Aproximando-nos dos acontecimentos, aqueles de interesse da nossa comunidade, verificamos a fragilidade das nossas forças e percebemos a necessidade de ampliar os nossos contatos, de estabelecer vínculos mais sólidos com as demais sociedades científicas, melhorar as informações que alimentam a vida política e sobretudo aperfeiçoar a divulgação destas informações (SBPC, 1979b, p. 1, grifos nossos).*

O editorial sinalizava, portanto, uma visão bastante otimista das ações realizadas em 1979, já que em apenas um ano havia sido possível concretizar um dos principais objetivos do “grupo do Rio”: o estabelecimento de uma estrutura de gestão coletiva. Apontava ainda para a relação direta entre as mudanças realizadas no âmbito da administração da Secretaria Regional, marcada pela aprovação do regimento do grupo, e sua respectiva consolidação enquanto espaço de representatividade da comunidade científica carioca. A partir desse momento, de forma oficial, a secretaria passou a ser constituída por uma *Comissão Executiva* – eleita a partir de chapas pré-estabelecidas e composta pelo secretário regional e quatro secretários adjuntos -, um *Conselho Consultivo Regional* - de inscrição voluntária, composto por oito membros fixos e dois suplentes -, e uma *Assembleia Regional*, com a finalidade de torná-la mais representativa, plural e com maior participação de seus membros. A secretaria regional também buscou formular políticas ligadas ao desenvolvimento da pós-graduação, sendo criada uma comissão para que fossem sugeridas atividades de promoção de intercâmbio de informações e opiniões entre os programas de pós-graduação do estado (SBPC, 1979b, p. 1).

Já sob essa nova estrutura, foi organizado outro processo eleitoral, sendo Ennio Candotti reeleito, em 1979, como secretário regional, e tendo como secretários adjuntos os professores Luiz Davidovich (Departamento de Física-PUC/Rio), Nelson Maculan Filho (COPPE-UFRJ), Otávio Velho (MN-UFRJ) e Reinaldo Guimarães (IMS-UERJ). Para o conselho consultivo da Regional candidataram-se dezoito integrantes, dentre os quais foram eleitos os membros: Wanderley Guilherme dos Santos, do IUPERJ; Alzira Abreu, do CPDOC/FGV-IFCS/UFRJ; Alberto Passos Guimarães, do CBPF; Carlos Médici Morel, da FIOCRUZ; Maria Yedda Linhares, do Departamento de História/UFF; Olinto Pegoraro, do IFCS/UFRJ – SEAF; Hésio Cordeiro, do Instituto de Medicina Social/UERJ, e José Manuel C. Mello, da COPPE – UFRJ. Nesta composição

do conselho, fica evidente a pluralidade de instituições e de áreas representadas, reforçando-se a abrangência e a capilaridade que a Secretaria Regional do Rio de Janeiro vinha conquistando ao longo dos anos. Além disso, nota-se a reeleição de muitos desses integrantes, o que aponta para o interesse em dar continuidade aos projetos da gestão anterior.

As ações realizadas em 1980 foram direcionadas predominantemente à organização da 32ª Reunião Anual da SBPC, que ocorreria na cidade do Rio de Janeiro, especificamente na UERJ, no mês de julho de 1980. Assim sendo, ela ocupou um grande espaço no planejamento e na estruturação da Regional do Rio de Janeiro. Tendo como tema central “ciência e educação para uma sociedade democrática”, o evento demandou uma série de encontros e debates sobre diversas perspectivas de educação. Nesse período eram recorrentes, no Boletim, notas e convites para que membros e amigos da SBPC participassem de encontros quinzenais para a organização da Reunião Anual, gerando uma maior movimentação desses encontros, que por vezes iam além do ambiente profissional, passando a ocorrer na casa dos cientistas ou em seus espaços de socialização, como bares e restaurantes (SILVEIRA, 2000). Observa-se dessa maneira uma consolidação na estrutura da regional, que se expandia e fortalecia a integração de seus membros na promoção de suas ações locais.

- 2.4 – “Retorno às origens”?: Dois caminhos para a SBPC

A realização da 32ª Reunião Anual da SBPC, em 1980, foi um momento muito importante para a entidade, pois nela evidenciaram-se divergências entre seus membros no que se referia à forma como a entidade deveria se comportar no contexto político de transição democrática, bem como a maneira pela qual deveria se organizar em relação aos seus diversos núcleos. Tais debates, que já vinham ocorrendo nas diversas esferas - regional e nacional -, se intensificaram naquele período de transformações no âmbito da SBPC e da sociedade brasileira.

Como apontando no capítulo 1, a SBPC é reconhecida desde sua criação como uma entidade fundamental na defesa da ciência e dos cientistas, mas foi na década de 1970 que ela alcançou maior projeção na vida social e política, como principal promotora de debates durante a ditadura civil-militar, especialmente após a sua 29ª

Reunião Anual, em 1977 em Fortaleza, que se tornou uma espécie de símbolo de “resistência social e política que representaria um paradigma não só na história da SBPC, mas de todos que lutavam pela redemocratização no Brasil” (OLIVEIRA, 2019, p.165). Desde então, as reuniões da SBPC passaram a ter um tom mais político, além de contarem com um público mais abundante e um maior espaço na imprensa. Segundo Fernandes (2000) a reunião acabou por fomentar debates sobre quais deveriam ser os novos rumos da SBPC, pois “a ruidosa reunião em São Paulo, ao invés de uma reunião tranquila em Fortaleza, também foi mais favorável para um exame do papel da SBPC no passado, no presente e, especialmente, o que ela deveria ser o futuro” (FERNANDES, 2000, p. 236). Desse modo, foi discutido o papel da SBPC como associação científica, mais especificamente nos termos de sua independência política, econômica e seu diálogo com a sociedade, pois:

Os novos rumos foram debatidos especificamente em termos de se e como receber as verbas governamentais, dada a condição prévia de se manter a independência da associação, e de como articular os laços entre a SBC e o conjunto amplo da sociedade civil, tendo em mente seu novo papel público e sua nova proeminência (FERNANDES, 2000, p. 236).

Oscar Sala, presidente da entidade entre 1973 e 1979, reforçava uma imagem integradora da SBPC, afirmando que a reunião deixava uma importante mensagem de que os pesquisadores não estavam sozinhos, demonstrando sua extraordinária união naquele momento (FERNANDES, 2000, p. 240). Segundo Fernandes (2000), se era lamentada a falta de debate com membros do governo na reunião anual, fortalecia-se um discurso por uma maior participação dos cientistas na formulação de tomada de decisões de caráter científico, que estava estreitamente associada à questão da transição para a democracia e do controle do Estado pela sociedade civil (p. 240). Nesse contexto, a entidade constituía-se como uma associação científica que era abraçada pela sociedade civil e por todos que lutava por democracia. No entanto, após 1977 notabilizou-se internamente na SBPC um intenso debate em relação à definição e aos limites de seu papel como associação de representação dos cientistas.

Com o processo de abertura política, marcado pelo fim da censura e pela criação de novos partidos políticos, surgiam – e se fortaleciam - outros espaços de debate e de

manifestação pública (FERNANDES, 2000; SILVA, 1997) como, por exemplo, a Associação dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), criada em 1978, que atuou como um órgão de pressão dos docentes frente ao Estado e à então Central Única dos Trabalhadores (CUT) (SILVA, 1997). Segundo Fernandes (2000, p. 250), nesse momento surgiu na SBPC um movimento de “volta às origens”, que, sendo vocalizado por seu presidente José Goldemberg, defendia que a entidade deveria retomar o objetivo inicial e primordial que lhe conferia identidade a partir de 1948: a defesa da ciência. No entendimento de alguns membros da SBPC da época, com o estabelecimento desses outros espaços de manifestação pública das demandas da sociedade civil, a SBPC não precisaria mais ser o espaço por excelência de manifestação dessas demandas e poderia novamente dedicar-se fundamentalmente às problemáticas do desenvolvimento científico e às questões urgentes nesses setores. Ainda que houvesse sócios que acreditavam ser impossível a abstenção da entidade dessas pautas, esse discurso foi reverberado pela imprensa da época, que reforçava a mudança de postura dos encontros. Tais questionamentos ficaram mais evidentes durante a 32ª reunião anual da SBPC, realizada em 1980 no Rio de Janeiro, espaço em que discussões sobre a relação entre ciência e política foram novamente expostas pelos cientistas e exploradas pela imprensa.

Em uma reportagem do *Jornal do Brasil*, intitulada “*Goldemberg quer uma proposta concreta*” (JORNAL DO BRASIL, 1980b, p. 24), foram comentadas as declarações realizadas pelo presidente da SBPC ao final da reunião anual. Em seu discurso, Goldemberg afirmou que a abertura da 32ª Reunião Anual deixaria de ser simplesmente um manifesto pela “liberalização do autoritarismo”, na medida em que permitiria discussões de temas concretos por instituições que oferecessem propostas e alternativas igualmente concretas. Ao correlacionar o discurso do cientista com as movimentações ocorridas nas últimas reuniões da SBPC, entende-se que ele estava se referindo às pautas críticas e políticas dos associados da entidade nesses encontros, que os haviam transformado no principal espaço de manifestação pública contra o autoritarismo do regime. A nova diretriz seria libertar-se dessas pautas, fixando-se nas questões que ele considerava como “concretas”. Ao realizar um balanço da reunião, que afirmou comprovar a maturidade e vitalidade da SBPC, Goldemberg elogiou o êxito na construção de alternativas palpáveis, porém, ao comentar a temática da educação, que

era o eixo principal do evento, destacou a existência de deficiências devido à grande “carga retórica” de suas discussões, apontando deficiências nos debates e propostas. Para ele, a falta de alternativas e propostas reais sobre esse assunto poderia ser reflexo da forma como vinham sendo debatidos, quando “discutiam-se os grandes temas, não para compreendê-los, mas para marcar ou defender posições”. Mesmo assim, afirmou estar satisfeito com a realização da Reunião Anual por achar que esta "conseguiu retirar a carga dramática e imediata" que as questões políticas acarretavam para a SBPC (JORNAL DO BRASIL, 1980b, p. 24). Nota-se a partir de seu discurso que a diretoria da entidade voltava-se para articulações que visassem medidas práticas para o desenvolvimento nacional, que naquele momento, se distanciariam da “retórica” e das polêmicas que envolviam as questões de caráter político referidas à luta democrática do período. O discurso de Goldemberg explicitava as divergências e posições conflitantes que existiam dentro da SBPC naquele momento, representada pela diretoria nacional e a também pelo grupo da regional do Rio, cuja posição havia sido explicitada por Ennio Candotti, secretário da regional e também coordenador do evento por eles organizado.

Ao discursar na conferência de abertura da Reunião Anual, Candotti defendeu justamente o contrário do que afirmava o presidente da SBPC, ou seja, insistiu na importância da atuação política dos cientistas, declarando não haver qualquer incompatibilidade entre o exercício da cidadania, também vivenciado na responsabilidade política e profissional dos indivíduos, e a prática científica, destacando a importância de seu papel social (SALLES, 1980, p. 1345). Para ele, seria justamente a organização política da comunidade científica que os tornaria capazes de pressionar órgãos governamentais na defesa de seus interesses. Ao comentar a temática do evento, classificou a educação como dimensão fundamental de mediação entre a sociedade e os cientistas, que, por sua vez, não deveriam somente fazer denúncias, mas lutar por questões referentes à política científica nacional em um contexto que, a despeito da abertura, ainda não era favorável (JORNAL DO BRASIL, 1980a, p. 7). Candotti se colocou publicamente contrário à ideia de um “retorno às origens”, alegando que ela não fazia sentido, já que, segundo ele, o caráter político e o caráter científico eram indissociáveis da identidade da SBPC e sua atuação vinha comprovando isto (citado por FERNANDES, 2000, p. 262). Ele entendia a dimensão política da SBPC como “um

resultado lógico da exclusão da sociedade das grandes decisões nacionais, onde ninguém tem qualquer participação em nada” (CANDOTTI, 1980 APUD FERNANDES, 2000, p. 262). A reunião organizada pelo grupo do Rio explicitava, portanto, visões antagônicas a respeito da forma como deveria ser a atuação da SBPC nesta nova conjuntura. Tais visões expressavam, por sua vez, as “relações de força” e as “posições concorrenciais” de grupos que disputavam autoridade e poder decisório no campo científico, conforme indicado por Bourdieu.

Em entrevista ao jornalista Fernando Tadeu Moraes (2019), publicada no livro que celebra os 70 anos da SBPC, Candotti comentou sobre essas visões antagônicas presentes na SBPC sobre qual seria o papel da ciência no processo de desenvolvimento nacional do período e a forma pela qual a entidade deveria atuar nesse contexto. No artigo, o cientista expressou essas diferenças por meio da categorização de dois grupos com distintas posições: os “centralizadores” e os “descentralizadores”. Tais diferenças eram, por sua vez, um claro contraponto entre as perspectivas da diretoria nacional paulista e o “grupo do Rio”. Em suas palavras, os centralizadores:

buscavam manter a SBPC dentro dos trilhos científicos. Defendiam a qualidade da universidade, o rigor, a excelência – em suma, o modelo uspiano de universidade. (...) Tinham uma mentalidade estritamente científica e, portanto, defendiam que a SBPC não deveria se meter em política, a não ser quando solicitada para emitir pareceres sobre alguma questão. (...) Tinham uma mentalidade de consolidar os ganhos obtidos, em vez de buscar sempre avançar, e tentavam centralizar as ações da entidade na sede, em São Paulo (CANDOTTI, 2019 apud MORAES, 2019, p. 122).

Os descentralizadores, por sua vez:

Tinham em mente um projeto nacional para a SBPC e para a ciência brasileira dentro de uma perspectiva político-científica. A consequência dessa posição era defender que a SBPC e a ciência se espalhassem pelo país (...) na importância de se ter uma ciência conectada a cada região. (...) não acreditávamos (...) na neutralidade da ciência; ela é boa ou ruim dependendo da maneira como é aplicada. Ela pode gerar ganhos para a sociedade, mas também pode ser um instrumento de opressão (CANDOTTI, 2019 apud MORAES, 2019, p. 122).

Apesar de Candotti comentar que essas diferenças se davam em clima de cordialidade, buscando a manutenção da unidade da SBPC mesmo em seus conflitos –

“Todos tínhamos o mesmo objetivo, ajudar a ciência brasileira. Divergíamos apenas nos meios para isso” (CANDOTTI, 2019 apud MORAES, 2019, p. 123) –, ele deixava clara sua percepção de que havia dois polos que representavam dois projetos de SBPC.

Nessa configuração, e de acordo com Candotti, os “centralizadores” defendiam que mesmo que a entidade se posicionasse diante de questões políticas, esses posicionamentos deveriam ser fruto de demandas científicas e estar voltadas estritamente a elas. Segundo o cientista, alguns membros da SBPC com bastante relevância na entidade, e membros de diretorias passadas e atuais, como Carolina Bori⁶⁵, Oscar Sala e José Goldemberg, defendiam essa posição.

O posicionamento desse grupo, representado pela diretoria da SBPC, poderia também estar relacionado a certo modelo de se fazer ciência, caracterizado por Burgos (1999) como “partido da ciência” (BURGOS, 1999). Essa perspectiva decorreria da diferença dos modelos institucionais implementados em diferentes localidades. Nesse caso, a comunidade paulista estaria identificada ao padrão institucional instituído na criação da USP, em 1934, reconhecida como um projeto inovador implementado “sem que uma demanda específica e imediata justificasse a sua criação” (BURGOS, 1999, p. 27). Assim, a USP teria se diferenciado de outros espaços da ciência, criados para atender demandas imediatas e pragmáticas, constituindo-se em um espaço legitimado por sua relevância acadêmica e dotado de grande prestígio institucional. Desse modo, o “modelo uspiano”, e sua força como instância de representação, mencionado por Candotti, não representaria somente a força e o renome da universidade paulista, mas

⁶⁵ Carolina Bori (1924 - 2004) formou-se em Pedagogia pela USP em 1947, tornando-se professora da mesma instituição no ano de 1948. Suas contribuições para o campo da Psicologia foram inestimáveis, tendo sido a principal responsável pela criação e disseminação de laboratórios de ensino em Psicologia Experimental no país e a primeira pesquisadora a implementar formalmente a atividade de laboratório como parte integrante da disciplina Psicologia Experimental. Ao longo de sua trajetória profissional a pesquisadora seria reconhecida, entre outras atribuições, por sua atuação como presidente da Associação Brasileira de Psicologia (1954-1955 e 1963-1965), como presidente da Sociedade de Psicologia de São Paulo (1960-1961), além de sua atuação no departamento de psicologia da USP e UnB. Carolina Bori terá um papel significativo e uma ativa participação nas diretorias e decisões da SBPC durante as décadas de 1970 e 1980, tendo sido secretária por dois mandatos (1973-1975/1975-1977), secretaria geral (1977-1979 –1979-1981), vice-presidente por três mandatos (1981-1983/1983-1985/1985-1987), até tornar-se a primeira presidente mulher da entidade em 1987, permanecendo até 1989. (PORTAL CAROLINA BORI. Quem foi Carolina Bori. Histórico presente no portal do MEC que homenageia a cientista. Disponível em: <<http://carolinabori.mec.gov.br/?pagina=carolinaBori>>. Acesso em: 29 de maio de 2019) (MATOS, 1998).

também a valorização de um modelo de ciência e a tentativa de fazer desse modelo a referência para a SBPC e para a própria organização da ciência no Brasil.

Em entrevista concedida ainda no ano 1976 ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e publicada em 2010, José Goldemberg já expressava seu posicionamento quanto à inserção de debates de cunho demasiadamente político no interior da comunidade científica. Ao comentar sobre a SBPC e sobre a SBF, o cientista afirmou:

Eles querem transformar a SBPC ou a SBF, ou o que quer que seja, num foro crítico. (...) Tenho encontrado dificuldade nesse sentido. (...) Alguns de nós nos opomos, tentamos evitar isso. E eles não dão valor nenhum. (...) Apesar de achar que, durante toda a minha carreira, tive um papel político, que não me furtei a desempenhar uma atividade política, acho que sempre fui bastante cauteloso para não envolver a instituição. (...) Sou muito cuidadoso com isso, tento não misturar as duas coisas. (GOLDEMBERG, 2010, p.133).

A fala de Goldemberg, anos antes de assumir a presidência da SBPC, em 1979, já indicava sua perspectiva, que era compartilhada por outros membros da comunidade científica, sobre a presença de debates, em sua visão, excessivamente políticos nas associações científicas. Para o físico, os jovens cientistas (referindo-se especialmente aos físicos) faziam “política muito mal” (p.131) e ele, que naquela altura ocupava a Presidência da SBF, não tinha “muita paciência para lidar com isso” (p.131). Para ele, algumas pautas colocadas em debate fugiam da ordem prática que era necessária, tornando-se demagógicas e podendo, inclusive, atrapalhar a relação entre as associações científicas e o governo (GOLDEMBERG, 2010). Em entrevista, comentou que essa questão era sensível, e que precisava ser levada em consideração até na própria estruturação das associações. Ao tratar da estrutura da SBF, Goldemberg apontou para o fato de que naquela conjuntura a figura do presidente ou secretário geral da entidade era forte exatamente como uma maneira de direcionar com mais cautela os seus rumos, pois:

se a gente não tomasse cuidado, ela [a SBF] seria dominada por ondas de demagogia, que poderiam ser oscilantes, no tempo. Eu senti isso. Depois que fui presidente [da SBF], eu senti. Então, [a SBF] é organizada de maneira que as assembleias gerais têm certo poder, mas não têm muito poder. É um conselho moderador. E tem um secretário

geral, que é bastante poderoso, no sentido de manter a máquina da assembleia montada (GOLDEMBERG, 2010, p. 133).

É importante salientar que Goldemberg, em sua trajetória como pesquisador e gestor científico, não negava a dimensão política da atuação das associações científicas que representava, e sublinhava a necessidade de denunciar práticas arbitrárias que ainda ocorriam no regime militar e, em especial, as que atingiam de forma direta cientistas e instituições científicas. Entretanto, como fica evidente em Fernandes (2000) e como apontam, também, as fontes analisadas, a estratégia política desse grupo era exatamente fortalecer as pautas científicas, evitando conflitos desnecessários e, desse modo, viabilizando ações que fossem verdadeiramente efetivas para as demandas da comunidade científica.

Ainda durante a 32ª Reunião Anual (Rio de Janeiro, 1980), na mesa redonda em que se discutiriam as perspectivas futuras da SBPC, Ennio Candotti apresentou algumas propostas da Regional do Rio voltadas à redefinição da estrutura da entidade. Em seu discurso, apontou que seriam necessárias mudanças para que a SBPC pudesse se fortalecer e que, para isso, era necessário “encontrar uma outra identidade dentro da nova realidade” (SALLES, 1980, p. 1350). Para Candotti, essas transformações deveriam passar, invariavelmente, pelas secretarias regionais, pois entendia que essas eram as bases para o funcionamento da entidade em sua totalidade. Desse modo, reforçou a importância de descentralizar as ações da diretoria nacional em São Paulo e de se atribuir certa autonomia às regionais, as quais deveriam funcionar de forma mais articulada, possibilitando maior dinâmica nessa escala. Para tanto, era de extrema importância estabelecer uma relação mais próxima dos membros com os seus núcleos locais, o que seria possível por meio de ações que os envolvessem de maneira mais ativa. Além dessa articulação interna, também defendia o intercâmbio entre as regionais da SBPC e outras sociedades científicas, e que permitiria uma pluralidade nas ações da entidade, mais engajamento e uma participação mais ativa dos membros e das associações parceiras. A interação dos sócios permitiria uma maior identificação desses com a SBPC, inclusive com os membros de São Paulo, distantes das múltiplas realidades das diversas localidades da SBPC. Essa proximidade poderia reverter, por

exemplo, o distanciamento dos associados em relação aos processos decisórios, que ficava explícito no baixo número de votantes da SBPC.

Foi tendo em vista tais objetivos que a Secretaria Regional do Rio de Janeiro defendeu a criação de “um órgão de divulgação científica de vendagem em bancas de jornal, para tornar mais ágil o processo de interação com o meio social” (CIÊNCIA E CULTURA, 1980b, p. 1577). Ou seja, o contraponto com os “centralizadores paulistas” foi um elemento fundamental a nortear a iniciativa do “grupo do Rio” de promover novos canais de comunicação com a sociedade, com vistas a divulgar os trabalhos realizados pela comunidade científica para o grande público.

Esse contraponto entre representantes da diretoria da SBPC e do grupo do Rio, para além da divergência sobre a forma pela qual a associação deveria organizar-se, expressava uma disputa sobre os significados atribuídos à identidade da própria SBPC. Mesmo que todos manifestassem o compromisso comum com o objetivo maior da associação – a defesa da ciência –, ficava claro que os caminhos pelos quais cada grupo entendia as práticas concretas para cumprir tal objetivo eram distintos, expressando distintas posições nesse campo comum da “ciência”. Trata-se de um embate que nos remete às ideias de Bourdieu (1983a; 2004a) sobre o campo científico como espaço de luta. Apesar de assumir uma identidade pautada pelas ideias de coesão e integração da comunidade científica, a tensão entre essas diferentes perspectivas foi um componente importante de seu percurso (inclusive no sentido de sua afirmação) no contexto das transformações da sociedade brasileira do período. As ações de difusão científica, promovidas pelo grupo do Rio, seriam, como veremos adiante, um importante capital mobilizado pelo grupo do Rio para movimentar-se e firmar-se na entidade em contraposição à posição de sua diretoria nacional.

No contexto dessas disputas, após a 32ª Reunião Anual, foi elaborado pelo Conselho Executivo e o Consultivo da Regional do Rio um documento intitulado “*Algumas reflexões sobre a SBPC*”, por ocasião da realização de uma reunião do Conselho Nacional da entidade. Publicado na edição de novembro do *Boletim da Secretaria Regional do Rio*, o texto defendia a defesa de um projeto de renovação da SBPC. Dessa maneira, formalizava algumas das questões levantadas por Candotti em

seu discurso durante a reunião daquele ano, reforçando que essas pautas eram fundamentais para o avanço das ações da entidade dali por diante.

Dividido em três partes, o documento se iniciava com uma das reivindicações mais antigas da regional do Rio: a superação da dinâmica pela qual a efetiva vida e atuação da entidade, assim como a troca e contato entre seus membros, se restringiam ao momento de realização das reuniões anuais. Segundo o documento, a sociedade brasileira havia mudado e novas demandas haviam surgido, e por esse motivo não era aceitável que a estrutura pensada em sua origem fosse ainda adequada à nova realidade. O documento reforçava que no interior da SBPC já vinham ocorrendo mudanças, mas que, no entanto, elas não decorriam de um projeto de mudança e sim de pressões ocorridas em seu interior. Era necessário, portanto, refletir, ponderar e direcionar as futuras transformações da associação:

É evidente que já de algum tempo as coisas vêm mudando. A própria convocação desta reunião é um sintoma disso. Todavia, vêm mudando como que também por inércia, e não a partir de uma tomada de posição deliberada. E isso evidentemente tem os seus graves riscos. A nosso ver o que se coloca como necessidade é um esforço profundo de reflexão do qual possa emergir uma política definida que norteie os caminhos a seguir (SBPC, 1980b, p. 1).

O planejamento para a redefinição de rumos da sociedade demandava conhecer os anseios da comunidade científica em todas as suas esferas, o que somente seria possível por intermédio da promoção de um diálogo entre todas as instâncias da SBPC a respeito das questões nacionais básicas. Em sua segunda parte, o documento salientava a importância de se abrir uma discussão, “ou melhor, prosseguir, já que há muito tempo insistimos neste ponto” (SBPC, 1980b, p. 1), sobre as regionais da SBPC, explicitando a importância de fortalecê-las. Apontava-se que essa modificação do papel das regionais permitiria um reforço do caráter nacional da SBPC, algo que se fazia necessário inclusive diante da necessidade de “responder adequadamente aos crescentes interesses e preocupações da comunidade científica manifestados nos diversos centros de pesquisa do país” (SBPC, 1980b, p. 2). Ou seja, o próprio avanço do processo de institucionalização da ciência naquele período demandava nova forma de lidar com as particularidades locais da comunidade científica. É interessante notar o destaque dado pelo texto ao fato de essa reivindicação não ser nova, algo que pode ser lido como uma

provocação à diretoria da SBPC, sugerindo um suposto descaso ou incapacidade de sua parte para atender a uma demanda tão importante. Para os redatores:

Uma realidade nacional extremamente diversificada como a nossa recomenda que as regionais (pensadas como uma instância intermediária entre a SBPC central e as comunidades locais) assumam tarefas na medida das suas possibilidades, e que contem com o apoio e estímulos para se desenvolverem. Mesmo porque muitas das insuficiências das atuais regionais não são só fruto das realidades locais, mas também da sua própria posição até agora indefinida na estrutura da SBPC. É necessário que as regionais possam afirmar-se como parte integrante e responsável da sociedade, tanto em sua capacidade, inclusive financeira, de programar seu desenvolvimento e atividades, quanto na contribuição que os centros dinâmicos e de maturidade comprovada possam trazer à direção nacional da SBPC (SBPC, 1980b, p. 1).

Para a Regional do Rio, a realidade diversificada do Brasil demandava a ação de instâncias intermediárias, que promovessem o diálogo entre as variadas esferas da comunidade científica. Isso permitiria, dentre outras coisas, que houvesse um reforço do caráter nacional da SBPC, por meio de uma consolidação dos elos da associação como um todo. Ao final do documento, a Secretaria apresentou três ações concretas que poderiam favorecer a realização desses objetivos: criar um fórum que reunisse conselheiros, diretoria e secretários regionais; criar uma comissão nacional para elaborar o “estatuto das regionais”; e estudar “formas de dinamizar a atuação do conselho da sociedade tornando mais frequentes as suas reuniões e a criação dos conselheiros nas regiões onde são eleitos” (SBPC, 1980b, p. 1).

O documento era uma forma de a secretaria do Rio pressionar para que as pautas apresentadas em 1980 fossem, pelo menos, discutidas no Conselho Nacional. Essa espécie de “carta do Rio”⁶⁶ à diretoria da SBPC serviria, portanto, como mecanismo de oficialização das reivindicações de sua secretaria regional. Todavia, apesar de o *Boletim da Secretaria Regional* salientar que o texto havia sido enviado com antecedência para todos os conselheiros e membros da diretoria, no dia da referida reunião o Conselho limitou-se a comentar as diretrizes principais referentes à 32ª Reunião Anual, adiando

⁶⁶ A expressão remete aos documentos ou declarações enviados pelos dirigentes da Secretaria Regional do Rio de Janeiro à diretoria nacional da SBPC por meio de cartas que eram publicadas nos boletins da Regional. A expressão “carta do Rio” seria usada posteriormente por Ennio Candotti em carta remetida em 1981 à diretoria da SBPC, reenviando documento elaborado em 1979 pela Regional.

para outra oportunidade a discussão do documento do Rio. Diante de tal situação, entende-se que a publicação do texto em sua íntegra no *Boletim da Regional* foi uma maneira de a secretaria do Rio expor aos membros cariocas a postura da SBPC nacional em relação às pautas por eles apresentadas, permitindo o acompanhamento coletivo do processo.

Após seis meses sem resposta, a secretaria carioca voltou a enviar o documento para a direção da entidade. A edição do *Boletim da Regional* referente ao mês de abril de 1981, além de pontuar essa situação, comentou o processo de escolha para a nova diretoria da SBPC que estava em curso. A regional apontava que, apesar de ter sido enviada uma circular convocando os sócios para a eleição, a realidade era de desmobilização.

As eleições, assim como são realizadas na SBPC, não entusiasma ninguém. Na nossa reunião, estavam presentes vinte (dos 850) sócios votantes do Rio e na reunião do Conselho, em São Paulo, compareceram nove (dos cinquenta) conselheiros! Algo vai mal, muito mal. É preciso repensar esta nossa SBPC: a Reunião anual, as Regionais, o Conselho e inclusive o próprio processo eleitoral (SBPC, 1981a, p.1).

A baixa participação dos sócios no processo eleitoral reforçava a preocupação por parte do grupo do Rio em relação à estrutura de funcionamento e representatividade da SBPC. Essa era uma dificuldade vivida também no próprio âmbito regional, visto que na edição de abril de 1980, ao comentar a reeleição da chapa de Candotti, apontou-se o fato de as eleições regionais terem poucos votos. Como forma de mitigar esse problema, a secretaria propunha naquela altura que “seria melhor realizar uma votação direta, com urnas no próprio Rio em época de plena atividade acadêmica” (SBPC, 1980a, p.1). Todo o processo eleitoral era realizado diretamente via diretoria nacional, sendo os votos dos sócios enviados pelos correios à sede em São Paulo. Por mais que fosse importante a presença de uma instância superior para o manejo do processo, a realização da votação na própria cidade dos sócios levaria a uma participação maior destes e também reforçaria a importância do próprio processo eleitoral, o que ampliaria por sua vez o engajamento dos cientistas nos processos de decisão da entidade.

Ao justificar a importância desse debate, o boletim apresentava ainda a questão do desequilíbrio em termos de representação nas instâncias decisórias centrais da entidade, com franco predomínio da comunidade científica paulista:

Cabem, por exemplo, as perguntas: os sócios conhecem os nomes em que votarão? A distribuição regional dos sócios ainda reflete a composição do Conselho, onde vinte dos cinquenta membros representam centros de São Paulo? (SBPC, 1981a, p. 1).

Tal desequilíbrio impactava na própria organização do Conselho Nacional da SBPC que, além de sua direção e dos secretários regionais eleitos bienalmente, era composto tradicionalmente pelos fundadores da entidade - os membros efetivos -, e por cientistas com grande prestígio acadêmico. Tal estrutura demonstrava um grande grau de continuidade de seu corpo deliberativo (SILVA, 1997), que ainda concentrava na cidade de São Paulo suas principais referências devido ao histórico da entidade. Ao buscar uma participação mais efetiva dos membros, o grupo do Rio punha em questão todos esses aspectos que consideravam limitadores, buscando ampliar a representatividade dos núcleos regionais.

Com as eleições de 1981, e a entrada de uma nova diretoria presidida por Crodowaldo Pavan⁶⁷, algumas proposições da secretaria do Rio começaram a ser levadas em consideração pela SBPC. Como veremos a seguir, esse processo foi resultado de diversos fatores, como por exemplo, as redes de sociabilidade entre seus membros e a nova presidência, o vislumbre de que tais ações poderiam fortalecer a entidade em um novo momento político de transição e a viabilidade possível através do apoio de outras instâncias e agências de fomento. Após um período de disputas internas e discussões, a regional do Rio finalmente iria conseguir concretizar suas principais pautas e desenvolver ações com abrangência nacional. Entretanto, as disputas e os

⁶⁷ Crodowaldo Pavan (1919-2009), nascido em São Paulo em dezembro de 1919, foi um dos primeiros brasileiros dedicados aos estudos de genética. Graduado em História Natural pela Universidade de São Paulo (USP) em 1941 e doutor pela mesma instituição em 1944. Pavan realizou pesquisas que o tornaram reconhecido internacionalmente. Dedicou-se à pesquisa experimental, fundou um laboratório de citogenética no Laboratório Nacional de Oak Ridge no Tennessee (EUA) e também foi professor no exterior. Pavan incentivou a ciência brasileira ao presidir entidades como o CNPq (1986-1990), a SBPC por três mandatos (1981-1983; 1983-1985; 1985-1987), e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) (1981-1984). O cientista também era membro titular da Academia Brasileira de Ciências. Pavan faleceu em abril de 2009 em decorrência de um infarto (PERONDINI, 2010; SANTOS et al., 2020b).

conflitos entre a diretoria e os membros do Rio permaneceriam, mesmo com a efetividade dos projetos dessa regional.

2.5 – “Caro Pavan, alguma luz!” Novas relações entre a Regional do Rio e a SBPC nacional.

Em 1981, Crodowaldo Pavan assumiu presidência da SBPC, substituindo José Goldemberg, com a missão de conduzir a associação “das águas revoltas dos tempos de repressão para as ondas mais calmas da transição democrática” (MALAVASI, 2010, p.2), realizando mudanças na entidade nos âmbitos interno e externo, reestruturando-a e expandindo-a. Essa posição também significou uma aproximação com os órgãos governamentais, buscando ao mesmo tempo não perder a postura crítica e os objetivos originais da SBPC. No contexto da década de 1980, atuou em defesa da ciência em diálogo aberto com o poder vigente, seja no governo militar de Figueiredo, num cenário de desinteresse e de carência de estímulos em favor do sistema científico e tecnológico⁶⁸, seja no período de redemocratização, discutindo políticas e representação da ciência com o novo governo civil (MOTOYAMA et al, 2004; VIDEIRA, 2010). O cientista tinha uma forte atuação nas discussões de política científica, estando nesse período à frente da SBPC (1981 - 1986), do conselho técnico administrativo da FAPESP (1981 - 1984) e mais tarde do CNPq (1986-1990), onde buscou mais investimentos e subsídios para a ciência. Em sua gestão houve uma maior interlocução com núcleos internos da SBPC, mediante transformações na estrutura nacional da entidade que possibilitaram maior participação de seus membros.

Logo no início de seu mandato, foram enviadas circulares que abordavam questões referentes à relação dos cientistas com a sociedade civil e a discussão de um projeto para a reelaboração do regimento interno da entidade. Durante a 33ª Reunião Anual da SBPC, em julho de 1981 na Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi formada uma comissão composta pelos cientistas Carolina Bori, Maria Isaura Queiroz,

⁶⁸ Segundo Motoyama et al (2004), durante o governo do General João Baptista Figueiredo o Brasil foi afetado por uma forte crise econômica, que, ampliada pelos reflexos da 2ª crise do Petróleo, em 1979., levou a um aumento do endividamento do país e aceleração da inflação. Nesse panorama, diferentemente do governo Geisel, que buscou minimizar os efeitos da crise promovendo o desenvolvimento científico-tecnológico, o governo Figueiredo, não fomentou o setor. Segundo o autor, tal perspectiva fica evidente na implementação do III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), aquém em projetos concretos se comparado com suas propostas anteriores. (MOTOYAMA, 2002, p. 378).

Ernesto Hamburger e Ennio Candotti, com o objetivo de redigir o anteprojeto para um novo Regimento da SBPC, mais aberto à atuação das regionais, que seria apresentado na reunião da diretoria nacional realizada entre os dias 28 e 29 de setembro daquele mesmo ano (CIÊNCIA E CULTURA, 1982d). Vislumbrava-se assim em Pavan um novo perfil de gestão, sob uma perspectiva alinhada às concepções da Regional do Rio, o que proporcionaria uma maior articulação e apoio mútuo entre ambas as diretorias.

Em seus boletins, a Secretaria Regional do Rio registrou a nova postura da SBPC nacional. Em outubro de 1981, as “cartas do Rio” voltam a aparecer. Com o objetivo de contribuir para as discussões da reunião de setembro, Ennio Candotti, como representante do Rio, remeteu diretamente ao novo presidente da SBPC, Crodowaldo Pavan, um documento em que apresentava algumas sugestões com base em experiências vivenciadas na secretaria nos anos anteriores. A carta foi publicada em sua totalidade no boletim, iniciando-se da seguinte maneira:

Caro Pavan, alguma luz! Já se passaram cinco anos desde que as primeiras "cartas do Rio" chegaram à diretoria e, durante este tempo todo, hélas, muito pouco interferiram nos rumos da SBPC. Tenho a impressão agora de que a nova diretoria está empenhada em repensar estes rumos. A convocação da reunião de fins de setembro e as primeiras circulares que recebi o confirmam. Como primeira contribuição da Regional Rio à reflexão que está por iniciar, gostaria de assinalar-lhe alguns pontos que orientaram as "cartas do Rio" e a própria atuação da Regional. Trata-se de sugestões, ideias e experiências que foram aos poucos se delineando, não apenas através de sucessivas discussões e confrontos, mas também por influência das iniciativas, que desde os tempos em que Roberto Lent era Secretário, tivemos a oportunidade de promover e acompanhar (tanto eu quanto o grupo de sócios que hoje colabora na secretaria). Para maior clareza e brevidade deste relato de sugestões e experiências dividirei entre as suas principais áreas de atuação da Regional: 1) A SBPC sua estrutura e as Regionais; 2) A participação dos sócios e amigos de nossas iniciativas; 3) A Reunião Anual; 4) As sociedades científicas; 5) Os órgãos do Governo; 6) O público em geral (SBPC, 1981e, p 2).

O trecho indica que, para além de divergências quanto aos rumos da SBPC (o debate sobre se deveria focalizar questões estritamente científicas ou reforçar sua dimensão política), as tensões entre o “grupo do Rio” e a diretoria anterior eram relacionadas a uma disputa sobre quem assumiria protagonismo no encaminhamento de mudanças que, sobretudo naquele contexto de transição, eram percebidas como necessárias. Pavan representaria a oportunidade de mudar o posicionamento da direção,

com a convocação de reuniões e a possibilidade de diálogo entre o Conselho Nacional e os núcleos regionais. Cada uma das cinco áreas foi descrita em um texto próprio de maneira sucinta, expondo as iniciativas já desenvolvidas pela regional, demonstrando sua efetividade e possibilidades no cotidiano da SBPC.

Em uma das colunas desse mesmo número intitulada “A SBPC está mudando”, reafirmavam-se esses novos ventos, sendo descritas as discussões travadas na já comentada reunião de setembro, que integrou a diretoria, o Conselho e os Secretários Regionais. Nesse encontro, visto como uma iniciativa da diretoria que “veio concretizar decisão anterior sempre adiada e que vem ao encontro de uma necessidade há muito sentida por nossa regional” (SBPC, 1981c, p.1), foi distribuído a todos os participantes, por iniciativa da direção da SBPC, o antigo documento do Rio “*Algumas reflexões sobre a SBPC*”, de 1980, que apresentava indicações sobre possíveis ações da SBPC. Segundo a coluna, a distribuição do documento durante a reunião indicaria uma melhor compreensão por parte da direção em relação às pautas apresentadas pelo grupo do Rio, além de demonstrar certa convergência entre o que se propunha dali em diante e a antiga proposta dos sócios do Rio de Janeiro. As discussões giraram em torno de três questões centrais: as reuniões anuais, as secretarias regionais e a reforma do Regimento da Sociedade. Os dois últimos pontos tiveram maior destaque, já que o anteprojeto partia exatamente de uma prerrogativa de alteração profunda da posição das secretarias na estrutura da SBPC, ocasionando modificações na composição e atribuições de seu conselho. Tendo sido pouco modificado, o documento foi posteriormente enviado para todos os sócios da entidade, sendo levado à apreciação na Assembleia Geral da 34ª Reunião Anual da SBPC, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em 1982.

Nessa nova estrutura, baseada no modelo do estatuto da Regional do Rio, definiu-se que as regionais poderiam ser organizadas de acordo com o seu próprio regimento, o que lhes permitiria maior autonomia. Além disso, foi criada uma comissão permanente, constituída por 6 secretários regionais – escolhidos entre os próprios secretários - e um membro da diretoria nacional, que iria colaborar, dentre outras coisas, com a promoção e coordenação de programas de atividades e com a previsão orçamentária para a execução destes programas. Também foi criado o Conselho Regional da SBPC, para cuja composição o regimento propunha a divisão dos estados

do país em seis áreas geográficas: 1. Amazonas, Pará, Acre, Maranhão, Piauí, Roraima, Amapá e Rio Branco. 2. Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Fernando de Noronha. 3. Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais e Rondônia. 4. Espírito Santo e Rio de Janeiro. 5. São Paulo. 6. Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. O Conselho seria constituído de, no mínimo, dois representantes por região, além de um número “n” de conselheiros de acordo com a quantidade de sócios quites por sua área geográfica, definidos segundo uma fórmula matemática. Para a realização das eleições deste Conselho, seria organizada uma comissão eleitoral para estabelecer o calendário e as normas do processo com antecedência. As divisões seriam estabelecidas por regiões, o que poderia proporcionar uma representação mais igualitária de associados, visto que alguns estados tinham implementado suas regionais em momentos diferentes, o que trazia desproporcionalidade no número de associados a cada uma delas. Dessa forma, a constituição desse novo estatuto alterou significativamente o modelo de entidade, dando mais espaço às regionais e criando conselheiros por núcleos de estados que participariam também das reuniões da diretoria (CIÊNCIA E CULTURA, 1982d).

Em janeiro de 1982, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro a primeira reunião da Comissão de Regionais, que serviria como um núcleo para a discussão de formas de atuação das secretarias regionais em todo o território brasileiro. Nesse momento, voltaram a ser organizadas as Reuniões Regionais da SBPC. Segundo Oliveira (2019), a primeira Reunião Regional oficial da SBPC se deu no ano de 1974 no Anfiteatro da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde ocorreu a 26ª Reunião Anual, sendo realizado novamente em 1977 na cidade de Florianópolis. Todavia, nos anos seguintes não haveria indícios⁶⁹ de encontros do gênero, sendo reativados após um longo hiato pela Comissão da Regional com a Reunião Regional na cidade de São Luís, no Maranhão, em 1983. A partir dessa data, entre os anos de 1983 e 1988, ocorreriam reuniões das regionais nas cidades de: João Pessoa, em 1984, com a temática “Nordeste, o Martírio Secular da Terra (Euclides da Cunha)”; Blumenau, em 1985, com a temática “Condições de Vida Humana na Região Sul”; em Campo Grande, em 1986, com a temática “Um novo Oeste, perspectivas de integração”; em Manaus, em

⁶⁹ Não foram encontradas notas sobre as reuniões regionais da SBPC até o ano de 1983.

1987, com a temática “Amazônia no Brasil – O Brasil na Amazônia”; e nas cidades de Maceió e de Santa Maria, no ano de 1988, com as temáticas “Nordeste, o Homem e o Ambiente” e “Estratégia de Mudança e Integração no Cone Sul”, respectivamente. Segundo os relatórios oficiais da SBPC publicados na revista *Ciência e Cultura*⁷⁰, esses encontros tinham como objetivo aprofundar o intercâmbio de conhecimentos para fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico local e proporcionar debates referentes a assuntos de interesse regional, que também seriam de relevância nacional (CIÊNCIA E CULTURA, 1988, p. 1029). Nota-se que esses encontros tentaram abranger as diferentes regiões do Brasil, dando visibilidade a suas demandas. Além disso, foi realizado, em julho de 1983, a 1ª Reunião dos Secretários Regionais da Região Nordeste (CIÊNCIA E CULTURA, 1983b, p. 1553), para a organização e compatibilização de seus regimentos internos⁷¹. A realização de eventos locais e regionais e o diálogo com outros núcleos científicos eram importantes não apenas para essa expansão e integração desses diversos núcleos da SBPC, mas para como estratégia para angariar apoio e financiamento de órgãos governamentais necessários à viabilização das iniciativas das secretarias regionais. Tratava-se de um movimento a expressar, portanto, a expansão da própria ciência brasileira e, conseqüentemente, a institucionalização de seus espaços de representação locais.

Pavan enfatizava que essas ações de descentralização seriam um meio concreto para efetivar a presença da SBPC nos territórios da Federação, pois injetariam mais força nas unidades regionais em nível nacional (PAVAN, 1982):

Essa descentralização torna-se imperativa para nossa Sociedade, bem como achamos de grande importância a multiplicação dos eventos em ciência e tecnologia durante o ano e por mais diferentes regiões e centros científicos do Brasil. Com o apoio do CNPq, esse fortalecimento das sedes regionais começará a dar frutos neste segundo semestre de 1982, quando a Sociedade pretende promover pelo menos suas reuniões regionais, bem como dar prosseguimento à política de assegurar um permanente espaço junto aos principais órgãos de comunicação do país (PAVAN, 1982, p. 1379).

⁷⁰ Ver relatórios de atividades da Diretoria publicações nos anos de 1985, 1986, 1987, 1988 e 1989.

⁷¹ Na revista *Ciência e Cultura* são sinalizadas algumas atividades que foram organizadas ou “levadas a efeito” pelas secretarias regionais nesse período, como a II Reunião Regional de Santos e outros debates, simpósios e encontros (CIÊNCIA E CULTURA, 1983a, p. 1545).

O comentário sobre a importância desse espaço junto aos órgãos de comunicação expressa a centralidade que essas ações de divulgação e comunicação assumiriam como forma de ampliar a interface com a sociedade e, desse modo, angariar novos associados com vistas a fortalecer a própria associação. Uma dessas iniciativas, a primeira desenvolvida Regional do Rio, foi o projeto *Ciência às Seis e Meia* (CSM), ação que integrava cientistas e a população, destinado à população em geral. Posteriormente o *Ciência às Seis e Meia* teria uma grande importância na vida das regionais, passando a ser implementado em outras secretarias da SBPC, fortalecendo as atividades nesses núcleos locais.

- 2.6. - “Ciência também dá samba”: conquistando o público

A iniciativa *Ciência às Seis e Meia* foi uma ação de divulgação científica desenvolvida em 1981, na gestão de Candotti, pelos membros da Regional do Rio de Janeiro. Tratava-se de um programa de conferências científicas realizadas aos fins de tarde de segunda-feira no *Teatro Glauber Rocha*, centro da cidade, buscando alcançar o grande público e promovendo sua aproximação com pesquisas em diversas áreas de ciência e tecnologia.

A iniciativa foi inspirada no evento “*Série às Seis e Meia*”, um projeto criado em 1976 que promovia durante a semana uma série de apresentações musicais a preços populares no Teatro João Caetano, importante espaço de cultura situado na Praça Tiradentes, no centro do Rio de Janeiro⁷². O nome fazia referência ao horário de sua realização, sempre às 18 horas e 30 minutos, que normalmente é o período em que a população deixa o trabalho e em que não havia eventos ocorrendo nas casas de espetáculo. Buscava-se desse modo que, na ida para a casa, ao invés de ficar no trânsito,

⁷² O projeto “*Série às Seis e Meia*” foi criado em 1976 pelo produtor de espetáculos de música popular Hermínio Bello de Carvalho e por Albino Pinheiro, então diretor do Teatro João Caetano, que decidiram realizar durante a semana, no horário em que as pessoas deixam o trabalho, que também era um momento ocioso nas apresentações do Teatro, encontros musicais entre gerações. Dando ênfase a apresentações de choro e samba, seu formato consistia em duas apresentações por noite, em que um cantor mais conhecido apresentava um talento promissor da MPB. O projeto teve grande êxito na época, tendo como primeiras duplas nomes como: Clementina de Jesus e João Bosco; Ivan Lins e Nana Caymmi; Ademilde Fonseca e Abel Ferreira; Marisa Gata Mansa, Tito Madi e Moacyr Silva; Jards Macalé, Moreira da Silva e Conjunto a Fina Flor do Samba; Beth Carvalho e Nelson Cavaquinho; Carmen Costa, Carlinhos Vergueiro e Grupo Chapéu de Palha; Cartola, João Nogueira e Grupo Bandola; Alaíde Costa, Turbío Santos e Copinha; Marlene e Gonzaguinha; Dóris Monteiro e Lúcio Alves; Wanderléia e Jorge Veiga; e Marília Medalha e Zé Kéti. (ARAÚJO E SILVA, 2017; ALMEIDA, 2009b)

a população se sentisse estimulada a participar das apresentações, em que eram realizados encontros musicais entre diferentes gerações musicais, sempre com a presença de um sambista. Devido a sua ótima recepção, o projeto é lembrado por seu impacto na movimentação cultural da cidade, sendo ampliado em caráter nacional com o nome de Projeto Pixinguinha.

O *Ciência às Seis e Meia* foi idealizado com apoio da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), do CNPq e do Clube de Criação do Rio de Janeiro⁷³, que elaborou seus cartazes. O projeto partia de diversas demandas: ir ao encontro de públicos diferenciados, interessados por ciência; compreender seus interesses para, assim, buscar atender às suas demandas por conhecimento científico; promover a integração entre atividades científicas e outras áreas de cultura, como o cinema, as artes e a comunicação; e organizar um plano de divulgação científica de maior projeção e extensão, mapeando no interior da comunidade científica os profissionais interessados e disponíveis para participar desse diálogo que buscava uma nova perspectiva política e social para a ciência. Iniciado em setembro de 1981, nesse primeiro ano foram realizados onze encontros⁷⁴, com temáticas variadas, sempre sendo ministradas por especialistas de suas áreas.

Iniciativas de divulgação científica já vinham sendo discutidas na Regional, como a revista *Ciência Hoje* em 1978⁷⁵, como veremos no capítulo 3. No entanto, o *Ciência às Seis e Meia* foi o primeiro projeto de divulgação científica efetivamente

⁷³ O Clube de Criação do Rio de Janeiro foi criado em 1975, durante uma reunião da Associação Brasileira de Propaganda (ABP), entidade que integrava profissionais dos setores de criação de agências de publicidade cariocas. O clube surgiu de uma iniciativa de 23 publicitários brasileiros, dentre os quais se destacava José Monserrat, jornalista que atuou durante anos no campo da publicidade, e foi o seu primeiro presidente (CAVALHEIROS 2017). Monserrat seria um importante nome no projeto do *Informe Ciência Hoje* – atual *Jornal da Ciência* – e uma das iniciativas da *Ciência Hoje*.

⁷⁴ Durante o ano de 1981, entre os meses de setembro e dezembro, sempre às segundas-feiras, ocorreram onze encontros do projeto “*Ciência às Seis e Meia*”. Foram eles: 14/09: Nascimento e Morte das estrelas, Augusto Daminelli Neto (IAG/USP); 21/09: O que é um vírus, Fernando Portela Câmara (UFRJ); 28/09: O uso Popular das plantas medicinais, Elisaldo Carlini (EPM); 05/10: Porque cantam os índios, Antony Seager (UFRJ); 19/10: O que é a ecologia, Celio Vale (UFRJ); 26/10: Estatísticas na economia: usos e abusos, João Saboia (UFRJ); 09/11: Plantas medicinais: mito e realidade, Walter Mors (UFRJ); 16/11: A química da origem da vida, Gastão Galvão (USU); 23/11: Continentes em movimento, Marcus Gorini (UFRJ); 30/11: O que é computador, Estevan de Simoni (UFRJ); 07/12: O que é matéria, Fernando de Souza Barros (UFRJ) (SBPC, 1981h, p. 6).

⁷⁵ A revista *Ciência Hoje* começou a ser pensada e discutida no ano de 1978 por Roberto Lent, Alberto Passos Guimarães, entre outros cientistas, mas só foi efetivamente elaborada e publicada entre os anos de 1981 e 1982, respectivamente.

desenvolvido pelo grupo, movimentando os cientistas da regional e de diferentes instituições. Para a sua realização era necessário não só criar uma infraestrutura, mas também estratégias para mobilizar a participação dos cientistas, além de arquitetar a divulgação do evento, estabelecendo algum diálogo com as redes de comunicação. Buscando ter o mesmo espírito e fazendo referência à *Série às Seis e Meia*, antes de começar as conferências os organizadores colocavam como som ambiente fitas gravadas com músicas populares, em geral sambas, para gerar um clima integrador entre os presentes e o espaço do teatro.

O *Ciência às Seis e Meia* foi divulgado em jornais, como o *Jornal do Brasil*, e também em boletins mais ligados à comunidade científica, como o *Informe Finep*, uma publicação da agência de fomento que no seu editorial de dezembro de 1981, intitulado “A ciência e o público”, dava destaque ao projeto, referenciando-o com a chamada “SBPC, no Seis e Meia, prova: ciência também dá samba” (CIÊNCIA E CULTURA, 1982a). Nessa reportagem, que também trazia um balanço da ação, Ennio Candotti comentou o sucesso do projeto, que em apenas quatro meses havia recebido mais de duas mil pessoas. E mencionou duas dificuldades na realização da iniciativa: a inibição do pesquisador, que em sua vida acadêmica não está acostumado a lidar com grandes públicos, e a preocupação com a linguagem, entendendo as dificuldades de se transmitir o conhecimento científico de uma forma compreensível aos variados públicos presentes no evento. Candotti avaliava que esses problemas estavam sendo superados, já que os pesquisadores – utilizando-se das suas experiências em sala de aula e lançando mão de recursos audiovisuais que ajudavam em suas explicações – passaram a dar um melhor andamento em suas palestras. Outra dificuldade identificada relacionava-se ao afastamento entre cientistas e iniciativas desse porte, devido ao entendimento de que o público não conseguiria acompanhar o grau de complexidade de determinados assuntos. Essa ideia era contestada pelos cientistas da Regional do Rio, que acreditavam que para a diminuição dessas barreiras era importante pensar em novas abordagens desses conteúdos, que permitissem a aproximação entre cientistas e o público leigo. Uma pesquisa - realizada a partir da distribuição de um questionário ao final de duas conferências no ano de 1981- indicou que a maior parte do público que participava dos eventos do *Ciência às Seis e Meia* tinha entre os 20 e 30 anos (40%), sendo que 60%

trabalhavam no centro da cidade e 80% vinham direto do trabalho. Porém, havia também participantes que vinham de outras áreas da cidade só para assistir às palestras. A maior parte do público ficava sabendo do projeto pelos jornais e por conhecidos, sendo atraído em sua maioria pelo assunto e também pelo objetivo da ação em si, de aproximação com a ciência (SBPC, 1981h, p. 6; SBPC, 1982a).

O projeto foi tão bem-sucedido que ganhou destaque no editorial do mês de novembro da revista *Ciência e Cultura*, escrito por José Reis. Com o título “Ciência para o povo”, Reis, reconhecido por sua importante atuação nos campos de jornalismo e divulgação científica, salienta a importância do projeto e da divulgação como forma de a população compreender o papel e a atuação da ciência e dos cientistas e, com isso, valorizar a sua produção e mecanismos de fortalecimento (REIS, 1981). No *Informe Finep*, Candotti comentou que os idealizadores do projeto foram convidados por associações de bairro, centros culturais e recreativos, localizados na cidade e nos subúrbios, para que fossem realizadas em suas sedes ou até mesmo em praças públicas programações semelhantes ao *Ciência às Seis e Meia*. Tal situação demonstrava, portanto, uma demanda pública por iniciativas dessa natureza. Candotti assinalava que, por mais que o convite fosse motivador, essas ações exigiriam uma mobilização maior dos sócios do Rio, além de um amadurecimento de sua estrutura e uma ampliação de seu alcance. Todavia, para ele essa demanda tornava claro que havia muito potencial a ser explorado na perspectiva de motivar o público para a ciência e para a entidade que a representava. Posteriormente, como será sinalizado no próximo capítulo, o projeto seria exportado para outras localidades do Brasil, sendo organizado pelas secretarias regionais e tornando-se em muitas delas uma das principais ações desenvolvidas por esses núcleos locais da SBPC. Desse modo, observa-se a força dessa iniciativa, tanto na organização interna das regionais, quanto no fortalecimento das relações entre elas e as comunidades locais.

A iniciativa era marcada pelas características e preocupações do grupo do Rio que, desde a década de 1970, buscava formas de se manifestar publicamente de maneira mais ativa, consciente da importância da atuação política do cientista e de suas responsabilidades em prol da sociedade em tempos de reivindicações sociais. O projeto *Ciência às Seis e Meia* originou-se de encontros realizados na casa de Ennio Candotti,

sendo idealizado pelos cientistas: Jair Koiler, matemático da UFRJ; Maurice Bazin físico francês que lecionava na PUC-RJ; Maria Eliza da Costa Magalhães, física da UFRJ; Solange Timm, biofísica da UFRJ; Luiz Pedrosa, zoólogo do Museu Nacional; Rejan Guedes, botânico do Horto Florestal, além de Tania Araújo Jorge e Solange de Castro, pesquisadoras da Fiocruz, e Ildeu Moreira, do Instituto de Física da UFRJ (CANDOTTI, 2004; CIÊNCIA E CULTURA, 1982a, p. 683-685).

Os cientistas ligados às atividades do *Ciência às Seis e Meia* e da Regional do Rio desenvolveriam nos anos seguintes ações que podem ser vistas como expansão e fortalecimento das iniciativas de divulgação científica na cidade do Rio de Janeiro e no Brasil. Candotti comenta em entrevista que, dentre esse grupo de “agitadores da ciência e cultura” (CANDOTTI, 2004) que havia se formado no Rio, havia duas linhas de atuação: aqueles que acreditavam que a maneira de dialogar com a população sobre ciência era por intermédio de ações editoriais, como por exemplo jornais e revistas com diferentes abordagens, e outros que acreditavam que era necessário ir além da produção de materiais sobre ciência, indo ao encontro do povo, por meio de atividades e práticas interativas. Desse modo, do núcleo de cientistas residentes da cidade do Rio de Janeiro, ligados à Regional ou associados aos seus membros, iriam surgir projetos nesses dois formatos: a *Ciência Hoje*, projeto editorial efetivado em 1982, inserido nas ações da SBPC regional e nacional; e também a criação de um centro de ciência, o *Espaço Ciência Viva!?*⁷⁶ (ECV), em 1983, tendo entre seus fundadores Maurice Bazin⁷⁷, e sendo considerado o primeiro museu participativo de ciências do Brasil (CAVALCANTI, 2011). Em entrevista, Bazin comenta:

O “Ciência às Seis e Meia” reunia pessoas que apoiavam a ideia de que os pesquisadores tinham uma responsabilidade com o povo brasileiro. Isso foi muito importante para mim, porque correspondia

⁷⁶ O projeto “Espaço Ciência Viva!?” inspira-se na ideia de dialogicidade, relacionada à desmistificação da ciência. Em função desse seu caráter, optou-se por acoplá-lo ao seu nome o símbolo composto por um sinal de interrogação e um sinal de exclamação, os quais representam a curiosidade e a surpresa pelo aprendizado novo (SAITO ; BASTOS, 2018).

⁷⁷ Maurice Bazin (1934–2009), físico francês teve um importante papel na divulgação científica brasileira. Tendo participado da criação do movimento “Cientistas e Engenheiros para a Ação Social e Política” (SESPA, em inglês) que posteriormente se transformaria no projeto “Science for the People” (Ciência para o Povo), na Universidade de Rutgers, em Nova Jersey. Bazin desenvolveu iniciativas voltadas ao ensino de física e de divulgação da ciência, sendo um dos criadores do Espaço Ciência Vida! (1983). Seu contato com a SBPC se deu por meio de Candotti, quem havia conhecido em Cuba, no Instituto Pedagógico de Havana, em 1970 (BAZIN, 2004) (SAITO; BASTOS, 2018).

exatamente ao meu jeito de trabalhar. Parte desse grupo partiu em direção à criação de um centro de ciência (...). Entramos em contato com professores ativos. Nilza Vieira, professora primária em uma escola pública da Lagoa, foi muito importante nisso. A sala dela era um laboratório cheio de plantas, animais e equipamentos. Na ocasião, tomei a iniciativa de reunir, na minha casa, um grupo de pessoas: algumas delas eram do “Ciência às Seis e Meia” e outras eram novas, vindas do Observatório Nacional e de salas de aula. Essa foi a semente do Espaço Ciência Viva. Mas tudo começou na casa do Ennio (BAZIN, 2004, entrevista ao site brasileira, Fiocruz).

Criado em 1982, o ECV tinha como objetivo ampliar o acesso do público à ciência por intermédio da valorização da experimentação, aprendizagem ativa e da descoberta, realizando suas ações em praças, ruas, escolas e favelas. Seu Comitê Organizador Fundador⁷⁸ desenvolveu uma carta-proposta, estabelecendo as normas da instituição, que, buscando autonomia para as suas ações, foi constituído como uma organização não governamental (ONG), sem vínculos formais com nenhuma instituição. Em diversos espaços públicos - como no Paredão da Urca, em escolas, em comunidades, com ONGs e com associações de moradores, como, por exemplo, com a Associação de Moradores da Praça Saens Peña e Adjacências (AMOAPRA) – foram desenvolvidas atividades como o “Dia do Mar”, o “Dia da Célula”, a “Noite do Céu”, o “Dia da Água”, o “Museu ao Ar Livre”, “Noite do Céu”⁷⁹, em colaboração com instituições de pesquisa (JORNAL DO BRASIL, 1988). Em 1987, o ECV estabeleceu-se em um imóvel localizado no bairro da Tijuca, cedido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, transformando-se em um museu, porém mantendo seu direcionamento voltado à interação e ao debate público e social da ciência. Nota-se que, como apontava Candotti, havia um potencial gigante na realização de ações que aproximavam o cientista e o público. E essa perspectiva passou a guiar uma série de outras ações, além do *Ciência às Seis e Meia*, que, mesmo não possuindo vinculação institucional com a SBPC, eram fruto do movimento inicial que envolvia de maneira direta a SBPC e o

⁷⁸ O Comitê Organizador Fundador do Espaço Ciência Viva (ECV) era formado pelos professores: Maurice Jacques Bazin, físico da PUC-RJ; Ildeu de Castro Moreira, do Instituto de Física da UFRJ; João Carlos Vitor Garcia e José Carlos de Oliveira, do Observatório Nacional/CNPq, que também contribuíram para a consolidação do projeto de criação do Museu da Astronomia e Ciências Afins (MAST); Pedro Muanis Persechini e Solange Lisboa de Castro, do IBCCF/UFRJ; Rosalia Mendez Otero, do Instituto de Biologia/ UFRJ; Nilza Bragança Pinheiro Vieira, da Escola Municipal Camilo Castelo Branco; e Jair Koiller, do Instituto de Matemática/UFRJ. Fonte: Site Institucional do Espaço Ciência Viva. Disponível em: <<http://cienciaviva.org.br/index.php/nossa-historia/>>. Acesso em: 15 de março de 2021.

⁷⁹ Nossa História, Espaço Ciência Viva, 2021. Disponível em: <<http://cienciaviva.org.br/index.php/nossa-historia/>>. Acesso em: 14 de julho de 2021.

grupo do Rio. Tais iniciativas expressavam o caráter aglutinador das reuniões da regional, que integravam cientistas ligados ou não à SBPC e propunham novas ações para a comunidade científica, que possibilitaram direta e indiretamente outras ações pelo Estado.

A diretoria nacional também se posicionou de maneira ativa, nesse período, em favor do fortalecimento de iniciativas de popularização da ciência. Desde a sua fundação a SBPC tinha como um de seus objetivos “aumentar a compreensão do público em relação à ciência” (SBPC, 1948, p. 2), tal como seria expresso na figura do cientista José Reis, que, além de editar a revista *Ciência e Cultura*, atuava nos jornais *Folha da Manhã* e *Folha de São Paulo*, assinando colunas de divulgação científica. Porém, na gestão de Crodowaldo Pavan, a comunicação entre ciência e sociedade foi incentivada de modo especialmente intenso. No seu discurso de abertura da 34ª Reunião Anual da SBPC, em Campinas, Pavan comentou o envio de uma circular aos sócios⁸⁰, que reiterava a importância de que os pesquisadores estabelecessem um canal de comunicação com os membros da imprensa de suas respectivas regiões para o estreitamento de laços e o intercâmbio de informações entre os cientistas e a população. Ficava claro seu desejo de fortalecer os mecanismos de aproximação entre a ciência e o povo, buscando superar a desinformação e também um olhar estereotipado da imagem do pesquisador como deslocado do mundo em sua vida de laboratório. Dessa maneira, a valorização da divulgação científica possibilitaria:

estabelecer laços mais profundos entre a sociedade civil e a SBPC - que, ao contrário do que se possa parecer, depende da consciência que dela tenha a sociedade em geral para poder melhor defender a causa da ciência no Brasil. Com o respaldo da opinião pública, a nossa visão multidisciplinar e capacidade para detectar problemas emergentes e indicar medidas de correção poderá ser útil e, certamente, o será, no momento em que se resolver encarar a realidade a que já aludimos - o que faz urgente encarecer por todos os canais disponíveis ou meios de comunicação existente, disseminando-se ao máximo a necessidade de se ouvir o cientista antes de serem fixadas prioridades governamentais, ou antes, de serem, adotadas estratégias para fazer face ao futuro ou aos problemas atuais (CIÊNCIA E CULTURA, 1982b, p. 1380).

⁸⁰ A circular comentada por Pavan também foi mencionada no Boletim da Regional do Rio de Janeiro por Ennio Candotti (SBPC, 1981e, p.2).

Pretendia-se que as ações de divulgação científica fossem utilizadas como forma de consolidar a posição da SBPC como espaço de ciência para o grande público. A opinião pública, por sua vez, poderia ser importante “aliada” dos cientistas e respaldar suas reivindicações por mais investimentos e por sua maior participação nas tomadas de decisão e políticas relativas ao setor. Essa aliança era fundamental como forma de fortalecer a comunidade científica e a SBPC em um momento de falta de incentivo em ciência e tecnologia, durante o governo do General Figueiredo e nas políticas do Ministro da Secretaria do Planejamento da Presidência Delfim Netto (VIDEIRA, 2010) (MOTOYAMA et al, 2004). Entre os anos de 1979 e 1984, o Governo Federal diminuiu substancialmente os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Tal desinteresse estava expresso no lugar conferido à ciência e tecnologia no III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), elaborado entre os anos de 1980 a 1985. Segundo Motoyama et al (2004), o plano não dedicava mais de uma página ao setor de investigação científica e tecnológica, aparentando ser mais uma resenha dos planos anteriores do que um novo planejamento para a área, configurando-se, portanto, como um apanhado de diretrizes a serem seguidas sem instrumentos efetivos para a sua execução. Videira (2010) assinala que além da escassez de recursos financeiros também eram perceptíveis a perda de prestígio de dirigentes de órgãos de representação da área científica e o distanciamento em sua relação com o governo. Isso pode ser observado, por exemplo, no trato dado à SBPC, que mesmo com várias tentativas não obtinha espaço para dialogar com o presidente.

Entretanto nota-se que, apesar dessa conduta de Figueiredo, a SBPC, na figura de Pavan, buscava estabelecer uma relação de diálogo com o Estado, que se pautaria em um discurso de aproximação, porém “sem perder a postura crítica” (MALAVASI, 2010, p.10). Tal posicionamento ficaria ainda mais evidente no processo de transição para a democracia, no qual o pesquisador atuou com uma política “voltada para o desenvolvimento do país e com o diálogo aberto com o poder constituído” (MALAVASI, 2010, p. 10). Desse modo, a SBPC buscava estabelecer nova postura na maneira de se relacionar com os órgãos de governo, colocando-se como uma intermediadora na relação tanto entre o governo e a comunidade científica, quanto dos cientistas com a sociedade. Aldo Malavasi (2010), ao analisar a atuação de Crodowaldo

Pavan na política científica brasileira, indica que foram em seus anos de gestão que a SBPC assumiu efetivamente o seu papel de contribuição e de difusão do conhecimento científico, mostrando à sociedade civil a imagem do cientista “socialmente participante, voltado para os grandes problemas nacionais e não apenas para as suas pesquisas de laboratório” (MALAVASI, 2010, p. 9-11).

Acompanhado a esse processo, nota-se o amadurecimento da Regional do Rio, que como sinalizado, conseguiria efetivar na gestão Pavan importantes diretrizes e projetos, observadas na implementação do novo Regimento da SBPC e no reforço de que a "SBPC é uma sociedade de caráter nacional" (SBPC, 1981d, p. 1). Desde 1979 vinha ocorrendo uma inserção gradativa dos membros do “grupo do Rio” nas diretorias da SBPC⁸¹, que também se faziam presentes em cargos de conselhos e diretorias de outras entidades científicas (SILVEIRA, 2000). Em um primeiro momento, esse movimento parecia direcionar-se somente no aumento da influência dos cientistas do núcleo carioca na SBPC e em sua articulação com outras esferas da comunidade científica nacional. Porém, após sua inserção, suas ações foram direcionadas na efetivação de seus projetos e perspectivas para a entidade, agora em aparente conformidade com o posicionamento da presidência. Em 1981, foram realizadas novas eleições regionais na SBPC e, desse modo, formando-se uma nova gestão da Regional do Rio, tendo como secretário geral o cientista Eduardo Azeredo Costa⁸². Todavia, foi ainda durante a gestão Candotti que a Regional finalmente conquistou a sua sede, localizada na Avenida Venceslau Brás 71, casa 27, na Praia Vermelha, e cedida pelo CBPF, espaço que também abrigava a Sociedade Brasileira de Computação (SBC) e a Regional do Rio da SBF. A proximidade entre essas associações reforçaria a busca por

⁸¹ Esse movimento é notado com mais clareza a partir da presença do cientista Darcy Fontoura de Almeida, como secretário da SBPC, nas gestões de Goldemberg (1979-1981) e Pavan (1981-1983), e teve continuidade com a atuação de Otávio Velho na segunda gestão de Pavan (1983 - 1985). Candotti, por sua vez, além de ter sido conselheiro no decorrer dos anos de 1980 e 1990, também foi por duas vezes vice-presidente da SBPC, nas gestões de Pavan (1985-1987) e de Carolina Bori (1987-1989), e presidente da entidade por duas vezes, entre os anos de 1989 e 1991 e dos anos de 1991 a 1993, ocupando diversos cargos de coordenação dentro da entidade desde o final da década de 1970.

⁸² A gestão de Azeredo Costa foi formada pelo conselho executivo constituído pelos secretários adjuntos: Adilson de Oliveira, Henrique Gomes de P. Lins de Barros, Jorge Almeida Guimarães e Luiz Fernando Dias Duarte; e do Conselho Consultivo, composto por: Antonio Cesar Olinto, Carlos Médicis Morel, Gilberto Velho, Hésio Cordeiro, Marcelo Barcinski, Pedro Sampaio Malan, Simon Schwartzman e Yonne de Freitas Leite, além dos suplentes Luiz Antônio C.R Cunha e Tomaz Langenbach (CIÊNCIA E CULTURA, 1982c, p. 1392).

mais integração e dinamização com outras sociedades científicas, locais ou mais gerais, para o estabelecimento de pautas em conjunto. No boletim número 11, da Regional do Rio, foi destacada a importância da colaboração entre sociedades e associações científicas na discussão de políticas científicas, além do apoio aos pesquisadores e instituições, importantes na representatividade e ampliação da própria influência desses grupos nas definições de políticas governamentais em prol da ciência. Nesse sentido, a colaboração dos sócios e as ações de divulgação científica tiveram destaque, estimulando a relação entre pesquisadores e educadores com jornalistas e cineastas – como realizado no *Ciência às Seis e Meia* - ,indicando o interesse do público por mais informações sobre ciência e fomentando o desenvolvimento de novos projetos:

É tempo, portanto, de retomar um velho projeto de Roberto Lent: publicar uma revista de divulgação científica de distribuição em bancas de jornal. Ganhamos para esta ideia a simpatia da Diretoria da SBPC e do CNPq. Espaço na nova sede existe e o apoio e a colaboração dos sócios e amigos não devem faltar. Foi aliás com este mesmo apoio e colaboração que a Regional funcionou e cresceu e que desejamos agradecer (SBPC, 1981g, p. 1).

Os propósitos do “grupo do Rio” seriam, assim, fortalecidos e ampliados a partir do desenvolvimento e da realização de iniciativas de difusão científica. Essas ações já vinham sendo gestadas desde o mandato de Roberto Lent, em 1978, tendo sido citadas como atividades possíveis nas “cartas do Rio” em 1980. No entanto, elas só seriam efetivadas de maneira mais ampla nas gestões de Crodowaldo Pavan. É interessante observar que foi na 34ª Reunião Anual da SBPC, em 1982, a primeira de Pavan como presidente, que se apresentou o primeiro número da *Revista Ciência Hoje*, que em suas palavras era “fruto das sempre importantes atividades da Regional Rio”. Nos anos seguintes seriam desenvolvidos e ampliados, dentre outros, os projetos: *Ciência às Seis e Meia*, revista *Ciência Hoje* e o boletim informativo *Informe Ciência Hoje*, posteriormente, *Jornal da Ciência*. Assim, a partir da experiência de organização da Secretaria Regional e da consciência de que era necessário estabelecer uma relação mais estreita com a sociedade, o “grupo do Rio” viabilizou o projeto pelo qual pretendia firmar-se na SBPC e, a partir desse lugar, conferir-lhe novos horizontes para seu próprio fortalecimento enquanto associação de representação da comunidade científica.

No decorrer do capítulo 3 serão apresentadas duas das principais ações da difusão científica da SBPC no período que foram capitaneadas pela Regional do Rio, a revista *Ciência Hoje* e o *Informe Ciência Hoje*. Ao analisar esses projetos, observa-se que eles refletem muito os posicionamentos e reivindicações desse grupo, que, ao serem apoiadas e veiculadas pela SBPC nacional, nortearam o papel da entidade nesse novo momento político. Entende-se que esses dois projetos, que tinham objetivos diferenciados, puderam também ser canais de representação da SBPC, pois criavam novos canais para que ela se reafirmasse como principal interlocutora de pautas científicas e ações de articulação com a comunidade científica, ao mesmo tempo em que eram instrumentos importantes para dar visibilidade e reforçar as pautas e ações da Regional do Rio. Dessa maneira, tais iniciativas de difusão da regional do Rio podem ser vistas como mecanismos de um projeto de mobilização dos cientistas, tanto em caráter interno à SBPC e de seus membros, quanto em sua relação de representatividade com outros grupos científicos e em sua relação com o governo. Nesse sentido, elas contribuíram para a representação da entidade em um momento sensível de transição política e de criação de novos canais de debate.

CAPÍTULO 3: As iniciativas de mobilização de Ciência: A revista *Ciência Hoje* e o Informe *Ciência Hoje*

O presente capítulo busca apresentar duas iniciativas – a revista *Ciência Hoje* e o *Informe Ciência Hoje* - que expressam de maneira concreta o projeto e as concepções do grupo de cientistas membros da Secretaria Regional da SBPC do Rio de Janeiro entre os anos finais dos anos 1970 e meados dos anos 1980. Elas atenderam aos objetivos de criar novos canais de comunicação entre os sócios da SBPC, articulando internamente os núcleos da entidade e ampliando sua representação em nível local/regional, e de estabelecer um diálogo maior com o público leigo e a sociedade de modo geral. Analisaremos processo de criação desses veículos de difusão científica, as estratégias envolvidas nesse processo e como eles colaboraram para o fortalecimento da relevância nacional da SBPC por intermédio do grupo do Rio, além de apontar como esse movimento levou ao aumento da visibilidade desse grupo dentro e fora da SBPC.

3.1 - A revista *Ciência Hoje*: o cientista como “cidadão participante”.

Durante a década de 1980, como vimos, a Secretaria Regional do Rio conseguiu inserir alguns de seus posicionamentos e demandas nas pautas da SBPC, alcançando mais espaço nas discussões e decisões da entidade. Com o fim das gestões de Sala e de Goldemberg, o discurso de “volta às origens” foi sendo gradativamente superado, algo bastante perceptível durante a presidência de Crodowaldo Pavan. Defendendo a importância das articulações da comunidade científica na conjuntura política de transição democrática, Pavan apoiava a atuação dos cientistas na luta por seus interesses, no seu diálogo com a sociedade e com o governo. Esse contexto foi bastante favorável às propostas do grupo do Rio, no sentido de fortalecer a integração da comunidade científica bem como sua comunicação com a sociedade brasileira, propostas estas que se relacionavam diretamente ao interesse de reforçar o papel político e social da SBPC. Nesse contexto, em 1982 foi criada a revista *Ciência Hoje*, publicação de divulgação científica da SBPC concebida pelos membros da secretaria do Rio de Janeiro. Todavia, é importante salientar que sua idealização foi bem anterior a esse período, e esteve diretamente referida às discussões travadas entre os cientistas cariocas ainda nos anos finais da década de 1970.

A efervescência dos debates propostos nos mais variados âmbitos da comunidade científica, levados ao seu ápice na 29ª Reunião Anual da SBPC, e o crescente processo de reativação e interação da Regional do Rio, possibilitaram aos seus membros uma reflexão sobre como promover o estreitamento da relação entre os cientistas e a sociedade. Nesse contexto, em 1978, os cientistas Roberto Lent e Alberto Passos Guimarães - que tinham uma relação de proximidade por serem vizinhos de bairro -, ao voltarem das reuniões da Regional do Rio, discutiam sobre a escassez e a má qualidade de materiais de divulgação científica produzidos pelos meios de comunicação no Brasil. Roberto Lent, que nesse período já não era mais secretário Regional do Rio, teve então a ideia de desenvolver uma revista de divulgação científica. Segundo o cientista, o que havia disponível ao público eram materiais em língua estrangeira ou traduzidos de publicações internacionais, normalmente em fascículos, a respeito de temas como o corpo humano e o universo, mas precários e sem participação efetiva da comunidade científica nacional. (LENT, 2009; LENT, 2020). Ficava clara a necessidade de criar algum canal de comunicação que não apenas permitisse à população o acesso a conteúdos científicos de qualidade, mas que também apresentasse a ciência produzida no Brasil. Tratava-se, portanto, de criar um espaço para o pesquisador brasileiro abordar questões sobre o seu trabalho, além de dialogar sobre ciência com o grande público (LENT, 2020).

O fato de ter sido Roberto Lent o idealizador dessa proposta não causou surpresa em seus colegas, visto que seu gosto pela escrita e pelo universo editorial era antigo, algo perceptível ainda nos tempos da faculdade. Lent havia sido redator do *Jornal Tribuna Acadêmica* e do Diretório do Centro Acadêmico Carlos Chagas da Faculdade de Medicina da UFRJ, além de contribuir com a produção um jornal produzido pelo Partido Comunista, escrevendo textos que ele próprio reproduzia em mimeógrafo. Além disso, ainda na graduação, Lent foi um dos criadores do *Jornal da Biofísica*, iniciativa dele com a participação do colega de turma da faculdade Fernando Mello⁸³ e a

⁸³Fernando Garcia de Mello (1944) formou-se em Medicina pela UFRJ (1972), especializando-se em Ciências Biológicas: Biofísica pela UFRJ no mesmo ano. Mello concluiu seu mestrado (1973) e doutorado (1980) no Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da mesma instituição. Atualmente é professor titular do IBCCF da UFRJ. (MELLO, F. Currículo do sistema currículo Lattes. [Brasília]. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4793232E6>>. Acesso em 10 de maio de 2021).

supervisão de Darcy Fontoura de Almeida. O objetivo era traduzir artigos científicos da literatura geral para o português e distribuí-los para os alunos, além de divulgar entre eles as atividades e os eventos do Instituto de Biofísica da UFRJ, espaço em que realizavam suas pesquisas. Darcy Fontoura de Almeida, que na época já era docente do instituto, atuava, a convite de Roberto Lent, como uma espécie de orientador do grupo, analisando os textos que iriam traduzir, sendo uma espécie de referencial acadêmico dos alunos (MELLO, 2017).

O olhar multifacetado de Darcy, marcado pelo interesse em atuar na pesquisa, no ensino e na divulgação do conhecimento científico, sempre esteve presente em sua trajetória. Ciente desse interesse e, após já terem trabalhado juntos, Lent, em 1978, convidou Darcy e outros cientistas próximos para buscarem viabilizar esse novo projeto de divulgação. Após apresentar a ideia a alguns de seus amigos, formou-se um núcleo de pesquisadores formado por Darcy Fontoura de Almeida, Roberto Lent e Rafael Linden⁸⁴, do IBCCF; Alberto Passos Guimarães, do CBPF; Fernando Lefevre, do Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde (Nutes) da UFRJ; Renato Boschi⁸⁵, do IUPERJ; e Gilberto Velho⁸⁶, do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ (BARATA; CALDAS, 2019) (SILVEIRA, 2000). Desde o início dessas discussões, havia certa convergência no que se relacionava ao perfil desejado para a publicação. Era necessário construir uma proposta que apresentasse um material teórico consistente que fugisse de uma visão estereotipada da ciência e do trabalho do cientista,

⁸⁴ Rafael Linden (1951) formou-se Medicina pela UFRJ em 1975, realizando doutorado em Ciências Biológicas: Biofísica (1979) e pós-doutorado na Universidade de Oxford (1980-1982). Desde 1977 é professor titular do IBCCF/UFRJ, atuando na área de neurobiologia. (LINDEN, R. Site da ABC. Disponível em: <<http://www.abc.org.br/membro/rafael-linden/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2020).

⁸⁵ Renato Boschi graduou-se em Ciências Sociais pela UFMG (1968), tornando-se mestre em Ciência Política pelo IUPERJ (1970) e doutor em Ciência Política pela Universidade de Michigan Ann Arbor (1978). Foi professor titular do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP-UFMG), atualmente aposentado. Atuou como pesquisador do IUPERJ por 40 anos e desde 2010 é professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). (BOSCHI, Renato. Site do IESP/UERJ. Disponível em: <<http://www.iesp.uerj.br/docentes/renato-raul-boschi/>>. Acesso em: 20 de março de 2021).

⁸⁶ Gilberto Velho (1945 – 2012) graduou-se em Ciências Sociais pela UFRJ (1968), concluiu seu mestrado no programa de pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ), se especializou em Antropologia Urbana e Sociedades Complexas no Departamento de Antropologia da Universidade do Texas, em Austin (1971) e seu doutorado na USP (1975). Tendo participação ativa na SBPC durante a década de 1980 e tornou-se vice-presidente da associação entre 1991 e 1992. Gilberto Velho faleceu em 2012. (VELHO, Gilberto. Site do CPDOC. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/gilbertovelho>>. Acesso em 20 de março de 2021).

visto muitas vezes como algo inalcançável e distante da realidade social brasileira (GUIMARÃES FILHO, 1992).

A partir da realização desses encontros, surgiu a necessidade de produzir um documento que registrasse as diretrizes básicas e formalizasse o projeto, visando conseguir apoio para sua execução. A primeira proposta de nome para a iniciativa foi “*Por que?*”, escolha que foi alterada após a descoberta da existência de uma revista paulista, de caráter ultrarreacionário, com esse nome. Chegou-se então ao título *Ciência Hoje*, que representava de certa maneira o dinamismo do projeto. O documento recebeu o nome de “*Ciência Hoje, uma revista de difusão científica*” e ao longo de três páginas apresentava em tópicos a justificativa, os objetivos de seus idealizadores, além das características gerais da revista, os tipos de artigos, as seções nas quais ela se organizaria, a estrutura organizacional de sua direção e os públicos aos quais ela se destinaria.

O documento ressaltava que a revista deveria prezar tanto pela “uma qualidade científica elevada, garantida pelo julgamento de todos os seus artigos por especialistas” quanto por “uma linguagem simples e acessível” (SBPC, 1978). No entanto, destacam que o projeto não era uma iniciativa de via única, sem qualquer contrapartida. Ao contrário, “levar” conhecimento científico à população brasileira poderia, também, possibilitar mudanças no âmbito da produção desse conhecimento, pois poderia:

desencadear um movimento de interação que permita não só que o modo científico de pensar e conhecer a realidade possa chegar a um número maior de indivíduos, mas também que como feedback desse esforço possa a comunidade científica se beneficiar por mudanças de atitude tanto no que se refere aos seus objetos de estudo quanto no que se refere a sua metodologia e a sua linguagem (SBPC, 1978, p. 1)

Dessa maneira, o documento deixava claro que a revista não seria apenas um produto que promoveria o reconhecimento de determinados elementos da ciência por parte da população, mas que em essência integrava um projeto maior que vislumbrava a possibilidade de contribuir para a transformação da perspectiva popular sobre ciência, permitindo a compreensão de seus processos laborais e de sua linguagem. Para tanto, considerava-se necessário criar um modelo de revista próprio, que, mesmo influenciada por publicações como a *Scientific American*, *La Recherche* e a *Endeavour*, se

diferenciasse delas em alguns aspectos, como a busca por uma linguagem mais simples, um olhar mais realista do que é a ciência, compreendida como algo mutável e em construção, passível de erros e falhas, além da divulgação de artigos produzidos por cientistas brasileiros. Outra especificidade da proposta da *Ciência Hoje* estava associada à sua concepção de equipe editorial, a qual deveria contar com um grupo de apoio de editores ligados às áreas de jornalismo, educação e comunicação, que seriam integrados a um conselho científico constituído por especialistas de diferentes campos do conhecimento.

Apesar de a finalidade da publicação já estar definida, ainda se discutiam os meios para a sua realização, podendo ser integrada a alguma instituição ou ser viabilizada de maneira independente. Rafael Linden descreve essas questões em entrevista:

Eu sempre fui muito amigo científico e político do Roberto Lent, que me chamou para fazer parte do grupo, que estava gestando a ideia da revista. Aí eu participei desse "proclame", que estavam: Roberto Lent (ICB), Alberto Passos Guimarães (CBPF), Fernando Lefèvre (era um especialista em comunicação, que o Roberto trouxe para o grupo, porque ele tinha uma visão de revista totalmente diferente da nossa), e foi uma época que se discutiu muito sobre a constituição da revista, que achavam que a revista deveria ser montada de uma forma totalmente independente, com editores comerciais... e nós fomos a várias editoras, pesquisar, conversar. Eu sempre achei que a revista deveria ser uma iniciativa da SBPC, uma forma de fortalecer tanto a SBPC como a revista, para ser um veículo da sociedade de forma mais abrangente. O Darcy era muito ligado à SBPC, e quando ele ficou ligado ao grupo, ele defendia muito esse ponto de vista. Eu cheguei a estar presente, em algumas poucas reuniões, umas duas ou três, e esse grupo se reunia na casa do Darcy, no Humaitá se não me engano... Aí já era mais ou menos nos anos 80, e foi no ano em que eu saí do país, para fazer meu pós-doutorado e acabei me desligando do projeto (LINDEN, 2016).

Apesar de ter sido desenvolvido em decorrência de debates de membros da SBPC, da Regional do Rio e suas reuniões, o projeto se alçava a proporções maiores, visando ser um editorial independente, que abrangesse a sociedade como um todo e não somente a SBPC. Entretanto, percebe-se através do relato de Linden (2016) que a SBPC tornou-se uma alternativa para dar viabilidade ao projeto, pois apesar de buscarem uma "independência" política, notaram que seria uma boa estratégia aproveitar-se da força da

SBPC para garantir sua execução. Nesse período, durante a gestão de Oscar Sala, o projeto foi submetido ao juízo de José Reis - personagem de grande relevância para a divulgação científica nacional -, que avaliou positivamente a proposta, mas apontou algumas dificuldades para sua realização. Reis argumentou que o projeto possuía grandes desafios, como os elevados custos de produção, a dificuldade para a distribuição do material e a concorrência desleal por parte de outras publicações do mesmo gênero. Além desses pontos, destacou os possíveis desgastes entre cientistas e jornalistas, em função das dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores em escrever de uma forma mais simples e do necessário trabalho de reescrita dos jornalistas, ação que poderia gerar conflitos (LEVY, 2010; GOMES, 2003). Dessa maneira, ao mesmo tempo em que admitia a relevância da iniciativa, a SBPC não se mobilizou para promover a sua realização. Guimarães Filho (1992) assinalou que essa negativa poderia se justificar “também pelo fato de que a diretoria via as iniciativas regionais como divisionistas ou separatistas” (GUIMARÃES FILHO, 1992, p. 41), referindo-se à divergência entre “centralizadores” e “descentralizadores” apresentada por Ennio Candotti. Considerando-se o posicionamento de Oscar Sala e a conformação de sua diretoria na época⁸⁷, que contava com a presença de alguns cientistas mais ligados a São Paulo, e sua concepção centralizadora, supõe-se que para ele uma ação com tamanhas proporções poderia fugir ao controle da diretoria da SBPC, que já possuía um canal oficial de comunicação com os sócios, a revista *Ciência e Cultura*. Além disso, poderia significar uma perda de seu protagonismo e de seu controle sobre iniciativas de núcleos locais, visto que o projeto era o resultado de discussões de membros do “grupo do Rio”.

Não havendo apoio ao projeto por parte da SBPC, a saída foi buscar parceria com editoras privadas, como a *Civilização Brasileira*. Apesar de despertar interesse de outras empresas, sua viabilidade parecia improvável. Como consequência, a ideia foi também apresentada à Finep, mas o financiamento não foi possível visto que o órgão naquela altura ainda não possuía um programa de apoio específico para publicações periódicas. Em decorrência dessas negativas, a ideia ficou por mais de dois anos estagnada (SILVEIRA, 2000; GUIMARÃES FILHO, 1992).

⁸⁷ A diretoria nacional da SBPC, entre os anos de 1977 e 1979, era composta por: Oscar Sala (Presidente); Wilson Teixeira Beraldo e Francisco Salzano (Vice-presidentes); Carolina Bori (Secretária-geral); Carlos Ribeiro Diniz e Eduardo Penna Franca (Secretários) e Renato Basile (Tesoureiro).

No intervalo entre 1978 e 1982, diferentes elementos conduziram a um cenário ideal para a efetivação do projeto. Em 1979, houve uma mudança de diretoria na SBPC e com a entrada de Goldemberg⁸⁸ a direção buscou incentivar e estimular o interesse público por questões de ciência e cultura, reforçando o objetivo da SBPC de comunicar ciência— também parte do “retorno às origens” da SBPC (FERNANDES, 2000). Segundo Silveira (2000), foi por esse motivo que, em maio de 1980, em uma reunião da Diretoria nacional da SBPC, foi constituída “uma comissão para estudar a criação de uma revista de divulgação científica” (LIMA, 1992 apud SILVEIRA, 2000), composta por Darcy Fontoura de Almeida, José Reis, Henrique Krieger, Alberto Passos Guimarães e Rui Cerqueira Leite (SILVEIRA, 2000). A presença, na direção da entidade, de cientistas reconhecidos por seu interesse e contribuição à divulgação científica - como, por exemplo, Ângelo Machado, Ernst Hamburger e Darcy Fontoura de Almeida - pode ter contribuído para o desenvolvimento dessa proposta. Mesmo não tendo relação direta com o antigo projeto do Rio, os integrantes da comissão se reuniram para debatê-la na cidade do Rio de Janeiro, onde a maioria dos membros vivia (SILVEIRA, 2000). Como em 1978, a comissão entrou em contato com diversas editoras na busca por parcerias. A Editora *Nova Fronteira*, por exemplo, demonstrou muito interesse e chegou até a montar um “boneco”⁸⁹ da revista, que apresentava artigos já publicados em outras publicações. No entanto, persistia o problema da falta de financiamento (GUIMARÃES FILHO, 1992; SILVEIRA, 2000).

Nesse momento, o apoio do cientista Ennio Candotti, então secretário da Regional do Rio, foi um fator essencial na viabilização do projeto. Como já salientado, Candotti tinha um posicionamento crítico acerca do papel que a comunidade científica deveria desempenhar na sociedade e considerava fundamental buscar uma maior participação e engajamento dos cientistas tanto nos órgãos de representação, quanto nas ações voltadas à sociedade civil, em meio às demandas políticas do período. Para

⁸⁸ A diretoria nacional da SBPC, entre os anos de 1979 e 1981, era composta por: José Goldemberg (Presidente em exercício após o afastamento de José Reis); Ângelo Machado (Vice-presidente); Carolina Bori (Secretária-geral); Darcy Fontoura de Almeida, Henrique Krieger e Ernst Hamburger (Secretários); Igor Pacca (1º Tesoureiro); e Renato Sérgio Balão Cordeiro (2º Tesoureiro).

⁸⁹ No linguajar editorial, um boneco/boneca de revista equivale a uma simulação da prévia de um produto/protótipo em seu formato final, de maneira impressa. Normalmente é utilizado para se materializar a publicação, tendo em vista a organização da estrutura, o layout e de sua arte.

Candotti, o desenvolvimento de uma revista de divulgação científica poderia se configurar em um importante instrumento de ação política sob tal perspectiva. Desse modo, ocorreram articulações na Regional do Rio e foram retomadas as discussões para o desenvolvimento da *Ciência Hoje*. Na edição número 11 do *Boletim da Regional do Rio*, publicado no mês de outubro de 1981, encontra-se uma nota intitulada “Projeto de uma revista”, na qual é apresentada uma versão preliminar do projeto para a revista de divulgação que, tendo como base a proposta desenvolvida em 1978, tinha algumas poucas alterações em sua estrutura. A nota descrevia que:

Há algum tempo a SBPC está estudando a possibilidade de editar uma revista de divulgação científica. A proposta que transcrevemos origina-se de um projeto elaborado anos atrás por um grupo de sócios do Rio, tendo sido reformulado agora por uma comissão da SBPC nacional. A regional ofereceu para este projeto a colaboração dos sócios do Rio e o espaço de sua sede para editar a revista (SBPC, 1981f, p. 6).

Explicitava-se assim a disponibilidade da Regional para realizar o projeto, oferecendo a infraestrutura necessária para sua consolidação, cedendo a sua recém-adquirida sede para ser o núcleo principal da revista, e também seus membros para colaborar em sua gestão e ações. A partir desse momento, Ennio Candotti se tornaria o principal articulador do projeto. Em busca de meios para a sua execução, o cientista estabeleceu diálogo com diversos núcleos da comunidade científica e com esferas da sociedade, fazendo da revista um projeto da Regional do Rio.

Em 1981, Crodowaldo Pavan assumiu a presidência da entidade⁹⁰. Ennio Candotti, com o fim de seu mandato, deixou a Secretaria Regional do Rio de Janeiro, sendo eleito conselheiro regional da SBPC pelo estado do Rio de Janeiro. Nessa nova função, e buscando apoio para o projeto da revista, Candotti apresentou, de maneira informal, a ideia da revista de divulgação científica a Lynaldo Cavalcanti⁹¹, o novo

⁹⁰ A diretoria nacional da SBPC, entre os anos de 1981 e 1983, era composta por: Crodowaldo Pavan (Presidente); Carolina Bori e Ângelo Machado (Vice-presidentes); José Albertino Rodrigues (Secretário-geral); Ademar Freire-Maia, Henrique Krieger e Darcy Fontoura de Almeida (Secretários); Igor Pacca (1º Tesoureiro); Antonio Carlos Stort (2º Tesoureiro).

⁹¹ Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque (08/12/1932 - 06/01/2011) foi um professor universitário, tendo formação inicial em engenharia civil, e gestor em políticas de ciência e tecnologia. No decorrer de sua trajetória profissional foi diretor da Escola Politécnica da Paraíba (1963-1967 e 1967-1971); Reitor da UFPB (1976-1980) e presidente do CNPq (1980-1985), entre outros cargos de direção. Tendo reconhecimento nacional e internacional, foi mentor de diversos programas de apoio e fomento à pesquisa

presidente do CNPq, argumentando que uma publicação dessa espécie seria importante para o país (SILVEIRA, 2000). Conseguiu então o apoio e o financiamento para que o projeto pudesse ser levado adiante pela SBPC.

É interessante ressaltar alguns fatores que podem ter facilitado esse diálogo e articulação entre Candotti e Cavalcanti. Eles haviam se conhecido em 1976, quando Candotti realizou uma palestra no *campus* de Campina Grande da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), instituição da qual Lynaldo era reitor na ocasião. Candotti foi convidado pelo diretório acadêmico da universidade para falar sobre a questão nuclear no Brasil, temática importante nas discussões do período. Devido às políticas de intercâmbio científico promovidas pela instituição, por intermédio de Cavalcanti, Candotti retornou a Campina Grande por diversas vezes, o que serviu para fortalecer seu vínculo com os professores da localidade (SILVEIRA, 2000; CANDOTTI, 2020). Segundo Silveira (2000) essa “conexão Campina Grande” foi importante, pois permitiu, nos anos em que Lynaldo Cavalcanti foi presidente do CNPq, que os membros da regional do Rio estabelecessem um canal direto com o órgão.

Cavalcanti e Candotti possuíam percepções convergentes a respeito de como deveria se configurar a representação científica e o desenvolvimento tecnológico do país. Segundo Ennio, Lynaldo Cavalcanti e o grupo de professores que o acompanhavam na gestão do CNPq tinham uma perspectiva semelhante à que predominava na Secretaria Regional do Rio em relação à organização de núcleos científicos em diferentes escalas. De modo análogo à lógica de fortalecimento local proposto pela Regional do Rio, a gestão de Lynaldo trazia “um projeto de desenvolvimento tecnológico e de regionalização da pesquisa” (MUNIZ, 2008, p. 142), por meio do fortalecimento de seus núcleos locais. Supõe-se que tais características se relacionam à própria trajetória de Lynaldo, que no período em que atuou na UFPB buscou capacitar suas instalações com novas tecnologias e experiências de intercâmbio acadêmico nacional e internacional (MONTENEGRO, 2005). Sendo uma região fora dos tradicionais centros de ciência, suas ações foram importantes para o desenvolvimento da cidade de Campina Grande como polo tecnológico, além de

em C&T, além de ser o criador dos Parques Tecnológicos no Brasil e da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti). (MONTENEGRO, 2018; ALVES, 2017)

implantar uma política de expansão da universidade, criando *campus* no interior, com cursos de graduação e pós-graduação (MONTENEGRO, 2005).

Durante o período em que esteve à frente do CNPq, entre 1980 e 1985, Cavalcanti deu dinamismo ao órgão, apesar dos impasses e da crise financeira que se abateu sobre o governo após a 2ª Crise do Petróleo, em 1979. Ao levantar a bandeira da ciência como uma “cultura fundamental para a sociedade”, tentou direcionar esse entendimento para além de um caráter meramente acadêmico, sempre reforçando o papel da ciência para o “desenvolvimento econômico e da construção social” (MOTOYAMA et al, 2004, p. 379). Dentre essas iniciativas, destacam-se a criação e o fortalecimento dos Sistemas Estaduais de Ciência e Tecnologia, a renovação de programas regionais já existentes, a instalação de agências regionais do CNPq, a concessão de bolsas de desenvolvimento regional, além da criação de unidades de pesquisa no norte e nordeste vinculados a outros institutos do CNPq (ALBUQUERQUE, 2009). Em sua gestão, os institutos vinculados ao CNPq, ao mesmo tempo em que funcionavam como instrumentos de coordenação, também detinham de autonomia administrativa, o que contribuiria para transformá-los em “laboratórios nacionais, acessíveis aos pesquisadores de todo o país” (MOTOYAMA et al, 2004, p. 379), reforçando sua atividades localmente.

Nota-se, portanto, uma convergência entre os interesses e dinâmicas daquela gestão específica do CNPq e da Secretaria Regional do Rio de Janeiro, no sentido de uma “descentralização”, tanto da SBPC, em prol de uma participação mais efetiva das secretarias regionais, quanto do próprio CNPq, no sentido de ampliar as ações de C&T em distintas regiões do país. Em entrevista, Candotti explicitou os elementos dessa convergência:

[...] qual era a grande aliança? Criar secretarias de Ciência e Tecnologia em todos os Estados. Essa era a ideia do Lynaldo (...) porque ainda não existia Ministério. O CNPq era o Ministério. E o Lynaldo era, obviamente, descentralizador. Ele era de Campina Grande, ele queria ver o circo pegar fogo em todo o Brasil. E essa ideia da descentralização, que estará presente em nossas conversas, foi fundamental para criar... Era um instrumento para a Ciência Hoje e o Jornal da Ciência, como se chamou no início. Era para atender ao movimento que estava se criando para que todos os estados tivessem uma Secretaria de Ciência e Tecnologia (CANDOTTI, 2020).

Os projetos de divulgação científica, ao mobilizarem a comunidade científica, possibilitariam a criação de espaços de debate, representação e diálogo com a sociedade, fortalecendo laços locais e sendo instrumentos para a construção de pautas científicas específicas a cada região. Candotti considerava que essas ações permitiriam ao longo do tempo que se criassem mecanismos de pressão sobre o Estado a fim de formular ações em prol de atividades científicas, que, no contexto da Constituinte, seriam reivindicadas e configuradas nas Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs). A viabilização da revista *Ciência Hoje* foi possível, portanto, graças do diálogo e à articulação de interesses entre esses dois grupos que, sob distintas perspectivas, buscavam estratégias para firmar suas respectivas posições no campo científico naquele momento.

A partir dessa primeira movimentação, iniciou-se a articulação com a diretoria nacional da SBPC. Entre o final de 1981 e o início de 1982, durante uma reunião de diretoria da entidade, Crodowaldo Pavan recebeu uma ligação de Lynaldo Cavalcanti, que procurava saber se a SBPC tinha interesse em criar uma revista de divulgação científica. Segundo Darcy Fontoura de Almeida, então secretário nacional da SBPC e presente na reunião, a primeira reação foi de resistência à ideia. A diretoria apontou que já existia a revista *Ciência e Cultura*, uma publicação que pretensamente já cumpria essa função. No entanto, o cientista ressaltou que por mais que a revista *Ciência e Cultura* divulgasse artigos e ações de ciência, a publicação tinha um caráter mais técnico, com uma tiragem reduzida e destinada aos sócios da SBPC, o que limitava seu potencial de divulgação científica (ALMEIDA, 2004). Darcy comentou com seus colegas que a Secretaria Regional do Rio de Janeiro já possuía uma ideia antiga de realizar uma publicação dessa natureza, mas que o projeto não havia tido continuidade por falta de orçamento. Propôs então que a ideia fosse levada à Regional (ALMEIDA, 2004; SILVEIRA, 2000). Dessa maneira, o projeto retornava aos membros do “grupo do Rio”, os quais ocupavam agora cargos importantes dentro da SBPC e nas agências institucionais, fator importante na semeadura do projeto.

Observa-se nesse momento, portanto, um contexto propício para a efetivação da publicação: Havia um projeto desenhado há anos pela Secretaria do Rio, havia pessoas interessadas em viabilizar o projeto, especialmente Ennio Candotti e, finalmente, havia

uma verba destinada à realização da proposta, concedida por meio do CNPq. Além desses fatores, a SBPC, na figura de Pavan, parecia estar mais aberta a dar suporte institucional ao projeto. Apesar da resistência inicial por parte da diretoria, Crodowaldo Pavan era favorável ao projeto, o que possibilitava um canal de diálogo que favoreceria a realização da proposta. Ainda assim, os conflitos referentes à iniciativa permaneceriam, pois alguns membros da diretoria, como a cientista Carolina Bori, acreditavam que a publicação poderia ser um risco (LENT, 2009).

De todo modo, foram dados os primeiros passos para a produção do primeiro número da revista. Tinha-se naquele momento o interesse de colocá-la em circulação durante a reunião anual da SBPC de 1982, que ocorreria no mês de julho na cidade de Campinas. Havia muito trabalho pela frente e para dar conta dessa demanda, Pavan instaurou uma comissão para a criação da revista, composta por Darcy Fontoura de Almeida, Ennio Candotti, Alberto Passos Guimarães e Roberto Lent, cientistas que já estavam ligados ao projeto em suas diferentes fases (GUIMARAES FILHO, 2020). O grupo elaborou um orçamento inicial, apontando os principais custos da realização do projeto, e os apresentou à comissão editorial do CNPq, que disponibilizou um auxílio de dez mil dólares para dar início à produção do primeiro número (SILVEIRA, 2000).

Em entrevista, Lent relatou que, naquele momento, estava nos Estados Unidos fazendo seu pós-doutorado e recebeu uma ligação de Candotti avisando que o projeto havia sido aprovado. Nessa ligação, Candotti pediu a Lent que ele pesquisasse sobre as revistas de divulgação científica nos Estados Unidos, buscando compreender seu funcionamento. Lent solicitou então uma audiência com o editor da revista *Discover*, pertencente ao grupo *Time Life*. Lembrando esse encontro, ele conta que:

Ele perguntou sobre o projeto – isso estávamos por volta de março ou abril de 1982 – e me perguntou quanto ao nosso projeto estratégico, o que já tínhamos organizado. Todavia, nós não tínhamos planejamento estratégico, ainda não tínhamos nada, só tínhamos o dinheiro para o número zero. E notei que a cara dele foi se transformando para alguém que estava contendo o riso, sabe? Pensando: “Esses caras são totalmente amadores, estão inventando uma revista que não tem plano de negócios”. Mesmo sendo muito cordial mostrou-se totalmente incrédulo em relação à realização daquele nosso projeto. Eu fiquei muito impressionado, então, de como éramos amadores (LENT, 2020).

Lent conversou ainda com os editores da *Scientific American* e com os responsáveis pela revista editada pela *American Association for the Advancement of Science* (AAAS), a Associação Americana para o Avanço da Ciência. A partir dessas conversas ficou claro que realizar uma publicação nos mesmos moldes dessas revistas no Brasil demandava uma organização e um planejamento mais bem estruturado, o que não seria possível em tão poucos meses. Porém, recebeu dicas sobre possíveis temas de matérias que tinham potencial de atração de leitores (LENT, 2009; SILVEIRA, 2000). Em 1982, Roberto Lent retornou do exterior, integrando-se efetivamente à equipe da publicação. Para a organização administrativa do projeto, o grupo passaria a utilizar a sala de um laboratório de química desativado no CBPF. Nesse momento a equipe já tinha outro corpo, integrando antigos “camaradas” da regional do Rio como, por exemplo, José Monserrat, jornalista que foi chamado para integrar a equipe técnica, e a secretária Zélia Freire Caldeira, que Ennio trouxe do *campus* do Fundão para trabalhar na revista (SILVEIRA, 2000; ALMEIDA, 2004). A publicação ia tomando forma, como narra Fontoura de Almeida:

Pegamos as pessoas que estavam mais disponíveis e fizemos o primeiro número, que é muito interessante. Começamos com o artigo do Roberto Lent, "Cem bilhões de neurônios". Tinha também que ser eclético, difundir o que era feito em todos os ramos da investigação científica. Então esse número trazia também artigos sobre índios e música. E tinha ainda um cunho político: o primeiro número discutia política científica, universidade e educação. Fazíamos questão que fosse uma revista brasileira: queríamos mostrar o que estava sendo feito aqui, o que era a ciência nacional (ALMEIDA, 2004).

Como assinalado por Darcy, o grupo buscava debater ciência sob uma perspectiva multidisciplinar e, em especial, temas da ciência nacional, relacionando-os a questões políticas e sociais que afetavam os cientistas e a população do Brasil. Nesse ponto, ressalta-se a contribuição de Candotti e de sua trajetória para o reforço dessas questões políticas na publicação. No período em que viveu fora do país, realizando pesquisas na Itália e na Alemanha, Candotti teve contato com a agitação política do contexto da Guerra Fria e, em especial, da Guerra do Vietnã. Apesar de não possuir um posicionamento político-partidário definido na época, ao vivenciar esse ambiente de contestação, ele aproximou-se de discussões ligadas aos movimentos de esquerda associados aos ideais do comunismo chinês, colaborando com publicações desse perfil

ideológico, como por exemplo, a *Revista Vento Dell'Est*⁹², que tinha como objetivo divulgar o material teórico oriundo da China comunista, mas com o desejo de produzir estudos e pesquisas mais amplas no âmbito de questões políticas e sociais. Nessa conjuntura, o pesquisador foi significativamente influenciado pelas discussões ligadas a movimentos científicos que propunham uma abordagem mais crítica aos usos da ciência e de sua relação com a sociedade.

No início da década de 1970, Candotti colaborou por alguns meses com a *Revista Sapere*⁹³, reconhecida como a primeira publicação de divulgação científica italiana. Nesse período, a revista estava sob a direção de Giulio Maccacaro⁹⁴, médico, pesquisador da Universidade de Milão, ligado ao campo da Medicina Social e importante figura política. Enquanto foi editor, Maccacaro conferiu um caráter mais militante à publicação, dando ênfase à discussão de políticas de engajamento da ciência na sociedade e publicando artigos que faziam referência a temas de grande impacto social (CANDOTTI, 2020). Lembrando daquela época, Candotti comenta:

E esses anos levaram a valorizar a divulgação científica, não como uma divulgação para viabilizar a ciência, ou para tornar a ciência mais simpática, mas como modo de observar a ciência como um instrumento de transformação da sociedade e ver os aspectos críticos – positivos e negativos – da ciência (CANDOTTI, 2020).

⁹² A revista *Vento dell'Est* foi uma publicação italiana que promovia discussões de caráter teórico ideológico ligadas à China comunista. Foi criada em fevereiro de 1965 por Giuseppe Regis, Maria Arena e Mireille De Gouville, por intermédio da Editora *Edizioni Oriente*. Seu nome fazia referência a uma conhecida frase de Mao Tse-tung pronunciada em 1957: "o vento leste prevalece sobre o vento oeste". Sua última publicação foi realizada em fevereiro de 1979, três anos após a morte de Mao Tsé-Tung. (Disponível em: <<https://www.maremagnum.com/libri-antichi/vento-dell-est-rivista-trimestrale-a-7-n-27-settembre-1972/157375557>>. Acesso em: 10 de março de 2021).

⁹³ A Revista *Sapere* foi fundada em 1935 pelo editor suíço Ulrico Hoepli e contou com colaboradores de prestígio desde os seus primeiros números, dentre os quais destacam-se Enrico Fermi e Guglielmo Marconi, importantes físicos italianos. Vários pesquisadores fizeram parte de sua direção, incluindo cientistas de renome como Adriano Buzzati Traverso, Giulio Maccacaro, Carlo Bernardini, graças aos quais *Sapere*, ao se dirigir a um público não especializado, foi por algumas décadas a maior revista do campo de ciência e tecnologia italiana. (SAPERRE. Site da revista Sapere. Disponível em: <<https://sapere.galileonet.it/>>. Acesso em: setembro de 2020).

⁹⁴ Giulio Alfredo Maccacaro foi um eminente médico e biólogo italiano. Formou-se em Medicina e Cirurgia em 1948 na Universidade de Pavia, instituição da qual tornou-se também pesquisador. Maccacaro passou ao longo de sua carreira por diversas instituições de grande relevância, como a Universidade de Cambridge e a Universidade de Milão, onde atuou como pesquisador e professor. Maccacaro possuía um posicionamento bastante crítico em relação às atividades científicas e médicas, segundo as quais ambas deveriam pautar-se segundo um forte compromisso social. (MACACARO, 2014)

Ele considera, portanto, que durante aquela experiência passou a ter uma nova perspectiva sobre a importância da divulgação científica. A partir de então, começou a pensar sobre a relevância que um projeto como esse poderia ter no contexto nacional. Sobre isso, afirma:

Então eu estava lá, em Milão (...) colaborando com essa revista e foi por pouco tempo, por poucos meses e (...) quando eu vim para cá (...) vim com uma ideia fixa de criar uma revista de divulgação científica. E foi com esse modelo [da *Sapere*] (CANDOTTI, 2020).

O contexto de ditadura militar pode, também, ter contribuído para esse projeto, já que se vivia num regime autoritário, em que a manifestação das insatisfações populares era fortemente reprimida. Quando surgiu a oportunidade de um projeto que se assemelhava ao que ele havia idealizado ao retornar da Europa em 1974, Candotti pôde então contribuir com sua experiência, conferindo à nova publicação um posicionamento mais crítico em relação a questões científicas e sociais (CANDOTTI, 2004).

No momento de sua criação, os idealizadores da revista *Ciência Hoje* buscaram certo equilíbrio entre os perfis da *Revista Scientific American*, proposto por Lent, marcada pela linguagem de divulgação científica, e da *Revista Sapere*, de caráter bastante político, referência de Candotti. Um exemplo dessa integração pode ser observado na escolha da matéria de capa do primeiro número da revista. Tendo como chamada “Cubatão: o que dizem os cientistas?”, abordava-se a poluição na cidade associada ao progresso tecnológico da região, uma discussão que expunha as consequências sociais das ações de ciência.

No dia sete de julho de 1982, ocorreu o lançamento da revista *Ciência Hoje*, durante a abertura da 34ª Reunião da SBPC, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com excelente recepção por parte dos cientistas presentes. Em pouco tempo quinze mil exemplares foram vendidos, sendo necessário realizar uma nova tiragem devido à grande procura nas bancas (LEVY, 2000). A apresentação da revista repercutiu na mídia, como se percebe na nota extraída do *Jornal do Brasil*, veículo de grande circulação na época.

Editada pela regional carioca da SBPC, com 80 páginas, impressa a quatro cores e papel couchê, a revista bimestral tem o apoio da Finep e

do CNPq. "Nossa principal intenção", afirma o físico Ennio Candotti, do conselho editorial da revista, "é a de aproximar o cientista do público em geral, informando e prestando contas de nosso trabalho. Acredito ainda que, com Ciência Hoje, estaremos contribuindo para a democratização da ciência" (JORNAL DO BRASIL, 1982a, p. 4).

O discurso de Candotti evidenciava uma das preocupações que já permeavam as discussões e as ações da Regional do Rio havia alguns anos: a relação entre o cientista e a sociedade. Em seu primeiro editorial, a revista já deixava claro seu objetivo de "manter aberto um canal de comunicação direta entre a comunidade científica e o público leitor" (CIÊNCIA HOJE, 1982, p.1), buscando ter como diferencial a publicação de artigos escritos pelos próprios cientistas⁹⁵. Porém, para que isso fosse possível, era necessário que a comunidade científica se atentasse para algumas questões, sinalizadas pelos editores:

O esforço nesse sentido não será pequeno: os cientistas ainda não estão habituados a escrever para leigos, e cada vez mais abreviam suas formas de expressão, pelo uso quase obrigatório de uma linguagem carregada de jargão e de fórmulas, dirigida ao público restrito dos especialistas de sua área de pesquisa. O processo utilizado por Ciência Hoje é o do trabalho conjunto entre o cientista e jornalista. Assim, a elaboração deste primeiro número reflete também o início da procura de uma linguagem devidamente acessível, sem prejuízo da qualidade científica do conteúdo. Da mesma forma se explica a ênfase atribuída à ilustração. Ciência Hoje, deverá, portanto, servir para que o cientista brasileiro possa se desincumbir de responsabilidades que lhe cabem, como a de fornecer à sociedade uma descrição inteligível de uma atividade criadora e a de colaborar no esclarecimento de questões técnicas e científicas de interesse geral. Não pretendemos ter encontrado a forma, ou a fórmula, de um veículo de divulgação científica, multidisciplinar, com a participação de cientistas de todo o país. Mas pretendemos fazer um esforço de procura nessa direção (CIÊNCIA HOJE, 1982, p.6).

É evidente que um dos grandes desafios para a produção da revista, além do pouco interesse por parte do público em ler textos sobre ciências, era a falta de prática

⁹⁵ Lent comenta em entrevista que, ao estabelecer contato com revistas de divulgação científica internacionais, percebeu que os jornalistas tinham grande influência no desenvolvimento dessas publicações. Em alguns casos, como a *Scientific American*, havia artigos escritos por cientistas, editados por jornalistas ou por comunicadores. Já na *Discover*, todas as matérias eram produzidas por jornalistas, cabendo aos cientistas fazer apenas pequenos boxes. Dessa forma, a CH buscava em sua gênese, mesmo com a contribuição dos jornalistas em suas edições, ser comandada diretamente pela comunidade científica, na busca por esse contato mais aproximado com a sociedade, seja na divulgação de suas próprias pesquisas ou até mesmo na discussão de questões sociais a partir do olhar científico (LENT, 2009; LENT, 2021).

dos cientistas em escrever artigos de divulgação científica. Em uma nota jornalística para a divulgação da publicação, Roberto Lent comentou que era necessário "acabar com essa relação de poder: eu sei, porque sou cientista; e porque eu sei, o leitor deve acreditar em mim, mesmo sem entender a minha linguagem" (JORNAL DO BRASIL, 1982b, p. 7). Essa visão da autoridade científica colaborava, segundo ele, para o distanciamento da população, prejudicando a compreensão da importância do fazer científico. Era preciso, portanto, que houvesse comunicação entre essas partes sem que a autoridade da ciência fosse colocada em descrédito, um diálogo que proporcionasse uma nova percepção de ciência. Para que ocorresse esse movimento era necessário mobilizar a comunidade científica, demonstrando aos pesquisadores e instituições a relevância de seu papel em um período de luta por democracia e ciência: "a grande dificuldade era a respeito da falta de sensibilidade do pesquisador para escrever artigos de divulgação científica e não havia receptividade do grande público para ler ciência, então nosso desafio era como iríamos conectar esses dois lados" (LENT, 2021, p. 8).

Era imprescindível, portanto, estimular a participação dos cientistas para que pudessem contribuir com a produção de conteúdos para a revista, convencendo-os da importância dessa aproximação com o grande público. Aos poucos foram sendo realizados contatos com pesquisadores de diversas áreas. Em um primeiro momento, a adesão veio de cientistas próximos aos círculos pessoais dos idealizadores do projeto e foi aos poucos se expandindo, até abranger cientistas de todo o território nacional. Lent e os outros envolvidos no projeto faziam contato com colegas de diferentes áreas da ciência, utilizando-se de suas redes de sociabilidade:

[Eu] sentava com o Darcy, - Quem de Biologia nós vamos convidar? Aí ele trazia vários nomes (...) uns aceitavam outros não. E aí a gente conseguiu preencher, e tocávamos. (...) Havia sim [cientistas que não eram próximos]. Nem sempre com o mesmo sucesso, porque quando a gente convida um amigo para escrever, ele tem muito mais facilidade e simpatia do que quando é um grande nome, que não está nem aí para isso. Aí a gente não conseguia. Mas a Revista foi aos poucos conquistando os corações e mentes dos nossos colegas. E mais à frente ela conseguiu mobilizar e as pessoas já aceitavam com mais facilidade. E tinha sempre um estresse na hora de editar, porque recebíamos às vezes documentos com quarenta laudas e tínhamos que reduzir para cinco. E havia os conflitos nas linguagens e nomenclaturas científicas entre os jornalistas e os cientistas, para achar o melhor jeito de comunicar a informação. Aí falava de canal de

sódio da célula e o jornalista traduzia... e o pesquisador criticava. Sempre existe uma tensão. Há sempre conflitos, tensões, porque nós cientistas prezamos muito pela exatidão, somos mais precisos, já para o jornalista o mais importante é a comunicação e isso exige, quando se trata de divulgação científica, um diálogo ou debate. (LENT, 2021, p. 8-9).

Como forma de tornar os textos mais compreensíveis aos leitores, o grupo percebeu, também, que era necessário ter uma equipe de jornalistas, que trabalhasse unida aos editores de arte, tornando mais fácil a interação entre leitores e pesquisadores. Dessa maneira, foi estabelecido um protocolo de trabalho, no qual após a análise científica por seus pares, os textos eram enviados aos jornalistas que ficavam responsáveis em realizar uma adaptação na linguagem da publicação. Porém, mesmo que existissem diversos profissionais envolvidos na produção da revista, a publicação buscava dar protagonismo aos cientistas:

Em *Ciência Hoje*, o cientista é uma pessoa comum, educada para o fim específico de encontrar na natureza e na sociedade as respostas para as indagações. O cientista de hoje é um cidadão participante, comprometido com o ambiente em que vive. *Ciência Hoje* tem um compromisso com a democratização da cultura e, em particular, da ciência. Só com a divulgação do conhecimento, na forma de dados e informações confiáveis, colocados à disposição do público através de todos os meios de comunicação, será possível aumentar seu poder de análise crítica independente e tornar efetivo seu potencial de influência no processo que determina os caminhos para a sociedade como um todo. Com essa publicação, a SBPC se dispõe a preencher um espaço vazio em nosso ambiente cultural e demonstra sua intenção de, mais uma vez, estimular os cientistas brasileiros a assumirem uma posição social mais generosa, e cumpre seu objetivo de incentivar o interesse do público em relação à ciência e à cultura (CIÊNCIA HOJE, 1982, p. 6).

Reforçava-se, mais uma vez, a importância do papel político e social dos cientistas, incentivando-os a assumir uma postura mais participativa nos debates públicos sobre questões relevantes para a sociedade.

Ao longo de seu primeiro ano, alguns problemas relacionados à insegurança financeira acometeram a iniciativa, pois os recursos do CNPq e da Finep - que também se propôs a apoiar a revista - só permitiam produzir seus primeiros números. Havia desse modo uma grande preocupação em relação à continuidade do projeto, pois para obter o apoio efetivo da SBPC nacional era necessário que houvesse condições mínimas

de sobrevivência. Dessa maneira, a possibilidade futura de conseguir financiamento governamental ou de angariar anunciantes não era o suficiente, o que gerava um quadro de grande incerteza. Essa preocupação se fortalecia com a suspeita de que o Serviço Nacional de Informações (SNI) e membros do governo militar estariam pressionando, tentando afugentar, os órgãos e empresas que sinalizavam apoio à iniciativa da SBPC (GUIMARÃES FILHO, 1992; SILVEIRA, 2000). Mesmo em meio a essa apreensão, a revista ia conquistando seu espaço e conseguindo novos apoiadores. Ressalta-se o fato de José Monserrat - que na época atuava na área de propaganda - e Ennio Candotti conseguirem uma parceria com a Fundação Roberto Marinho, cujos dirigentes se propuseram a realizar uma peça publicitária voltada à divulgação da revista, a ser veiculada na televisão, ou seja, com grande alcance participaram dessa propaganda personalidades da mídia reconhecidas nacionalmente, como a atriz Fernanda Montenegro, que aceitou colaborar de maneira voluntária como símbolo de seu apoio (SILVEIRA, 2000; MONSERRAT, 2020). Com o tempo, empresas públicas e privadas passaram a veicular seus anúncios na revista, como por exemplo, a Petrobrás e a General Motors, dentre outras, o que sugere a credibilidade científica que a publicação alcançava em seu contato com o público⁹⁶.

O documento *Três anos de Ciência Hoje*⁹⁷ apresenta diversas informações sobre a revista em seus primeiros anos. O relatório indicava que além da presença dos editores científicos - Ennio Candotti, Roberto Lent, Alberto Passos Guimarães e Darcy Fontoura de Almeida - também havia um conselho editorial e um vasto conselho científico buscando representar os pesquisadores de todas as regiões do país⁹⁸. Além disso, nota-

⁹⁶ No relatório "Três anos de Ciência Hoje", na seção "Publicidade", foi encontrado um quadro dos anunciantes da *Ciência Hoje* e a quantidade de participação de cada um deles no decorrer desse período. Salienta-se que "a maioria dos anunciantes parece decidida a prestigiar *Ciência Hoje* pelo seu papel singular na divulgação científica e tecnológica, como órgão da SBPC. Ao mesmo tempo, os anunciantes tendem a parecer, cada vez mais, a oportunidade de colher uma imagem de prestígio por figurar em uma publicação atenta à qualidade científica de suas informações". (SBPC, 1985)

⁹⁷ No documento estão expostas informações dos três primeiros anos da publicação (1982 - 1985). Acervo Espaço Memorial Carlos Chagas Filho (EMCCF/IBCCF/UFRJ).

⁹⁸ Entre os anos de 1985 e 1986 os conselhos editoriais e científicos da *Revista Ciência Hoje* foram compostos por: 1) Conselho Editorial: Alberto Passos Guimarães Filho (CBPF/CNPq), Ângelo Barbosa Machado (ICB/UFMG), Antonio César Olinto (Laboratório de Computação Científica/CNPq), Joaquim Falcão (Fundação Joaquim Nabuco/PE), José Albertino Rodrigues (Núcleo de Pesquisa e Documentação, UFSCAR), José Monserrat Filho (jornalista), José Murilo de Carvalho (IUPERJ/RJ), Oswaldo Frota-Pessoa (Departamento de Biologia, USP), Otávio Velho (Museu Nacional/UFRJ), Reinaldo F. N. Guimarães (Instituto de Medicina Social/UERJ), Roberto Lent (Instituto de Biofísica/UFRJ), Ronaldo

se que a organização da revista ia se expandindo progressivamente, fenômeno possível por meio das atividades das sucursais iniciadas pelas cidades de São Paulo, administrada por Bernardo Kucinski e Luiz Augusto Paciello, e de Recife, dirigida por Cilene Vieira Areias, que contribuía para o desenvolvimento da revista junto com os redatores do Rio de Janeiro, Cesar Benjamin Queiroz, Tales Farias e José Monserrat Filho. No documento, indicava-se, também, que as secretarias regionais colaboravam com o envio de notícias e com a divulgação da revista localmente. No que se refere à estrutura física, a *Ciência Hoje* teve a sua sede fixada no Rio de Janeiro e, assim, o “grupo do Rio” pôde dar continuidade à sua iniciativa de maneira próxima e ativa. Devido ao volume de produção, foi adquirido um depósito de 400 m² no bairro da Saúde, no Rio, onde as revistas eram armazenadas e de lá enviadas aos assinantes.

No decorrer da década de 1980, a revista *Ciência Hoje* foi se consolidando, difundindo-se por meio de sua divulgação e inserção no mercado, através de assinaturas, vendas em bancas de jornal, auxílios de órgãos do governo e verbas em publicidade. Tendo em 1988 uma tiragem média de 70 mil exemplares por edição, observa-se um crescimento da publicação, demonstrando uma boa circulação e aceitação pelo público. Nos relatórios anuais de atividades da SBPC dos anos de 1986 a 1989⁹⁹, publicados na *Ciência e Cultura*, sinaliza-se a grande circulação de artigos na redação, em uma média

Nóbrega (Coordenação dos Programas de Engenharia - COPPE/UFRJ), Roque Montelone Neto (Escola Paulista de Medicina), Sérgio Henrique Ferreira (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto). 2) Conselho Científico: Antonio Barros de Castro (Faculdade de Economia e Administração/ UFRJ), Antônio Barros de Ulhoa Cintra (Hospital das Clínicas/USP), B. Boris Vargafting (Instituto Pasteur, França), Carlos Chagas Filho (Instituto de Biofísica/UFRJ), Carlos M. Morel (Fundação Oswaldo Cruz), Carolina Bori (Instituto de Psicologia/ USP), Crodowaldo Pavan (SBPC), Dalmo Dallari (Faculdade de Direito/USP), Darcy Ribeiro (IFCS/UFRJ), Elisaldo Carlini (Departamento de Psicobiologia, EPM), Fernando Gallembeck (Instituto de Filosofia/USP), Gilberto velho (Museu Nacional/UFRJ), Herbert Schubart (IMPA), Herman Lent (Departamento de Biologia/Universidade Santa Úrsula), João Steiner (Instituto Astronômico e Geofísico/USP), José Antonio Freitas Pacheco (Observatório nacional/CNPq), José Goldemberg (Instituto de Física, USP), José Reis (Diretor da revista *Ciência e Cultura*/SBPC), Luís Seixas Lourenço (Museu Paraense Emílio Goeldi), Leopoldo Nachbin (CBPF/CNPq), Luís de Castro Martins (Rio DataCentro, PUC/RJ), Luís Rodolpho R.G. Travassos (Escola Paulista de Medicina), Mauricio Mattos Peixoto (ABC), Miguel R. Covian (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto), H. Moisés Nussenzeig (Departamento de Física/ PUC - RJ), Newton Freire aia (Departamento de Genética/UFPR), Oscar Sala (Instituto de Física/USP), Oswaldo Porchat Pereira (Centro de Lógica/UNICAMP), Otávio Elísio Alves de Brito (Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa/MG), Pedro Malan (Departamento de Economia/PUC-RJ), Ricardo Ferreira (CBPF/CNPq), Sylvio Ferraz Mello (Instituto Astronômico e Geofísico/USP), Otelio Silva Araújo (Departamento de Engenharia Elétrica/UFPB), Warwick E. Kerr (Departamento de Biologia/UFMA) (SBPC, 1985).

⁹⁹ Ver: CIÊNCIA E CULTURA, 1986, p.1751; CIÊNCIA E CULTURA, 1988, p. 1030; CIÊNCIA E CULTURA, 1989, p. 1029; CIÊNCIA E CULTURA, 1990, p. 858.

de 60/70 artigos, além da produção de encartes sobre as Reuniões Anuais da SBPC e de materiais que abrangiam temáticas das ciências humanas às tecnológicas. Os núcleos regionais da revista *Ciência Hoje* também são referenciados, sendo citadas as suas sucursais ativas. Em 1989, elas estavam presentes nas cidades de Belo Horizonte, Recife, Brasília, Florianópolis, Porto Alegre, São Carlos, São Paulo, Curitiba e Vale do Paraíba, que davam respaldo à matriz localizada na cidade do Rio de Janeiro, buscando temas e especialistas que retratassem suas realidades e o interesse do público (CIÊNCIA E CULTURA, 1988, p. 1030). Houve o crescimento desses núcleos, de dois para oito sucursais, sendo uma importante fonte de informação e integração da publicação em território nacional. Apesar de ter enfrentado problemas econômicos ao longo dos anos seguintes¹⁰⁰, a revista apresentou-se como uma importante ação editorial, tendo reconhecimento entre os cientistas, nos meios de comunicação e pelo público¹⁰¹.

No decorrer da década de 1980, o projeto da revista *Ciência Hoje* transformou-se em uma iniciativa maior de difusão científica, que abarcaria inúmeras outras ações ligadas direta ou indiretamente à revista (CIÊNCIA E CULTURA, 1984, 121). Em 1986, foi criada a *Ciência Hoje das Crianças*¹⁰², um encarte que posteriormente foi transformado em revista voltada ao público infantil. Em 1988, a partir de um movimento de Candotti buscando integrar os cientistas latino-americanos, foi publicada

¹⁰⁰ A questão financeira foi um ponto sensível na trajetória da revista *Ciência Hoje*. Para Darcy Fontoura de Almeida, isso ocorria porque apesar do produto ser “altamente vendável”, a equipe, que era composta predominantemente por cientistas, não sabia lidar com o fenômeno editorial (ALMEIDA, 2004; SILVEIRA, 2000). Foi possível observar, em diversas edições da revista *Ciência e Cultura*, comentários sobre a situação financeira da revista *Ciência Hoje*, como por exemplo, a mudança em sua periodicidade, que passou de mensal para bimestral no final da década de 1980, e a realização de ações, como fundos e verbas, para tentar diminuir o problema financeiro (CIÊNCIA E CULTURA, 1990, p. 858).

¹⁰¹ Em 1982, a *Revista Ciência Hoje* conquistou a menção honrosa do prêmio José Reis de Divulgação Científica, concedido pelo CNPq, demonstrando uma recepção positiva da comunidade científica. Em seus primeiros anos a publicação foi citada em jornais de diferentes regiões do Brasil, o que pode demonstrar a relevância de suas matérias. Em 1985, na publicação do documento *Três anos de Ciência Hoje*, foi sinalizado que a revista possuía aproximadamente 13 mil assinaturas, tendo por volta de 20 a 30 mil de exemplares mensais vendidos, o que demonstrava um interesse expressivo do público leitor.

¹⁰² A revista *Ciência Hoje das Crianças* foi lançada em novembro de 1986. Sendo originalmente um encarte da revista *Ciência Hoje* voltado a crianças com idades entre os sete e os onze anos, foi a primeira publicação sobre ciências direcionada a esse público no Brasil. Assim como todo o conteúdo da revista *Ciência Hoje*, a publicação também era desenvolvida por pesquisadores de todo o Brasil (LIMA, 1992). Em 1990 foi realizada uma compilação com os dezesseis primeiros encartes da revista, por encomenda da Fundação de Assistência à Educação (FAE), que distribuiu 60 mil exemplares a alunos da educação pública em todo o Brasil. A partir desse sucesso, *Ciência Hoje das Crianças* passou a ser produzida como uma publicação independente, tornando-se uma referência em todo o país (SILVEIRA, 2000).

a revista *Ciencia Hoy*¹⁰³, produzida por cientistas argentinos aos mesmos moldes da revista brasileira. Outros projetos também seriam apoiados pelo grupo como, por exemplo, o *Tome Ciência*¹⁰⁴, um programa de jornalismo científico exibido na TV Educativa do Rio de Janeiro (TVE). Tendo uma boa aceitação da comunidade científica (SILVEIRA, 2000) e possuindo um significativo potencial comercial, a *Ciência Hoje* passou a ser referência em um mercado pouco explorado até então. Segundo Moreira e Massarani (2003), “nas trilhas de *Ciência Hoje*, mas com enfoques diversos sobre a divulgação científica, surgiram outras revistas ligadas a empresas privadas, como *Globo Ciência* (hoje, Galileu), *Superinteressante* e *Scientific American – Brasil*” (MOREIRA; MASSARANI, 2003, p. 56), o que reforça o impacto da iniciativa na conjuntura em destaque.

A compreensão da conjuntura de criação da revista *Ciência Hoje* nos ajuda a entender os anseios de seus idealizadores, as estratégias utilizadas para que a proposta fosse viabilizada e sua importância para a ampliação do capital simbólico do grupo do Rio. Todavia, para que se tenha uma maior dimensão das dinâmicas internas do grupo, torna-se fundamental compreender o *Informe Ciência Hoje*, publicação que teria um caráter bastante diferenciado da *Revista Ciência Hoje*. Ainda que ambas as iniciativas tenham sido desenvolvidas no período de redemocratização, suas ações tiveram diferentes intencionalidades e estratégias de mobilização. Enquanto a revista *Ciência Hoje* nasceu em decorrência de um movimento inicial de transição política, ainda no

¹⁰³ Em dezembro de 1988, através da parceria com cientistas argentinos, nascia a *Ciencia Hoy*, publicação que possuía um formato gráfico semelhante ao da iniciativa brasileira, além de ter a comunidade científica local como um dos seus principais colaboradores. Após dois anos de preparação, a revista teve seu lançamento realizado, porém também enfrentou dificuldades financeiras em seus primeiros anos. Entretanto, *Ciencia Hoy* resistiu a esses momentos difíceis e atualmente é considerada uma revista de referência em divulgação científica na Argentina, sendo uma das maiores responsáveis por apresentar a produção científica nacional à população de seu país (CANDOTTI, 2004) (CIÊNCIA HOJE. *Ciência Hoje – 25 anos de Divulgação*. Site da revista *Ciência Hoje*. Disponível em: <<https://cienciahoje.org.br/acervo/ciencia-hoy-25-anos-de-divulgacao/>>. Acesso em: novembro de 2020).

¹⁰⁴ Em outubro de 1987 a TV Educativa do Rio de Janeiro (TVE) apresentou uma nova experiência de divulgação científica, o *Tome Ciência*, realizado pela produtora independente Motta Lima Produções e Comunicações Ltda, sob o comando do jornalista André Motta Lima. O programa contava com a participação de um conselho editorial indicado pela SBPC, diferenciando-se de outros programas do canal, como o *Nossa Ciência* (1979 e 1980), que possuía em sua equipe apenas jornalistas. Mais de 80 programas do *Tome Ciência* foram produzidos até o mês de abril de 1989, e quando a produtora perdeu o patrocínio, ele passou a ser produzido pelo próprio canal até o final dos anos de 1990, quando foi oficialmente cancelado. No entanto, em 2004, *Tome Ciência* voltou a ser produzido com apoio da Finep e, posteriormente, da FAPERJ (ANDRADE, 2004).

período da ditadura, o *Informe Ciência Hoje* foi elaborado já no período da Nova República, durante o governo indireto de José Sarney. Fortemente influenciada por uma das principais premissas do “grupo do Rio”, a iniciativa buscava promover um diálogo mais sistemático no âmbito da própria comunidade científica, integrando membros da SBPC e de outras associações científicas por meio da articulação de pautas e de reivindicações a partir da difusão de informações sobre ciência e tecnologia e política científica, como veremos ao longo da próxima sessão.

3.2. “Manter todo mundo ligado!”: O *Informe Ciência Hoje* como canal de comunicação e articulação científica

O contexto no qual o *Informe Ciência Hoje* foi criado, em 1985, foi profundamente marcado pelas mudanças de caráter político e social que o Brasil vivia, com o início da Nova República. Setores da sociedade que até então se encontravam impedidos de participar ativamente da vida política buscaram estar mais presentes em debates sobre temas públicos. No campo científico, percebia-se também esperança e desejo crescentes por mais participação dos cientistas. Esse interesse estava expresso, por exemplo, no editorial escrito por José Reis para a edição de fevereiro da revista *Ciência e Cultura*:

Cabe-nos agora colaborar ativamente no esforço de restauração do regime democrático e, em primeiro lugar, estimular o trabalho de refederalização da república, que se transformou em Estado unitário. Muitos esperam dos novos tempos os cientistas e os educadores, certos de que sua missão é relevantíssima na reconstrução de qualquer país que emerge de grave crise institucional. Estão eles a postos para assumir o seu quinhão de responsabilidade, colaborando com sua experiência e seu saber. E colaborando mediante sugestões, estudos e participação direta. Estão todos cansados de se verem excluídos de deliberações relevantes em assuntos que se alicerçam na ciência e na tecnologia, ou dizem respeito a elas ou a sua sobrevivência. Várias organizações representam as áreas, intimamente ligadas, da ciência e da educação, e há muito pleiteiam sua participação efetiva nos negócios do governo, em todos os planos. Nada mais natural que o novo Governo estabeleça pronto contato com essas representações, atento à voz da ciência em assuntos a ela pertinentes, para evitar a repetição de erros crassos que o absolutismo decisório cometeu. A SBPC, que nunca deixou de falar alto e bom som, mesmo nos períodos mais obscurantistas, saberá cumprir sua parte com a sinceridade de sempre (REIS, 1985a, p. 2020).

Uma das frentes para uma nova relação entre o Estado e a comunidade científica foi a discussão sobre os rumos da política de desenvolvimento científico e tecnológico nacional. A criação do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT)¹⁰⁵ em 15 de março de 1985, foi um marco fundamental do período. Além de atender a demandas econômicas do governo, com investimentos no campo tecnológico (AZEVEDO, 2017), ia ao encontro ao desejo dos cientistas, entendida como forma de o Estado se aproximar da comunidade científica (VIDEIRA, 2010). Tancredo Neves tinha como intenção “valorizar a ciência e os cientistas brasileiros, em consonância com os moldes existentes antes do golpe de 1964” (VIDEIRA, 2010, p. 20), restabelecendo assim os ideais democrático e de liberdade política. Esperava-se, assim, que o surgimento do MCT viesse transformar o cenário da ciência e tecnologia no Brasil, conferindo-se maior “atenção política e apoio financeiro” às reivindicações dos cientistas (VIDEIRA, 2010, p.124).

Uma sinalização que reforçaria esse posicionamento mais alinhado com a comunidade científica poderia ser observada na indicação de Renato Archer¹⁰⁶, militar e político ligado à comunidade científica, ao cargo de ministro de Ciência e Tecnologia. Archer defendia o crescimento e autonomia do país por intermédio do investimento nos campos técnico e científico, buscando incentivar a tecnologia nacional e o mercado empresarial interno. Dessa maneira, atrelava sua figura de ministro tanto a sua atuação como empresário, quanto ao seu papel como político e cientista, articulando-se nesses diferentes setores.

¹⁰⁵ Por mais que o Ministério de Ciência e Tecnologia tenha sido oficialmente criado no dia 15 de março de 1985, primeiro dia da Presidência de José Sarney, a criação de um Ministério para a Ciência já era previsto por um decreto-lei promulgado pelo presidente militar Castelo Branco no âmbito das reformas administrativas do país, em 1967 (Decreto-Lei 200). Desse modo, para a criação do MCT não houve a necessidade de aprovação do Congresso Nacional, pois sua criação já estava assegurada por meio de um decreto. (AZEVEDO, 2017; VIDEIRA, 2010).

¹⁰⁶ Renato Bayma Archer da Silva, nascido em julho de 1922, foi um militar da Marinha de Guerra, de trajetória científica e com fortes vínculos com universidades e centros de pesquisa no Brasil, diplomata, empresário do ramo de mineração e político de linha nacionalista, ocupou cargos de relevância como, por exemplo, de Ministro das Relações Exteriores, de deputado federal e vice-governador do Maranhão pelo Partido Social Democrático (PSD). Teve, também, participação na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) encarregada de investigar o problema da energia atômica no Brasil, sendo indicado como representante parlamentar brasileiro na instalação da Agência Internacional de Energia Atômica (*International Atomic Energy Agency - IAEA-*) nos EUA, discutindo questões referentes aos usos da energia nuclear no Brasil. Após o início da ditadura militar em 1964, foi cassado e teve seus direitos políticos suspensos em 1968, retornando à política na redemocratização e fundando o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (AZEVEDO, 2017; VIDEIRA, 2010).

A criação de um ministério dedicado ao desenvolvimento da ciência brasileira era uma discussão antiga, remontando ao final da década de 1950 (VIDEIRA, 2010). Havia entretanto discordâncias quanto à forma como se daria a sua estruturação, e tais divergências permaneceriam após o anúncio de sua criação. A própria SBPC reagiu com desconfiança à decisão do novo governo, como salientado no editorial do mês de junho da *Ciência e Cultura*:

Ora, o novo Governo não só manteve esses ministérios criados sem lei, mas também estabeleceu outros pelo mesmo reprovável expediente. Um desses ministérios é o da Ciência e da Tecnologia. Essa iniciativa revela, sem dúvida, o interesse do novo Governo pelo assunto, mas corre o risco de ser desvirtuada no nascedouro pelos fomentadores da tecnocratização crescente do investimento científico. Não se trata apenas de ter, ou não, um Ministério da C. e T. É preciso tê-lo, se ele deve existir, após consulta ampla à comunidade científica, que analisará as condições em que ele vai funcionar, suas atribuições, sua interferência na política científica dos Estados. É preciso considerar que, com a restauração da autonomia das unidades da Federação, a função planejadora e executora da União, nesse terreno, tenderá a encolher. À comunidade científica seria preferível opinar sobre a possibilidade e condições de criação do Ministério do que sobre um conglomerado de órgãos a que se já se deu esse rótulo. Em outras palavras, e insistindo, é preciso máxima cautela para que não se gaste com os chamados planejadores e políticos da ciência a maior parte das verbas destinadas ao real cultivo da ciência (REIS, 1985b, p. 878).

Apesar do entusiasmo expresso no editorial de fevereiro, em que comemorava o retorno à vida democrática, José Reis explicitava as críticas da associação aos mecanismos de implementação do ministério. Salientava a continuidade do afastamento dos cientistas das decisões governamentais, pois segundo ele a temática não teria sido debatida adequadamente junto à comunidade científica nacional. Tal situação reavivava um antigo receio dos cientistas no que se referia às prioridades que seriam estabelecidas num ministério dedicado à ciência e tecnologia. Existia a preocupação de que, mesmo sendo uma demonstração de apoio do governo às questões científicas, o novo ministério pudesse ser guiado por interesses meramente tecnocráticos, dando preferência a algumas áreas em relação a outras em virtude de objetivos econômicos e financeiros. Por esse motivo, a publicação da SBPC ressaltava a importância da presença dos cientistas no processo de desenvolvimento de políticas para ciência e não somente da presença de “políticos de ciência”. A SBPC demonstrou essa preocupação

publicamente, condicionando seu apoio ao MCT ao compromisso de uma gestão na qual a comunidade científica tivesse maior representatividade (VIDEIRA, 2010).

A SBPC já vinha se organizando em relação ao estabelecimento de pautas referentes às políticas de ciência na transição democrática. Em 1º de março de 1985, quinze dias antes do início do novo governo, foi elaborado e divulgado pela entidade o documento “Algumas considerações sobre política científica e tecnológica no novo governo”, contendo reivindicações e buscando dar ao setor a “importância que ele há tanto reclama[va]” (CIÊNCIA E CULTURA, 1985a, p. 1186-1187). Foram assinalados três princípios considerados essenciais para que a categoria atingisse seus objetivos. Primeiramente, salientava-se o desejo de que as políticas ligadas à ciência e tecnologia fossem formuladas de forma aberta, onde a sociedade pudesse ter acesso às suas proposições ao mesmo tempo em que ocorresse um debate contínuo com os órgãos de opinião pública, o poder legislativo e as instituições científicas. Nesse sentido, era necessário estar atento aos investimentos na área. O segundo objetivo era referente à presença dos cientistas na formulação do sistema de C&T, em que sua colaboração seria por intermédio de suas instituições e membros mais representativos. No documento, são citados estudos e propostas de reformulação do CNPq e da Finep, elaborados pela SBPC e ABC com o apoio da comunidade científica. E o terceiro apontava para a importância da valorização e do incentivo contínuo das pesquisas científicas, que não deveriam estar sujeitas a diretrizes instáveis e imediatistas. Desse modo, era necessário destinar recursos e possibilitar as melhores condições para a formação e atuação dos cientistas e de suas instituições, contribuindo “de modo efetivo e crescente para o desenvolvimento econômico, cultural e social do país”. Em resposta ao documento da SBPC, diversos cientistas de várias áreas do saber e de diferentes localidades lançaram um texto intitulado “Manifesto dos Cientistas” (CIÊNCIA E CULTURA, 1985b, p. 1187). Nesse documento, declaravam apoio e declaravam partilhar integralmente das mesmas preocupações da SBPC ao não vislumbrar “nos acordos políticos que vêm sendo realizados um firme compromisso com as necessidades com o desenvolvimento científico e tecnológico do país” (CIÊNCIA E CULTURA, 1985b, p. 1187). Os cientistas também pontuaram a urgência da reformulação das políticas científicas e de

seus órgãos de execução, além da intenção de que eles mesmos escolhessem os representantes que iriam integrar esses organismos.

A partir dessas discussões, houve uma interação mais próxima entre diversos segmentos científicos e o governo. Crodowaldo Pavan enviou um ofício ao Ministro Renato Archer com um convite para a realização de um encontro entre ele e os membros de associações científicas do país. Neste ofício, foram indicadas diversas questões que os cientistas julgavam prioritárias para contribuir com a construção da muito esperada “Nova República” (SBPC, 1985c, p. 1189) e que eram urgentes nesse diálogo com o ministério. Nesse encontro, realizado “por sugestão da SBPC, em seu nome e no de outras associações científicas do país” (CIÊNCIA E CULTURA, 1985b, p. 1187) discutiram-se os planos gerais de atuação do MCT, além das formas pelas quais poderia ocorrer um intercâmbio entre o ministério e os pesquisadores. Foi eleita uma comissão de representantes de 57 sociedades científicas que tinham como objetivo estabelecer um contato mais próximo com o ministério e dirigentes de agências de fomento, defendendo medidas urgentes, como por exemplo, a liberação de recursos e a atualização dos valores de bolsas de estudo, o cumprimento do pagamento dos recursos aos projetos já aprovados e o atendimento à demanda qualificada da pesquisa, além do acompanhamento da implementação do MCT e das modificações a serem feitas nas agências federais financiadoras de pesquisa (CIÊNCIA E CULTURA, 1985e, p. 2076). A partir desse encontro, foi planejado o desenvolvimento do documento “Ciência e Tecnologia na Nova República: Análise e Perspectiva”, que seria um relatório sobre as condições das investigações científicas, elaborado pela Comissão e submetido à apreciação das sociedades científicas na 37ª Reunião Anual da SBPC.

Em julho de 1985 ocorreu em Belo Horizonte a 37ª Reunião Anual da SBPC, evento que poderia se configurar como uma oportunidade para a discussão e o fortalecimento dessas pautas reivindicadas. Tendo como tema norteador “Ciência, Tecnologia e Brasil Democrático”, a reunião foi um convite para se “repensar o sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico no novo regime implantado no Brasil” (REIS, 1985c, p. 1572). Essa atmosfera também pode ser observada em seu cartaz de divulgação, que trazia a expressão “Começar de novo”, explicitando a esperança nessa nova etapa. A reunião contou com a presença de diversas autoridades

do governo, como os ministros Marco Maciel (Educação), Aloísio Pimentel (Cultura), Nelson Ribeiro (Reforma Agrária), Carlos Santana (Saúde), Waldir Pires (Previdência), Fernando Lyra (Justiça) e Renato Archer (Ciência e Tecnologia). Segundo Pavan, a presença de sete ministros pela primeira vez em uma reunião anual da SBPC marcava “uma nova fase no relacionamento entre a comunidade científica e o Estado” (CIÊNCIA E CULTURA, 1985d, p. 1891) .

Foi durante a reunião que o jornalista José Monserrat Filho e o então vice-presidente da SBPC, Ennio Candotti, conversaram sobre a possibilidade de se criar um boletim informativo que pudesse reunir e expor informações sobre ciência e tecnologia de maneira ágil, sendo distribuído a um grande número de associados e a membros da comunidade científica. Segundo Monserrat (2020), ambos identificaram “que faltava um meio, um veículo que fosse mais rápido, que tivesse notícias breves e atuais” (MONSERRAT, 2020). Esse veículo seria o *Informe Ciência Hoje*.

Como já assinalado anteriormente, José Monserrat associou-se à SBPC em 1977, tornando-se uma figura bastante atuante nas reuniões da Secretaria Regional do Rio de Janeiro, onde conheceu Ennio Candotti, secretário da Regional. Tendo sido convidado por Candotti para ajudar na concepção da revista *Ciência Hoje* em 1982, em 1984 ele deixou de atuar como diretor de criação de uma agência de publicidade e passou a trabalhar em horário integral como diretor de comunicação da *Ciência Hoje* (MONSERRAT, 2004). Nesse mesmo ano, Candotti passou a integrar, junto à cientista Carolina Bori, a posição de vice-presidente da SBPC, tornando-se mais presente nas questões políticas da entidade. Sua gradual inserção em cargos de direção da SBPC criava novas condições de viabilização de seus anseios, compartilhados com os membros do Rio de Janeiro, por uma maior participação desse grupo na tomada de decisões da entidade.

Na conversa com Candotti, Monserrat propôs que fosse criado um informe nacional voltado para a comunidade científica. Sua convicção quanto à importância da iniciativa baseava-se na expectativa de que o informativo viesse preencher uma lacuna que os demais órgãos de divulgação da SBPC não cobriam. Segundo ele, a revista *Ciência e Cultura* (1949) e a revista *Ciência Hoje* (1982) tinham outro caráter, e não

conseguiam acompanhar de forma ágil em suas matérias e artigos as ações e decisões do governo que, especialmente naquele momento, definiam novos caminhos e espaços para as áreas científicas (LEVY, 2010). Candotti corroborava a visão de Monserrat de que estes veículos não privilegiavam a política científica, além de não participarem “diretamente da articulação da comunidade científica no front interno, que dizia respeito à organização da própria categoria como grupo de pressão, e externo, que englobava todas as ações do governo, principalmente no MCT” (CANDOTTI, 2009 apud LEVY, 2010, p. 187). Ainda sobre essas diferenças e sobre a pertinência dessa nova iniciativa, Monserrat comenta:

Eu escrevia para a revista, mas percebia que com relação à política nacional da área de ciência, reforma dos programas, crítica aos programas, PADCT e outros, a gente precisava ter uma discussão mais rápida. E, depois, a própria imprensa publicava muita coisa que a comunidade precisava saber. Então a ideia era não só produzir notícia, mas também recolher o que a imprensa publicava sobre essa área e que fosse útil para a comunidade científica, uma espécie de clipping selecionado, bem direcionado, dos grandes temas que interessavam à política de C&T e as ideias que a SBPC abraçava na época (MONSERRAT, 2010 APUD LEVY, 2010, p. 187).

Havia, portanto demandas específicas na criação desse boletim informativo. Os meios de comunicação, em especial os jornais, eram a principal e mais eficaz maneira para que tais informações chegassem à população. Reunir, num mesmo veículo, as informações divulgadas por esses veículos promoveria uma visão mais direta e sistematizada quanto aos posicionamentos da opinião pública sobre temas de ciência e tecnologia, além facilitar o acesso dos cientistas a tais informações. Em um momento nacional de grande efervescência, esperava-se que o acesso rápido às discussões públicas sobre a política científica permitiria a conscientização dos cientistas sobre as decisões do Estado, bem como das ações da comunidade científica como um todo. Seria, portanto, um meio eficaz de produzir no interior da comunidade científica adesão ou crítica aos encaminhamentos conferidos à política de ciência e tecnologia do período.

O apoio de Crodowaldo Pavan foi essencial para a implementação do periódico. Porém, em que pese esse apoio da SBPC, os idealizadores não esperavam restringi-la à entidade, mas estabelecer um veículo aberto para toda a sociedade, alcançando não apenas seus membros, mas se comunicando com o público externo, discutindo

problemas e demandas da política científica como uma espécie de jornal independente, com agilidade, crítica e de maneira articulada (LEVY, 2010) (MONSERRAT, 2020). A publicação buscava assim intensificar a mobilização e articulação de diferentes grupos e seus interesses, fortalecendo a própria ideia de comunidade científica e seus elementos de representação institucional por meio das associações.

Feito a partir de um mimeógrafo e uma máquina de escrever, o *Informe Ciência Hoje* era um trabalho artesanal que envolvia a coleta de notícias de jornais de grande circulação, passando pela seleção, redação e edição dos conteúdos extraídos dessas notícias, para sua distribuição para a comunidade científica. Todo o processo de edição do *Informe* ocorria na redação da revista *Ciência Hoje*, que funcionava na sede da Regional do Rio, no campus da UFRJ. Desse modo, mesmo que as duas publicações tivessem objetivos e abordagens diferenciadas, suas ações estavam diretamente associadas, fazendo da *Ciência Hoje* um grande “guarda-chuva” de projetos vinculados à divulgação e difusão de ciência. Tal correlação também se observa pela presença da expressão *Ciência Hoje* na nomenclatura do *Informe*. Eram iniciativas associadas inclusive porque seus integrantes participavam dos processos de edição das duas iniciativas. Darcy Fontoura de Almeida era um desses colaboradores. Ele descreveu detalhes da elaboração do primeiro número do *Informe*:

A lembrança é muito clara. Na redação da *Ciência Hoje* corria o trabalho de preparo de um novo número quando o Monserrat deixa a sua máquina de escrever e nos aparece a agitar uma folha de papel e a anunciar: —olha aqui, pessoal, o nº 0 do nosso Informe. Não era brincadeira. A folha continha frente e verso, um noticiário dedicado à ciência brasileira. Foram feitas cerca de 100 cópias para circulação restrita. Nascia, então, o primeiro filhote de CH. (ALMEIDA, 2003 APUD LEVY, 2010, p. 188).

O *Informe Ciência Hoje* teve o seu número zero publicado na semana de 22 e 26 de julho de 1985, uma semana após a reunião anual da SBPC na qual fora idealizado. Isso expressa a urgência de se colocar o projeto em prática diante das discussões a respeito das ações do MCT e das políticas científicas. O número zero foi elaborado em uma folha datilografada em seus dois lados, contendo um total de 34 pequenas notas sobre temas variados, a partir de notícias de jornais de grande circulação, divididas em 11 seções – “saúde”, “ambiente”, “física”, “energia”, “astronomia”, “tecnologia”,

“agropecuária”, “informática”, “educação”, “arqueologia” e “eventos”. A matéria de destaque era um editorial curto, intitulado “Começando”, escrito por José Monserrat, que dizia:

Este informativo experimental procura criar um meio de comunicação rápido, regular e útil entre CH, nossas sucursais e núcleos de apoio, às Regionais da SBPC e outras sociedades científicas que colaboram conosco. O objetivo é **manter todo mundo ligado – atentos aos fatos e unidos**. Isto certamente vai estimular e aperfeiçoar **o trabalho de todos e de cada um**. Aqui vai o nº 0. Diga o que você acha, faça a sua crítica. O silêncio não será interpretado como aprovação (MONSERRAT, 1985, p.1, *grifos nossos*).

Esse pequeno texto inicial reforçava a lógica de integração e de articulação entre os variados núcleos da comunidade científica, explicitando o desejo de reforçar antigas alianças e tecer uma rede de novos atores, objetivo antigo do grupo do Rio, abraçado agora pela SBPC nacional. O convite para que seus leitores comentassem a nova publicação demonstrava o interesse de promover um canal de diálogo aberto com a comunidade de cientistas. Chama a atenção o jogo de palavras da expressão “manter todo mundo ligado”, cunhada como um convite à integração da comunidade científica e ao mesmo tempo para que seus membros estivessem atentos às pautas trazidas pelo *Informe*. Além disso, o trecho “de todos e de cada um” expressava tanto uma preocupação com questões de caráter coletivo - em nível nacional - quanto com as particularidades de grupos que, porventura, apresentassem trajetórias e demandas próprias (ou distintas dos grupos predominantes), havendo assim um espaço de comunicação aberto às divergências, o que se confirma com o pedido de críticas apresentado ao final do editorial. O uso dessa expressão, portanto, pode ser entendido associado à expectativa de descentralização por parte de seus idealizadores, no sentido do fortalecimento do trabalho local e de sua relação de troca e integração em escala nacional, tanto no âmbito da SBPC quanto com outras esferas. O silêncio, assim, seria “lido” como sinal de que o objetivo não teria sido alcançado.

A partir desse momento o *Informe* passou a ser publicado semanalmente, sendo possível realizar uma delimitação de algumas características básicas de sua estrutura e organização através da análise do perfil dos periódicos publicados entre os anos de 1985

e 1989¹⁰⁷. No decorrer desse período seriam produzidos por volta de 200 edições (TABELA 1), que teriam diferentes layouts, variando e expandindo seus formatos.

TABELA 1: INFORME POR ANO/QUANTIDADE

ANO	1985	1986	1987	1988	1989
Edições	N.º 0 ao 21	N.º 22 ao 68	N.º 69 ao 118	N.º 119 ao 162	N.º 164 ao 202
Período (Semanas)	(22-26/07/1985) a (14-20/12/1985)	(22-26/12/1985) a (14-20/12/1986)	(01-09/01/1987) a (12-18/12/1987)	(30/01-05/02/1988) a (14-30/12/1988)	(04-10/03/1989) a (23-29/12/1989)
Quantidade de edições por/ano	22	46	49	43	38
Qtd. de páginas por Informe CH	2/4	4/8	8	8	8

Em seu primeiro layout (do número 0 ao 54), o *Informe* contava com uma média de duas 2 a 4 páginas. A publicação possuía um formato muito simples, sendo identificada pelo logotipo *Ciência Hoje*, além da sinalização de sua periodicidade. Os jornais de grande circulação dos quais eram extraídas as informações eram identificados por suas iniciais e pela data em que a notícia havia sido divulgada:

Nós assinávamos o Jornal do Brasil e o Globo, que eram os daqui do Rio. Mas buscávamos principalmente no Jornal do Brasil, que era mais evoluído, mais aberto. A Folha de São Paulo tinha alguma coisa sobre ciência naquela época, não me lembro ao certo. Mas o Estado de São Paulo não tinha uma seção notícias sobre ciência. Íamos pegando o que aparecia ao longo do Jornal. Notícias sem um local exclusivo (MONSERRAT, 2020).

Em seus primeiros números, tinha como fontes publicações dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, em especial: *O Estado de São Paulo* (OESP); *Folha de São Paulo* (FSP); *O Globo* (OG); e *Jornal do Brasil* (JB). Porém, no decorrer do ano de

¹⁰⁷ As edições do *Informe Ciência Hoje* estão preservadas no acervo histórico do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES) da UFRJ, na cidade do Rio de Janeiro, e no Arquivo da SBPC, na cidade de São Paulo.

1985 já havia a presença de jornais de outros estados, demonstrando-se tanto uma maior abrangência na coleta das notícias quanto a busca por comunicação com essas regiões¹⁰⁸. Como já assinalado, as notícias eram divididas por subtítulos que ajudavam a criar uma ordenação ao layout da publicação, possibilitando encontrar-se com mais facilidade uma temática de interesse específico. Revistas e periódicos científicos, principalmente internacionais, também eram utilizados como fonte, como por exemplo, as revistas: *Nature*; *New Scientist*; *Astrophysical Journal*; *Sciences*; *Science News*; *Physics Today*; a francesa, *Revista Recherche* e a alemã, *Datanews*. Elas continham notícias e informações sobre ciência e política científica. Destaca-se a presença da publicação *Agência Novopress*, que apresentava em seus enunciados informações sobre pesquisas realizadas em países da União Soviética sobre vacinas, estações espaciais, avanços científicos e suas utilizações. Além dessas, outras fontes eram citadas, como as revistas *Relatório Reservado* e *Senhor*, que não tratavam especificamente de ciência, mas de temas relacionados à política e à economia. Havia também notas sobre espaços de integração internacional, como o *Centro Franco Brasileiro de Documentação Técnico e Científico (CEDOTEC)*, vinculado ao ministério de Relações Exteriores da França, que trazia informações sobre questões universitárias, pesquisas científicas e técnicas do interesse dos dois países buscando a sua aproximação. Somados a esses recortes de notícias, eram publicadas notas sobre eventos, publicações, além da reprodução de charges e artigos de outros jornais. A publicação desses conteúdos demonstrava o desejo de apresentar um amplo espectro de informações, não se limitando à coleta de notícias de jornais locais.

É possível acompanhar em diferentes números do *Informe*, por meio de sequência de notícias, o encadeamento de debates de grande relevância para os cientistas. Uma dessas questões centrais, por exemplo, era o financiamento de pesquisas e instituições. Como já sinalizado, a criação do MCT era entendida como uma aproximação do governo federal com parcelas da comunidade científica, o que gerava expectativas no que se referia à valorização das áreas de ciência e tecnologia. No

¹⁰⁸ Dentre esses jornais, pode-se citar: *Gazeta Mercantil (GM)*, *Tribuna de Imprensa (TI)*, *Última Hora (UH)*, *Diário de Pernambuco (DP)*, *Jornal de Brasília (JBr)*, *Estado de Minas (EM)*, *Correio Braziliense (CB)*, *Jornal da Manhã (JM)*, *Diário de Pernambuco- (DP)*, *Diário Popular (DP)*, *Jornal do Comércio (JC)*, *O Fluminense (OF)*, *A Tribuna (AT)*, entre outros.

entanto, havia certa inconformidade entre o que se apresentou em um primeiro momento e o que, de fato, foi oferecido. Em 1985, eram travadas discussões relacionadas à liberação de verbas de pesquisa para o CNPq e o FNDCT, período no qual a comunidade científica, por intermédio da Comissão das Sociedades Científicas e da própria SBPC, pressionava o governo federal, como destacado nas seguintes edições do Informe:

Verbas para a ciência e tecnologia continuam bloqueadas - Em 10 de junho último, o presidente Sarney recebeu a Comissão das Sociedades Científicas e aprovou a suplementação de Cr\$ 900 bilhões (CIÊNCIA HOJE nº 19, p. 88). Até hoje, desta verba, foram liberados só Cr\$ 170 bilhões para o CNPq. O FNDCT, que deveria receber recursos suplementares de Cr\$ 250 bilhões, nada recebeu. A situação é ainda mais dramática em vista de que nem mesmo os recursos orçamentários já previstos para 85 foram até agora liberados. A Comissão das Sociedades Científicas e a SBPC estão empenhadas em esclarecer os motivos da não liberação e alertar as autoridades e a opinião pública para as graves consequências que decorrem do não cumprimento das promessas presidenciais (SBPC, 1985a, p 1).

Verbas para pesquisa - o Presidente da Finep, Fabio Celso Guimarães, afirmou que ainda não foi liberada a verba de 900 bilhões de cruzeiros (...). Só foi liberada a quantia de 170 bilhões de cruzeiros para o CNPq, destinada ao pagamento de bolsas de estudo. A Finep precisa de pelo menos 440 bilhões de cruzeiros para manter os projetos por ela financiados, entre eles, 35 bilhões que são para a COPPE. Os recursos da União para o FNDCT caíram 83% nos últimos seis anos. Em 79, a datação inicial para o setor foi de 663 bilhões de cruzeiros e este ano, apenas de 113 bilhões. A datação final de recursos de 1979 foi de 735 bilhões e a deste ano foi de 129 bilhões de cruzeiros. Fabio Celso Guimarães reconheceu que os recursos totais da união para a ciência e tecnologia mantiveram-se estáveis ao longo desses anos, mas a dotação orçamentária para as instituições voltadas para o incentivo à pesquisa caiu 40%. Ele salientou a necessidade de aumentar os recursos, para que sejam aplicados pelo menos 2% do PIB em pesquisa, já que hoje, o valor aplicado é de 0,06% de PIB (OG, 22/08) (SBPC, 1985b, p 4).

O Ministério do Planejamento liberou 150 bilhões de cruzeiros da verba suplementar de 250 bilhões que a Finep tinha solicitado. Resta ao Ministério da Fazenda entregar o dinheiro (OG, 23/08) (SBPC, 1985b, p. 4).

Finep libera verba - os 191 bilhões de cruzeiros destinados pela SEPLAN para o FNDCT permitiram à Finep renovar convênios de financiamento com a COPPE, PUC, e dezenas de outras universidades e instituições de pesquisa. A Finep ainda espera mais de 100 bilhões do governo (JB, 27/08) (SBPC, 1985c, p. 2).

Pesquisa é garantida - O Ministro de Ciência e Tecnologia, Renato Archer, afirmou que está garantida a verba de 900 bilhões (...) destinada à pesquisa científica. Já foram repassadas 456 bilhões. Entre elas, 248 bilhões destinados ao CNPq e 150 bilhões para a Finep. O restante será liberado até o final do ano, atendendo ao cronograma do Ministério (OG, 31,08) (SBPC, 1985d, p. 4).

Mesmo após o acordo de verba suplementar ter sido aprovado pelo governo federal, nota-se o imbróglio para a sua liberação. Esta situação gerou debates acerca dos diferentes incentivos que vinham sendo destinados para a ciência nesse momento de abertura, que não condiziam com o discurso apresentado pelo governo federal. Em sua edição de número 4, ficam claras essas drásticas reduções de incentivos, com a diminuição de 83% dos repasses para o FNDCT, e a perda de cerca de 600 bilhões de cruzeiros que haviam sido destinados para a área de ciência e tecnologia. Nessa conjuntura, as agências e programas como o Finep, CNPq e FNDCT não conseguiam manter seus projetos ativos e nem repassar recursos para as universidades e instituições de pesquisa.

Ao acompanhar as notícias ao longo de uma semana, e reuni-las na edição do *Informe*, os editores demonstravam estar atentos aos acontecimentos ligados à política científica e buscavam facilitar a compreensão por parte do leitor da sequência de eventos que, de maneira dinâmica, se desenrolavam. Nota-se ainda o fato de o *Informe* utilizar como fonte a revista *Ciência Hoje*, demonstrando o desejo por reforçar seu lugar de destaque junto às publicações do gênero, fortalecendo a iniciativa *Ciência Hoje* de modo mais abrangente.

O *Informe* possuía uma abordagem direta, na intenção de promover uma comunicação mais efetiva com o leitor. Essa perspectiva está presente, por exemplo, em sua edição de número 29, de março de 1986. Além da expectativa de uma interação mais próxima com seus leitores, buscava-se estabelecer um balanço da adesão do público em relação às edições publicadas até então:

Em carta enviada há algumas semanas, solicitamos aos leitores confirmarem o interesse em continuar recebendo esta publicação. Se você ainda não respondeu, faça-o o quanto antes, pois a partir do número 30, enviaremos um exemplar de **Informe** da Semana apenas aos que nos tiverem escrito. **Sugestões** - juntamente com a confirmação do interesse em continuar recebendo o boletim, chegaram

várias sugestões e recomendações. Entre elas, a de que o boletim se dedique principalmente a notícias obtidas diretamente por **Ciência Hoje** junto aos centros de pesquisa, universidades e etc. É de fato este é o nosso propósito. Para isso estamos nos organizando (criação de sucursais e correspondentes, entre outras medidas). Acreditamos, porém, que a colaboração dos leitores e das sociedades científicas será fundamental para alcançarmos esse objetivo. Outra sugestão foi a de que algumas sociedades científicas poderiam veicular junto ao Informe - sendo que este anexo seria endereçado exclusivamente a seus sócios - uma página preparada pela própria sociedade com informações a seu respeito. Assim se multiplicaria o quadro de leitores e possíveis colaboradores do **Informe** e de **Ciência Hoje**. Estamos estudando a viabilidade do projeto e convidamos os leitores e sociedades científicas a nos mandarem sua opinião (SBPC, 1986, p.1).

Esperava-se, assim, que a iniciativa não apenas tivesse uma grande abrangência, mas que estivesse sendo acessada por pessoas que, de fato, tivessem interesse nos temas veiculados e que demonstrassem ativamente essa adesão. Ao pedir uma confirmação de interesse, além de mapear seus leitores, os editores buscavam adequar a produção, a distribuição e o envio do *Informe* aos interessados. Esse mapeamento, realizado junto aos sócios da SBPC e de outras sociedades, era indispensável em sua intenção de servir como canal de comunicação entre diferentes grupos de cientistas e de interessados em política científica. Na nota foi apresentado ainda, como demanda de alguns leitores, o desejo de que as sociedades científicas tivessem maior participação nas páginas do *Informe*, inserindo suas próprias questões internas e notícias como um encarte próprio dentro da publicação, e desse modo, indo além do âmbito da SBPC. Outra sugestão tinha relação com o desejo dos leitores de que se publicassem mais notícias produzidas pela própria equipe editorial e os colaboradores da *Ciência Hoje*, a partir do contato com agências governamentais e centros de pesquisa, indicando a demanda do público em ler matérias que expressassem a perspectiva da própria comunidade científica. Eram utilizadas, assim, estratégias diversas para ampliar a circulação do Informe entre distintos grupos para os quais o tema da ciência e da tecnologia “pudesse ser útil”¹⁰⁹.

¹⁰⁹ Na edição número 11 do *Informe*, publicado em outubro de 1985, por exemplo, havia instruções claras sobre como ampliar o alcance da publicação: “Como receber este Informe da Semana? - Basta solicitar à redação de *CIÊNCIA HOJE*, no endereço indicado na primeira página. As sociedades científicas podem sugerir nomes de pessoas a quem nosso boletim pode ser útil. Faremos com que passem a recebê-lo. Redação: Av. Venceslau Bráz, 71, fundos, casa 27, Rio de Janeiro, CEP 22290, tels 295-4846 e 295-4442” (SBPC, 1985e, p.1).

A análise das publicações seguintes do *Informe* indica que os responsáveis pela *Ciência Hoje* buscaram ir ao encontro dessas demandas, o que ficaria evidente a partir da edição de número 55, publicada em setembro de 1986. Deste número em diante, a publicação passaria a ter uma nova estrutura, contando com um número maior de páginas, expandindo-se não apenas em volume, mas em seções e temas. Ocorre uma alteração na disposição das demarcações dos títulos das matérias/subtítulos das notícias, que passam a constar de maneira regular, sendo identificados com uma fonte maior. Desse modo, são evidenciadas as seções: “Notícias”; “Política Científica”; “Financiamento”; “Regionais”; “Ciência Hoje”; “Ciência no Brasil”; “SBPC” e “Agenda”, e outras que vão aparecendo gradualmente, como “Destaque”; “Cartas”; “Bolsas”; “Divulgação”; “Ambiente”; “Educação”; “Constituinte”, entre outras. Esse novo formato também foi marcado pela atuação mais presente dos cientistas Darcy Fontoura de Almeida e Ennio Candotti, que se tornaram editores-chefes da publicação e seus principais responsáveis¹¹⁰. Isso ocorreu devido ao afastamento de José Monserrat do projeto, que ao final do ano de 1985 foi convidado pelo ministro Renato Archer para ser assessor de comunicação do MCT.

Segundo o jornalista, em entrevista, sua presença no Ministério reforçava os laços entre a SBPC e o governo, pois sendo ele um representante da entidade, uma de suas missões era “promover a SBPC dentro do Ministério, dentro do governo” (MONSERRAT, 2020). Segundo Monserrat, por mais que a SBPC fosse reconhecida como um espaço de representação importante era necessário estreitar essas relações, o que seria feito pelos membros da Regional carioca:

No começo era mais o grupo do Rio. Mas começamos a ganhar mais espaço pelo Brasil, pela SBPC e essas relações foram estreitadas. Eu lembro que era o Ennio o responsável pela ampliação da SBPC. Já havia estruturas das Regionais, elas só precisavam ser ocupadas. O Ennio foi um dos que mais trabalhou para isso naquela época. (MONSERRAT, 2020).

Sobre a relação entre o governo e a diretoria da SBPC, Monserrat indicou que essa era realizada por Candotti, personagem que aos poucos ia além de uma atuação local, ganhando cada vez mais importância e tornando-se uma referência na entidade.

¹¹⁰A partir do ano de 1989, o cientista Alberto Passos Guimarães contribuiria como editor em algumas edições do *Informe*.

Ennio estabelecia contato com diferentes grupos e frentes, estabelecendo alianças com o governo, sem perder o olhar para fortalecimento interno da SBPC. Monserrat, apesar de não estar mais ativo no *Informe*, buscava desempenhar esse papel de intermediário, tanto nas relações entre instituições, quanto no envio de notícias ao *Informe*, utilizando o fato de estar no MCT para mandar notícias que estivessem ligadas à SBPC e a outras sociedades científicas (MONSERRAT, 2020), direcionando e agilizando a chegada de informações ao *Informe*.

Durante o período de 1985 a 1989, foram inseridos na equipe colaboradores de diversas áreas¹¹¹, dentre os quais pode-se citar o cientista social Sergio Portella,¹¹² a tradutora Maria Luiza Borges¹¹³ e os jornalistas Alicia Ivanissevich¹¹⁴, Luisa Massarani¹¹⁵ e André Barcinski¹¹⁶, que contribuíram na elaboração de seu conteúdo

¹¹¹ A partir da análise do expediente da Revista foi possível identificar cerca de 20 colaboradores diretos do Informe, que pertenciam a áreas diversas, desde jornalismo, ciências sociais, psicologia, que contribuíram para o desenvolvimento técnico e editorial da publicação.

¹¹² Sergio Luiz Dias Portella, formado em Ciências Sociais pela UFF (1985), iniciou sua trajetória profissional na revista Radis da Fiocruz. Entre 1986 e 1990 atuou na *Ciência Hoje* integrando a equipe técnica que desenvolvia as edições da revista *Ciência Hoje* e do *Jornal da Ciência*, pertencendo ao quadro de funcionários da revista. Foi um dos principais editores dessas iniciativas, junto com a jornalista Alicia Ivanissevich (LEVY, 2010) (PORTELLA, S. Plataforma Lattes. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/7389573838817445>>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2019).

¹¹³ Luiza Borges, graduada em Psicologia pela PUC-Rio (1980) e Mestre em Psicologia Clínica, foi editora de texto da revista *Ciência Hoje*, entre 1986 e 1991, trabalhando paralelamente com tradução. (CARDELLINO, P; COSTA, W. Verbete de Maria Luiza X. de A. Borges. Dicionário de tradutores literários do Brasil, 2021. Disponível em: <<https://dicionariodetradutores.ufsc.br/pt/MariaLuizaXdeABorges.htm>>. Acesso em: 10 de junho de 2021).

¹¹⁴ Alicia Ivanissevich, jornalista argentina, graduou-se em Comunicação Social pela UFRJ (1985), integrando nesse mesmo ano a equipe da *Ciência Hoje*, tendo contribuído no Informe Ciência Hoje e também na revista *Ciência Hoje*. Entre 1992 e 1997 foi repórter especial e subeditora do Jornal do Brasil, também foi editora-chefe do programa Globo Ciência, entre 2010 e 2011, e consultora científica de vários programas, como por exemplo, do Globo Universidade, de 2008 a 2011. Retornou à *Ciência Hoje* em 1997, tornando-se colaboradora autônoma a partir de 2016. Em 1999, recebeu menção honrosa do Prêmio José Reis de Divulgação Científica, tendo sido a vencedora do mesmo em 2008. (LEVY, 2010) (IVANISSEVICH, A. Currículo do sistema currículo Lattes. [Brasília]. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4102446Y>>. Acesso em: 29 de maio de 2019).

¹¹⁵ Luisa Massarani graduou-se em Comunicação Social pela PUC – Rio (1987), integrando nesse mesmo ano a equipe da revista *Ciência Hoje*. Trabalhou no Informe junto a Darcy Fontoura de Almeida, atuando na seleção de notícias e em sua edição e também na edição da revista *Ciência Hoje para as Crianças*, permanecendo no projeto até 1999. É pesquisadora da Fiocruz, sendo reconhecida internacionalmente no campo da divulgação e jornalismo científico. Recebeu vários prêmios, entre eles o Prêmio José Reis de Divulgação Científica em 2016, o troféu Jabuti em 2017 pela obra “Se Eu Fosse... Um Bicho, Uma Planta Ou Até Um Objeto, Minha Vida Seria Muito Diferente” e o troféu Mulher Imprensa na categoria “contribuição acadêmica ao jornalismo”, em 2020. (MASSARANI, L. Currículo do sistema currículo Lattes. [Brasília]. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2675160937325484>>. Acesso em: 04 de fevereiro

técnico e editorial, buscando e selecionando informações, além de desenvolverem conteúdos para a publicação. Tendo iniciado a sua trajetória profissional no *Informe*, alguns deles, como Massarani e Ivanissevich, obtiveram em suas carreiras um grande reconhecimento no campo e em pesquisas ligadas ao jornalismo e comunicação científica, trabalhando posteriormente com temáticas sobre ciência em outros meios de comunicação e instituições. Esses profissionais faziam parte de uma grande equipe de redação das iniciativas *Ciência Hoje*, a qual abarcava tanto as ações do *Informe* quanto da *Revista Ciência Hoje*.

Durante entrevista, ao referir-se ao tempo em que iniciou suas atividades junto à *Ciência Hoje*, Luísa Massarani (2019) comenta o trabalho realizado por ela e seus companheiros na seleção de conteúdos para o *Informe*.

A gente recebia quatro ou cinco jornais principais e o que tínhamos que fazer era ler e descobrir matérias de ciências e tentar ver o que era relevante para fazer uma pequena síntese. (...) que tinha que ser muito breve. (...) Depois, em algum momento que talvez já tenha sido a segunda etapa do jornal (...), a gente começou, além disso, a entrevistar, ligar para pessoas, e não só fazer uma síntese do jornal. Isso era muito interessante e para mim era muito singelo do ponto de vista jornalístico, né? Para quem estava se formando como jornalista (MASSARANI, 2019, p.4).

A descrição de Luísa Massarani expressa o trabalho de pesquisa realizado nesse primeiro momento do *Informe Ciência Hoje*, que consistia em selecionar e resumir notícias sobre ciências de outras publicações para reuni-las nas edições do *Informe*. Massarani também comenta um movimento relacionado às mudanças no próprio perfil da publicação, o que influenciou no trabalho dos autores, tornando-o um trabalho cada vez mais autoral. Observa-se ainda a influência dessa experiência na carreira da jornalista, primeiro por este ter sido seu primeiro contato “com esse tal de jornalismo científico” (MASSARANI, 2019, p.4) e, segundo, pelo fato de esse jornalismo ter uma cobertura voltada às questões de política científica, algo que naquela conjuntura era pouco comum. Segundo Massarani “em geral, particularmente naquela época, cobertura

de 2019). (MASSARANI, L. Currículo do sistema currículo Lattes. [Brasília], 2021. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2675160937325484>>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2019).

¹¹⁶ André Barcinski iniciou sua trajetória profissional no *Informe*, migrando posteriormente para as áreas do cinema e da televisão. (BARCINSKI, A. André Barcinski. Site profissional de André Barcinski, 2021. Disponível em: <http://www.andrebarcinski.cAndreom.br/bio/>>. Acesso em: 10 de maio de 2021).

de ciência era muito mais pautada numa novidade, numa nova vacina, num novo medicamento e tal” (MASSARANI, 2019, p.4), e esse era um diferencial do *Informe*, assumindo certo pioneirismo na exposição de questões sobre política científica. Segundo Massarani, esse contato com os bastidores da produção científica teve impacto importante em sua formação como pesquisadora (MASSARANI, 2019).

O olhar atento sobre as questões de política científica identificado na fala de Massarani é, de fato, uma das marcas que diferenciava o *Informe* de outras publicações do gênero, estando presente, também em sua nova fase que, dentre outras novidades, passou a veicular os editoriais “Ao leitor”, uma forma de aprofundar a comunicação entre a equipe editorial e o seu público nos quais eram frequentemente tratados tópicos de política científica. Ainda que que essa comunicação já ocorresse de alguma forma, a partir desse momento ela se tornava regular, como se pode perceber no editorial da edição de número 55 assinado por Ennio Candotti, que inaugurou essa nova fase:

Uma versão simplificada deste boletim circula há mais de um ano entre os membros das diretorias das Sociedades Científicas, do Conselho da SBPC e dos colaboradores de Ciência Hoje. Recentemente, a Sociedade de Farmacologia sugeriu que fosse enviado, juntamente com um encarte próprio, a todos os seus sócios. A Física logo se associou ao projeto. Pensamos então em adaptar o informe aos novos interesses e a um público mais amplo. O boletim das Regionais da SBPC também poderia ser incorporado à nova publicação e esta seria enviada aos sócios da SBPC e das sociedades científicas que se associarem à iniciativa. É nosso propósito divulgar, através deste informe, notícias breves relativas às atividades de divulgação científica, à política científica, ao financiamento à pesquisa e um resumo das principais notícias de interesse científico publicadas na imprensa. Na seção Sociedades Científicas publicaremos informações de interesse específico fornecidas pelas próprias sociedades. Acreditamos que este informe, publicado semanalmente, poderá contribuir para uma maior informação e mobilização da comunidade científica, muito necessárias nestes tempos de redefinição da política científica e educacional e de crescente interesse pela difusão da ciência em nossa sociedade (CANDOTTI, 1986, p.1).

Esse editorial indicava a nova relação que a publicação estabelecia com as sociedades científicas e, com isso, com os núcleos internos e externos à SBPC. Ao correlacionarmos os editoriais das edições de número 29 e 55, percebe-se que o interesse em enviar um anexo com informações das sociedades científicas tinha partido de uma demanda dos leitores da publicação e, por conseguinte, das sociedades

científicas, que demonstravam o desejo de vê-lo chegando a outros membros das associações das quais participavam, o que ia ao encontro do que era proposto originalmente por José Monserrat. A participação de associações, como a SBF e a SBFTE, reforçava essa sinalização de que se buscavam meios de expandir a comunicação com seus membros e integrar-se com outros núcleos. As sociedades científicas agora tinham uma plataforma que ia além dos seus encontros e boletins internos. Entretanto, diferentemente do que foi sugerido no editorial de número 29, essas informações não se tornaram meros anexos direcionados exclusivamente aos sócios dessas entidades, mas passaram a ser incorporadas ao próprio periódico, sendo encaminhadas a todos os remetentes do *Informe*. Desse modo, era possível ter acesso a convocatórias, eleições, notas de repúdio e de apoio, movimentações políticas, divulgação de vagas para docentes e discentes, demandas, balanços, além de notícias que circulavam nesses espaços. Essa decisão é interessante, pois permitia que qualquer leitor do *Informe* tivesse acesso a notícias sobre qualquer área, o que poderia promover uma aproximação entre os múltiplos setores da comunidade científica, suas pautas e os posicionamentos nos mais variados campos de atuação e em suas diversas associações. Destaca-se, assim, que as sociedades científicas passam a ter cada vez mais participação na publicação, sendo destinatárias e colaboradoras desse espaço.

É também possível perceber a ampliação do *Informe* a partir de sua tiragem nesse período, o que pode ser analisado no “Relatório da Comissão Editorial da SBPC sobre o Informe SBPC-Ciência Hoje”, publicado na revista *Ciência e Cultura* em setembro de 1987 (CIÊNCIA E CULTURA, 1987, p. 885-886). Esse documento apresentava dados que permitiam realizar uma avaliação da recepção do *Informe* por parte de seu público leitor. Nota-se que no decorrer de seu primeiro ano, a publicação passou de uma tiragem de 150 exemplares em julho para 750 em dezembro. Em 1986, o crescimento foi ainda maior, alcançando 1700 em junho de 1986 e 10 mil em dezembro, até atingir 12 mil exemplares em abril de 1987. Porém, assim como ocorria na *Revista Ciência Hoje*, os problemas financeiros seriam uma questão que assombraria o *Informe*. Ainda que a iniciativa tivesse o apoio de agências de fomento como a Finep e do CNPq, a comissão editorial da SBPC precisou realizar uma série de mudanças em sua produção

e em sua distribuição por causa dessas dificuldades financeiras¹¹⁷. Dada a grande elevação dos custos, a tiragem foi reduzida para 3.000 em maio e junho de 1987. Diante dessa diminuição, o *Informe* passou a ser distribuído apenas mediante assinatura, como forma de minimizar os gastos, o que teve alguma resposta, já que no seu primeiro mês foram realizadas 1200 assinaturas - sendo 400 da SBFTE - , além da demonstração de interesse por parte de outras associações¹¹⁸. Segundo o “Relatório de Atividades da Diretoria da SBPC” referente a 1988 e 1989, apesar das assinaturas e do aumento de sua tiragem, a dificuldade financeira persistiu e, ao final de 1988, foi realizado um novo cadastramento dos interessados na publicação. Desse modo, a tiragem, que chegou a 13.500 em novembro de 1988, foi reduzida a 6 mil em fevereiro de 1989.

O crescimento da tiragem em menos de um ano - passando de 1.700 em junho de 1986 para 12 mil em abril de 1987 - pode indicar que o novo formato da publicação teve um bom acolhimento pelo público. Porém, também fica clara a dificuldade em sua manutenção, perceptível na redução de 75% na tiragem nos meses seguintes a abril, em virtude dos altos custos de sua reprodução. Ainda assim, mesmo com a necessidade de realizarem assinaturas, entre 1987 e 1988, não ocorreu uma diminuição da participação das sociedades científicas colaboradoras no *Informe*, havendo inclusive um aumento dessas associações. Acredita-se que essa “absorção” do *Informe* por parte desses grupos tenha ocorrido em decorrência da percepção destes de que a publicação não só tinha qualidade editorial, mas representava um projeto político significativo nesse período. Outro aspecto relevante tem relação com a pluralidade de sociedades que colaboraram com a publicação, que pertenciam a áreas bastante diversas como, por exemplo, a Farmacologia, Terapêutica Experimental, Antropologia, Física, Bioquímica, Genética, Educação, Linguística, Matemática, o que mais uma vez aponta para o caráter interdisciplinar dessas iniciativas e sua vocação integradora.

As sociedades científicas passaram a ser importantes na manutenção do *Informe*, não somente no aspecto material, mas também político, promovendo sua continuidade

¹¹⁷ Os custos de produção de cada informe passaram de Cz\$3,68, em dezembro de 1986, para Cz\$12,67 em junho de 1987 (CIÊNCIA E CULTURA, 1987, p. 885-886).

¹¹⁸ Segundo o relatório, outras associações manifestaram interesse em colaborar, como a Associação Brasileira de Antropologia, que contava com 900 sócios, e a Sociedade Brasileira de Física, com cerca de 2000 sócios (CIÊNCIA E CULTURA, 1987, p. 885-886).

mesmo diante de tantos desafios. A criação da seção “Sociedades Científicas” veio fortalecer a política de articulação da SBPC, tornando-se uma plataforma de exposição e organização dessas associações. Nesse sentido, era como se de alguma forma a SBPC voltasse a abarcar politicamente, mesmo que não oficialmente, uma série de associações que surgiram sob seu “guarda-chuva”. Tal perspectiva é reforçada pela idealização de núcleos políticos conjuntos como, por exemplo, a Comissão de Sociedades Científicas, que após a criação do MCT foi mantida como um órgão de representação das sociedades científicas junto ao governo. Ainda que a SBPC não fizesse diretamente parte da comissão, ela coordenou o seu processo de criação, dando apoio e infraestrutura, além de indicar membros de sua diretoria para colaborar com a iniciativa.

Em relação ao layout do *Informe*, com a sua reestruturação, a publicação não somente se expandiu, mas também aperfeiçoou as formas de se comunicar com os seus públicos. A divisão de notícias em seções fixas possibilitou uma melhor organização do material. A escolha das temáticas das seções também direcionava os temas que os editores acreditavam ter relevância ou aos quais tinham interesse em dar ênfase. Nesse caso, podem-se citar as colunas “Financiamento” e “Política Científica”, presença constante nas edições. Na coluna “Financiamento” eram abordadas notícias dos investimentos do Estado que, ao não apresentarem só os dados ligados à ciência, mas também para as forças armadas e outras áreas do governo, que possibilitavam que se realizasse comparações entre a disparidade de suas verbas. Eram expostos projetos, valores, balancetes, notas sobre investimentos, liberação ou privação de verbas e comentários sobre as agências de fomento. Em relação à “Política Científica”, eram divulgadas distintas informações relacionadas a demandas e articulações políticas do período, tais como: resultados de eleições de conselheiros e membros, atas e discussões de conselhos científicos¹¹⁹; posicionamentos do CNPq, da Finep, Capes; criação de institutos; leis; exposição de memorandos; cooperação do Brasil com outros países; notícias sobre instituições de pesquisa e ensino; movimentações do governo federal e de seus dirigentes. Nessas colunas estavam inseridas as principais questões do período, expondo-se os investimentos públicos. Não eram divulgadas somente notícias relativas

¹¹⁹ Pode-se citar o Conselho de Ciência e Tecnologia, o Conselho Deliberativo do CNPq e a Comissão das Sociedades Científicas.

ao âmbito, mas também problemáticas locais, como observado na edição de número 121 de fevereiro de 1988:

Itaparica enche - Contrariando o parecer da Companhia de Controle da Poluição dos Recursos Hídricos (CPRH-PE) e do Centro de Recursos Ambientais (CRABA), que pediram a suspensão do fechamento das comportas da barragem de Itaparica até a efetivação do reassentamento dos agricultores, começa a ser formado o lago às margens de São Francisco, que terá 800 km de extensão e atingirá sete municípios dos estados de Pernambuco e Bahia. Pela segunda vez, os agricultores que ainda não foram reassentados estão acampados no canteiro de obras da barragem. (...) Segundo a empresa, a Hidrelétrica de Itaparica fornecerá 2.500 kw de energia, aumentando em 39% a produção energética do Nordeste. O presidente da Chesf assegura que será efetivado o reassentamento, bem como o resgate da fauna daquela região (Sucursal Recife) (SBPC, 1988a, p. 5).

Esse recorte permite perceber a preocupação em “denunciar” problemas sociais que de algum modo eram percebidos como decorrentes da não consideração de pareceres científicos. O texto, produzido na sucursal da *Ciência Hoje* de Pernambuco, sinalizava uma tensão local/regional, conferindo maior visibilidade sobre o assunto na comunidade científica e fortalecendo os núcleos locais, mas permitindo que estes construíssem novas formas de mobilização. Tal posicionamento expressava claramente a concepção do grupo do Rio de que a ciência deveria ser um instrumento político de ação em face de problemas sociais concretos.

Assim como a de Pernambuco, outras sucursais da *Ciência Hoje* se faziam presentes nas notícias do *Informe*, sendo possível observar a sua expansão em diversos estados ao longo das edições. Entende-se que ao citá-las se havia a intenção de evidenciar esses núcleos científicos, suas informações e realidades. A sucursal seria esse núcleo da *Ciência Hoje* e, nesse caso, também da SBPC, que realizaria um levantamento de informações locais, expondo vivências mais específicas da região. Inicialmente, a criação das sucursais se dava a partir do interesse de colaboração de cientistas e profissionais locais, que, ao se integrarem à *Ciência Hoje*, inseriam-na em seus espaços de atuação profissional ou institutos de pesquisa e ensino que desejavam se

inserir as suas ações. Com a obtenção de recursos para a sua organização¹²⁰, foi possível melhorar a estrutura das sucursais, institucionalizando esses espaços.

Ainda em relação ao layout, se em um primeiro momento a maior parte da publicação era constituída no formato de "clipping" - uma seleção de recortes de jornais e revistas -, agora seriam mais presentes as notícias produzidas pela própria equipe do *Informe*. Ainda que a característica de replicação permanecesse presente, chamando a atenção para determinada questão/notícia, ficavam mais evidentes notas próprias, com conteúdo exclusivo, sinalizando um amadurecimento da publicação. Como pode ser observado na cobertura de um incêndio ocorrido na UFMG:

Nota à comunidade acadêmica e científica: Na madrugada do dia 18 de março um incêndio destruiu completamente o bloco 3 do Pavilhão Central de Aulas do Instituto de Ciências Exatas da UFMG. (...) O pavilhão central foi construído há 20 anos e, declaradamente, seria uma instalação provisória. O prédio não oferecia condições mínimas de segurança e comodidade, principalmente para as atividades que ali se realizavam. Pode-se dizer que a causa principal do incêndio foi a política que reduziu a dotação orçamentária de "outros custeios e capital" da UFMG ao longo dos anos. O principal temor da comunidade química da UFMG são as condições de trabalho no prédio do departamento de química, (...) semelhantes às do bloco incendiado (...). A repetição de um acidente desta ordem no prédio da química interromperia por tempo indefinido a contribuição da UFMG para a formação de recursos humanos e para a criação do conhecimento científico e tecnológico da área. Acreditamos que a divulgação desse triste acidente poderia servir aos colegas da UFMG e da comunidade acadêmica e científica brasileira como um exemplo e incentivo para que não enfraqueçam em sua reivindicação de melhores condições de trabalho. Finalmente, queremos pedir aos colegas que manifestem ativamente sua solidariedade com o departamento de química da UFMG, através do envio de telegramas ao prof. Cid Veloso, Magnífico Reitor da UFMG, e a sua excelência, o Ministro da Educação, Jorge Bornhausen, encarecendo que não se poupem esforços para que as atividades didáticas sediadas no prédio destruído possam ser retomadas e para que o departamento de química seja urgentemente removido para local adequado aos trabalhos que nele se realizam (SBPC, 1987e, p.6).

A notícia explicitava as críticas à precariedade das condições e à falta de investimentos aos espaços universitários. Ao salientar que as instalações - provisórias - estavam em funcionamento havia mais de 20 anos, deixava-se claro o descaso que se

¹²⁰ Os recursos da iniciativa *Ciência Hoje* eram oriundos de verbas públicas – CNPq e Finep -, de propagandas e da SBPC, sua mantenedora.

repetia em outros prédios da instituição. Dessa forma, denunciava-se que, além de não proporcionar condições mínimas de trabalho aos seus funcionários e uma boa estrutura de aprendizado para seus estudantes, na destruição de seus laboratórios perdia-se material intelectual muito valioso. Além da denúncia, pretendia-se explicitamente mobilizar a comunidade científica para que ela se manifestasse publicamente, por meio da pressão individual e coletiva junto aos dirigentes e à sociedade. Em suma, a nota não só noticiava uma informação, mas deixava explícito o posicionamento político de seus autores, apontando a importância e a urgência de manifestações em prol de mudanças de cunho local e nacional.

Outro elemento que merece destaque é a publicação de cartas nas edições do *Informe*. A análise dessas correspondências nos permite estabelecer alguns parâmetros da relação que se construía entre a publicação e o seu público leitor. Havia críticas e ponderações à publicação, além de comentários sobre acontecimentos e temáticas de interesse político e científico. Algumas vezes havia sugestões destinadas a melhorias na publicação, apontando-se possíveis erros em edições anteriores. Em 1987, a professora Cristina Toyoda, da USP, solicitou que a palavra lepra fosse substituída por hanseníase, questão observada na nota “Maranhão tem 12 mil leprosos”, publicada em janeiro pelo *Informe*, já que desde 1976 o termo não fazia mais parte da linguagem oficial do Ministério da Saúde¹²¹.

São também encontradas ponderações que buscavam suprir ou corrigir informações publicadas no *Informe* - sem que isso significasse o questionamento da credibilidade ou da finalidade da publicação -, ou por outros canais de comunicação. Em março de 1987, na edição de número 80 do *Informe*, foi publicada uma carta do paleontólogo Rafael Martins Neto, da USP, que por intermédio da publicação buscava retificar informações publicadas em uma matéria do *Jornal do Brasil*:

Venho, em meu nome e no do colega A.W.A. Kellner, retificar reportagem publicada no *Jornal do Brasil*, em 22/2/1987 (reportagem esta motivada pela nota divulgada pelo informe nº 71), e parcialmente reproduzida no *Informe* nº 76. O fóssil denominado Anhanquera Blittersdorffi, um pterossauro, não foi doado à USP e sim emprestado

¹²¹ A nota crítica da professora foi publicada na edição de nº 75 do *Informe* e fazia referência à notícia publicada na edição nº71 da mesma publicação (SBPC, 1987a, p.2; SBPC, 1987c, p. 3;).

ao DNPM/RJ para estudo. Há de se lamentar, igualmente, a omissão dos créditos ao Dr. Murilo Rodolfo de Lima (IG/USP) e à Dra. Regina Bouret Campos (DNPM/RJ), os quais mencionei na reportagem do *Jornal do Brasil*. O episódio serviu para mostrar a penetração, não só no meio científico, mas também na imprensa em geral, do nosso Informe, que tem demonstrado uma atenção especial pela divulgação de pesquisas nacionais (SBPC, 1987c, p. 4).

Além da caracterização da publicação como “nosso Informe”, expressando-se assim o sentido de pertencimento que a iniciativa gerava, chama à atenção a informação de que a reportagem do *Jornal do Brasil* havia sido realizada a partir da nota publicada no *Informe* dias antes. Para tal afirmação, acredita-se que de alguma forma isso deve ter sido sinalizado ao entrevistado no momento em que este foi contactado, o que mostra que profissionais de comunicação de grande massa tinham acesso ao *Informe*. A situação indica, portanto, sua credibilidade junto aos meios de informação, enquanto fonte de matérias e reportagens sobre a comunidade científica.

As cartas também apresentavam comentários contrários a medidas do governo, como na edição de número 125 (SBPC, 1988b, p. 3), enviada pelo cientista Carlos Roberto Appoloni,¹²² que criticava o governo do Paraná por sua tentativa de interferência nas universidades. O professor assinalava que em 1987, através de uma lei de reforma administrativa, o governo tinha tentado cassar as prerrogativas dos conselhos superiores das universidades paranaenses. Apesar de ter sido evitada na época, ele denunciava um movimento semelhante em 1988, sob a roupagem de uma minuta que propunha uma mudança estrutural do conselho, com a maior parte dos membros sendo indicada pelo governo. Em suas palavras, a própria constituição do conselho já demonstrava as intenções, estando novamente o confronto estabelecido sob “uma iniciativa sem discussão, sem diálogo prévio por parte da secretaria, que até o momento só tem dialogado com as universidades através de decretos, auditorias e sindicâncias”. Reforçava, ainda, que “toda a comunidade universitária paranaense está mobilizada, discordando frontal e totalmente do anteprojeto apresentado (...) considerado pelo conselho de reitores (...) como uma afronta a todo o sistema universitário brasileiro”

¹²² Nesse período, o professor Carlos Roberto Appoloni era docente da Universidade Estadual de Londrina (UEL), integrando o departamento de Física, além de ser membro do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná (CONCITEC). (APPOLINI, C. R. Plataforma Lattes. Currículo Carlos Roberto Appoloni. Disponível em: < <http://lattes.cnpq.br/2919675702905231> >. Acesso em: 05 de fevereiro de 2021).

(SBPC, 1988b, p. 3). No entanto, é interessante perceber que os órgãos criticados também utilizavam o *Informe* para dar a sua versão dos fatos. Na edição de número 130, de abril de 1988, foi publicada uma nota enviada por Álvaro Dias, governador do Estado do Paraná (SBPC, 1988c). O político, que se defendia das acusações, reiterou que o governo tinha o direito de acompanhar a aplicação dos recursos direcionados ao ensino superior e que, apesar da agressividade e irracionalidade que alguns setores acadêmicos demonstravam, buscava leis que permitissem a fiscalização dos recursos públicos e os critérios que as definiriam, tanto para o governo quanto em relação a autonomia universitária, que por sua vez, não podia ser entendida como ilimitada. Percebe-se, portanto, que o *Informe* era utilizado como espaço para a exposição de problemáticas locais e que poderiam passar despercebidas na disposição das informações de caráter nacional. O envio da carta de Álvaro Dias - rebatendo o posicionamento do pesquisador - demonstra que de alguma maneira o *Informe* tinha inserção na cena política, sendo lido pelos gestores ou suas equipes nos estados.

O tom de crítica da publicação também pode ser observado em seus editoriais “Ao leitor”, nota destacada na capa do *Informe*, logo abaixo do título. A cada semana era apresentada uma notícia, comentário ou ponto de vista sobre um determinado assunto ou situação em destaque naquele momento, que quase sempre também estava assinalado em alguma notícia da edição. Entre os anos de 1986 e 1989 foram publicados cerca de 150 editoriais, sendo sua ampla maioria escrita pelos cientistas Ennio Candotti e Darcy Fontoura de Almeida, seus editores e responsáveis pelas pautas. Encontram-se editoriais dos presidentes da SBPC, comentando ou realizando chamadas para as suas reuniões; representantes da entidade realizando apontamentos sobre temáticas específicas, como as da Constituinte; além de textos de cientistas convidados que utilizavam o *Informe* como plataforma para divulgação ou reflexão sobre questões variadas¹²³. A seção seria utilizada, muitas vezes, como forma de pautar ou ressaltar determinadas questões de caráter político, chamando atenção para temáticas específicas de dentro da comunidade. Tais questionamentos, na visão de seus editores, eram

¹²³ Além dos editores Ennio Candotti (E.C) e Darcy Fontoura de Almeida (D. F.A), também escreveram nos editoriais do *Informe*: Carolina Bori (Presidente da SBPC); José Albertino Rodrigues (Membro da diretoria), Alberto Passos Guimarães; Sergio Rezende; Otávio Velho, João Pacheco de Oliveira; Sergio Henrique Ferreira, entre outros.

naturais, pois debater política científica seria algo inerente a todos os que produziam ou se interessavam pela ciência. Essa percepção é salientada em entrevista por Darcy Fontoura de Almeida (2004):

A pessoa que se interessa pela ciência deve também ser informada sobre o que está ocorrendo em termos de política científica. Assuntos com grande impacto social, como, por exemplo, os transgênicos, têm de ser colocados na sua perspectiva científica. A bomba atômica era uma questão científica no início, mas depois se tornou uma questão política e social. É preciso discutir o controle da energia nuclear, que pode ser usada tanto para fazer a bomba atômica quanto uma máquina para curar doenças. Pode-se destruir e salvar vidas com a mesma energia nuclear, e é preciso deixar isso claro para as pessoas. Com os transgênicos, é a mesma coisa. Por isso, a política científica tem o seu lugar na *Ciência Hoje* desde o início. É claro que não se devem colocar as coisas numa revista de divulgação da mesma forma que num documento de governo. Mas as pessoas têm que se informar para poder participar com bom substrato dessas discussões, mesmo se não forem cientistas (ALMEIDA, 2004).

A percepção de Darcy sobre as relações entre ciência, política e sociedade e sobre a importância de veículos de difusão científica para tais relações expressa diretamente a concepção norteadora da iniciativa da *Ciência Hoje*, para a qual ele havia contribuído diretamente. Além de sua inserção na política científica, Darcy tinha um especial interesse na política universitária, ocupando os cargos de diretor do IBCCF, entre os anos de 1985 a 1989, e de membro do conselho universitário da UFRJ, entre os anos de 1986 a 1990, ambos concomitantes ao seu período como editor do *Informe*. Desse modo, nos editoriais que Darcy assinava, ficam evidentes as articulações do campo político e financeiro, ligadas a reivindicações por mais investimento nos segmentos universitários e das associações científicas, sinalizadas nos seguintes editoriais:

Manobras arriscadas: Já havíamos aprendido a lidar com a constante escassez dos recursos federais para a C&T. O trabalho de persuasão feito em solidariedade por membros da comunidade científica e dirigentes do MCT, juntos às autoridades da área econômica, para demonstrar a fragilidade e a importância do setor, tem produzido resultados compensadores. Nesse ano, contudo, com a taxa de inflação mais elevada do que nunca, a redução mais acentuada dos recursos e a adoção do orçamento global, transferiu-se para os ministérios o ônus político da distribuição das magras fatias, insuficientes para cada um e para todos. A situação tornou-se desesperadora. Duas novas manobras surgiram: a obtenção de recursos estranhos ao MCT e o

remanejamento entre as rubricas do ministério. No primeiro caso, usa-se hoje um remédio que muito provavelmente não estará disponível amanhã; no segundo, tira-se daqui e coloca-se acolá, quando todos estão à míngua. Nos dois casos, as consequências são graves: aumenta-se a instabilidade e ameaça-se a coesão interna do sistema comunidade/MCT. Isto é ainda pior do que os problemas de hoje, porque vai dificultar a solução dos problemas futuros. Que estarão aqui, no máximo dentro de dois meses (ALMEIDA, 1988a, p. 1).

Hara-Kiri político - Trágico. Dramático. Catastrófico. Foram alguns dos qualificativos usados para definir o quadro atual do sistema de C&T no país, durante o Conselho da Finep, dia 27 de julho último (Ver notícia neste Informe). Não há exagero algum nisso. Esgotado o primeiro semestre de 1989, verifica-se que a liberação dos recursos orçamentados para a Finep não passou de 11,7%, na sua função de empresa, de 26,5%, no que respeita ao FNDCT (apoio institucional à pesquisa) e de 10,5% para o PADCT. Quadro rigorosamente semelhante se aplica ao CNPq (apoio individual à pesquisa) e, portanto, à secretaria de C&T. Os conselheiros sabem que o panorama é sombrio em escala nacional: as lamentações surgem de todos os lados. Mas o que assombra é a insensibilidade da administração central em relação aos setores, do qual depende necessariamente toda e qualquer proposta que objetive a saída do “buraco” atual. Tratar C&T de maneira diferenciada equivale, em termo de operação política, a um verdadeiro “hara-kiri”. Seria lamentável admitir que haja conhecimento deste fato entre os responsáveis pela condução do país (ALMEIDA, 1989, p. 1).

Nos dois editoriais fica evidente o tom crítico utilizado por Darcy ao tratar dos equívocos que, segundo ele, eram cometidos pelas autoridades brasileiras no que se referia à política científica. A ironia era uma característica marcante em seus textos, como visto na analogia realizada entre a maneira como a “administração central” tratava a C&T nacional e o Hara-Kiri, ritual de suicídio japonês.

No decorrer dos anos, houve, portanto, um endurecimento no tom pelo qual o *Informe*, buscava demarcar posições, apresentar as resoluções das reuniões da SBPC e formalizar cobranças às autoridades. No final da década de 1980, em especial 1988 e 1989, o *Informe* seria utilizado como veículo para a demonstração da insatisfação da SBPC diante da inércia do governo federal e dos retrocessos por ele cometidos. O editorial de nº 144, intitulado “Comendo pelas beiradas”, deixava claro esse tom de advertência e crítica ao governo:

Por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro da Ciência e Tecnologia, na terça-feira passada, o ex-titular da pasta,

Luiz Henrique da Silveira, foi bastante enfático ao se referir às malfadadas tentativas recentes de extinção do MCT, chamando atenção, muito corretamente, para o papel que o ministério tem a desempenhar na sociedade brasileira (ver esta edição). Depois de toda a mobilização realizada pelas sociedades científicas e por numerosos dirigentes de instituições do setor, tivemos certeza de que o perigo havia sido afastado e de que o governo entenderia a importância do MCT, tão bem proclamadas pelo ex-ministro. Tranquilidade de pesquisador dura pouco, ao que parece. Agora divulgam-se notícias de extinção programada para a Finep. Ora meus amigos, a Finep tem sido, de longe, o melhor órgão de financiamento à pesquisa em nível federal, nos últimos três anos. Sua eficiência é altíssima: em 1987 as despesas administrativas foram de 5,4% do orçamento, cifra extraordinária, em termos de administração federal, é comparável à exibida pela Fapesp, citada sempre como um modelo da correta utilização dos recursos públicos. O resultado é ainda mais importante quando se sabe que o FNDCT, do qual a Finep é a secretaria executiva, e que atende ao apoio institucional da pesquisa brasileira, tem sido retalhado repetidamente, conforme já denunciemos aqui numerosas vezes. Portanto, não há de ser por meio da extinção da Finep que se atingirá o equilíbrio orçamentário da União; mas, sem ela, mais de sessenta centros de pesquisa fecharão as portas e mais de mil projetos de pesquisa serão interrompidos. Não foi possível decapitar a C&T, extinguindo-se o MCT, procura-se então cortar os dedos, a mão e o braço, na tentativa da destruição gradual e progressiva. Com a palavra, e com a ação, o ministro Ralph Biassi (ALMEIDA, 1988b, p. 1).

A nota apresenta muitos elementos para a compreensão do contexto no qual ela foi escrita. O ano de 1988 foi marcado por muitas tensões na relação entre a comunidade científica e o governo federal, iniciadas ainda no final de 1987 com a saída de Archer do MCT (LEVY, 2010). Nesse ano, a comunidade científica sofria com ameaças constantes de cortes, em função de razões econômicas. O momento mais representativo desse período foi o da extinção do MCT e sua consequente substituição por uma secretaria de menor importância, decisão da qual o governo recuou posteriormente. O editorial referiu-se diretamente a outra ameaça de extinção, sendo o alvo da vez a FINEP, órgão de financiamento de grande importância para a manutenção de grande parte das pesquisas realizadas em território nacional. A crítica foi enfática, em tom de denúncia, expressando não somente o incômodo dos editores com as ameaças de cortes, mas também ressaltando as consequências terríveis da efetivação dos mesmos. O MCT tinha um significado importante para a comunidade científica, considerando toda a mobilização em torno de sua criação em 1985, perceptível na metáfora utilizada por Almeida (1988), na qual o ministério foi representado como a

cabeça da ciência e tecnologia no Brasil. Sua defesa era, portanto, considerada vital para a manutenção das pesquisas na área.

Por sua vez, os editoriais assinados por Ennio Candotti são marcados por questões referentes à autonomia e ao investimento dos setores da comunidade científica. Nesse sentido, as edições do *Informe* nos permitem observar articulações que buscavam consolidar instâncias de representação e de auxílio às pesquisas científicas, visando estruturas para a sua manutenção, como pode ser observado no editorial de nº 76, em fevereiro de 1987:

Com a posse dos novos governadores, serão criados, em muitos estados, secretarias (ou subsecretarias) de ciência e tecnologia. Isto deverá ocorrer, por exemplo, no Rio de Janeiro, em São Paulo, na Bahia, em Pernambuco, Minas Gerais, Maranhão, Paraná, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em alguns casos, como no Rio de Janeiro, há compromissos dos governadores de criar fundações de amparo à pesquisa, nos moldes da FAPESP. A notícia é animadora, pois indica que a ciência e tecnologia começam a ganhar maior atenção, prioridade e um espaço próprio no quadro político. Caberá agora à comunidade científica, acadêmica e tecnológica reivindicar, estabelecer e amadurecer canais de participação na definição da política destas secretarias. (...) As regionais da SBPC participaram intensamente da mobilização dos debates que determinaram a criação dessas secretarias. Os desafios de sua implantação e estabilidade, bem como a obtenção de dotações orçamentárias compatíveis com os objetivos imaginados exigiram ainda muito trabalho e mobilização (CANDOTTI, 1987, p.1).

Em um momento de grandes transformações para o país, era necessário consolidar uma estrutura que de maneira contínua a longo prazo possibilitasse o desenvolvimento das áreas de ciência e tecnologia. Com a autonomia dos estados, seria possível implementar as Secretarias de Ciência e Tecnologia, - antigo desejo de Lynaldo Cavalcanti e Candotti -, que privilegiariam o fortalecimento da pesquisa científica local. Dessa forma, essas instâncias poderiam idealizar políticas públicas e dar suporte à comunidade científica dos estados no contato com suas instituições, entendendo as necessidades dos setores científicos e demandas locais. Ao destacar essa questão, Candotti buscava apontar a urgência de uma maior participação dos cientistas na tomada de decisões relativas à ciência em seus estados, pois a mobilização local possibilitaria conquistar mais recursos e investimentos para as suas pesquisas. A partir dessa

organização local em prol da estruturação das secretarias de C&T, seria possível estimular os debates referentes à criação das fundações estaduais de amparo à pesquisa, uma demanda antiga da comunidade científica.

Candotti, que desde 1985 (1985-1989) tinha se integrado à direção da SBPC, sendo posteriormente alçado a presidente de 1989 até 1993, agora não se colocava mais com um *outsider* na entidade, mas como articulador direto de suas ações em nível nacional. O cientista, que possuía um olhar crítico e descentralizador – marcas da Regional do Rio -, desenvolveria propostas para viabilizar o que ele vinha até então reivindicando: uma atuação mais participativa das secretarias regionais localmente, integrando-as a ações de divulgação científica e visando sua consolidação como núcleos ativos da SBPC. Tais propostas foram expressas parcialmente no editorial de nº 120 do *Informe*:

As regionais da SBPC terão grande autonomia nos próximos anos. É possível e oportuno. Nestes últimos anos as atividades da SBPC cresceram muito nos mais diversos centros científicos e culturais do país. Em 1987, foram realizados no projeto Ciência no Brasil II mais de 400 eventos. O número de novos sócios também cresceu significativamente (+30% em 1987). Para as secretarias do Nordeste surgiu uma fonte de apoio, a Sudene. Os recursos em 1987 foram administrados localmente, enfrentando as temíveis prestações de contas, auditorias, etc. Os conselheiros da região examinaram os projetos e acompanharam os trabalhos. O próximo programa Ciência no Brasil apresentado à Finep prevê a sua subdivisão em seis subprojetos correspondentes às grandes áreas geográficas da SBPC. Cada subprojeto será discutido localmente pelos secretários e conselheiros da região. Uma secretaria executiva o administrará. Foi uma sugestão da Comissão de Regionais, logo aprovada pela Diretoria. Abrem-se assim novos caminhos para a consolidação das atividades da SBPC nas regionais. O objetivo é criar uma infraestrutura estável e com isso tornar possível a diversificação das atividades. Novas fontes de apoio poderão ser procuradas e administradas. *Multiplicam-se as raízes*. A SBPC estará mais presente na vida científica dos estados, mais complexa agora com o ministério, as secretarias estaduais e as fundações de amparo à pesquisa - por vezes criadas por sugestão da própria SBPC. Tempos novos. Os conselheiros se reunirão nos dias 25 e 26 próximos, essas questões estarão em pauta. Contamos com eles (CANDOTTI, 1988, p. 1).

O projeto “Ciência no Brasil” foi uma iniciativa promovida por Candotti como coordenador da Comissão das Regionais da SBPC em 1986. Tendo obtido apoio da FINEP para a sua realização, este projeto, que originalmente era intitulado "divulgação

da ciência no Brasil", tinha como objetivo a realização de conferências, debates e encontros locais por meio do qual se integrariam cientistas e sociedade civil como um todo. Para a sua realização, foi utilizado como modelo o projeto *Ciência às Seis e Meia*, da secretaria regional carioca, também coordenada por Candotti. Observa-se nas edições do *Informe*, na seção "Ciência no Brasil", a capilaridade da iniciativa, que se expandiu por diversas regiões. Essas ações eram indicadas a partir do seu horário de realização no estado, como pode exemplo, *Ciência ao Meio-Dia*, em São Paulo; *Ciência às Cinco e Meia*, em Aracaju; *Ciência às Seis*, em Recife; *Ciência às Seis e Meia*, em Curitiba; *Ciência às Sete e Meia*, em Pelotas. Havia ainda projetos que, mesmo tendo formato semelhante, seriam direcionados para esferas específicas, como o ciclo de conferências nas cidades de Manaus e Brasília, e o *Ciência para a escola*, realizado em Belo Horizonte, entre outros¹²⁴. Tendo uma ampla aceitação e recepção nos estados, para ser realizado, o projeto "Ciência no Brasil" precisava estar atrelado a uma regional da SBPC, o que possibilitava a criação e o fortalecimento local de regionais nesse período. Diante dessa continuidade do "Ciência no Brasil", visualizado nas edições do *Informe* e a partir da replicação seriada do projeto, entende-se que ele foi inserido teve nas atividades da SBPC.

Ainda com base no editorial da edição de nº 120, é interessante observar que, apesar de o *Informe* ser um veículo de comunicação oficial da SBPC, seu discurso foi construído como forma de demarcar um posicionamento defendido por um núcleo específico da entidade. Dessa forma, o editorial também se configurava como uma reivindicação de um determinado projeto de SBPC, que dependia da aprovação e do apoio de outros setores. Ao usar a expressão "conto com eles" para referir-se a seus conselheiros, a publicação demonstrava um certo grau de distanciamento da representação de sua própria entidade, o poderia estar associado à perspectiva particular do seu autor, Ennio Candotti, ou da própria redação do *Informe*. Supõe-se, portanto, que as pautas presentes na publicação não necessariamente estariam atreladas às da diretoria da SBPC e de seu conselho, que nesse período era dirigido pela cientista Carolina Bori. Desse modo, a publicação oficial da SBPC poderia sinalizar duplos posicionamentos de

¹²⁴ É possível destacar essas ações a partir da análise das edições do *Informe Ciência Hoje* e através dos relatórios presentes nas edições da revista *Ciência e Cultura*, entre os anos de 1985 e 1989. Ver: CIÊNCIA E CULTURA, 1986, p. 1751.

seus associados. Por ser o grupo responsável pela gestão dessas ações de difusão científica, o grupo do Rio obteve uma grande visibilidade dentro da entidade, tanto em força quanto em representação política.

Reconhecido como um veículo importante de cobertura e de cobrança a respeito de questões sobre política científica neste período, a Constituinte foi um dos elementos mais recorrentes do Informe nesse período. Entre os anos de 1986 e 1988, houve muitas referências a essa questão, sendo abordados em especial os movimentos realizados por parte da comunidade científica na tentativa de demarcar algumas de suas principais demandas. Foram realizados fóruns para debater as pautas prioritárias, na qual a SBPC teve também um papel fundamental¹²⁵. Recorrentemente era citada, também, a importância do Informe, dos jornalistas e dos cientistas que estavam ligados a esse grupo na articulação para a criação e ampliação das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs). A equipe do Informe acompanhou todo o processo de criação das FAPs, guiado em grande medida pelos esforços de Ennio Candotti. Como aponta Massarani (2019) “ele ia de estado em estado, convencendo-os a criarem as suas Fundações de Amparo à pesquisa, e nós íamos como jornalistas, cobrindo” (p.5). Ao falar sobre esse período em entrevista, Candotti (2020) enfatiza esse esforço e lembra que a criação das FAPs não foi “de uma hora para a outra, foi trabalhada por anos a fio” (CANDOTTI, 2020, p.11)¹²⁶.

Dessa forma, observa-se que no decorrer de sua primeira fase o *Informe* teve uma ampla participação nas discussões que afetavam a sociedade brasileira, buscando evidenciar mais profundamente questões de caráter científico e social. Em suas notícias, editoriais e notas próprias, notabilizou-se o desejo de manter a comunidade científica informada sobre o que ocorria nas suas diversas regiões, estabelecendo um elo de integração com todo o território nacional. Buscou-se, portanto, construir um canal de comunicação e de reivindicação de pautas, de âmbito nacional, que reforçava os laços entre núcleos locais da SBPC, além de integrar outras associações científicas que, de maneira gradual, passaram a ser, também, colaboradoras deste projeto. Isso contribuía,

¹²⁵ Para mais informações sobre a articulação da comunidade científica em relação à Constituinte, ver: Azevedo (2017).

¹²⁶ Não foi possível, pelos limites do trabalho, explorar as questões da criação das FAPs, porém este é um tópico de grande importância que pode ser mais aprofundado em trabalhos futuros.

assim, para a capilaridade das discussões sobre política científica e desenvolvimento científico-tecnológico, integrando cientistas, políticos, imprensa e gestores.

Em 1990, ocorreu uma grande mudança editorial no *Informe*, ocasionando a alteração do boletim *Informe Ciência Hoje* para *Jornal da Ciência Hoje*, publicado pela primeira vez em 06 de abril de 1990, em seu número 203. Essa mudança de *status* e a consecutiva ampliação do projeto indicavam que o *Informe* tinha se consolidado como um veículo de informação reconhecido pela SBPC e por grande parte da comunidade científica, já que não seria razoável expandir um projeto que não havia minimamente alcançado seus objetivos iniciais, especialmente sendo uma iniciativa realizada com financiamento público. Sobre essas mudanças, Monserrat, que havia recentemente retornado de Brasília e retomado sua posição na *Ciência Hoje*, comentou no primeiro editorial da nova publicação:

Em julho de 1985, iniciamos a publicação do Informe SBPC/Ciência Hoje, demos uma partida num projeto para democratizar a comunicação em C&T. Começamos pela divulgação das notícias coletadas na imprensa nacional e qualificada de modo a que nossos leitores tivessem uma visão de sua importância. Esperávamos, assim, provocar, em contrapartida, a geração de informações, igualmente qualificadas, sobre fatos e eventos que ocorrem em todo o país. Dito e feito, a resposta superou as expectativas. Publicamos 202 edições do Informe, título que se tornou familiar à comunidade científica de norte a sul do Brasil e fonte requisitada de notícias em C&T. Tão bons resultados nos levaram a formular um plano ainda mais ambicioso: o de evoluir do boletim para o jornal, com todas as vantagens e responsabilidades que essa mudança acarreta. O jornal aqui está, após meses de busca das condições necessárias, que não são nada fáceis. Ele abre espaço para mais notícias, mais debates e mais ideias, lançando mão de processos de produção mais ágeis e modernos. Queremos acostumar os nossos leitores a ver manchetes de jornal sobre assuntos de C&T, coisa rara na grande imprensa. (...) Mudamos de cara, mudamos de escala, mas não mudamos de objetivo. O espírito do velho e bom Informe, que tantas alegrias nos deu, continua. Ele é indispensável em todos os momentos em que se discutem e decidem os caminhos do autêntico desenvolvimento nacional em C&T (MONSERRAT, 1990, p. 1).

Em 1997, o *Informe/Jornal* passaria por uma nova mudança, transformando-se em *Jornal da Ciência*. Essa mudança levou a uma desvinculação, pelo menos de maneira simbólica, das iniciativas *Ciência Hoje*, tornando-o um projeto da SBPC, sem “intermediários”. Os processos de mudança dentro da entidade, apontam para possíveis

ruídos e atritos existentes na relação entre a diretoria da SBPC e núcleo carioca que comandava a *Ciência Hoje*. Desse modo, o Jornal não seria mais da *Ciência Hoje* e nem da SBPC¹²⁷. Monserrat defendia ser:

um jornal mais amplo, uma publicação, sim, da SBPC, mas a serviço de toda a comunidade científica. Claro que também promovemos a SBPC, mas a visão é mais abrangente: a ideia é discutir sob diferentes pontos de vista a política nacional, estadual e municipal de ciência e tecnologia. E isso faz parte da própria herança e tradição da SBPC, criada para fazer promoção da ciência e não de si mesma (MONSERRAT, 2004).

Para além de uma mera mudança de nomenclatura, a nova designação expressava, por um lado, antigas disputas entre o grupo do Rio e os que se inseriam na SBPC a partir de sua sede em São Paulo. Por outro lado, também indicava um caminho de acomodação dessas disputas: a perspectiva de que, a despeito de filiações particulares, o objetivo maior era falar “em nome da ciência”. As duas iniciativas de difusão científica analisadas nesse capítulo tinham sido fundamentais para esse caminho pelo qual buscava-se de fato imprimir à SBPC uma dimensão nacional que, a partir do reconhecimento e incorporação de grupos locais, pudesse de fato vocalizar as demandas da comunidade científica brasileira.

¹²⁷ Segundo Monserrat, em entrevista, em 1997 o nome *Jornal da SBPC* foi uma das propostas para o título da publicação (MONSERRAT, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A SBPC cumpre desde sua criação, em 1948, um papel fundamental na defesa da ciência nacional. Seu perfil crítico e reivindicatório é uma marca de suas ações, bem como sua busca pelo estreitamento das relações entre os integrantes da comunidade científica e a sociedade como um todo. Tendo surgido na cidade de São Paulo, a entidade expandiu-se e ganhou notoriedade em todo o território nacional, tornando-se uma das mais importantes representantes da ciência no país, valendo-se de suas reuniões anuais e da revista *Ciência e Cultura* como forma de se fortalecer internamente e com a comunidade científica. A SBPC foi, sob essa perspectiva, um importante ator no processo de institucionalização e de profissionalização da ciência brasileira ao longo do século XX. Representou e deu voz a grupos que não possuíam canais ou espaços que lhes permitissem expressar suas insatisfações e seus anseios. Nesse mesmo movimento, devido ao seu apoio a setores da comunidade científica, a SBPC promoveu, de maneira direta ou indireta, a criação e o fortalecimento de outras sociedades científicas (FERNANDES, 2000).

Essa dimensão ativista se manteve presente durante toda sua história, inclusive no período da ditadura civil-militar instituída em 1964. A SBPC, no papel de representante dos cientistas, estabeleceu contato com o governo, que, nesse momento, ao mesmo tempo em que reprimia duramente a comunidade científica, desenvolvia um plano de desenvolvimento científico tecnológico nacional. Essa relação, que alternava entre elogios às ações em prol da ciência e crítica às ações ditatoriais, teve como marco a 29ª Reunião Anual da SBPC, em 1977. Como reação à proibição de sua realização por parte do governo, a SBPC e seus encontros se tornaram um dos principais palcos reivindicatórios da sociedade brasileira em meio a uma ditadura militar.

Nesse contexto, formou-se um grupo de cientistas associados à Secretaria Regional da SBPC do Rio de Janeiro que passaram a ver o campo científico como espaço de articulação política e luta pela democracia. Engajados nos debates científicos e políticos do período – como, por exemplo, a questão nuclear - e tendo, em sua maioria, trajetórias de militância política e de aproximação com o ensino, desejavam dar visibilidade a suas reivindicações e aspirações pela retomada do caminho democrático.

A Regional do Rio passou então a ser mais ativa e suas reuniões configuraram-se como espaços de diálogo e de troca da comunidade local interessada, reunida em ambientes acadêmicos plurais que integravam cientistas cariocas e diversas áreas de conhecimento. A organização de conferências e de encontros estreitou a relação e os espaços de atuação do grupo, possibilitando discussões que iriam além das atribuições da própria secretaria, fortalecendo laços de sociabilidade e levando-o a idealizar projetos mais amplos de atuação científica.

O presente trabalho buscou compreender a contribuição desses cientistas cariocas para o estabelecimento de um novo direcionamento na SBPC, com ênfase para o papel exercido, nesse processo, pelas iniciativas de difusão de ciência propostas pelo grupo, em especial o *Informe Ciência Hoje* e a revista *Ciência Hoje*. Ambas as iniciativas são entendidas como meios de difusão científica, as quais buscavam atingir diferentes públicos e de diferentes formas e, diante da conjuntura na qual foram produzidas, foram idealizadas e implementadas como instrumentos de integração e articulação da comunidade científica, promoção do reconhecimento da produção científica nacional, fortalecimento político e institucional do “grupo do Rio”, além de ampliação da interlocução entre ciência e sociedade.

Tais objetivos já norteavam ações como a criação do *Boletim da Secretaria Regional do Rio de Janeiro* e o projeto *Ciência às Seis e Meia*. Foi possível identificar, também, que havia uma visão por parte dos sócios residentes no Rio de Janeiro segundo a qual seria necessário ampliar a atuação das regionais na representação local da sociedade, possibilitando que novas pautas fossem inseridas no debate nacional, permitindo que fossem ouvidos e atendidos os anseios de pesquisadores de diferentes regiões do Brasil, fortalecendo vínculos e intensificando o alcance político e social da SBPC. Era necessário, portanto, que as regionais tivessem uma dinâmica que fosse além do mero suporte à sede, e que efetivamente elas produzissem, organizassem eventos, e se comunicassem com a comunidade local. Isso era considerado fundamental, pois permitiria que a SBPC vivesse “durante o ano todo” (GUIMARÃES, 1999 *apud* SILVEIRA, 2000, p. 59), em suas diversas escalas. A revista *Ciência Hoje* e o *Informe Ciência Hoje* eram, também, uma estratégia de promoção e fortalecimento dessa “vida” da Regional do Rio, entendendo-a como um espaço de atuação, mas também de

repercussão da atuação de outros núcleos da comunidade científica, para os quais as iniciativas mostraram-se abertas desde sua gênese.

A presença de editoriais de caráter crítico veiculados, em especial, pelo *Informe Ciência Hoje* indicava o papel político que se pretendia conferir a essas publicações, a partir das quais as insatisfações do grupo e de núcleos da comunidade científica, com seus problemas locais, regionais e nacionais pudessem ser claramente expressas. Dessa forma, essas pautas se tornavam públicas para os cientistas de maneira mais abrangente, e também para o debate social mais amplo em um momento de reformulação de políticas científicas e de transição política referida à redemocratização. O desenvolvimento e a multiplicação de atividades do *Ciência às Seis e Meia* por várias secretarias também contribuíram para o fortalecimento de ações em suas localidades. Tais ações relacionavam-se também a um plano maior de fortalecimento local, que visava o desenvolvimento de Secretarias de Ciência e Tecnologia e das Fundações de Amparo à Pesquisa que, para serem efetivadas, precisavam de núcleos locais fortes e bem estruturados.

No decorrer do trabalho, também foram analisadas as divergências entre as perspectivas desses cientistas do Rio e os da cidade de São Paulo, onde se localizava o núcleo decisório da SBPC. Observamos um embate entre forças que possuíam diferentes propostas para a entidade, em especial no que se relacionava a seu caráter político: uma defendia uma abstenção política por parte da entidade, que ficaria marcada como um desejo de “volta às origens”, num sentido que atribuía a essa “origem” a defesa da ciência em termos estritamente profissionais; a outra, que era defendida pelo “grupo do Rio”, acreditava ser necessário reforçar o papel político da entidade e sua relação com a sociedade, dada a conjuntura de transformações que o Brasil vivia naquele momento. Essa disputa, marcada por diferentes perspectivas sobre qual deveria ser o papel da SBPC na conjuntura política e social nacional, era também uma disputa de representação. O “grupo do Rio” buscava meios de superar a visão centralizadora de alguns integrantes da diretoria da SBPC e, para tanto, buscava aumentar sua visibilidade e seu capital simbólico (BOURDIEU, 1983a; 2004a) no âmbito mais amplo da comunidade científica, para que pudessem fazer ecoar sua(s) voz(es), em um momento político em que, para eles, silenciar-se não era uma opção. Os

instrumentos de difusão científica aqui analisados foram um “capital” decisivo nessa disputa de posições no campo científico, oferecendo aos associados do grupo do Rio maior visibilidade e reconhecimento, o que mais adiante ficaria evidente com a sua participação em posições de destaque dentro da SBPC e da comunidade científica como um todo.

As ações desse grupo eram marcadas pelo desejo de ampliar a comunicação e a integração interna e externa da comunidade científica, pois, como afirmou Candotti em carta publicada no livro “A construção da ciência no Brasil e a SBPC”, de Ana Maria Fernandes: “A participação, para nós, significa, ser ouvidos, decidir juntos. (...) A aventura da ciência não é solitária, não pode ser” (CANDOTTI, 1990 *apud* FERNANDES, 2000, p.6). Tal processo exigia uma contínua construção interna, permeada por alianças, mas também por disputas e dissensos. É relevante destacar que o grupo do Rio conseguiu alcançar a evidência que almejava e que suas iniciativas, após muito esforço, foram finalmente “abraçadas” pela SBPC, tornando-se veículos oficiais da entidade. A entrada dos membros do Rio em cargos da diretoria reforçou a visibilidade que esses personagens passaram a ter nesse contexto. Percebe-se, desse modo, que o “grupo do Rio” assumiu uma posição relevante na definição da postura da SBPC, sendo importante na mobilização da comunidade para as questões de ciência e tecnologia que, nesse momento de retorno à vida democrática, passaram a ter outra visibilidade na agenda nacional. Aquilo que estava na origem da SBPC, que nasceu na cidade de São Paulo, foi adquirindo novos formatos ao longo do tempo e, nesse momento específico de transição e de reabertura política, entre os anos de 1970 e 1980, a maneira pela qual o objetivo geral da SBPC se concretizou teve relação direta com a liderança da Secretaria Regional do Rio de Janeiro.

A história da SBPC é um exemplo. Nascendo da luta e da resistência, a associação se valeu de diferentes instrumentos para conquistar espaço, reconhecimento e capacidade de contribuir de maneira concreta para a construção de melhores condições para a atuação dos cientistas no Brasil. Nos tempos atuais, a atuação da SBPC e de outras entidades científicas é tão fundamental quanto foi naquele período. Apesar de a população brasileira expressar, de modo geral, apoio e confiança na atividade científica, como indicam variados estudos sobre percepção pública da ciência

(CASTELFRANCHI *et al.*, 2013; MASSARANI *et al.*, 2020; MASSARANI *et al.*, 2021), vivemos um momento de ataques à ciência, seus pesquisadores e instituições. Essas questões ficam ainda mais claras no contexto da pandemia da COVID-19.

Nesse momento de grave crise sanitária, humanitária e social, torna-se evidente a importância da ciência para a sociedade brasileira, que reconhece as instituições nacionais – como a Fiocruz e o Instituto Butantan – como referências de credibilidade (MASSARANI *et al.*, 2020; MASSARANI *et al.*, 2021). No entanto, a crise política e a escalada autoritária convocam, mais do que nunca, o papel da SBPC como representação da comunidade científica. Os cortes dramáticos que têm sido impostos aos órgãos de fomento da ciência e da tecnologia, como o CNPq e a CAPES, expressam um projeto político estruturado no desmonte e desfinanciamento do Estado e das políticas públicas, e no ataque às instituições da vida democrática, entre as quais as instituições de pesquisa e ensino. É premente, portanto, retomar as palavras de Monserrat: “manter todo mundo ligado, atento aos fatos e unidos”. De modo coerente com sua história, esta tem sido, nos últimos anos, a firme disposição da SBPC, na figura de seus dirigentes e associados e na busca sempre contínua de interlocução com diversos grupos da comunidade acadêmica e da sociedade. Como assinalou Candotti, as chuvas são fortes, tropicais e devastadoras e é necessário ter pontos de referência, guarda-chuvas, como a SBPC, para proteger-nos. Tais palavras ganham especial ressonância em face das tempestades que nos assolam cotidianamente.

Por fim, não seria possível concluir esse trabalho sem realizar uma homenagem à SBPC – aos que atualmente lutam pela ciência e, em especial, ao grupo de cientistas que buscou, em um momento de tantas incertezas, uma maior articulação entre a comunidade científica e o fortalecimento de sua atuação no debate público. Desse modo, essa dissertação é dedicada especialmente aos cientistas Roberto Lent, José Monserrat Filho, Ennio Candotti, Darcy Fontoura de Almeida e Alberto Passos Guimarães, representantes de tantos outros, que em seus esforços para difundir a ciência foram atores fundamentais para criar vínculos e valores fundamentais na relação entre cientistas e sociedade. Sua história é, portanto, uma inspiração para todos nós em tempos de resistência e de luta.



Figura 1: Alberto Passos Guimarães Filho, Roberto Lent, Ennio Candotti e Darcy Fontoura de Almeida (fundadores da Ciência Hoje, na ordem).

Fonte: Site Ciência Hoje



Figura 2: José Monserrat, criador do Informe Ciência Hoje, em participação no Programa Tome Ciência, em 2004.

Fonte: Site Tome

FONTES E REFERÊNCIAS

I – Fontes Primárias

Arquivos Institucionais

Arquivo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Arquivo do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Arquivo do Espaço Memorial Carlos Chagas Filho (EMCCF/IBCCF- UFRJ)

Arquivo da Biblioteca Nacional (via) Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Arquivo Nacional

II. Fontes Impressas

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

ALMEIDA, D. Ao Leitor - Manobras arriscadas. Informe Ciência Hoje. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, nº.139, 1988a, p. 1.

ALMEIDA, D. Ao Leitor - Comendo pelas beiradas. Informe Ciência Hoje. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, nº 144, 1988b, p.1.

ALMEIDA, D. Ao Leitor - Hara Kiri político. Informe Ciência Hoje. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, nº 182, 1989, p. 1.

CANDOTTI, E. Discurso 32ª Reunião Anual da SBPC. Ciência e Cultura. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 32, nº 10, 1981, p. 136.

CANDOTTI, E. Ao Leitor. Informe Ciência Hoje. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, nº. 55, 1986, p. 1.

CANDOTTI, E. Ao Leitor. Informe Ciência Hoje. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência nº 76, 1987, p. 1.

CANDOTTI, E. Ao Leitor. Informe Ciência Hoje. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, nº 120,1988, p. 1.

CIÊNCIA E CULTURA. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v.1, nº. 1-2, 1949a, p.1-3.

CIÊNCIA E CULTURA. Início das atividades da SBPC em Curitiba. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 1, nº 1/2, 1949b, p. 58.

CIÊNCIA E CULTURA. Divisão Regional do Rio de Janeiro. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, nº 1, 1953a, p. 63.

CIÊNCIA E CULTURA. A V Reunião Anual de Curitiba. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Revista Ciência e Cultura, nº 4, 1953b, p. 82.

CIÊNCIA E CULTURA. Divisão Regional do Rio de Janeiro. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, nº 1, 1954, p. 104.

CIÊNCIA E CULTURA. Regulamentação das atribuições dos Secretários Regionais. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 19, nº 3, 1957, p. 615 - 616.

CIÊNCIA E CULTURA. Noticiário da SBPC - Relatório da Secretaria. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 11, nº 2, 1959, p. 90.

CIÊNCIA E CULTURA. Sócios Recém-Admitidos. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 25, nº 10, 1973, p. 1013.

CIÊNCIA E CULTURA. Sócios Recém-Admitidos. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v., nº 1, 1974, p. 80.

CIÊNCIA E CULTURA. Secretarias regionais. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência v. 28, nº 12, 1976, p. 2. (p.65)

CIÊNCIA E CULTURA. Realizada em São Paulo a XXIX Reunião Anual da SBPC prevista para Fortaleza. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 27, nº 8, 1977a, p. 937.

CIÊNCIA E CULTURA. Memorial dos cientistas ao povo brasileiro. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 29, nº 10, 1977b, p. 1164-1165.

CIÊNCIA E CULTURA. Secretaria Regional do Rio de Janeiro. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 30, nº 6, 1978a, p. 742.

CIÊNCIA E CULTURA. 30ª Reunião Anual da SBPC – Tensão no Fim. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 30, nº 10, 1978b, p. 1178.

CIÊNCIA E CULTURA. 30ª Reunião Anual da SBPC – Reúne-se o Conselho. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 30, nº 10, 1978c, p. 1182.

CIÊNCIA E CULTURA. Programa de Ação da Regional do Rio. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 31, nº 4, 1979a, p. 430.

CIÊNCIA E CULTURA. Política científica e tecnológica na regional do Rio. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v.31, nº 4, 1979b, p. 431.

CIÊNCIA E CULTURA. Livros e Revistas. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v.31, nº 7, 1979c, p. 812.

CIÊNCIA E CULTURA. Livros e Revistas - Regional Rio. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v.31, nº9, 1979d, p. 1076.

CIÊNCIA E CULTURA. Atividades da Regional Rio no período fev./ago.79. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 32, nº 2, 1980a, p. 260-261.

CIÊNCIA E CULTURA. A SBPC – Mesa Redonda. São Paulo: Sociedade para o Progresso da Ciência, v. 32, nº 11, 1980b, p. 1577.

CIÊNCIA E CULTURA. Discurso do Presidente, Prof. José Goldemberg. São Paulo: Sociedade para o Progresso da Ciência, v. 32, nº 10, 1980c, p.1353-1954.

CIÊNCIA E CULTURA. A ciência e o público. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v.34, nº 5, 1982a, p. 683-685.

CIÊNCIA E CULTURA. 34ª Reunião Anual da SBPC. Discurso do Prof. Crodowaldo Pavan. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v.34, nº 10, 1982b, p. 1380.

CIÊNCIA E CULTURA. Regional Rio. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 34, nº 10, 1982c, p. 1392.

CIÊNCIA E CULTURA. Regimento para a SBPC. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 34, nº1, 1982d, p. 89.

CIÊNCIA E CULTURA. 35ª Reunião Anual da SBPC. Relatório da Diretoria da SBPC (julho de 1982 a junho de 1983). São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v.35, nº 10, 1983a, p. 1545.

CIÊNCIA E CULTURA. Regionais do Nordeste. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v.35, nº 10, 1983b, p. 1553.

CIÊNCIA E CULTURA. Atividades da Regional Rio. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v.35, nº 11, 1983c, p. 1753.

CIÊNCIA E CULTURA. Divulgação da Ciência no Rio de Janeiro. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 36, nº 1, 1984, p. 121.

CIÊNCIA E CULTURA. Ciência e Governo. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 37, nº 7, 1985a, p. 1186.

CIÊNCIA E CULTURA. Manifesto dos Cientistas. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 37, n°7, 1985b, p. 1187.

CIÊNCIA E CULTURA. Ministério da Ciência e Tecnologia. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 37, n° 7, 1985c, 1189.

CIÊNCIA E CULTURA. Discurso do prof. Pavan. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 37, n° 11, 1985d, p. 1891.

CIÊNCIA E CULTURA. Relatório Anual da Diretoria Julho/1984 – Junho/1985. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 37, n° 12, 1985e, p. 2076.

CIÊNCIA E CULTURA. Relatório de Atividades da Diretoria da SBPC - 1985/1986. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 38, n° 10, 1986, p. 1751.

CIÊNCIA E CULTURA. Relatório da Comissão Editorial da SBPC sobre o Informe SBPC-Ciência Hoje. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, n° 9, 1987, p. 885-886.

CIÊNCIA E CULTURA. Relatório de Atividade da Diretoria - 1987/1988. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v 40, n° 10, 1988, p. 1029 - 1030.

CIÊNCIA E CULTURA. Relatório de Atividades da Diretoria da SBPC - 1988/1989. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 41, n° 10, 1989, p. 1029.

CIÊNCIA E CULTURA. Relatório de Atividades da Diretoria da SBPC - 1990/1991. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 42, n° 10, 1990, p. 858.

CIÊNCIA HOJE. Editorial. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, n° 1, 1982, p. 6.

KEHL, M. R; BERNARDES, A. L. Como repercutiu a XXVIII Reunião Anual da SBPC. Ciência e Cultura. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 28, n° 11, 1976, p. 1349 - 1364.

MONSERRAT, J. Começando. Informe Ciência Hoje. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, n° 0, 1985, p.1.

MONSERRAT, J. Editorial. Jornal da Ciência Hoje. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, n° 203, 1990, p. 1.

PAVAN, C. 34ª Reunião Anual da SBPC. Discurso do Prof. Crodowaldo Pavan. Ciência e Cultura. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v 34, n° 10, 1982, p. 1379.

REIS, J. Editorial – Oscar Sala. *Ciência e Cultura*, v. 31, nº 10, 1979, p. 4.

REIS, J. *Ciência para o povo*. *Ciência e Cultura*. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v.33, nº 11, 1981, p. 1424. (4). (p.115)

REIS, J. Editorial – Novos Tempos. *Ciência e Cultura*. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 37, nº 2, 1985a, p. 2020.

REIS, J. Editorial - Ministério da Ciência. *Ciência e Cultura*. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 37, nº 6, 1985b, p. 878.

REIS, J. De novo em Minas. *Ciência e Cultura*. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 37, nº 10, 1985c, p. 1572.

SALLES, L. Retrospecto da 32ª Reunião Anual da SBPC. *Ciência e Cultura*. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 32, nº 10, 1980, p.1345.

SILVA, M. R.. Dez anos pelo progresso da ciência. *Ciência e Cultura*. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), nº. 4, 1958, p. 197.

SILVA, M. R. A prova de Fogo – Discurso do Presidente de Honra da SBPC Mauricio Rocha e Silva. *Ciência e Cultura*. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, nº 9, 1977, p. 1056.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Ata de Fundação. São Paulo, 1948.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). *Ciência Hoje: Uma Revista de difusão científica*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 1978. Acervo Espaço Memorial Carlos Chagas Filho.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Editorial. *Boletim Informativo Regional do Rio*. Rio de Janeiro: Secretaria Regional da SBPC do Rio de Janeiro, nº. 2, 1979a, p. 1 - 2. (p.89)

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Editorial. *Boletim Informativo Regional Rio*. Rio de Janeiro: Secretaria Regional da SBPC do Rio de Janeiro, nº. 5, 1979b, p. 1-2.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Editorial. *Boletim Informativo Regional Rio*. Rio de Janeiro: Secretaria Regional da SBPC do Rio de Janeiro, nº. 6, março 1980a, p. 1.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Algumas Reflexões sobre a SBPC. *Boletim Informativo Regional Rio*. Rio de Janeiro: Secretaria Regional da SBPC do Rio de Janeiro, nº. 9, nov. 1980b, p. 1-2.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Editorial. Boletim Informativo Regional Rio. Rio de Janeiro: Secretaria Regional da SBPC do Rio de Janeiro, nº. 10, abri. 1981a, p. 1.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Boletim Informativo Regional Rio. Rio de Janeiro: Secretaria Regional da SBPC do Rio de Janeiro, nº 11, 1981b, p. 6.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). A SBPC esta mudando. Boletim Informativo Regional Rio. Rio de Janeiro: Secretaria Regional da SBPC do Rio de Janeiro, nº. 11, 1981c, p.1.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). A SBPC tem um Regimento Interno. Boletim Informativo Regional Rio. Rio de Janeiro: Secretaria Regional da SBPC do Janeiro, nº 11, 1981d, p 1-2.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Ainda repensando a SBPC. Boletim Informativo Regional Rio. Rio de Janeiro: Secretaria Regional da SBPC do Rio de Janeiro, nº. 11, 1981e, p. 2.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Projeto de uma revista. Boletim Informativo Regional Rio. Rio de Janeiro: Secretaria Regional da SBPC do Rio de Janeiro, nº 11, 1981f, p. 6.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Editorial. Boletim Informativo Regional Rio. Rio de Janeiro: Secretaria Regional da SBPC do Rio de Janeiro, nº. 11, 1981g, p. 1.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Ciência às Seis e Meia. Boletim Informativo Regional Rio. Rio de Janeiro: Secretaria Regional da SBPC do Rio de Janeiro, nº. 11, 1981h, p. 6.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. Três anos de Ciência Hoje, Rio de Janeiro, 1985. Acervo Espaço Memorial Carlos Chagas Filho (EMCCF/IBCCF/UFRJ).

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Verbas para a ciência e tecnologia continuam bloqueadas. Informe Ciência Hoje. Rio de Janeiro, nº 3, 1985a, p. 1.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Verbas para pesquisa. Informe Ciência Hoje. Rio de Janeiro, nº 4, 1985b, p. 4.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Finep libera Verbas. Informe Ciência Hoje. Rio de Janeiro, nº 5, 1985c, p. 2.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Pesquisa é garantida. Informe Ciência Hoje. Rio de Janeiro, nº 5, 1985d, p. 4.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Como receber esse Informe da Semana?. Informe Ciência Hoje. Rio de Janeiro, nº 11, 1985e, p.1.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Aos leitores. Informe Ciência Hoje. Rio de Janeiro, nº 29, 1986, p. 1.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Maranhão tem 12 mil leprosos. Informe Ciência Hoje. Rio de Janeiro, nº 71, 1987a, p. 2.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Cientistas encontram fósseis. Informe Ciência Hoje. Rio de Janeiro, nº 71, 1987b, p.3.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Cartas: Hanseníase. Informe Ciência Hoje. Rio de Janeiro, nº 75, 1987c, p. 3.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Cartas. Informe Ciência Hoje. Rio de Janeiro, nº 80, 1987d, p.4.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Nota à comunidade acadêmica e científica. Informe Ciência Hoje. Rio de Janeiro, nº 80, 1987e, p. 6.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Itaparica enche. Informe Ciência Hoje. Rio de Janeiro, nº 121, 1988a, p. 5.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Universidades do Paraná. Informe Ciência Hoje. Rio de Janeiro, nº 125, 1988b, p.3.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Respeitar a autonomia universitária. Informe Ciência Hoje. Rio de Janeiro, nº 130, 1988c, p. 3.

Outras Fontes:

CIÊNCIA PARA TODOS – SUPLEMENTO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DE A MANHÃ. Início das atividades da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Ciência para Todos, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1949, p.1.

CIÊNCIA PARA TODOS – SUPLEMENTO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DE A MANHÃ. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Ciência para Todos. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1950, p.12.

FOLHA DE SÃO PAULO (FSP). Melhor relacionamento entre governo e a SBPC. Folha de São Paulo, São Paulo, 12 de julho de 1979, p. 16.

JACINTO, G. Da Física a Agricultura. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16 de maio de 1988, p. 2.

JORNAL DO BRASIL. Cientistas colocam acordo nuclear sob "suspeita ética". Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 12 de julho de 1975, p. 4.

JORNAL DO BRASIL. Baiano critica desvirtuamento. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 03 de julho de 1977a, p. 8.

JORNAL DO BRASIL. SBPC já recebeu mais de CR\$ 130 mil para custear reunião anual em S. Paulo. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 04 de julho de 1977b, p. 6.

JORNAL DO BRASIL. "Show" para ajudar SBPC financeiramente terá a presença de Chico Buarque. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 05 de julho de 1977c, p. 14.

JORNAL DO BRASIL. Professor defende a democratização do Estado na SBPC. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 de julho de 1977d, p. 1.

JORNAL DO BRASIL. Mobral é apontado como ineficiente. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 de julho de 1977e, p. 14.

JORNAL DO BRASIL. Documento critica os estudantes. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 14 de julho de 1977f, p. 1.

JORNAL DO BRASIL. Secretaria Regional defende a realização. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21 de junho de 1977g, p. 15.

JORNAL DO BRASIL. Líder do Governo ignora contribuição concreta que SBPC tenha dado à Ciência. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24 de junho de 1977h, p. 17.

JORNAL DO BRASIL. Oscar Sala rebate críticas. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 25 de junho de 1977i, p. 16.

JORNAL DO BRASIL. Sociólogo negro quer sociologia para negro. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 de julho de 1977j, p. 14.

JORNAL DO BRASIL. Tumulto antecipou encerramento da reunião da SBPC. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 14 de julho de 1977k, p. 13.

JORNAL DO BRASIL. SBPC protesta em nota contra o fechamento de laboratório pela PUC. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1977l, p. 16.

JORNAL DO BRASIL. Visitas da Semana. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 30 de maio de 1978a, p. 4.

JORNAL DO BRASIL. Figueiredo quer apoio da SBPC e de cientistas. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 31 de maio de 1978b, p. 3.

JORNAL DO BRASIL. Presidente do CNPq diz que cientista cassado não faz falta. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1978c, p. 9.

JORNAL DO BRASIL. Físico considera todos os cientistas cassados como indispensáveis para o país. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1978d, p.8.

JORNAL DO BRASIL. SBPC e entidade de físicos repudiam posição do CNPq contra cientistas cassados. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1978e, p.22.

JORNAL DO BRASIL. Eleição. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1978f, p.6.

JORNAL DO BRASIL. Cientistas cariocas querem que CNPq continue ligado á Presidência da República. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1979a, p. 8.

JORNAL DO BRASIL. SBPC faz reunião sobre pesquisa. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1979b, p. 21.

JORNAL DO BRASIL. Pesquisador quer maior participação. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro: 14 de fevereiro de 1979c, p. 25.

JORNAL DO BRASIL. Depósito não afasta indústrias. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20 de abril de 1979d, p.16

JORNAL DO BRASIL. Hora da Razão. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 12 de julho de 1979e, p.10.

JORNAL DO BRASIL. Fundador duvida da volta dos casados. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1979f, p.20.

JORNAL DO BRASIL. Sala tem fé na abertura política. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1979g, p.9.

JORNAL DO BRASIL. SBPC instala a 32ª reunião propondo a volta ás raízes. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 7 de julho de 1980a, p. 7.

JORNAL DO BRASIL. Goldemberg quer uma proposta concreta. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 13 de julho de 1980b, p. 24.

JORNAL DO BRASIL. Cientistas do Rio se dizem rejeitados. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 12 de julho de 1980c, p. 15.

JORNAL DO BRASIL. Inventando a Roda. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 8 de julho de 1980d, p. 10.

JORNAL DO BRASIL. SBPC lança “Ciência Hoje”. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 04 de julho de 1982a, nº 87, p. 4.

JORNAL DO BRASIL. SBPC lança revista de divulgação científica. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1982b, p. 7.

JORNAL DO BRASIL. Paleontólogo salva fóssil de réptil que viveu no nordeste. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1987, p. 17.

JORNAL DO BRASIL. Crianças aprendem ciência ao vivo com o Projeto Lançador. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16 de maio de 1988, p. 4.

O ESTADO DE SÃO PAULO (OESP). Sala: Mantive os ideais da entidade. O Estado de São Paulo, São Paulo, 12 de julho de 1979, p. 13.

O ESTADO DE SÃO PAULO (OESP). SBPC tenta se afastar-se da política. O Estado de São Paulo (OESP), São Paulo, 10 de Julho de 1980, p. 22.

O GLOBO. Reunião da SBPC será estritamente científica. O Globo, Rio de Janeiro, 05 de julho de 1978, p. 9.

O TRIANGULO. SBPC no Rio reúne cientistas. O Triangulo, Minas Gerais, 06 de março de 1979, p. 7.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Inquérito da prisão de Darcy Fontoura de Almeida, 1975. Arquivo Nacional.

SILVA, P.P. O Rio dá as costas à Ciência. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 1984, p.5.

III – Fontes Orais

- Entrevistas Realizadas

CANDOTTI, Ennio. Depoimento. Entrevista concedida a Thais Mancilio e Simone Kropf para o desenvolvimento de pesquisa de dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (PPGHCS/COC - Fiocruz). Rio de Janeiro, janeiro de 2020.

GUIMARÃES FILHO, Alberto. Entrevista concedida via plataforma zoom para Thais Mancilio e Simone Kropf para o desenvolvimento de pesquisa de dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (PPGHCS/COC - Fiocruz). Rio de Janeiro, maio de 2020.

LENT, Roberto. Entrevista concedida via plataforma zoom para Thais Mancilio e Simone Kropf para o desenvolvimento de pesquisa de dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (PPGHCS/COC - Fiocruz). Rio de Janeiro, julho de 2020.

MASSARANI, Luisa. Entrevista concedida a Thais Mancilio e Simone Kropf para o desenvolvimento de pesquisa de dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (PPGHCS/COC - Fiocruz). Rio de Janeiro, em setembro de 2019.

MONSERRAT, José. Entrevista concedida a Thais Mancilio e Simone Kropf para o desenvolvimento de pesquisa de dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (PPGHCS/COC - Fiocruz). Rio de Janeiro, em fevereiro de 2020.

- Entrevistas Consultadas

ALMEIDA, Darcy Fontoura. Precursor Multifacetado. *Ciência Hoje*, vol. 44, nº 260, p. 44-52, junho 2009.

Brasília (Fundação Oswaldo Cruz)

ALMEIDA, Darcy Fontoura. Romper a fronteira entre a pesquisa e a divulgação científica. [Entrevista concedida a] Bernardo Esteves. Site Brasília, Fundação Oswaldo Cruz, junho, 2004. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/brasilia/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=81&sid=31>.

BAZIN, Maurice. Ciência para brasileiro ver. [Entrevista concedida a] Carla Almeida. Site Brasília, Fundação Oswaldo Cruz, julho, 2004. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/brasilia/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=94&sid=31>.

CANDOTTI, Ennio. Como fazer da ciência um patrimônio público?. [Entrevista concedida a] Carla Almeida. Site Brasília, Fundação Oswaldo Cruz, junho, 2004. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/brasilia/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=50&sid=31>.

LENT, Roberto. Brincar com a ciência em qualquer idade. [Entrevista concedida a] Marina Ramalho. Site Brasília, Fundação Oswaldo Cruz, janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/brasilia/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=545&sid=31>.

MONSERRAT FILHO, José. Política e ciência de mãos dadas. [Entrevista concedida a] Bernardo Esteves. Site Brasília, Fundação Oswaldo Cruz, julho, 2004. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/brasilia/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=99&sid=31>.

Acervo Espaço Memorial Carlos Chagas Filho (IBCCF – UFRJ)

LINDEN, Rafael. Entrevista concedida ao Espaço Memorial Carlos Chagas Filho (EMCCF/IBCCF) em 07/11/2016. Dossiê Darcy Fontoura de Mello, Espaço Memorial Carlos Chagas Filho (EMCCF/IBCCF - UFRJ).

MELLO, Fernando. Entrevista concedida ao Espaço Memorial Carlos Chagas Filho (EMCCF/IBCCF) em 02/05/2017. Dossiê Darcy Fontoura de Mello, Espaço Memorial Carlos Chagas Filho (EMCCF/IBCCF - UFRJ).

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) / Fundação Getúlio Vargas (FGV)

GOLDEMBERG, José. José Goldemberg (depoimento, 1976). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 163p.

IV – Referências Bibliográficas

ALBAGLI, S. Divulgação Científica: Informação Científica Para a Cidadania? *Ciência da Informação*, v. 25, n.3, 1996, p. 396-404.

ALMEIDA, A. O. O programa nuclear brasileiro e o acordo com a Alemanha - da ambição compartilhada aos interesses fragmentados (1975-1978). 330f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, 2015.

ALMEIDA, D. F. A contribuição de Carlos Chagas Filho para a institucionalização da pesquisa científica na universidade brasileira. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, n.2. abr.-jun., 2012, p.653-668.

ALMEIDA, D. Precursor Multifacetado. *Revista Ciência Hoje*, v. 44, nº 260, junho 2009a, p. 44-52.

ALMEIDA, G. Projeto Pixinguinha - 30 anos de música e estrada. 226f. Dissertação (Mestrado em Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais). Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais (PPHPBC). Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro, 2009b.

ANDRADE, A. M. Físicos, Mésons e Política: A Dinâmica da Ciência na Sociedade, Editora Hucitec, Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), São Paulo, 261 p, 1999.

ANDRADE, L.V. Iguarias na Hora do Jantar: O espaço da ciência no telejornalismo diário. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. 266p. Tese (Doutorado) – Programa Educação,

Gestão e Difusão em Biociências, Instituto de Bioquímica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

ARAÚJO E SILVA, M. Samba de calçada: malandragem e militância na obra de João Nogueira. 240 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

AUVETTI, M. Ensino de física moderna e contemporânea e a Revista Ciência Hoje. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

AZEVEDO, F. (Org.). As ciências no Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1994.

AZEVEDO, K. Ciência e Tecnologia no processo de redemocratização: Da criação do Ministério de Ciência e Tecnologia à Assembleia Nacional Constituinte (1985-1988). 164 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2017.

AZEVEDO, N.; LIMA, A. L. Carlos Chagas Filho. Cientista brasileiro, profissão esperança. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1ª ed., v. 1, 2010.

AZEVEDO, N.; LIMA, A. L. G; SOUZA, L. O. G. A ciência como profissão: entrevista com Carlos Chagas Filho. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, 2012, p. 703-734.

BARATA, G; CALDAS, G. Informação científica para todos. In: NADER, H. B.; BOLZANI, V.; FERREIRA, J. F. (Org.). Ciência para o Brasil - 70 anos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). 1ª ed. São Paulo: SBPC, v. 1, 2019, p. 185-212.

BARBOZA, C. H. Ciência e natureza nas expedições astronômicas para o Brasil (1850-1920). Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 5, nº. 2, 2010, p. 273-294.

BARSINSKY, M. Darcy Fontoura de Almeida. In: SOUZA, W; BOTARO, D. (Org.). Construtores do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho – Volume II. 1ª ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017, p. 10-120.

BASALLA, G. The spread of modern science. Science, v. 156, 1967, p. 611-622.

BATISTA, F. M. Crise do Capital e reordenamento político-econômico: o fim de Bretton Woods e o esgotamento do "milagre brasileiro". 145p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, São Paulo, 2018.

BECHARA, E. J.H.; VIERTLER, H. Criação e consolidação da Sociedade Brasileira de Química (SBPQ). *Química Nova*, v. 20, número especial, dez.1997, p.63-65.

BENCHIMOL, J. L.; TEIXEIRA, L. A. Cobras, lagartos e outros bichos: uma história comparada dos institutos Oswaldo Cruz e Butantan. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993.

BOSCARIOL, G. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento e a institucionalização da ciência durante a ditadura militar (1964-1985): a defesa de uma Ciência Nacional pela comunidade científica brasileira. 156p. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2013.

BOTELHO, A. The Professionalization of Brazilian Scientists, the Brazilian Society for the Progress of Science (SBPC), and the State, 1948-60. In: *Social Studies of Science*, Sage, London, Newbury Park and New Delhi, v. 20, 1990, p. 271 – 502.

BOTELHO, A. José Leite Lopes: a ciência e o desenvolvimentismo brasileiro, 1950-80. *Ciência e Sociedade*, (CBPF), Rio de Janeiro, v. 3/04, 2004, p.1-34.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org). *Pierre Bourdieu: sociologia. Grandes Cientistas Sociais*, nº. 39. São Paulo: Ática, p.122-155, 1983a.

BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983b.

BOURDIEU, P. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004a.

BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. Coisas ditas São Paulo: Brasiliense, 2004b.

BUENO, W.C. Jornalismo Científico: Conceitos e Funções. *Ciência e Cultura* (SBPC), São Paulo, v.37, n.09, 1985, p.1240-1247.

BURGOS, M. B. *Ciência na periferia: A Luz Síncronon Brasileira*. Juiz de Fora: EDUFJF, p.17-52, 1999.

BUSH, V. "Science: The Endless Frontier," U.S. Office of Scientific Research and Development, Report to the President on a Program for Postwar Scientific Research, Government Printing Office, Washington, D.C, 1945.

CANADAS, P. Os periódicos "Ciência Hoje" e "Ciência e Cultura" e a divulgação da ciência no Brasil. 205p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 1987.

CARIBÉ, R. C. V. Comunicação científica: reflexões sobre o conceito. *Informação & Sociedade* (UFPB. Online), v. 25, 2015, p. 89-104.

CARMO, V. do; ALVIM, Z. Chão fecundo – 100 anos de história do Instituto Agrônômico de Campinas. Campinas: IAC, apoio cultural Agroceres, 1987.

CARVALHO, C. P. Divulgação científica nas revistas *Ciência Hoje*, *Scientific American Brasil* e *Superinteressante*: estudo comparativo. 392p. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, 2011.

CARVALHO, A. "Democracia e desenvolvimento" versus "Segurança e desenvolvimento": as eleições de 1974 e a construção de uma ação oposicionista pelo MDB na década de 1970. *Vária História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, Dec. 2012, p. 555-572.

CARVALHO, J. M.; MOREIRA, I. C. *Ciência no Brasil - 100 anos da Academia Brasileira de Ciências*. 1. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, v.1. 208p, 2017.

CASTELFRANCHI, Y.; VILELA, E. M.; LIMA, L. B.; MOREIRA, I. C.; MASSARANI, L. As opiniões dos brasileiros sobre ciência e tecnologia: o 'paradoxo' da relação entre informação e atitudes. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, supl., nov. 2013, p.1163-1183.

CATANHEDE, S. Textos da Revista *Ciência Hoje* como recurso didático: análise e possibilidade de uso no ensino médio de Química. 221f. Dissertação (Mestrado profissional em Química). Programa de Pós-graduação em Química, Departamento de Química, Universidade Federal de São Carlos, SP, 2012.

CATELLANI, V. O campo acadêmico em contabilidade no Brasil: um olhar dos(as) doutores(as) titulados(as) pelo Programa Multiinstitucional e Inter-regional UnB, UFPB e UFRN. 164p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CAVALCANTI, C. O conhecimento em exposição: novas linguagens da comunicação como construção multidirecional de conhecimento e de percepção do mundo contemporâneo. 205f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea) - Escola de Comunicação (CFCH), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CAVALHEIROS, L.A. Com o dedo no pulso do mercado: A história da Escola Superior de Propaganda e Marketing no Rio de Janeiro. 148p. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais). Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas (FGV), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro, RJ, 2017.

CHAVES, R. O programa nuclear e a construção da democracia: Análise da oposição ao Programa Nuclear Brasileiro (1975-1990). 175f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas (FGV), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro, RJ, 2014.

COSTA, E. GUIMARÃES, M. C.; SILVA, C. H. Cientometria: a produção científica de Haiti Moussatché. *Transinformação*, v. 27, p. 47-58, 2015.

CUNHA, L. A. A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUSTÓDIO, L. Um estudo de Classe e Identidade no Brasil: Movimento Negro Unificado (MNU) - (1978 - 1990) - 271f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, 2017.

DANTES, M. Institutos de pesquisa científica. In: FERRI, M.; MOTOYAMA, S. (Org.). *Historia das Ciências no Brasil*. São Paulo: EDUSP/ EPU, 1ª ed., v. 2, 1980, p. 341-380.

DANTES, M. A. M. Introdução: Uma história institucional das ciências no Brasil. In: Maria Amélia M. Dantes. (Org.). *Espaços da ciência no Brasil, 1800-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 200, p. 13-22.

DE ALBUQUERQUE, L. C. Retornar a Lenin: a renovação de Alberto Passos Guimarães e suas interlocuções com o pensamento lenineano. *Germinal: Marxismo e Educação em debate*, v. 12, 2020, p. 236 – 248.

DONATONI, A. R. Os Docentes Universitários e a Criação do ANDES - SN. *Educação e Filosofia*, EDUFU, v. 18, n.35/36, 2004, p. 179-205.

FAGUNDES, V. Caminhos Cruzados. *Ciência para o Brasil - 70 anos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)*. 1ª ed. São Paulo: SBPC, 2019, v. 1, p. 327-340.

FARIA, G.; MASSARANI, L.; MOREIRA, I. A Divulgação Científica Protagonizada por Cientistas e a Legitimação da Ciência Brasileira: A revista *Ciência e Cultura* (1949 - 1964) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. *Revista IHGB*, v. 485, 2021, 2021, p. 309-342.

FARIA, G. A Divulgação Científica na *Ciência e Cultura* (1949 - 1964) e seu Papel na Legitimação da Ciência Brasileira. 131p. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica). Programa de Pós-Graduação em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020.

FAVERO, M. L. A.; MOREIRA, M. M. A. A Educação Superior no Brasil e a Contribuição do Informe e Jornal Ciência Hoje. In: Marília Costa Morosini; Valdemar Sguissardi. (Org.). A educação superior em periódicos nacionais. 1ª ed, Vitória: FCAA/UFES, v. 1, 1998, p. 224-237.

FERNANDES, A. M. A Construção da Ciência no Brasil e a SBPC. 2ª ed. Brasília: EDUNB, ANPOCS e CNPq, 2000.

FERREIRA, L. O. Ciencia pura versus ciencia aplicada: la fuerza de la tradición positivista en la ciencia brasileña a comienzos del siglo XX. Secuencia, nueva época, n. 42, 1998, p. 119 – 124.

FERREIRA, Luiz Otávio. O ethos positivista e a institucionalização da ciência no Brasil no início do século XX. Revista Fênix (Uberlândia), v. 4, 2007, p. 1-10.

FIGUEIRÔA, S. As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934. São Paulo: Hucitec, 1997.

FIGUEIRÔA, S. Mundialização das ciências e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição ao século XX). Asclepio, v. L-2, 1998, p. 107-123.

FIGUEIRÔA, S. Um olhar sobre o passado: História das ciências na América Latina. Campinas: Unicamp, 1ª ed., v. 1, 2000.

FIORAVANTI, C. Cientistas unidos. Pesquisa Fapesp, v. 19, n. 268, 2018, p. 54-57.

FIORAVANTI, C. Nasce a SBPC, cresce a ciência brasileira. In: NADER, H. B.; BOLZANI, V.; FERREIRA, J. F. (Org.). Ciência para o Brasil - 70 anos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). 1ª ed. São Paulo: SBPC, v. 1, 2019, p. 51-71.

FONSECA, M. Constituição de Valores de “Ciência e Cultura” no Brasil (1948-1988). 286f. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, MG, 2012.

FORJAZ, M. C. S. Cientistas e militares no desenvolvimento do CNPq (1950-1985). BIB, Rio de Janeiro, n. 28, 1989, p. 71-99.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ). Memórias da FAPERJ - A trajetória da agência de fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio de Janeiro (1980 - 2013). 1ª ed. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

GADELHA, P.; HAMILTON, W. Ciência e Resistência- Haity Moussatché: um otimista inveterado. Cadernos de Saúde Pública (ENSP. Impresso), Rio de Janeiro, v. 3, n.(1), 1987, p. 98-118.

GOMES, I. A Divulgação Científica em Ciência Hoje: características discursivo-textuais. 306p. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

GOMES, I. A Construção da identidade da ciência na mídia impressa brasileira. In: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM), 2003, Belo Horizonte: PUC - Minas, v. 1. p. 1-19, 2003.

GUIMARÃES FILHO, A. P. “*A Pré-História Hoje*”. In: *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, SBPC, vol.14, n.82, 1992, p. 40-41.

HEY, A. P. Elites científicas: o caso da Academia Brasileira de Ciências. In: 36o Encontro Anual da ANPOCS, 2012, Águas de Lindóia, SP. Anais do 36o Encontro Anual da Anpocs, 2012, p. 1-17.

JACOBINA, A. T. A relação do Cebes com o PCB na emergência do movimento sanitário. *Revista Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 40, n. spe, 2016, p. 148-162.

KROPF, S. P.; HOCHMAN, G. *From the Begginings: Debates on the History of Science in Brazil*. *The Hispanic American Historical Review*, v. 91, 2011, p. 391-408.

LENT, H. O massacre de Manguinhos [online]. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ: Edições Livres, 2018.

LEVY, C. A política de CT&I no *Jornal da Ciência*: a visão da comunidade científica. 391 f. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010.

LIMA, A. G. Ciência, política e paixão: trajetórias de cientistas e a profissionalização da ciência no Brasil. In: Anais do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Leopoldo, p.1-8, 2007.

LIMA, A. G. Ciência e Política no Brasil: Carlos Chagas Filho e o Instituto de Biofísica (1931 -1951). 225 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2009.

LOPES, M. I. A resistência no regime militar: O docente/cientista frente à política de Ciência e Tecnologia. 264f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), São Paulo, SP, 1997.

MACCACARO, G. Carta al presidente del Colegio Médico. Buenos Aires: *Salud Colectiva*, v. 1, nº 10, 2014, p. 117-136.

MALAVASI, A. Crodowaldo Pavan e sua atuação na política científica brasileira. *Ciência e Cultura*, v. 62, n. 2, 2010, p. 9-11.

MASSARANI, L. A divulgação científica no Rio de Janeiro: algumas reflexões sobre a década de 20. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 1998.

MASSARANI, L.; MENDES, I.; FAGUNDES, V.; CASTELFRANCCHI, Y.; POLINO, C. Como brasileiros e brasileiras veem a Fiocruz: um estudo em 12 cidades do país: Sumário Executivo - Setembro de 2020. Rio de Janeiro: INCT/CPCT/Fiocruz/COC, 2020, p. 1 - 27.

MASSARANI, L.; MENDES, I.; FAGUNDES, V.; CASTELFRANCCHI, Y.; POLINO, C. Confiança, atitudes, informação: um estudo sobre a percepção da pandemia de COVID-19 em 12 cidades brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, 2021, p. 3265-3276.

MATOS, M. A.. Carolina Bori: A psicologia brasileira como missão. *Psicologia - USP*, São Paulo. v. 9, n.1, p. 67-70, 1998.

MAUAD, A. M.; SANTOS, F. S. D.. Fontes orais e visuais na pesquisa histórica: Novos métodos e possibilidades narrativas. In: Juniele Rabêlo de Almeida; Marta Gouveia de Oliveira Rovai. (Org.). *Introdução à História Pública*. 1ed.São Paulo: Editora Letra e Voz, 2011, v. 1, p. 81-95.

MENDES, M. A. Uma perspectiva histórica da divulgação científica: a atuação do cientista-divulgador José Reis (1948-1958). 256 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

MONTEIRO, T. "Como pode um povo vivo viver nesta carestia" - O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973 - 1982) 149f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, USP, 2015a.

MONTEIRO, T. O Movimento do Custo de Vida frente ao Estado: entre a negação, a negociação e a repressão (1973-1982). In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis - SC. *Anais eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional de História*, 2015b.

MORAES, F. Colaboração, sem colaboracionismo. In: NADER, H. B.; BOLZANI, V.; FERREIRA, J. F. (Org.). *Ciência para o Brasil - 70 anos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)*. 1ª ed. São Paulo: SBPC, v. 1, p.121-152, 2019.

MORALES, A. P. José Goldemberg: uma trajetória de sucesso para o desenvolvimento do país. *Ciência e Cultura*. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 70, n. 3, 2018, p. 4-8.

MORALES, A. P. Otávio Velho: a trajetória e o futuro das ciências sociais no Brasil. *Ciência e Cultura*. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v.71, nº1, 2019, p. 06-09.

MOREIRA, I. C.; MASSARANI, L. M.. A divulgação científica no Rio de Janeiro. *Revista do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.11, 2003, p. 39-59.

MOTOYAMA, S. (Org.). 50 anos do CNPq contados pelos seus presidentes. São Paulo: Fapesp, 2002.

MOTOYAMA, S (org.); NAGAMINI, M; QUEIROZ, F; VARGAS, M.. Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2004.

MOTOYAMA, S; GORDON, A. M.. Oscar Sala, pioneiro da física nuclear no Brasil. *Ciência e Cultura*. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 62, n. spe. 2, 2010, p. 16-19.

MOTTA, R. P. As universidades e o regime militar. *Cultura política brasileira e modernização autoritária*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. 1, 2014.

MUNIZ, N.A.C. O CNPq e sua trajetória de planejamento e gestão em C&T: histórias para não dormir, contadas pelos seus técnicos (1975 - 1995). 370f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

OLIVEIRA, F. Você vai à SBPC? In: NADER, H. B.; BOLZANI, V.; FERREIRA, J. F. (Org.). *Ciência para o Brasil - 70 anos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)*. 1ª ed. São Paulo: SBPC, 2019, v. 1, p.153-172, 2019.

OLIVEIRA, F. Pelo interior do Brasil. In: NADER, H. B.; BOLZANI, V.; FERREIRA, J. F. (Org.). *Ciência para o Brasil - 70 anos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)*. 1ª ed. São Paulo: SBPC, v. 1, p.173-184, 2019.

OLIVEIRA, V. F. Educação, memória e histórias de vida: usos da história oral. *História oral*, Recife, v. 8, n. 1, jan./jun. 2005, p. 92-106.

PASQUALI, A. *Comprender la comunicación*. Caracas: Monte Ávila Editores, 1978.

PEIXOTO, E. M. A. Editorial. *Química Nova*, v.1, nº1, jan.1978, p.26.

RAJ, K. Beyond Postcolonialism... and Postpositivism. *Circulation and the Global History of Science*,” *Isis*, v. 104, n. 2, 2013, p. 337-347.

RAMOS, P.; PIACENTE, F. J.. O Instituto Agrônomo de Campinas: sua criação, importância e um pouco de sua história. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 15, 2016, p. 365-392,

PAULINYI, E. I. Esboço Histórico da Academia Brasileira de Ciências. Brasília: CNPq, 1981.

PERONDINI, A. L. Crodowaldo Pavan e a genética no Brasil. *Ciência e Cultura*. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 62, número especial 2, 2010, p. 5-8.

POLANCO, X. Une science- monde: la mondialization de la science européenne et la création de traditions scientifiques locales. In: Polanco, X. (Org.) *Naissance et développement de la science-monde (production et reproduction des communautés scientifiques en Europe et Amérique latine)* Paris: Éditions La découverte - Conseil de L'Europe - UNESCO, 1990.

REIS, J. R. F. O coração do Brasil bate nas ruas: a luta pela redemocratização do Brasil. Na corda bamba de sombrinha; a saúde no fio da história. 1ªed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ COC/ EPSJ, 2010, p. 221-236.

RESENDE, P. A. Da abertura lenta, gradual e segura à anistia ampla, geral e irrestrita: a lógica do dissenso na transição para a democracia. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 2, 2014, p. 36 - 46.

ROBERTS, L. "Situating Science in Global History: Local Exchanges and Networks of Circulation," *Itinerario*, v. 33, 2009, p. 9 - 30.

SAITO, C. H. ; BASTOS, F. P. . Tributo a Maurice Bazin: um farol da prática para a liberdade. *ALEXANDRIA (UFSC)*, v. 11, 2018, p. 279-305.

SALINAS, S. Notas para uma história da Sociedade Brasileira de Física. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, São Paulo, v. 23, 2001, p. 351-355.

SANTOS, D. G. E. *Massacre de Manguinhos: a ciência brasileira e o regime militar (1964-1970)*. 1ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2020a. 224p.

SANTOS, C. C.; HABIB, P. A. B. B.; MOREIRA, L. M.. *Resgatando a história da genética no Brasil*. 1. ed. Ouro Preto: Editora UFOP, 2020b, v. 1. 76p.

SCARTEZINI, N. Introdução ao método de Pierre Bourdieu. *Caderno de campo: Revista de Ciências Sociais*, v. 14/15, 2011, p. 25-37.

SCHWARTZMAN, S. *Passado e futuro do IUPERJ*. Simon's Site, 2010. Disponível em: <<https://www.schwartzman.org.br/sitesimon/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2021.

SCHWARTZMAN, S. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

SILVA, J. A. A trajetória da SBPC na transição política brasileira (1985-1989). 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais – PEPG, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

SILVEIRA, T. Divulgação e política científica: Do bar do Mané à Ciência Hoje (1982 - 1998). 210 f. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

STEPAN, N. Gênese e evolução da ciência brasileira. Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

TEIXEIRA DA SILVA, F. C. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política (1974-1985). In: FERREIRA, J; NEVES DELGADO, L. A. (Org.). O Brasil Republicano. 02^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 04, 2019, p. 313-357.

VELHO, O. V. Trajetória e percurso acadêmico. Horizontes Antropológicos, v. 16, n^o. 34, 2010, p. 481-506.

VIDEIRA, A. Henrique Morize e o ideal da ciência pura na República Velha. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

VIDEIRA, A. 25 anos de MCT: raízes históricas da criação de um ministério. 1^a. ed., v. 1, 2010.

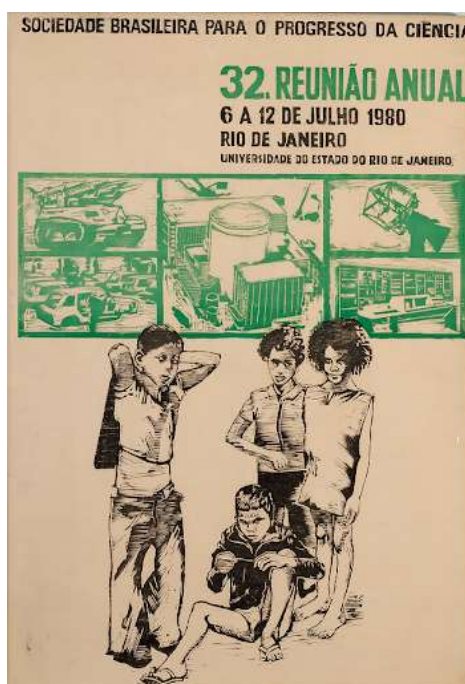
ANEXOS

Anexo 1 - Fotografia da 29ª Reunião Anual da SBPC (São Paulo - 1977)



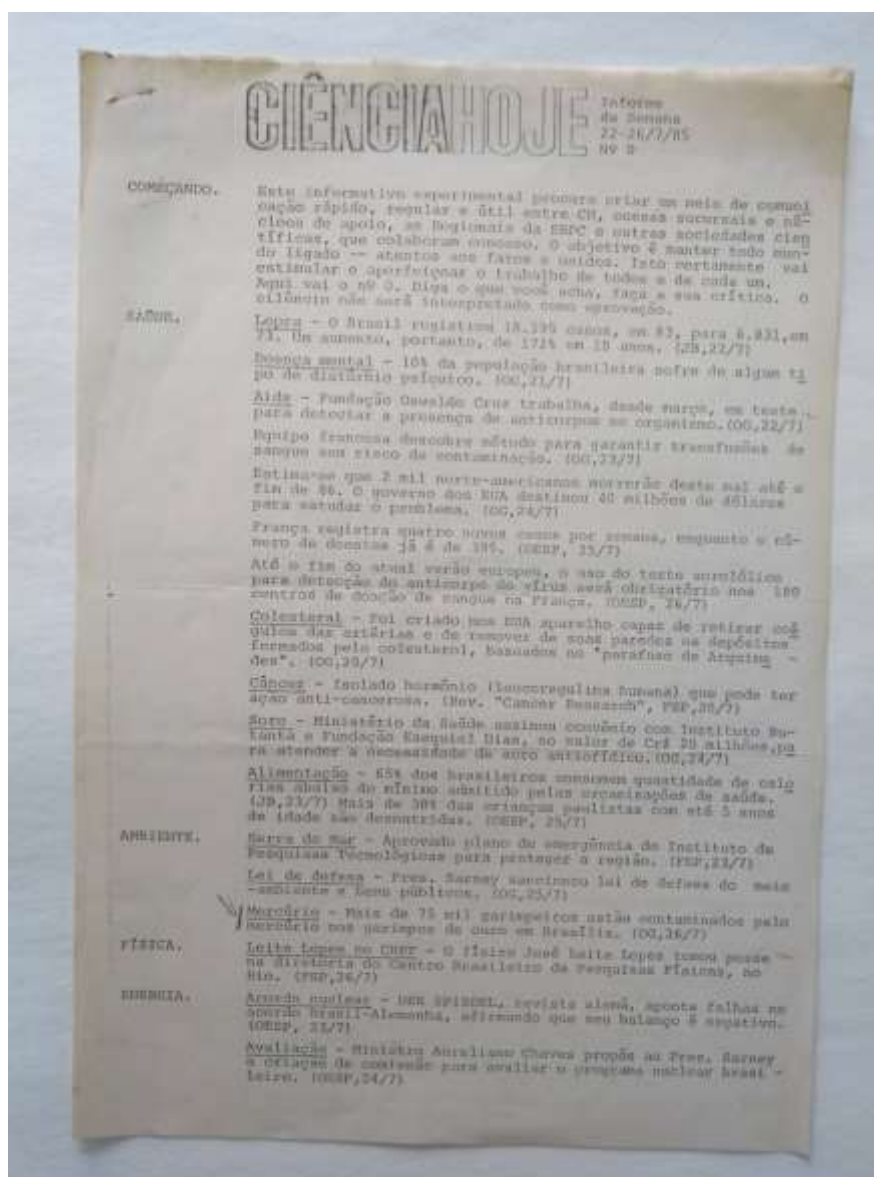
Fonte: Acervo Digital da SBPC.

Anexo 2: Cartaz da 32ª Reunião Anual da SBPC (Rio de Janeiro – 1980).



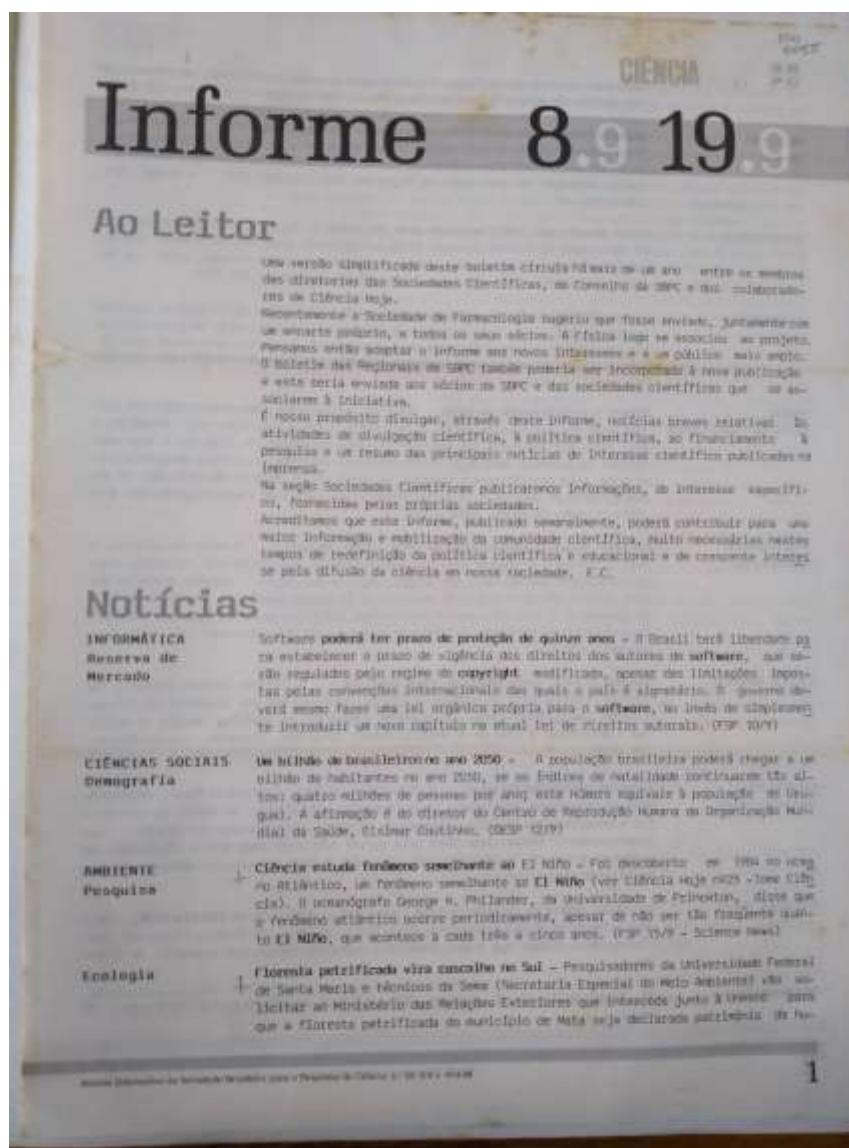
Fonte: Acervo Digital da SBPC.

Anexo 3 - Informe Ciência Hoje, nº 0, p.1



Fonte: Acervo Arquivo da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC)

Anexo 4 – Informe Ciência Hoje, nº 55, p. 1.



Fonte: Acervo do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Anexo 5: Revista *Ciência Hoje*, nº 1, 1982.



Fonte: Acervo Espaço Memorial Carlos Chagas Filho (EMCCF/IBCCF-UFRJ)

Anexo 6 – Revistas *Ciência Hoje*



Fonte: Acervo Espaço Memorial Carlos Chagas Filho (EMCCF/IBCCF-UFRJ)

Anexo 7 – Divulgação *Ciência Hoje*

Assine

CIÊNCIA HOJE

Revista de divulgação da SBPC
Um grande sucesso editorial. A ciência ao alcance de todos,
apresentada por especialistas.
Desconto especial para sócios da SBPC.

Escreva para Av. Venceslau Braz, 71, fundos, Casa 27. 22290 Rio de Janeiro, RJ.

Fonte: CIÊNCIA E CULTURA. Assine *Ciência Hoje*. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 1984, v. 36, nº1, p. 35.

Anexo 8 – Divulgação *Ciência Hoje*

Assine o Brasil inteligente.

Assine Ciência Hoje.

Av. Venceslau Brás 71, fundos, casa 27 - Rio de Janeiro, RJ CEP 22290

Fonte: CIÊNCIA E CULTURA. Relatório de Atividades da Diretoria - 1987/1988. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 1988, v. 40, nº 10, p. 1034.

Anexo 9 – Reportagem sobre a *Revista Ciência Hoje* no Jornal do Brasil

CADERNO II domingo, 13/5/84

Ciência Hoje

O SUCESSO DE INESPERADO DE UMA REVISTA ESPECIALIZADA

Luis Carlos David

Alberto Passos Guimarães Filho

MARA CABALLERO

ELES não tinham nenhuma experiência editorial. Pelo contrário, trabalhavam com Física Teórica. Questões como lay-out ou diagramação eram assuntos tão distantes para eles quanto as medições são para a maioria dos mortais. Mas o resultado da decisão dos quatro professores de fazer uma revista de ciência (biológica, física e social) foi dos mais positivos. Conseguiram pagar o custo de Cr\$ 70 milhões de cada edição, aumentaram a tiragem de 10 mil para 55 mil e para cada ano de vida ganharam um prêmio, o José Hasi de Divulgação Científica, do CNPq. Em 82, menção honrosa; ano seguinte, a própria prêmio.

"Apresentamos um locado", recorda Esio Candotti, 42 anos, professor-adjunto do Departamento de Física Teórica da UFRJ, que trabalha basicamente com cálculos, papel e lápis: "partículas elementares". E Alberto Passos Guimarães Filho, 44, estufa por exemplo na sua sala de professor de Física do Estado Sólido o espetáculo de ressonância nuclear magnética.

Com *Clareira Fronteira* de Almeida, 33, e Roberto Lent, 34, os dois do Instituto de Biologia também da UFRJ, passaram a resolver problemas como a falta de uma palavra num texto já impresso, ou escolher a melhor ilustração para um estudo sobre reologia de músculos. Problemas intrincados, julgavam.

Com um escalão pequeno, em torno de 10%, o que dificilmente se inviável no Brasil uma revista que aborde assuntos científicos em profundidade os quatro editores de *Ciência Hoje* (revista da SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) viram com surpresa, e uma inesperada ponta de progresso. Editores Abril deixaram de editar uma revista mensal — a *CW Ilustrada* — segundo eles dirigida ao mesmo público.

Editada desde novembro de 81, a revista há dois meses *Ciência Ilustrada* tinha uma tiragem de 80 mil exemplares dos seus números — e de junho do ano passado, por estar contra com 16 páginas de publicidade entre as 99 de conteúdo (o último exemplar de *Ciência Hoje* tem 14 de publicidade entre 88). Mas o escalão da revista da Abril, observa a assessoria da direção da Abril-Rio, Edna Maria Fontana, era alto: mais de 50%. Não dava lucro, o que era fatal para a revista.

Lucro, é verdade, está longe de ser objetivo da *Ciência Hoje*. Mas as questões das questões científicas — e dos próprios cientistas — são entretidas mais além do que se imagina. É preciso conciliar, por exemplo, o texto científico geralmente hermético com uma forma mais compreensível para o leitor. Sem desfrutar as nuances ou sintetizar uma ideia que fosse perder sua profundidade. O que implicaria intencionalmente o autor.

Problema relevante pois, como observa Alberto Passos Guimarães Filho, não há no Brasil uma tradição entre os cientistas de escrever para o grande público, comum na União Soviética ou nos Estados Unidos. E dá um exemplo: um cientista importante como Carl Sagan transformou-se num comunicador com programa na televisão.

Para atender esses dois lados (uma forma mais jornalística, acessível ao leitor, sem perder a substância), cada texto antes de ser publicado passa por um longo e criterioso crivo. O conselho editorial da revista decide os textos, seleciona o autor (ou aceita algumas das várias contribuições espontâneas que recebem, cinco em média por mês) e o texto depois de pronto é lido por um ou dois cientistas da área que dão um parecer sobre sua validade, aprovam ou dão sugestões.

Os nomes do autor e de quem dá o parecer são sempre mantidos em sigilo. Ainda assim, evita-se que o parecer seja dado por quem tem uma filosofia absolutamente contrária à do autor. Pega-se ao choque entre grupos "que querem se devotar", observa Alberto Passos. E Candotti acrescenta: "O que desmistifica a ideia da objetividade absoluta da ciência".

O peso seguinte é dar a tal forma incoerente, ou mais jornalística, só publicada, no entanto, depois da aprovação do autor. Por tudo isso, gasta-se até seis meses nesse processo, a maioria do tempo quando o tema é muito atual e deve ser publicado o mais rapidamente possível. Sempre com uma longa revisão, a revista traz sempre textos (científicos) e um artigo sobre...

...aspirações e interesses. ...atrasado na sua diluição científica. ...conjunto da cultura, não ficar enclausurado. ...também de acabar com a ideia de que é 'inteligível'.

A revista — continua Alberto Passos — serve também para evitar que fiquemos expostos a um noticiário científico importante, cheio de grandes explosões e de cientistas geniais.

— A ideia é mostrar a ciência que é feita aqui, o esforço continuado com certos resultados, sem cair apenas nos grandes exageros desses resultados.

Ou mais simplesmente, explica Esio Candotti, informar à população para que serve a ciência. Se esse patrimônio não é utilizado e conhecido não por motivos outros que não a ausência desse trabalho, afirma Candotti:

— Ou por questões políticas, ou porque o modelo de desenvolvimento do país é outro. Mas repare que o que os senhores flocos falam sobre o acordo nuclear assinado com a Alemanha refere-se profundamente na posição que a sociedade tomou em relação a ele.

Fonte: CABALLERO, M. *Ciência Hoje* – Um sucesso inesperado de uma revista especializada. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1984.

Anexo 10 - Reportagem sobre o *Ciência às Seis e Meia* no Jornal do Brasil.

SBPC quer repetir sucesso do “Seis e Meia da Ciência” com aula sobre os vírus

Amanhã, ao anoitecer, quem estiver passeando sem programa pelo Centro da Cidade “está convidado para uma pitada de ciência durante uma palestra nada enfadonha e até divertida” — informaram ontem, à noite, o professor Maurice Bazin e a pesquisadora Solange Timm, que promovem o ciclo de palestras Seis e Meia da Ciência.

A conferência de amanhã, às 18h30m, no Teatro Glauber Rocha (Av. Rio Branco, 179), é sobre O que É um Vírus e caberá ao professor Fernando Portela Câmara, do Instituto de Biofísica da UFRJ, que depois responderá às perguntas do auditório. A palestra não dura mais de 45 minutos “e versa ainda sobre célula e esse agente transmissor de algumas doenças” — disseram os promotores em nome da SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

ÊXITO

O grupo de oito pessoas que está divulgando o ciclo Seis e Meia da Ciência está surpreso com o interesse do público, “que ainda não se pode definir” e que apareceu na última segunda-feira para ouvir a palestra sob o título Vida e Morte das Estrelas. Quem falou foi o professor Augusto Damineili Neto, do Observatório Nacional do Rio. Uma hora depois, terminada a palestra, dezenas de pessoas ainda faziam perguntas sobre as estrelas.

Segundo o secretário regional da SBPC, Ennio Candotti,

que reforça o convite, “grande público animou os debates” e aquele primeiro sucesso é “um bom indicador do interesse do público em informações científicas”.

O projeto, que já está sendo conhecido como *Ciência às Seis e Meia*, à semelhança de outro que se realiza no João Caetano, vai estender-se até o final do ano com temas sobre o uso popular das plantas medicinais, a cultura dos índios, biologia etc. A Funarte e o CNPq apóiam a iniciativa e a entrada no Teatro Glauber Rocha é franca.

Fonte: JORNAL DO BRASIL. SBPC quer repetir sucesso do “Seis e Meia da Ciência” com aula sobre vírus. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1981, p. 19.